Por Roque Spencer Maciel de Barros

In memoriam

OBRAS FILOSÓFICAS

de Pereira Barreto

Volume III

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

FFLCH – FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Diretor: Prof. Dr. Sedi Hirano
Vice-Diretora: Profª. Drª. Eni de Mesquita Samara

CONSELHO EDITORIAL DA HUMANITAS
Presidente: Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento
Membros: Profa. Dra. Beth Brait (Letras)
Prof. Dr. José Jeremias de Oliveira Filho (Ciências Sociais)
Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan (Geografia)
Profa. Dra. Vera Lúcia de Amaral Ferlini (História)
Prof. Dr. Victor Knoll (Filosofia)

Imagem da capa:
Mauro Andriole
As minas do Rei Salomão
Óleo s/tela, 150x150 cm., 1993.

Proibida a reprodução parcial ou integral desta obra por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem permissão expressa do editor (Lei nº. 9.610, de 19.02.98)

Todos os direitos desta edição reservados à
HUMANITAS FFLCH/USP
Rua do Lago, 717 - Cid. Universitária
05508-900 - São Paulo-SP - Brasil
Tel.: 3091-2920 / Telefax: 3091-4593
e-mail: editflch@edu.usp.br
http://www.fflch.usp.br/humanitas

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Julho de 2003

ISBN 85-7506-116-X

Luiz Pereira Barreto

OBRAS FILOSÓFICAS
Vol. III

Roque Spencer Maciel de Barros
(Organizador)

Humanitas
FFLCH/USP

São Paulo – 2003

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO • FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

© *Copyright* 2003 by Luiz Pereira Barreto
por Roque Spencer Maciel de Barros

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B273 Barreto, Luiz Pereira
Obras filosóficas / Luiz Pereira Barreto; organizado por Roque Spencer Maciel de Barros .—São Paulo : Humanitas / FFLCH / USP, 2003.
404 p.

ISBN 85-7506-116-X

1. Filosofia Contemporânea – Brasil – Século 20 2. Luiz Pereira Barreto (1840-1923) 3. Intelectuais – Brasil – Século 20 4. Positivismo - Política - Brasil I.Título II. Barros, Roque Spencer Maciel de

CDD 199.81

HUMANITAS FFLCH/USP

Editor Responsável
Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento

Coordenação Editorial e Diagramação
Mª. Helena G. Rodrigues – MTb n. 28.840

Capa
Heloisa Helena de Almeida Beraldo

Revisão
Gilda Naécia Maciel de Barros

Sumário

Carta aos Leitores
Profª Drª Gilda Naécia Maciel de Barros 9

Introdução 11

Primeira Parte

Soluções Positivas da Política Brasileira

Prefácio 17
A elegibilidade dos Acatólicos e o Parecer do Conselho de Estado 21
A Grande Naturalização 39

Segunda Parte

Positivismo e Teologia

Prefácio 81
Do *Espírito Positivo* por Augusto Comte –, artigo de José Leão 83
Positivismo, por G.N. Morton (11 de Fevereiro de 1880) 89
A propósito do Positivismo, por Américo de Campos (14 de Fevereiro de 1880) 95
O Sr. G.N. Morton e o Positivismo, pelo Dr. L.P. Barreto (14 de Fevereiro de 1880) 99
Positivismo, por G.N. Morton (20 de Fevereiro, de 1880) 115
A propósito do Positivismo, por Américo de Campos (21 de Fevereiro de 1880) 119
Positivismo, por G.N. Morton (21 de Fevereiro de 1880) 121

O Sr. G.N. Morton e o Positivismo, pelo Dr. L.P. Barreto – I a XI – (2 de Março de 1880) 127
Positivismo, por G.N. Morton (18 de Março de 1880) 183
O Sr. G.N. Morton e o Positivismo, pelo Dr. L.P. Barreto (25 de Março de 1880) 189
A Revolução e o "Monitor Catholico" por N. França Leite (*Jornal da Tarde* de 11 de Novembro de 1879) 211
O "Monitor Catholico", por N. de França Leite (*Jornal da Tarde* de 30 de outubro de 1879) 215
O Positivismo e o "Monitor Catholico", por N. França Leite (*Jornal da Tarde* de 3 de dezembro de 1879) 221

Terceira Parte

Artigos sobre assuntos filosóficos e sociais publicados em "A Província de S. Paulo"

Os abolicionistas e a situação do País 229
Ainda os Abolicionistas 267
A Metafísica 281
A nova lei sobre a matrícula de escravos 307

Darwinismo 311

Secção Instrução Pública 375
A propósito da universidade 379

Principais obras do organizador deste volume 403

CARTA AOS LEITORES

Em 1967 vinha à luz, pela Grijalbo/Edusp, o vol. I da série *Obras Filosóficas* de Luiz Pereira Barreto (317 páginas), precedido de uma *Introdução e Notas* do Organizador, Prof. Dr. Roque Spencer Maciel de Barros. O projeto correspondia, quase que se poderia dizer, à edição da *Opera Omnia* de Pereira Barreto e teve o apoio de várias instituições e pessoas.[1]

Por razões alheias à sua vontade, Roque Spencer Maciel de Barros não pôde prosseguir na execução de seu projeto de editar as principais obras de Pereira Barreto num conjunto de quatro volumes.

Prosseguir na execução desse plano era dos mais acalentados de seus sonhos; inúmeras vezes deixou clara a preocupação com o destino dos resultados de sua pesquisa e com a publicação dela, consciente da importância do material para a história da cultura brasileira e, principalmente, para a compreensão de nosso destino como nação.

Quando Roque Spencer Maciel de Barros faleceu[2], assumimos o compromisso de prosseguir a sua tarefa. O primeiro passo foi dado com a edição do volume II – *Filosofia Metafísica*, pela EDUEL; agora, trazemos à luz o vol. III, pela editora *Humanitas*, graças ao valioso subsídio financeiro do PROAP e ao apoio do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação.

[1] Universidade de S. Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia, Centro Regional de Pesquisas Educacionais, Conselho Estadual de Cultura de S. Paulo, Editora da USP, Grijalbo, e de várias pessoas – Prof. Dr. Miguel Reale, Prof. Dr. Laerte Ramos de Carvalho, Prof. Dr. Ivan Lins, Prof. Dr. Luís Washington Vita.

[2] Roque Spencer Maciel de Barros faleceu em 8 de maio de 1999.

O vol. III *Luiz Pereira Barreto – Obras Filosóficas* está estruturado em três partes, conforme o projeto do organizador dessa edição, Roque Spencer Maciel de Barros:

1. Soluções Positivas da Política Brasileira
2. Positivismo e Teologia
3. Artigos sobre assuntos filosóficas e sociais publicados em "O Estado de S. Paulo

O item 1, *Soluções Positivas da Política Brasileira*, contém os artigos reunidos pelo próprio Dr. Luiz Pereira Barreto em obra do mesmo nome[3]; ocorre o mesmo com o item 2, *Positivismo e teologia*; para a identificação dos artigos que deveriam compor o item 3, seguimos de perto a própria tese de doutorado de Roque Spencer Maciel de Barros, *A evolução do Pensamento de Pereira Barreto. São Paulo:Grijalbo, 1967.* Essa obra é um guia valioso para a leitura de todas as outras obras de Pereira Barreto. De qualquer forma, a responsabilidade pela escolha dos textos a serem incluídos no ítem 3 é inteiramente minha.

A presente edição se faz acompanhar de alguns poucos, mas importantes esclarecimentos, que estão, ou em notas de rodapé, ou antecedendo o texto mesmo de Pereira Barreto. Referem-se, quase sempre, a comentários feitos pelo próprio organizador dessa edição, Roque Spencer Maciel de Barros, que os deixou em seus arquivos, criteriosa e impecavelmente organizados

A seguir, com o intuito de tornar claro o projeto na sua totalidade, reproduzimos o texto da Introdução ao primeiro volume, escrito por Roque Spencer Maciel de Barros, adaptando-o, no que couber, a esta edição.

Gilda Naécia Maciel de Barros

[3] O artigo *A elegibilidade dos Acatólicos e o Parecer do Conselho de Estado* do dia 30 de outubro de 1879 não consta dessa obra de Luiz Pereira Barreto, mas o incluimos nesta edição por sua ligação com o assunto.

INTRODUÇÃO

Luís Pereira Barreto é uma das mais significativas figuras do pensamento nacional. Vivendo oitenta e três anos (de 11 de janeiro de 1840 a 11 de janeiro de 1923), desde 1865 começa a desempenhar um importante papel na vida intelectual brasileira. Fluminense, natural de Rezende, toda a atividade de Barreto, após os seus estudos na Universidade de Bruxelas, onde se formou em Ciências Naturais e em Medicina, seria, entretanto, desenvolvida no Estado de S. Paulo, seja na capital, onde, depois de um estágio em Jacareí, se impôs como clínico e como colaborador de nossos principais jornais, especialmente "A Província de S. Paulo" e depois "O Estado de S. Paulo", seja no interior, como fazendeiro preocupado com novas técnicas agrícolas e com a aplicação da ciência à agricultura, viticultura e pecuária, em Ribeirão Preto e em Pirituba.

Não caberia, nesta breve Introdução ao 1º volume das *Obras Filosóficas de Pereira Barreto*, edição patrocinada pelo Instituto Brasileiro de Filosofia, com a colaboração "Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho", encetar um exame, por breve que fosse, da obra do autor, que é o primeiro positivista brasileiro "completo" e um percuciente analista da problemática nacional. Essa tarefa foi por nós realizada no livro *A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto*, recentemente editado pela Editorial Grijalbo e Editora da Universidade de S. Paulo, ao qual remetemos o leitor, já que tal livro é uma espécie de Introdução Geral a estas Obras Filosóficas.

A presente publicação deverá constar de quatro volumes,obedecendo à seguinte distribuição da matéria:

Volume I

1. Correspondência de Pereira Barreto com Pierre Laffitte
2. Teoria das Gastralgias e das Nevroses em Geral
3. As Três Filosofias: Primeira Parte, Filosofia Teológica.

Volume II

As três Filosofias: Segunda Parte, Filosofia Metafísica.

Volume III

1. Soluções Positivas da Política Brasileira:
2. Positivismo e Teologia;
3. Artigos sobre assuntos filosóficas e sociais publicados em "O Estado de S. Paulo".

Vol. IV

1. O Século XX sob o ponto de vista brasileiro:
2. Artigos sobre assuntos filosóficos e sociais publicados em "O Estado de S. Paulo".
3. Documentos importantes relativos a Pereira Barreto.
4. Índices.

Todos os textos selecionados para a edição foram por nós cuidadosamente revistos e adaptados à ortografia atual. A pontuação original foi respeitada, salvo nos casos em que uma modificação se impunha, para tornar mais claro o texto ou para corrigir alguma falha mais grave.

Cremos que, divulgando o que de mais importante escreveu Pereira Barreto, pela primeira vez apresentando textos que hoje raramente seriam en-

contrados, presta o Instituto Brasileiro de Filosofia mais um inestimável serviço às letras filosóficas nacionais e, mais amplamente, à história da cultura brasileira.

Roque Spencer Maciel de Barros
Introdução ao volume I das
Obras Filosóficas de Pereira Barreto

VOLUME 4º
BIBLIOTHECA
V. L. P. BARRETTO
SOLUÇÕES POSITIVAS
DA
POLITICA BRAZILEIRA
1ª SERIE
UTIL
ABILIO A. S. MARQUES, EDITOR
S. PAULO

1. Soluções Positivas da Política Brasileira

Prefácio à obra *Soluções da Política Brasileira* 17

A elegibilidade dos Acatólicos e o Parecer do Conselho de Estado[4] 21

A elegibilidade dos Acatólicos e o Parecer do Conselho de Estado[5] 35

A Grande Naturalização[6] 39

4 Artigo publicado em *A Provícia de S. Paulo*, em 29 de outubro de 1879 e incluído em *Soluções Positivas da Política Brasileir*a de Luiz Pereira Barreto.

5 Artigo publicado em *A Provícia de S. Paulo*, em 30 de outubro de 1879.

6 Artigos datados de 15, 17, 19, 21, 22, 27 e 28 de fevereiro de 1880 de *A Provícia de S. Paulo* e incluídos em *Soluções Positivas da Política Brasileira* de Luiz Pereira Barreto.

Notas de Gilda Naécia Maciel de Barros.

PREFÁCIO*

O título que tomamos para esta série de artigos, que escrevemos para a *Província de São Paulo*, e que hoje reunimos em folheto para a coleção da BIBLIOTHECA UTIL, não é uma pretenciosa imitação: é simplesmente uma homenagem. Quisemos pagar a Theophilo Braga o imenso tributo de gratidão que lhe deve a geração que hoje surge nas letras do nosso país.

É minha convicção que as nossas condições políticas e sociais não melhorarão enquanto não tiverem por ponto de partida uma modificação correspondente na situação de Portugal. O fio da historia não se rompe. Somos filhos de Portugal: a ele estamos presos por todos os laços indissolúveis de uma lei natural. A fatalidade biológica e o determinismo sociológico dominam toda a nossa história. É em vão que procuraremos esquivar-nos à pressão do passado. Temos sido, somos e seremos portugueses. E todas as vezes que a nossa litteratura procurou infringir a lei da descendência, os seus esforços, com raras exceções, só redundaram em uma deplorável aberração do gosto, em uma ofensa a todas as delicadas exigências do sentimento da arte moderna.

---

* Prefácio à obra *"Soluções Positivas da Política Brasileira"*, de Luís Pereira Barreto. *As Soluções Positivas da Política Brasileira* constituíram o IV volume da *Biblioteca Útil*, Livraria Popular de Abílio A. S. Marques, Editor, S. Paulo, 1880, 101 páginas. Compunham-na duas séries de artigos primitivamente publicados em *A Província de S. Paulo* sobre A elegibilidade dos Acatólicos e o Parecer do Conselho de Estado (de 29 e 30 de outubro de 1879) e sobre *A Grande Naturalização* (de 15, 17, 19, 21, 22, 27 e 28 de fevereiro de 1880), conforme Roque Spencer Maciel de Barros, *A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto*, Editorial Gijalbo Ltda., S. Paulo 1967, pp.135-6. (*Nota de Gilda Naécia Maciel de Barros)*

É da renovação intelectual, moral e social de Portugal que depende o progresso no Brasil.

Politicamente estamos separados. Mas, em história, o ponto de vista da política é secundário. A separação não suspendeu a lei secreta das afinidades; e a velha metropole hoje como outrora, conserva a sancção suprema para todos os nossos passos.

Não há nisto motivo para nos vexarmos. Os milagres historicos não se renovam mais. É do refletido e pleno reconhecimento da nossa íntima dependência para com Portugal que poderão emanar as profundas reformas de que precisamos em todas as direções.

O Portugal de hoje não é o Portugal de há cincoenta anos atrás.

E, assim como herdamos todos os vícios e preconceitos dos nossos imediatos predecessores, devemos hoje, com calma e sangue frio, imitar o exemplo dos nossos irmãos d'além-mar, seguindo firmemente a senda que nos traçam.

Durante muito tempo, Portugal atardou-se na trilha da evolução por não se preocupar com o movimento filosófico do norte e centro da Europa. Por nossa vez, temos cometido o mesmo erro, por não querermos ver o movimento que nos deixa a perder de vista na marcha geral das nações. Estamos vivendo na persuasão de que nada temos mais que aprender com Portugal. Nessa candida persuasão, os nossos velhos políticos se concentram, sonhando paraísos perdidos; ao passo que a nossa mocidade se desfaz em um lirismo vago e sentimental que a entrega desordenada às ciladas de uma esfinge, cujo sopro paralisa espirito e coração.

Entretanto, é nosso dever de patriotas confessar francamente que lá, do outro lado do Atlântico, nessa mesma terrra que nos serviu de embriogênico berço, existe hoje uma plêiade de homens cuja estatura não encontra entre nós paralelo. Theofilo Braga, Ramalho Ortigão, Felippe Simões, Guerra Junqueiro, G. de Vasconcellos, Eça de Queiroz, Anthero do Quental, Gomes Leal, Consiglieri Pedroso, Oliveira Martins, Luciano Cordeiro, Julio de Mattos, Adolpho Coelho,

Horacio Ferrari, Alexandre da Conceição, Teixeira Bastos, Candido de Pinho, Ernesto Cabrita, Augusto Rocha, Bittencourt Raposo, Amaral Cirne, Guilherme de Azevedo e tantos outros, são todos nomes que afirmam a autonomia de uma nacionalidade em via de progresso.

É de urgência, em nosso próprio interesse, que entremos em plena comunhão com esses espíritos elevados.

Ao tomar a Theophilo Braga um titulo caracteristico, não tenho outro fito senão abrir o exemplo para a unidade de pensamento.

Unidos no passado, nos uniremos cada vez mais no futuro pelo laços de uma filosofia comum.

Resta-me ainda um tributo a pagar, agradecendo à imprensa do Rio Grande do Sul em geral e à imprensa teuto-brasileira em particular, o honroso acolhimento que deu aos meus artigos. É com vivo estremecimento que aqui assinalo o nome de Carlos von Koseritz, o batalhador infatigavel que tem posto ao serviço da pátria adoptiva trinta anos de sua vida, consagrando todas as forças do seu talento à defesa dos nossos mais altos interesses intelectuais, morais e sociais, serviços esses que a nova pátria tem pago com uma iniquidade legislativa.

Do mesmo modo levanto aqui o nome do illustrado sr. J. Fronkemberg, o erudito redactor do Neue Zeit, de S. Leopoldo, a quem os meus artigos devem a honra de uma versão para a língua alemã.

Jacareí, 2 de Março de 1880.

Dr. Luiz Pereira Barretto.

"A ELEGIBILIDADE DOS ACATÓLICOS E O PARECER DO CONSELHO DE ESTADO" (1)[7]

Há apenas duas semanas, um distinto paulista[8] agitou, pelas colunas da *Província de São Paulo*, a questão de saber-se por que razão os estrangeiros não se naturalizam em maior escala e não se interessam mais ativamente pelo andamento das nossas coisas, das nossas idéias e opiniões.

A questão era por demais palpitante de interesse para ficar sem uma cabal resposta por parte da população estrangeira aqui residente. Foi o que efetivamente teve lugar.

O ilustrado sr. Kuhlmann[9], representando e condensando os sentimentos e opiniões dos seus compatriotas consangüíneos (o sr. Kuhlmann é hoje

---

7 Artigo publicado no dia 29 de outubro, em *A Província de S. Paulo*, 1ª página, cols. 3, 4 e 5 e 2ª página, cols. 1, 2 e 3. – Datado de Jacareí, 25 de outubro de 1879. O artigo está incluído na secção "QUESTÕES SOCIAIS".

8 O Dr. J. C. Alves de Lima. No dia 2 de outubro, o sr. José Custódio Alves de Lima publicou na "Província" (pág. 1, col. 5, pág. 2, col. 1), um artigo sob o título "Porque os estrangeiros residentes no Brasil não se naturalizam?", na secção "Questões Sociais". No artigo, o autor reconhece as limitações da lei de naturalização, em comparação com os Estados Unidos; lembra que só podem exercer cargos públicos os cidadãos católicos (em virtude do acôrdo entre o Estado e a Igreja de Roma) etc. Apesar disso, queixa-se o A. da falta de interesse dos estrangeiros pela nossa vida política, sua não participação nesta, mesmo quando são naturalizados. *(Roque Spencer Maciel de Barros - Arquivo)*

9 Um alemão, o sr. Alberto Kuhlmann, naturalizado brasileiro, responde à pergunta do A. na "Província" do dia 19 de outubro (pág. 2, cols. 1 e 2), em artigo datado de São Paulo, 14 de outubro.

cidadão brasileiro), correu pressuroso a responder ao repto, e, nas colunas da *Germânia*, brilhantemente discutiu a magna questão, pondo em todo o seu dia as razões do mistério.

Dos seus magníficos artigos sobressai esta fundamental verdade: que a pequena naturalização não pode satisfazer as aspirações de um espírito nobre e bem formado, porque ela só concede aos estrangeiros o favor "de apanharem do chão as migalhas que caem da mesa da Constituição brasileira".

E, com o mais louvável empenho, em benefício deste pobre país, reclama ele com o máximo vigor a grande naturalização, a abolição da religião do Estado, o casamento civil e a eleição por círculos.

Esta opinião, note-se bem, não é individual, é a de toda a imprensa alemã, do norte ao sul do Império.

Neste momento assistimos no Rio Grande ao mais comovente espetáculo que jamais teve lugar em todo o decurso da história do nosso pensamento. É uma população inteira que aí se levanta como um só homem para endeusar o

---

Explica o sr. Kuhlmann que os alemães, bem como outros estrangeiros, ao se naturalizarem, recebem apenas alguns direitos, que não compensam os direiros que possuiam em sua pátria. Em vista disso, dessa situação de desigualdade, afastam-se da vida política.

Para que os estrangeiros – e os alemães em particular – passem a atuar em nossa vida política, acrescenta o sr. Kuhlmann, é preciso que se institua a grande naturalização, idéia que já toma corpo nas províncias do Sul, que se abula "a preferência de uma religião chamada do Estado" e se estabeleça o casamento civil: "Estabeleçam a grande naturalização, a igualdade das religiões e a garantia do casamento civil e atrevo-me a afiançar que os alemães, mais que nenhuma outra nação, acudirão pressurosos e em massa para solicitar a honra de ser *de facto* e não apenas *in nomine* cidadão brasileiro".

No mesmo dia (19 de outubro) em que se publicava o artigo do sr. Kuhlmann, a Província, na sua primeira página (cols. 3 e 4), estampava uma "Crônica Política", sob o título "A elegibilidade dos acatólicos", na qual se afirmava que, no Rio Grande do Sul, começava a desenvolver-se seriamente "a idéia em nome da qual retirou-se do gabinete o sr. Silveira Martins". Assim, os liberais gaúchos, tratando da legitimação da chapa organizada para a eleição de um senador, resolveram aceitar "a chapa que corria impressa, sob a condição porém de COMPROMETEREM-SE OS CANDIDATOS – A VOTAR PELA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E ELEGIBILIDADE DOS ACATÓLICOS". *(Roque Spencer Maciel de Barros - Arquivo)*

grande patriota, que, ao cair do poder, soube elevar-se à altura do século, envolvendo-se na bandeira da liberdade de consciência. É indescritível o frenético entusiasmo dessa população pelo homem que primeiro nas regiões oficiais do Império afirmou os direitos do homem e igualdade de direitos entre todos os cidadãos. É belo, é grande, é majestoso esse movimento de entusiasmo; e de cá, da província de São Paulo, não podemos deixar de enviar os nossos mais cordiais protestos de adesão aos rio-grandenses por esse nobre exemplo, que nos forneceu, de uma população inteira possuída de delírio e fascinada por uma idéia generosa.

É precisamente neste mesmo momento que o Conselho de Estado, surdo aos brados da opinião filosófica, indiferente ao movimento das idéias nas camadas mais cultas da sociedade, e emperrado como o imperador Teodósio na manutenção de futilidades teológicas, vem gravemente declarar ao país que não há fundamento para a alteração dos artigos da Constituição relativos à incorporação dos estrangeiros e elegibilidade dos acatólicos!...

É digno de nota que quatro viscondes e o sr. Conselheiro Paulino, que brevemente também será visconde, tomaram parte na conjuração contra a tendência da razão moderna e contra as necessidades mais imperiosas do país. Todos estes senhores entendem que o catolicismo é a primeira garantia do bem estar do país, e, nesta convicção serena, não sentem o mais leve lampejo de rubor quando ofendem os mais delicados sentimentos de nossa época e asseveram que o estrangeiro que vem ao Brasil só vem com o fim de ganhar dinheiro... e mais nada!!!

Segundo esses senhores, o "ganhar a vida" é um alvo mais que suficiente para satisfazer as mais altas aspirações dos estrangeiros, e pouco importa ao país o concurso que esse mesmo estrangeiro nos possa prestar com suas luzes, suas idéias, sua moralidade, sua atividade e sua indústria.

Evidentemente, os senhores conselheiros de Estado são mais teólogos do que patriotas; e, sob a ameaça das penas ideais do inferno, sacrificam sem he-

sitar os interesses mais vitais do país. Para eles a questão capital é a vida futura e tal qual a entende a Igreja romana. Preocupados com a idéia da salvação da vida de além-túmulo, parece-lhes inteiramente secundário o papel da vida terrestre.

Deixaríamos livre curso a essas idéias se nos viessem elas de bispos ou de quaisquer membros de uma ordem sacra. Não podemos, porém, deixá-las passar sem um enérgico protesto, partindo elas de altos funcionários públicos, que confundem a cadeira de estadistas com o púlpito dos conventos, sem que um prurido de consciência lhes lembre a procedência dos pingues ordenados que percebem e para os quais contribuem as bolsas de todas as cores, os portadores de todas as opiniões.

Este protesto é tanto mais indispensável quanto a nosso ver a opinião pública se acha iludida profundamente sobre o alcance da reforma eleitoral, que ora se nos propõem como uma panacéia para todos os males sociais.

Não podemos por demais insistir sobre a radical insuficiência dessa reforma, que não passa de mais uma grossa mistificação, como tantas outras que a precederam.

Quer se adote o censo alto, quer o baixo, o resultado continuará a ser tão nulo como dantes. A questão não é de *censo*, mas, sim, de *senso*. É o senso, o simples bom senso que nos tem faltado até aqui em todas as coisas; e é por falta dele que vamos perder ainda talvez 50 anos de experiência com uma reforma tão mutilada quão improfícua. A atual reforma eleitoral é uma miragem tanto mais religiosa quanto é respeitável a massa dos espíritos nela empenhados; porque, depois da experiência feita, esses espíritos, hoje válidos, serão inevitavelmente a presa das desilusões inertes e do mais prejudicial ceticismo político.

A robusta fé com que hoje todos os partidos recomendam a eleição direta é altamente lamentável, porque, enquanto perdurar essa fé, as inteligências mais ativas do país estarão desviadas do verdadeiro ponto de vista social, que é: a educação nacional ao nível do século e completa incorporação dos estrangeiros no nosso organismo político.

A grande falha psicológica dos nossos guias da opinião nesta matéria consiste em um vício de lógica, em um estropeamento de método: o mal é de natureza radicalmente social e o remédio que se lhe quer aplicar é pura e exclusivamente político.

Sem dúvida são naturais e recíprocas as reações entre o elemento social e o elemento político; sem dúvida, a fronteira divisória que separa as questões sociais das questões meramente políticas não é precisamente um chanfrado infranqueável; mas, nem por isso é menos certo que essa separação não é arbitrária e está de acordo com as necessidades lógicas e cada vez mais crescentes do espírito científico.

Até os fins do século passado e os princípios deste, era permitido acreditar que todos os males sociais que afligem um país podiam ser sanados por medidas puramente políticas.

O sistema representativo, o sufrágio universal, a fascinante ficção da soberania popular, ainda não tinham passado pelo cadinho da experiência; o entusiasmo das generosas utopias, a ilimitada fé nos entes de razão, a idolatria pelas abstrações personificadas, a profunda emoção pela causa pública, faziam vibrar todos os corações e contrabalançavam satisfatoriamente as deficiências da razão de Estado.

De então para cá, porém, o cenário político modificou-se completamente. A rude experiência dissolveu todas as construções de fantasia e nos colocou face a face com a realidade da vida social, ante dificuldades de ordem estática e dinâmica, que só poderemos vencer pelo paciente estudo dos fatos e na mais inteira emancipação dos dogmas recebidos.

A experiência que temos hoje do regime parlamentar é amplamente suficiente para nos convencer de que esse sistema é incapaz de cumprir as suas promessas, e que devemos encará-lo como um paliativo apenas, como uma fonte de transição entre o passado e o futuro, um simples elo na cadeia das mutações sociais em caminho para uma organização superior. O verdadeiro, o

definitivo remédio é o crescimento da população, a instrução destas pelas ciências positivas, é a sua crescente prosperidade material, preâmbulo normal de seu desenvolvimento moral, é em uma palavra o movimento ascendente da civilização em todos os seus elementos.

Se o problema é difícil e espera ainda por uma solução satisfatória nos países mais adiantados, muito mais grave se torna ele entre nós pelas complicações que lhe trazem os nossos diversos elementos etnológicos, a nossa demografia, a nossa climatologia, a nossa posição geográfica, a nossa higiene, o nosso grau de cultura mental etc, etc. Perante fatores desta ordem o ponto de vista da política é verdadeiramente minúsculo, e é em vão que se tentará ladear as dificuldades, suprimindo-se a face social e moral do problema, para só encarar-se o seu lado político, que é inteiramente secundário.

Qual poderá ser a ação imediata da reforma eleitoral? A eleição direta, dizem os seus melhores apologistas, tem a vantagem de por à margem o grande número dos analfabetos, dos dependentes, dos caipiras e dos imbecis. Por certo, vai nisso alguma vantagem. Os que assim pensam dão prova de que já se acham bastante emancipados da idolatria das ficções e das ingenuidades do regime parlamentar; já duvidam da autenticidade dos dogmas metafísicos, e pouco falta que se convençam de que um dos principais vícios do sistema representativo é a escolha dos superiores pelos inferiores. Este primeiro vislumbre de ceticismo já é um grande passo para a plena aceitação da ciência social como base de uma política fecunda, tão honesta e franca como a ciência donde deriva. Esse ceticismo já é um sintoma de cansaço e repugnância pelo espetáculo das habituais misérias eleitorais. Nada se pode, de fato, conceber de mais absurdo, de mais imoral, de mais revoltante do que o espetáculo de uma eleição, tal qual é feita por um povo ignorante, pusilânime e corrompido como o nosso. Uma eleição em tais condições é a mais estranha violação de todas as leis do entendimento, é o mais atroz atentado ao senso comum; e é evidentemente de necessidade que envolvamos o quanto antes estas fealdades imorais na mais profunda espessura das sombras da história.

Mas, lucraremos realmente muita coisa ao arredarmos do processo eleitoral o grosso rebanho dos iletrados, dos analfabetos, dos dependentes de toda a sorte? Serão os nossos caipiras os únicos causadores da nossa ruína moral, dos nossos descalabros financeiros e administrativos?

Francamente, pela minha parte, não o creio.

O povo miúdo é simplesmente o cego cúmplice dos potentados, letrados e iletrados, que pululam por toda parte e que executam à risca por todo o império as ordens do governo. Muito maior cúmplice é a nossa fidalguia de diplomados e condecorados, de doutores, comendadores, barões e viscondes, com ou sem grandeza, de que hoje regurgitam todas as províncias.

É aqui que está uma das páginas mais escuras do segundo reinado.

Para cercar o trono do necessário prestígio, para realçar o brilho da monarquia, para garantir sobretudo a perpetuidade da dinastia, era evidentemente de boa política a criação de uma dedicada aristocracia. Foi o que se fez. E, neste trabalho de consolidação monárquica, foi o imperante tão auxiliado pelos conservadores como pelos liberais. Ambos os partidos trabalharam e trabalham ainda a porfia para dar cada qual maiores e mais vistosas fornadas de agraciados e titulares. Daí a derrama desses recém-possuidores de brasões, que, ano por ano, a cada festa nacional, a cada aniversário natalício de um membro da família reinante, vêm invariavelmente nos encher de estupefação e tomar assento à mesa do banquete imperial. Já não se conta o número dos contentados e muito maior é ainda o número daqueles que restam por contentar. Apenas uma barcada atravessa a baía dos empenhos e aporta à praia das graças, já da margem oposta está mais compacta turma reclamando igual passagem e mesmo porto. Por toda a parte surgem ninhadas de aspirantes às fitas e aos penduricalhos; nas ruas, nas igrejas, nos bares, nos saraus, dominam a vista as deslumbrantes fardas bordadas, os imponentes chapéus armados, os agaloados calções e os áureos fivelões. Estão realizados e excedidos todos os desejos de uma corte segundo o estilo tradicional. A mais cintilante legião de honra circunda os degraus dourados do trono.

Mas, o que convém notar mais particularmente, é que não é só do comércio e da lavoura que se levantam diariamente os novos astros. A própria república das letras não escapou ao contágio e é arrastada pelo mesmo turbilhão, atacada da mesma vertigem e enriquecendo cada dia a órbita imperial com mais uma estrela, com mais um luzeiro.

Jurisconsultos, médicos, engenheiros, representantes do pensamento culto não nutrem senão uma ambição: a de fazer parte do firmamento de São Cristóvão e eclipsar pelo brilho dos bordados o *resto* dos seus concidadãos.

Eclipsar a todos, ser alguma coisa mais, em aparência, do que os outros, eis a incessante preocupação da geração que passa e da geração que surge: a ciência já não é mais um nobre e austero escopo a atingir; a ilustração do espírito, a inteligência ao serviço da pátria e da humanidade, a prática das virtudes cívicas, já não constituem um digno alvo da atividade humana, já não satisfazem as aspirações da mente e do coração: é preciso que em torno do crânio e por fora do tórax fulgurem os símbolos da vaidade cortesã.

É neste abismo de ruína moral que se tem afundado a mais bela nata da nossa sociedade; e é nesta vertiginosa subversão de todas as leis da estabilidade de caráter e do senso moral que somos educados. Não temos os sãos e firmes princípios de uma altiva tradição social; não temos a máscula energia das patrióticas convicções, não temos opiniões fixas, nem dogmas definidos, nem bandeira, nem programa social.

Arredados, portanto, da urna os analfabetos, os pobres iletrados, o que nos resta? Fardões, chapéus armados, e a fumaça do incenso subindo como dantes às regiões do firmamento...

Admitamos, pelo contrário, a grande massa dos estrangeiros a se incorporar na trama íntima do nosso organismo político; concedâmo-lhes plena igualdade de direitos, plena liberdade de consciência, e podemos garantir que dentro de dez anos já a face do país será inteiramente outra.

Não podemos dispensar o concurso dos estrangeiros. Nenhum grande progresso material é possível sem que um grande movimento intelectual o te-

nha precedido e preparado; e entre nós não terá lugar esse prévio movimento intelectual sem a intervenção do elemento estrangeiro.

Todos, até mesmo o hipercatólico sr. Visconde de Bom Retiro, contemplam com admiração o extraordinário progresso material, que tem levado no decurso de um século a grande república norte-americana ao mais espantoso grau de prosperidade. Entretanto, poucos são os que se dão ao trabalho de analisar as causas eficientes desse portento, poucos são os que penetram nas condições mentais e morais do povo, que assim se ergue tão pujante, tão gigantesco à nossa vista.

Uns por preguiça de espírito, outros por medo das penas ideais da outra vida ou dominados pela supersticiosa reverência do artigo 5º. da Constituição, não querem reconhecer que todos os segredos da civilização norte-americana consistem simplesmente na liberdade de pensamento e na perfeita igualdade de direitos civis e políticos de todos os habitantes, sejam quais forem as suas crenças, seja qual for a sua primitiva nacionalidade.

É só o espírito de tolerância religiosa e filosófica, e só o influxo de generosidade que reina em toda a constituição norte-americana que tem atraído para os Estados Unidos essa intensa corrente de inteligências robustas, de caracteres fortes, de cidadãos ativos, partindo de todos os pontos do velho mundo, onde deixam todos os preconceitos, todos os ressentimentos, para inaugurarem na nova pátria uma nova carreira de trabalho, com o espírito aberto a todas as benéficas influências do progresso das ciências.

Os nossos conselheiros de Estado não são cidadãos do mundo atual, são apenas passageiros de Jerusalém para a imortalidade, e por isso não podem compreender que um estrangeiro protestante ou israelita tenha aspirações intelectuais a realizar, nobres necessidades morais a satisfazer.

Estão fechadas para ele todas as portas da vida social; são-lhe proibidos todos os encantos de uma ativa cooperação no bem comum; a sua fibra moral só pode vibrar sob o material impulso das instigações do estômago... Tais são as conclusões práticas a que conduz a filosofia de palácio. Contra tão tristes e

repelentes conclusões é nosso dever protestar, é dever de todos aqueles dentre nós que se acham emancipados das faixas teológicas, e que muito acima dos egoísticos interesses da salvação eterna sabem colocar a salvação terrestre dos interesses intelectuais e morais da pátria e da humanidade.

Os conselheiros de Estado, que lavraram o parecer reacionário, são conservadores e estão de acordo neste ponto com o sr. Sinimbu, chefe do gabinete liberal, o qual também julga perigosa a assimilação do elemento estrangeiro e a abolição da religião do Estado.

Não se deve tocar no artigo 5º., diz S. Exa. porque a grande maioria dos brasileiros é católica.

Essa asserção é inteiramente falsa.

Para todos aqueles que sabem deitar um olhar penetrante na intimidade das diferentes camadas sociais e que não se contentam com as exterioridades de convenção, é evidentemente inquestionável que quatro quintos da nossa população se compõem de fetichistas e politeístas, e que apenas um quinto, *cuja grande maioria se compõe de deístas,* está reservado aos verdadeiros católicos.

S. Exa. não tem tido tempo talvez para ilustrar o seu espírito no manejo das questões filosóficas. Por fatalidade, porém, não se pode ser chefe político, diretor do Estado, sem se estar senhor do terreno filosófico em suas mais intrincadas minudências. Se S. Exa. se estivesse ocupado com grande antecedência destes estudos, se em seu espírito admitisse entrada a um pouco de antropologia nacional, conheceria hoje muito melhor a situação mental do país e perceberia claramente que nenhum país melhor do que este se presta a manipulações desta natureza.

A reforma entre nós pode operar-se sem o menor abalo, porque o número de verdadeiros católicos é limitadíssimo. A maior parte dos que pretendem sê-lo não são senão puros deístas, tão passíveis das fogueiras do *Syllabus* como os positivistas, os ateus etc.

O nosso clero é quase em sua totalidade deísta; toda a nossa Câmara atual, inclusive o sr. Sinimbu, é deísta; quase todo o Senado é deísta; o ensino oficial da filosofia nas academias de São Paulo, de Pernambuco, dos liceus, nos colégios, é exclusivamente deísta; é em uma palavra o puro deísmo que domina em todas as camadas mais cultas da nossa sociedade.

São inteiramente sem valor todos e quaisquer protestos em contrário. O diagnóstico diferencial dos diversos modos de ser do espírito constitui uma das mais sólidas bases da ciência positiva, e nenhuma vontade humana pode inverter a ordem das classificações instituídas. Um ou outro mais audaz que se levanta contra a hierarquia do pensamento sistematizado, não consegue, como acaba de acontecer em pleno parlamento ao dr. Bezerra de Menezes, senão revelar a sua profunda ignorância nesta matéria, pretextando-se perfeito católico e patenteando entretanto todos os sintomas de um apurado deísta.

Se descermos agora às camadas incultas da nossa sociedade, as quais constituem com segurança quatro quintos da população, reconhecemos evidentemente que desse lado não pode haver a menor resistência contra a reforma. Excluída desses quatro quintos a população escrava que é totalmente fetichista, não obstante o rótulo católico que a cobre, resta-nos uma grande fração que vive engolfada no mais profundo politeísmo primitivo. Para esta a reforma passará completamente despercebida, porque não toca absolutamente em uma só de suas crenças fundamentais, as quais continuarão a viver por muito tempo ao lado da liberdade de consciência, do mesmo modo que tem vivido até hoje ao lado do catolicismo oficial, cuja existência lhe é inteiramente indiferente.

No conflito episcopo-maçônico tivemos ocasião de assistir a uma magnífica experiência psicológica, do mais subido alcance, pelas provas que nos fornece da veracidade do nosso acerto. Aí vimos os bispos, os príncipes da nossa igreja, trazidos à barra do tribunal, processados, condenados e condenados tumultuariamente, contra todas as regras da equidade – sem que, entretanto, de um só canto do império o povo se movesse ou promovesse ao menos um pronunciamento a seu favor. O povo conservou-se de braços cru-

zados, na mais glacial atitude, simplesmente por uma razão: é que a pessoa dos bispos lhe é inteiramente indiferente. Outro teria sido o procedimento popular na Espanha.

Mesmo entre nós, o procedimento teria sido bem diverso, se o sr. Rio Branco, em vez de ferir a pessoa dos bispos, tivesse por acaso ferido qualquer dos objetos da adoração de nossa população politeísta. Tocasse ele por exemplo na Senhora da Aparecida, na Senhora dos Remédios ou na Senhora das Dores, e aí teríamos por toda a parte as mais sangrentas sedições. Os próprios bispos não possuem o prestígio necessário para introduzirem a menor modificação nos usos admitidos pelo povo no que diz respeito ao culto de qualquer santo. Ainda há pouco, asseveram-nos pessoas fidedignas, o atual diocesano desta província, inspirando-se nas idéias mais elevadas do catolicismo, tentou substituir a imagem da Senhora da Aparecida por outra mais de acordo com o decoro artístico dos nossos dias: o seu sermão neste sentido não produziu senão a mais desagradável impressão em todo o seu auditório, e forçoso foi ser prudente e deixar as coisas no *status quo*. O resultado não podia ser naturalmente outro; porquanto, o ilustrado pregador, agitando concepções da mais alta esfera católica, achava-se colocado em um terreno por demais fora do alcance das fracas forças mentais do seu auditório politeísta. O que se passou aqui em ponto pequeno, é o que passa em grande por toda a parte relativamente à co-existência do catolicismo com as outras formas religiosas do pensamento popular. Do catolicismo não aparece senão o exterior, a pompa do culto externo, sob o qual vive o politeísmo, não como parasita, mas sim como alimentador vital da doutrina que o move. E, em geral todas as populações, de origem neolatina, não são senão nominalmente católicas na atualidade, e a razão é óbvia: se a população se ilustra, passa ao deísmo; se se ilustra mais fortemente, sobe a um grau mais alto da hierarquia e cai em qualquer das formas do pensamento científico, ateísmo, materialismo, darwinismo, positivismo etc., etc.; se não se ilustra bastante, pára no paganismo, ou desce mesmo às profundidades do fetichismo; e desta sorte, quase nenhum terreno sobra para o genuíno catolicismo.

Ora, se esta é a verdade da situação; se esta é a legítima interpretação dos fatos da nossa mentalidade, não podemos absolutamente compreender a razão do perigo, que o sr. presidente do conselho enxerga nas reformas pedidas.

E, entretanto, o sr. Sinimbu continua a fazer sentir ao país, por intermédio do orçamento chinês, que nós precisamos de braços!... Mas, serão braços sem cabeça?

E até quando continuaremos neste jogo irracional e desairoso, procurando à custa de pesadas somas atrair a emigração às nossas praias e ao mesmo tempo repelindo brutalmente os estrangeiros que nos procuram? Eis já mais de meio século que estamos a oferecer ao mundo pomos de ouro, quebrando entretanto as pernas àqueles que tentam colhê-los.

Isto evidentemente não é de uma política séria; isto não pode continuar indefinidamente.

É preciso que saibamos todos querer uma nacionalidade grande e poderosa no futuro, muito embora seja ela o produto da fusão de todos os sangues, de todas as raças.

Não devemos perder de vista que nós mesmos não somos, sobre a terra brasileira, senão estrangeiros aqui domiciliados de mais longa data; somos portugueses pelo sangue e o seremos ainda por muitos séculos, pela educação e pelas tradições. Com a reforma proposta não fazemos mais do que estender às outras nações o direito que nos coube por mera eventualidade.

O que devemos sobretudo recear e evitar é a imobilidade, de que nos ameaça a religião do Estado, e o isolamento do concerto geral das nações, de que nos ameaça a inelegibilidade dos acatólicos.

Jacareí, 25 de outubro de 1879.

A ELEGIBILIDADE DOS ACATÓLICOS E O PARECER DO CONSELHO DE ESTADO (2)[10]

Acabávamos apenas de assinar o nosso artigo de ontem, quando nos veio às mãos o bem elaborado ofício do exm. sr. d. Macedo, bispo do Pará, dirigido ao presidente dessa província. Esse distinto prelado, que como brasileiros devemos todos respeitar e admirar pelos nobres exemplos, que nos tem dado, da coragem de suas convicções, da firmeza de sua abnegação sob o martírio de uma condenação injusta, ímpia e anti-filosófica, mas sobretudo pela sua incontestável erudição, protesta enèrgicamente contra a leviana participação oficial do govêrno em uma festa, que a Igreja considera radicalmente ofensiva aos seus dogmas.

Esse natural documento é a mais conspícua confirmação das visitas que expusemos, sobre a situação mental e religiosa do nosso povo em massa, e ao mesmo tempo uma brilhante revelação da profunda mistificação em que têm vivido até aqui governo, povo, clero e Constituição do Estado.

O art. 5º. da Constituição – de tão momentosa importância segundo o parecer do Conselho de Estado – está, desde há longos anos, abolido de fato.

E, o que é mais notável é que tem sido o próprio govêrno quem tem desfechado contra êle os golpes mais mortais.

---

[10] Artigo publicado em 30 de outubro de 1879, em continuação ao anterior de 29 de outubro, em *A Província de S. Paulo,* na secção "Questões Sociais" 1ª. página, colunas 2, 3 e 4, datado de Jacareí 26/10/79. (*Este artigo não consta da edição de 1880 d''As Soluções Positivas da Política Brasileira". (Nota de Gilda Naécia Maciel de Barros)*

Se até aqui a abolição efetiva do art. 5º. tem passado desapercebida, é este singular fato devido ùnicamente à ignorância dos nossos antigos diocesanos, que, mais comodistas do que ilustrados teólogos, não percebiam de todo a transformação do ambiente espiritual, que se operava sob sua direção.

Escapou-lhes inteiramente o terreno debaixo dos pés, sem, nem de leve, terem consciência quer da espessa atmosfera pagã, que os circundava, quer das ondas cada vez mais crescentes do espírito metafísico, que, sob a forma de manso deísmo, invadiu pouco a pouco todas as camadas mais cultas da sociedade, avassalando governo, deputados, senadores, professores públicos, funcionários de todas as categorias, câmaras muunicipais, academias, etc, etc, todos os supostos órgãos e apoios da constituição do império, em uma palavra.

Hoje aparecem prelados distintos, moços corajosos, perfeitamente adestrados no manejo das disciplinas eclesiásticas, intimamente familiarizados com as mais sutis interpretações da ortodoxia católica; e, como o caminho, que trilha a sociedade lhes parece com toda a razão um desvio da senda católica, fulminam com todo o vigor crenças espúrias e adventícias. Daí a grita contra eles! daí esse movimento sem nome de irmandades sacrílegas, de corporações maçônicas a se socorrer de um govêrno de deistas contra os dignos prelados, que não fazem mais do que cumprir um dever indeclinável!

Em suas inflexíveis imposições os nossos bispos prestam-nos um imenso serviço, obrigando cada um a refletir e reconhecer o seu lugar. Ao exigir deles uma modificação disciplinar, a sociedade não sabe realmente o que pede: essa modificação é uma monstruosa impossibilidade religiosa e filosófica. A igreja não pode reformar-se, porque reformar-se seria suicidar-se.

Os bispos estão em seu papel, em suas mais legítimas atribuições. É o govêrno e é a sociedade que estão em um terreno falso, pela ignorância em que vivem dos dogmas religiosos e das mais elementares questões filosóficas.

Seja-se deísta, ou seja-se ateu; mas, que se o seja com pleno conhecimento de causa.

Grande serviço poderia ter prestado ao país a nossa maçonaria, na sua polêmica contra os bispos se, em vez do caráter híbrido de suas expansões teólogo-metafísicas, tivesse francamente hasteado a bandeira do livre pensamento. Era seu dever erguer-se em face do Syllabus e em face do país para definir-se desassombradamente e afirmar-se potência imcompatível com a potência da igreja, como o tem feito a maçonaria de todos os outros países. Não tendo, porém, ela até aqui entrado no âmago da questão; tendo deixado completamente de lado a questão dos princípios, para só se interessar em um perpétuo ataque contra as pessoas, o seu papel tem sido nulo, e o conflito religioso continua de pé, esperando pela batalha decisiva, que só poderá ter lugar quando se travar francamente a luta no verdadeiro terreno filosófico, que é o da teologia contra a metafísica, do catolicismo contra o deísmo.

Abstração feita dos fins a atingir em um outro campo, é inquestionável que em toda esta polêmica os bispos têm revelado muito mais erudição técnica, muito mais pleno conhecimento do assunto, do que os seus adversários. Eles ao menos sabem o que querem; definem-se claramente e delimitam magistralmente a esfera da doutrina, que sustentam; ao passo que os maçons-deístas sem o saber – têm representado continuamente um papel ambíguo e contraditório, verdadeiro misto de carolice e de impiedade, ora agarrando-se com incrível pertinácia à opa e ao círio, ora arremessando os mais sangrentos dardos contra a pessoa dos bispos.

Para a ciência positiva, que encara todas as coisas com imparcialidade e sangue frio, todo esse ruidoso conflito não tem senão uma significação: é que no Brasil a grande massa dos espíritos ativos já não é mais católica e que o artigo 5º. da Constituição não tem hoje senão uma importância puramente histórica.

Daí, resulta, como corolário, que já desapareceu a razão do Estado, que negava aos estrangeiros e aos católicos a igualdade de direitos e a elegibilidade ao parlamento.

Antes de terminar, cumpro um dever de justiça, declarando que dois conselheiros de Estado, os srs. José Pedro Dias de Carvalho e Joaquim Raimundo de Lamare, votaram a favor dos estrangeiros e dos acatólicos.

A GRANDE NATURALIZAÇÃO (1)[11]

I – ORDEM E PROGRESSO

Uma situação qualquer, diz Comte, em um momento qualquer da história, é sempre o resultado de tudo quanto a precedeu.

Esta máxima fundamental da filosofia positiva, fonte abundante de toda a sorte de sugestões práticas para as combinações políticas, se aplica a qualquer país, a qualquer agregado, a qualquer fase de uma civilização, independentemente de toda a consideração de raça, de clima, de religião ou de aspecto geral da natureza.

Ao mesmo tempo serve ela de guia seguro na aplicação do método científico às investigações sociológicas.

A Província de São Paulo tentando, há pouco, aferir a nossa crise política atual pelos antecedentes históricos do partido liberal, que condensa por assim dizer todo o nosso passado, no que ele apresenta de mais glorioso, procurou colocar a questão neste terreno elevado, o único compatível com as exigências do espírito científico moderno.

Era um campo magnífico para se travar a luta. Aí desapareceriam as personalidades, para só se encontrarem frente a frente os princípios. Podia ter

[11] 15 de fevereiro de 1880. Artigo incluído na secção "Questões Sociais". Todos os artigos que se seguem com este título foram publicados em *A Província de S. Paulo* e incluídas pelo Dr. Luiz Pereira Barreto em seu livro *Soluções Positivas da Política Brasileira*. (Nota de Gilda Naécia Maciel de Barros).

havido erro no manejo do processo, podia haver falta de justeza nas apreciações, podia haver excessiva severidade de juízo em um ponto, excesso de benevolência em outros.

Mas, todos estes defeitos – na hipótese que tais defeitos existissem – não constituíam um motivo plausível para se condenar o próprio método e se envenenar as conclusões. Se erros houve, era fácil aos adversários retificá-los, não invocando argumentos de ordem extracientífica ou motivos pessoais, que nada têm que ver com a questão, mas pondo em jogo as mesmas armas, invocando o mesmo método, dando a palavra aos mesmos fatos e fazendo surgir do meio das falsificações, reais ou supostas, a nua verdade histórica.

Infelizmente, a tentativa frustrou-se; e o grande debate teria facilmente degenerado em uma deplorável polêmica pessoal, se a *Província* não tivesse tido a prudência de abster-se de represálias sistemáticas, ante a violência de linguagem de um dos principais órgãos da imprensa governista, linguagem que, só por exceção e por curtos intervalos, se tem ouvido nesta província.

Os artigos que vamos submeter à consideração do público, põem em circulação algumas duras verdades de filosofia política, que com facilidade podem provocar nos arraiais oficiais uma viva reação.

Entretanto, não entra absolutamente em nossos planos a provocação de conflitos deste gênero. Se há um assunto, em que menos cabimento pode ter a polêmica, é por certo o da grande naturalização. Não a desejamos, portanto; antes, sinceramente, a receamos.

Só desejamos, sim, que pessoas mais hábeis se ocupem do mesmo assunto e o elucidem em todas as suas faces e no mesmo sentido favorável.

No momento em que Portugal tomou posse efetiva do Brasil, a unidade de pensamento, estabelecida pela ação do catolicismo, achava-se irrevogavelmente rompida na Europa. A ordem moral achava-se profundamente

abalada. As contínuas revoltas contra a autoridade da igreja, as incessantes heresias, a invasão crescente do espírito revolucionário da reforma, as sangrentas repressões, o estabelecimento dos queimadeiros inquisitoriais, tudo indicava que se fechava um mundo antigo e que um novo se abria, inaugurado pelas primeiras descobertas das ciências físicas. Era geral o cansaço pela antiga doutrina, que impunha a obediência passiva, a humildade e a privação de todos os gozos terrestres, como condição da salvação eterna. As primeiras conquistas da ciência faziam pressentir um futuro mais risonho e mais humano. Entretanto, essas primeiras aquisições científicas, bastante eficazes para arruinar a fé, eram por demais limitadas para constituir um corpo de doutrina, que pudesse substituir vantajosamente a antiga. Não se acreditava mais nos velhos dogmas, mas ninguém se achava em estado de conceber e pôr outros no lugar. Estava irreparavelmente aluído o edifício católico-feudal, mas faltavam completamente os materiais para a construção da nova obra. Achavam-se, por conseqüência, todos os espíritos fora de equilíbrio, sem ponderação.

Nessa fronteira divisória, entre um antigo sistema de crenças, que se desmorona, e um outro, que apenas surge, destituído de bases mentais, o perigo é grande para a balança das funções cerebrais. Os organismos coletivos como os indivíduos, podem passar de um extremo a outro. Da excessiva atividade intelectual, sob forma de fervor religioso, podem cair na mais completa apatia mental. Em lugar da progressão histórica vemos então uma regressão.

A dissolução dos costumes, a desorganização moral vem tomar o lugar da antiga síntese.

Os povos mais novos, aqueles que apareceram mais tarde na cena da história, e, talvez por este motivo, como que dotados de uma maior reserva de energia, atravessaram incólumes essa fase de perigo e fizeram redundar em benefício do progresso os destroços da antiga mentalidade.

Neste caso então os alemães, os francos, os anglo-saxões.

O mesmo não aconteceu com as raças mais mescladas de sangue romano, cuja economia mental havia sido mais profundamente abalada pelas su-

cessivas mutações do pensamento. Nestas, e sobretudo, em Portugal, o efeito do último golpe foi o de uma verdadeira concussão cerebral. O principal sintoma diagnóstico da concussão cerebral é, em medicina legal, a perda da memória, o *hiatus* entre o presente e o passado, o completo esquecimento de tudo quanto precedeu a situação atual.

Ora, em história, nenhum país apresenta mais acentuado este sintoma característico da perda da filiação dos antecedentes do que Portugal, no momento em que se resolveu a tirar partido efetivo do imenso território, que a sorte acabava de lhe confiar.

Não foi o desinteressado e puro zelo pela propaganda da fé cristã, nem o altruístico empenho em concitar os aborígines a tomar assento à mesa do festim da civilização, que o moveram a expedir para cá as primeiras turmas de povoadores: não, o que o instigou, foi tão somente o prospecto das nossas minas de ouro, de que tanto precisava a corte portuguesa, para dourar novos pecados e resgatar os antigos mediante devotas doações. Os primeiros povoadores – nossos gloriosos átavos – foram galés, calcetas, relapsos de justiça de toda espécie. E é bom não perdermos de vista este detalhe da nossa árvore genealógica, bem como não devemos esquecer que jamais entrou nas vistas de Portugal a fundação entre nós de uma séria agricultura.

Mais tarde, a coisa andou um pouco melhor: capitães-mores de fardão, cintilantes vice-reis, vieram sucessivamente enobrecer este receptáculo de réprobos.

Mais tarde ainda, o próprio rei em pessoa aqui apareceu.

A grande naturalização (2)[12]

II – Ordem e Progresso

Vinha el-rei rodeado de toda a sua corte, trazendo uma enorme bagagem, onde figuravam com grande sobresaliência baús com bulas e caixas com santos.

Tanto o rei como a corte chegavam com terebrante apetite e grande necessidade de refocilação. As fadigas da longa viagem, as cruciantes emoções da fuga, sucedendo ao pânico produzido pela presença de Junot em Portugal, reagiam com toda a força da matéria a favor das expansões sardanapálicas. Durante os primeiros tempos, o país só percebeu a presença da monarquia pela alta nos mercados de comestíveis e pelo clangor das festas congratulatórias. Era a supremacia do instinto de conservação material em consciências fartas de missas, mas faltas de toda a noção do dever moral a cumprir. E assim o júbilo foi grande e prolongado.

Entretanto, uma coisa destoava no meio da geral satisfação: é que a realidade do Eldorado não correspondia à expectativa; o ouro das nossas minas não se derramava nas mãos de el-rei com a profusão sonhada no outro lado do Atlântico.

Era preciso esporear este país, era preciso revolver as suas entranhas, espremer todas as montanhas, para com o produto da sucção tapar os profun-

[12] 17 de fevereiro de 1880.

dos buracos do real erário. Para isto era indispensável gente, muita gente e de bem musculados braços. Mas, aonde ir buscá-la? Em Portugal? Não se podia seriamente pensar nisso: toda a população de Portugal era insuficiente para ocupar a área de uma só das nossas menores províncias.

Recorrer aos holandeses, aos franceses? A isto se opunha o ciúme da avareza ignorante e ainda mais o ódio resultante de um recente passado. Aos ingleses? Estes, na verdade, se achavam em uma situação mais favorável: acabavam de arrancar a mãe pátria às garras do grande capitão corso e faziam a el-rei mil pequenos favores, forneciam-lhe conselhos gratuitos e algum dinheiro a prêmio honesto. Entretanto, a cordialidade não era completa. A corte da Bahia, e, posteriormente, a do Rio de Janeiro, não via com bons olhos a preponderância inglesa: a abertura de alguns portos do Brasil ao comércio estrangeiro, a liberdade de exploração de algumas minas de sal e outros pequenos vislumbres de indústria autóctone pareciam-lhe exigências impertinentes, concessões fatais, que só um amigo pérfido poderia aconselhar. É preciso não esquecer que nesse bom tempo todos os dogmas fundamentais da economia política moderna eram reputados heresias tão perversas como os de liberdade de pensamento, liberdade de consciência e liberdade de culto.

Ao passo que a diplomacia inglesa forcejava por fazer triunfar a tendência moderna, a corte de el-rei dava tratos à imaginação para descobrir uma chave do seu cunho para a solução do problema.

Os dedicados servidores olharam para a África.

Lá estava a chave.

As colméias africanas passaram-se para as nossas plagas. Enxames sobre enxames desbravaram as nossas matas, fundaram os primeiros núcleos agrícolas e produziram um princípio de riqueza. Com esta surgiram novos horizontes, despontaram germes de emancipação, e alguns espíritos mais ousados sonhavam independência.

Fez-se, de fato, a independência, e, logo após, foi proclamada a carta constitucional.

Para se poder bem compreender esta fábrica política, convoluto de idéias adiantadas e de princípios retrógrados, verdadeiro misto de carolice e de impiedade, é preciso não perdermos de vista a situação social de onde surgiu.

Como no paralelogramo das forças, esta obra é a resultante de duas tendências contrárias e incompatíveis: a da retrogradação, personificada no espírito português, e a da progressão natural, influenciada pelas idéias de 89 e secundada pela ação da diplomacia inglesa. Foi um produto híbrido, imposto pela habilidade diplomática aos impotentes representantes do passado.

Como todo o produto híbrido, esta obra estava condenada a não dar frutos.

Mas, como os efeitos de qualquer combinação política, em virtude da complicação natural dos fenômenos sociais, só se tornam perceptíveis e acentuados no fim de algumas gerações, ninguém suspeitou, durante muito tempo a fragilidade inerente à obra. Houve mesmo por ela a princípio grande entusiasmo e muito bons brasileiros acreditaram sinceramente na sua eficácia.

Na situação de espírito, em que se achavam esses nossos avós, era de fato difícil dominar todos os pontos de vista e abraçar de um só golpe todas as conseqüências.

Senhores absolutos de um imenso e admirável território, onde se encontram grandes rios, grandes minas, todos os climas, todos os recursos; garantidos em seu domínio pelo apoio moral de uma grande nação; contando com o fecundo e inexaurível ventre da África para o fornecimento de milhares de máquinas humanas para a pacífica exploração das riquezas do solo; secundados pela intensa energia da fé católica, que impõe às máquinas humanas a resignação como a primeira das virtudes sociais; circundados, em uma palavra, de todas as vantagens materiais de uma bela posição geográfica, não podiam absolutamente descortinar no horizonte os pontos negros do fundo do quadro. Com tão magnífico ponto de partida, a prosperidade, a grandeza, a força nacional deviam necessariamente apresentar-se a seus olhos como a única perspectiva possível.

Assim como certas tribos atardadas depositam no túmulo de seus mortos iguarias e relíquias, na persuasão de que esses pios objetos serão agradáveis aos queridos manes, assim os nossos avós, dominados por um longo passado de egoísmo, identificados e formando uma só peça com o espírito retrógrado de Portugal, depuseram no berço da nossa história política a instituição da escravidão, na cândida persuasão de que, assim procedendo, faziam obra útil e agradável a nós, seus prediletos netos.

Baldado esforço de paternal piedade.

As iguarias apodrecem ao lado dos manes: nós apodrecemos no meio da escravidão. Fomos nós os sacrificados. O que parecia um elemento de vida tornou-se um elemento de morte. O que parecia uma instituição normal e justa tornou-se com o tempo uma obra apenas justificável como expediente de momento. Falharam todos os cálculos dos nossos bons avós; o problema do povoamento continua de pé; a escravidão e o catolicismo (que para o espírito é uma outra forma de escravidão), impediram a imigração; o país continua deserto; não conseguimos aclimar entre nós o trabalho e a indústria; e, afinal, flutuávamos indecisos entre duas correntes, quando nosso monarca, em um momento de despeito, rompeu bruscamente com as tradições, e colocou-nos sobre a ponta de um rochedo no meio do grande mar do desconhecido, sem querer nos conceder, por caridade ao menos, os meios de sairmos airosamente desta singular e perigosa posição.

Não contestaremos ao sr. D. Pedro II a grandeza do seu ideal nem a nobreza de suas intenções.

Folgamos, pelo contrário, em idear que sua majestade possa um dia, com todo o vigor que o espírito do século inspira, dar uma cabal e franca resposta, quando os manes de seu augusto avô por acaso lhe perguntem:

"Que é da chave que vos dei para guardar?".

A grande naturalização (3)[13]

III – Ordem e Progresso

Esse passo do sr. D. Pedro II foi incontestavelmente um grande progresso perante o século, perante a moral social em contínua contradição histórica com a moral revelada.

O progresso, porém, não se improvisa.

Não se rompe impunemente com o passado.

Se assim não fora, sua majestade não se acharia a esta hora à frente da monarquia e ocuparia, quando muito, o lugar de presidente da república brasileira. E, seja dito de passagem, o espírito público está muito mais preparado para esta inversão de papéis do que pensa talvez sua majestade e seu próprio governo, anestesiados pelo contínuo incenso de uma imprensa fanatizada e superficial.

As leis que regem a marcha dos fenômenos sociais e econômicos não se subordinam aos caprichos de uma vontade, nem mesmo quando essa vontade é entre os humanos sagrada e inviolável.

Não se destrói senão aquilo que se pode substituir, ensina a filosofia positiva, e toda a reforma radical e imediata é necessariamente contraditória, e por conseqüência nociva. Assim é porque uma mutação social qualquer supõe

[13] 19 de fevereiro de 1880.

uma série de antecedentes que a preparam. No caso vertente a reforma foi contraditória e nociva, porque a Constituição não nos deu os meios de prepará-la; e, não tendo nós tido meios de prepará-la, achamo-nos hoje impossibilitados de substituir uma instituição que sua majestade destruiu pela raiz.

Os nossos avós, fundadores da pátria, estavam no seu papel, foram lógicos quando elaboravam a Constituição. Contavam certo com a permanência indefinida da escravidão; nem de leve suspeitavam que a pressão das nações civilizadas a pudesse um dia extinguir; e, nessa convicção de ânimo, puderam muito razoavelmente dispensar o concurso do estrangeiro.

No fabrico do novo império, o ponto de vista, que preponderava, era o do interesse, em primeiro lugar de uma casa, de uma família; e, em segundo, de uma pequena raça, de um punhado de indivíduos favorecidos pelo acaso. Encarada desse ponto de vista, a grande naturalização não podia evidentemente apresentar-se senão como um elemento perturbador. Foi, portanto, rejeitada. É um fato que se deve deplorar, mas que não se pode denegrir em demasia, visto a soma de antecedentes que pesavam contra a sua adoção. O critério histórico é relativo às épocas e às circunstâncias. Outros tempos, outra moral.

Mui diversa era a situação feita pelo tempo a S.M. o sr. D. Pedro II; mui diverso o ponto de vista de nossa época; e, por conseqüência, mui diversas deveriam ter sido as precauções a tomar, se queria deveras que a história lhe concedesse um lugar de honra ao lado dos grandes homens de estado, de Frederico, o grande, por exemplo.

Sua Majestade arrancou uma das pedras angulares do edifício legado por seus avós, deixou-o suspenso no ar em um dos ângulos; e, quando hoje receosos de uma ruína iminente, pedimos que nos conceda a permissão para colocar ali uma escora, grita-nos o sr. Sinimbu: *ainda não é tempo*.

Tivemos assim o progresso sem a ordem; tivemos o exemplo do espírito revolucionário partindo do alto, sem as medidas suplementares que deviam contrabalançar os inconvenientes de uma aplicação intempestiva. Desta sorte,

vamos viver por alguns anos com o resto das forças de trabalho, que nos legou o passado, e, esgotadas estas, entraremos em liquidação forçada.

Se tivéssemos tido, ao menos, a consciente firmeza de caráter, ao darmos ao mundo este belo exemplo de abnegação, a história poderia afirmar aos nossos vindouros que nos suicidamos por uma idéia. A nossa queda poderia então figurar como uma reabilitação. Seria nobre, seria um fato de marcar época. Isto não acontecerá, entretanto.

Em primeiro lugar, não há exemplo, na história, de um povo que quebra gratuitamente os instrumentos de trabalho, que tinha nas mãos, sem possuir os meios de obter outros, superiores ou iguais, que substituam os primitivos. Neste sentido o nosso sacrifício perde de merecimento pela leviandade. Desaparece a generosidade do impulso ante a irreflexão do capricho.

Em segundo lugar, não houve sinceridade no sacrifício: não houve aquela largueza de vistas generosas, quando perante o mundo exibimos o pomposo espetáculo de abnegação.

O governo de sua majestade continuou a mesma estreiteza de vistas em tudo quanto diz respeito à política internacional, ao direito das gentes, o mesmo acanhado programa, o mesmo espírito de egoísmo e de improbidade para com o estrangeiro que do tempo de D. João VI.

Um estadista notável e de boa fé, o sr. Visconde do Rio Branco, estancou a fonte da escravidão.

Mas, o hábito de ter escravos, de procurar escravos para povoar o país, continuou vivaz e arraigado no espírito e nos atos do governo de sua majestade. A *vis a tergo* das tradições é que continua a mover toda a nossa política. Não somos nós que governamos, são os mortos, são os nossos antepassados, esses contemporâneos de uma fase social, em que a palavra *estrangeiro* era sinônimo de inimigo (*hostis*). Não é o espírito do século que determina a nossa conduta; é a sombra de um tenebroso passado.

Desistimos do escravo preto mas queremos o escravo branco sob o nome mais eufônico de *colono*; e Sua Majestade está na dianteira dos que nadam nas

impuras águas desta corrente. Com um simples eufemismo de linguagem acreditamos poder alterar a natureza das coisas e continuar o antigo sistema de espoliação.

Por todos os meios temos procurado atrair os emigrantes às nossas praias.

Em desespero de causa, temos atirado o nosso ouro aos montes, para captá-los. Mas, eles passam de lado, indiferentes ao nosso engodo, e vão para os Estados Unidos, para a Nova Holanda, para a Austrália, para a Índia, para as Repúblicas do Prata; vão para onde os respectivos governos não lhes oferecem dinheiro, mas oferecem-lhes simplesmente o título de cidadãos. Justa e tremenda punição para a maldita veleidade de querer resolver problemas, em que entram fatores da mais alta esfera moral, pelo exclusivo cálculo de mesquinhos interesses materiais.

Depois da lei de emancipação do ventre proletário, parecia que íamos entrar de cheio em uma nova fase política e social e desenrolar um vasto programa de medidas liberais marcadas ao cunho das generosas inspirações. Perfeito engano! Foi então que se revelou em todo o seu dia a desnaturada tendência da nossa governação, e que se tornou bem patente a conformação teratológica do nosso organismo político.

Os nossos avós se haviam dirigido à África; o primeiro gabinete liberal deste último decênio se dirigiu à China.

Este passo impolítico, este erro palmar, tem para a história uma alta importância: a expedição à China significa a tenaz repugnância que reina nas regiões oficiais pela civilização européia.

Não somos infensos aos chins, como não somos infensos a nação alguma. Admiramos antes essa civilização imponente surgida do seio de uma longa elaboração de princípios puramente humanos, sem a mais leve intervenção de revelações divinas ou outras quaisquer manifestações da agência sobrenatural. Admiramos profundamente o espírito eminentemente positivo desse povo ativo, inteligente e afeito aos mais árduos problemas da indústria pacífica.

Não, não é por isso que condenamos a missão à China. Condenâmo-la sim, não só porque não temos um único antecedente histórico, que permita uma perfeita fusão de sangue, de interesses e de idéias, mas sobretudo porque entra nessa tentativa um pensamento oculto inconfessável, o da exploração mercantil de um povo laborioso, que se reputa *excelente* como instrumento de trabalho, mas que se considera *inferior* por não ter sido batizado! – Não somos contra a China: somos, sim, e seremos sempre contra todo o plano de colonização, em que entre um cálculo de traição contra quaisquer de nossos hóspedes. O que queremos acima de tudo, é que se reconheça os direitos do homem; o que pedimos: é a nobilitação do trabalho.

Sua Majestade e o seu governo ainda a esta hora não compreenderam que os interesses puramente materiais são antes mais próprios para desunir do que para unir, para repelir do que para atrair. E, se temos hoje, não obstante as funestas disposições da nossa afonsina legislação, algumas prósperas colônias, o devemos não somente às vantagens excepcionais do país, mas sobretudo ao grande espírito de tolerância e de fraternização do nosso povo, muito mais adiantado neste ponto do que todos os nossos governos constitucionais. O instinto popular sobrepujou de muito a sabedoria de sua majestade e a de seus sete ministros, e, se lhe fosse facultada a opção, hoje mesmo seriam cidadãos brasileiros todos os estrangeiros aqui residentes.

A GRANDE NATURALIZAÇÃO (4)[14]

IV – ORDEM E PROGRESSO

A obra da nossa constituição estava condenada a permanecer estéril por dois defeitos capitais: a consagração da religião católica como religião do estado e origem exclusiva de todos os direitos políticos, e a recusa absoluta aos estrangeiros do direito aos altos cargos políticos.

As condições de formação do estado brasileiro afastaram-se completamente das que presidiram na evolução histórica à constituição dos outros estados. Não se tratava aqui de organizar politicamente uma população pré-existente, já formada.

As diversas tribos selvagens aqui encontradas não entravam absolutamente em linha de conta; ninguém se preocupava com a sua sorte, antes o seu extermínio estava na opinião geral.

Tratava-se, por conseqüência, da criação de uma população. Ora, para os espíritos os menos aguçados é evidente que a formação deste novo estado não podia ser modelada segundo o tipo dos antigos reinos. A história antiga nenhuma solução aproveitável podia nos oferecer; aqui a embriologia social era inteiramente especial; tudo era novo, tudo estava por fazer segundo as indicações terminantes da novidade da situação, das circunstâncias presentes.

[14] 21 de fevereiro de 1880.

Mas, se não encontrávamos modelo conveniente na história antiga, tínhamos em compensação o exemplo recente de um país surgido e formado das mesmas emergências, das mesmas circunstâncias, e que, no momento da nossa independência, já atraía sobre si a atenção do mundo civilizado. Os Estados Unidos da América aí estavam para nos guiar com o seu exemplo e a sua experiência e não era difícil abstrair da forma republicana para com ele aprendermos os meios de nos obter o elemento para nós capital – população.

Entretanto, os nossos fundadores da pátria não puderam efetuar essa abstração: preferiram o velho e conhecido molde português, e é desse molde que saiu o império nascente, desfigurado e trôpego, um verdadeiro aleijão.

O império trazia estampadas na fronte duas insensatas utopias: vinha com pretensão a grande estado, sem promover população, e apresentava-se paladino do catolicismo, já então caduco, exausto e repudiado na Europa.

Destas duas arrancadas de patriótica vaidade, é difícil dizer-se qual a mais funesta ou a mais extravagante. Qualquer delas era suficiente para comprometer a estabilidade do edifício, que se supunha poder desafiar as tormentas sociais e as sanhas do tempo. Venturosos sonhos, felizes devaneios.

Os pios patriarcas, elaboradores da Constituição, pretenderam encorrentar no regaço da igreja romana todas as futuras gerações de brasileiros. Era um mundo cor de rosa esse que se lhes antolhava no futuro: a África aos nossos pés; todos os esplendores e gozos materiais da terra afluindo ao nosso encontro; a paz segura; a consciência serena; além o céu, a imortalidade!...

Por desgraça, porém, não contaram como toda a traiçoeira agudeza do dente do tempo, com o determinismo da evolução histórica, que impiedosamente deviam reduzir a retalhos o seráfico programa e as atraentes perspectivas.

Não foi preciso, de fato, muito tempo e todo o cenário se sombreou.

As leis naturais, que presidem à marcha do espírito humano, seguiram indomitamente seu curso; a sociedade caminhou, impelida a princípio pelas afagantes sonegações metafísicas do deísmo, e em seguida pelas concepções

positivas da ciência; o Deus concreto e pessoal da teologia, o Deus de Abrahão e de Jacob, o Deus dos nossos avós e da nossa Constituição, dissolveu-se pouco a pouco e desapareceu afinal da cena mental do país, para ceder o lugar ao Deus abstrato e impessoal da metafísica, ao Deus dos maçons, mais conforme as exigências da moda, Deus cavalheiro e perfeito *gentleman*. E é este o Deus que hoje governa soberano o espírito e o coração das camadas mais cultas da nossa sociedade; e é este o único Deus, que o ensino oficial recomenda e proclama nas nossas academias. Nem o governo, nem o conselho de estado, nem a princípio os próprios bispos, nem padres, nem professores perceberam o gradual desaparecimento do Deus nacional do altar que os nossos avós haviam levantado no art. 5º. da constituição. Todos, todos embriagaram-se na fonte deísta; tudo, tudo contaminou-se, tudo transviou-se ao ponto de hoje parecer o *Syllabus*, esse código indispensável do bom católico, um livro extravagante mesmo àqueles que se apresentam como estrênuos defensores da nossa defunta constituição.

Todos, cegamente, de mãos dadas, concorreram para esse desfecho.

Desmantelou-se irremediavelmente a veneranda obra dos nossos avós; solapou-se o edifício pela base; da religiosa obra não resta senão um montão de ruínas; e o art. 5º. da constituição hoje apenas atesta que este país outrora foi romano. É apenas um triste nicho vazio, uma simples relíquia arqueológica, que despertará na história a curiosidade dos nossos pósteros. A fé está morta; a constituição está ab-rogada *de fato*, e não foi preciso a convocação de uma assembléia constituinte para epitafiar o seu pensamento... Foi a obra de uma simples lei natural atuando de manso, sem eleições nem parlamentos.

Em um artigo precedente, aplicando os dados da filosofia positiva ao diagnóstico das diferentes formas do pensamento religiosos entre nós, procuramos demonstrar que, desde há muito, deixamos de ser católicos, que a grande massa do nosso povo nem mesmo cristã é, e que só por um vasto sistema de mistificações é que os nossos altos poderes públicos conseguem a um tempo iludir o passado, falsear o presente e trair o futuro.

Não voltaremos mais aqui sobre a confirmação desta verdade, cujas provas superabundam, sendo fácil a qualquer encontrá-las por toda parte. Apontaremos apenas dois fatos significativos, que resumem a nossa longa série de mistificações e põem em relevo a pasmosa incoerência dos nossos principais estadistas e outros representantes oficiais do espírito da constituição.

O sr. Conselheiro Paulino, que, ainda recentemente, fazendo parte do conselho de estado, deu conscienciosamente, religiosamente, patrioticamente, seu honesto voto contra os acatólicos, é o mesmo homem que, quando ministro do império, não experimentou o menor escrúpulo em adotar oficialmente para os exames da instrução pública um pequeno livro, que tem por título *Select Passages of Prose and Poetry*, from Lingard, Macaulay and Milton.

Nada temos a dizer, sob o ponto de vista puramente literário, contra o critério que presidiu à escolha dos diversos trechos desses três grandes escritores; aplaudimos antes o bom gosto e o tacto do compilador.

Mas, acontece que, entre os diversos excertos de Macaulay, encontram-se alguns com alusões tais, com tais confrontos entre o protestantismo e o catolicismo, que o mais ingênuo ou boçal examinando não pode deixar de vexar-se da religião oficial do seu país e sentir uma irresistível simpatia pela igreja protestante.

O nobre ministro, amante da boa literatura, e empenhado pelo progresso mental de seus jovens patrícios, esqueceu-se do ponto capital: que neste país a religião católica é religião de estado, e que o nosso código criminal pune com a pena de um a quinze meses de ergástulo todos aqueles que dirigem ou promovem ofensa à religião do estado...

Perguntaremos agora:

Quando é que o sr. Paulino foi sincero? Quando adotou o ímpio livrinho ou quando desfechou sua implacável bola negra contra os inofensivos acatólicos, cujo crime único é ver claro no meio das trevas gerais?!...

E, entretanto, o sr. Paulino é um homem de bem.

Honorable are they all, diz Shakespeare pela boca de Marco Antônio.

Os nossos bispos não sabem inglês... acrescenta a nossa atilada mocidade acadêmica.

E é assim que se insinua a serpente sob a doce relva constitucional...

O outro fato refere-se à academia de São Paulo. Temos aqui o tão estimável quão católico sr. Benevides, proprietário da cadeira de direito natural, o único membro do corpo docente que expõe ao seu auditório doutrinas irrepreensivelmente constitucionais e ortodoxas sobre jurisprudência. É o único que não trai o posto de confiança, que lhe confere a constituição.

Quereis saber o que acontece? É mal visto pelos seus colegas, e até por seus jovens discípulos. E, ao passo que o sr. Benevides se impopulariza, dirigindo epístolas aos gentios, exercendo escrupulosamente a sua missão evangelizadora, o bom sr. Conselheiro Martim Francisco, proprietário da cadeira de direito eclesiástico, se recomenda à popularidade acadêmica declarando-se abertamente em oposição aos dogmas oficiais e pedindo a separação da Igreja do Estado, o casamento civil, a elegibilidade dos acatólicos, etc., etc.

O que se passa em São Paulo, é o que se passa em todas as nossas faculdades, sem falar na nossa eminente Escola Politécnica, onde o ensino é francamente ateu. Em todos estes estabelecimentos de instrução superior nem de nome se conhece a religião do estado.

Se encararmos este movimento de emancipação pelo lado da imprensa, o resultado ainda é mais surpreendente. Em primeiro lugar, o que mais salta aos olhos é o insignificantíssimo número de órgãos católicos, entre nós e o número ainda mais insignificante de leitores para eles. Em segundo lugar, é o desalinho dogmático com que se apresentam em público: dizem-se católicos, mas é em vão que se procura neles um só traço do estilo e do espírito do catolicismo.

Pretendem levantar a fé teológica, mas de fato só pregam doutrinas do mais puro deísmo. Lançam o anátema sobre os livres pensadores, mas, entre-

tanto, escrevem, pensam, argumentam, discutem como perfeitos deístas, e não compreendem absolutamente que o pecado de deísmo é perante a igreja tão irremível como o de materialismo ou o de ateísmo. É de suspeitar-se que nenhum deles jamais leu o Tratado do *Papa*, de De Maistre, ou as obras de Boussuet: de outro modo não se compreende a indisciplina mental e o completo esquecimento das tradições eclesiásticas, de que dão prova a cada linha, a cada frase, a cada palavra de seus editoriais.

E, se se quer uma última prova e mais esmagadora que todas, entre-se em casa de um qualquer dos atuais campeões do ultramontanismo e verifique-se o efetivo de sua biblioteca: pode-se de antemão apostar 99 contra um que aí não se encontra um só dos monumentos do catolicismo: nem Santo Agostinho, nem S.Tomás de Aquino; nem S.Bernardo, nem S.Tomás A'Kempis, nem Santo Anselmo aí figuram. Podemos asseverar com toda a segurança que, hoje, os únicos homens, que se ocupam seriamente do estudo do catolicismo, são os acatólicos. Parece paradoxo, mas é a pura verdade. O chamado partido ultramontano não é mais do que um pequeno partido político.

A instrução, que hoje recebem os seminaristas, é de tal modo eivada de ontologia e de filosofemas espúrios, que os nossos padres não podem compreender o motivo nem a importância do *Syllabus*, desse seu primeiro código de consciência, ao qual não é possível negar-se um grande valor relativo, como resumo admirável do verdadeiro espírito da igreja e da mais pura filosofia teológica.

Mas, se esta é a nossa verdadeira situação; se é fato público e notório que a religião católica deixou efetivamente de existir para nós, para que então a conservamos hipocritamente no *papel* da constituição? Qual a vantagem de termos sido educados e de continuarmos a educar os nossos filhos neste sistema de hipocrisia permanente? Qual a utilidade política ou outra desse espantalho de religião de estado, que já não espanta mais ninguém, e que nem ao menos serviu para nos garantir contra a invasão dos cáftens, contra a onda crescente da prostituição?!

Sejamos francos.

Nunca é tarde para se começar a ser honesto, para se render culto à verdade e se romper com o hábito da mentira. É preciso que o estado dê o exemplo da cívica lealdade e se subordine à lei comum.

A grande naturalização (5)[15]

V – Ordem e Progresso

O catolicismo oficial e um patriotismo feroz detiveram durante muito tempo a marcha da nossa evolução social.

O efeito da religião do estado foi para nós puramente negativo: só serviu para fazer a fortuna dos Estados Unidos, inclinando para lá o grosso da corrente emigratória, ao mesmo tempo em que dentro do país esterilizava todos os germes da ciência importada e impedia o aparecimento de um só brasileiro notável, quer em matemáticas, quer em astronomia, quer em física, quer em química, quer em biologia.

Em triste compensação, de envolta com o descabelado espírito de nativismo, imprimia na nossa literatura um caráter de depravada languidez, ao mesmo tempo que preparava em política o campo para o reinado dos pedantes.

E, coisa singular, as mais desabridas contradições aninhavam-se perfeitamente no intelecto da nossa geração passada e aí consorciavam-se para produzir o feticheco amor ao solo com o estremecido amor a Cristo. Em todas as esferas é notável a tendência para as transações; por toda a parte nos aparecem

[15] 22 de fevereiro de 1880.

os frutos do hibridismo, do casamento da nossa política com o catolicismo romano.

Um ilustre papa, Alexandre III, havia abolido a escravidão. Sem embargo da fé jurada, sem espinhos na consciência, os nossos pais a restabeleceram.

A religião de Cristo prega a abstenção, a desaderência às mundanas coisas: os nossos pais nos ensinaram a idolatrar o pátrio solo, a disputá-lo aos nossos hóspedes. O catolicismo significa universalidade, aspiração ao bem comum: nós nos concentramos, nos isolamos, nos cindimos de todo o movimento geral.

Procuramos em tudo andar a dois veículos. Pretendemos segurar o mundo sem perder o céu.

É desse hibridismo impossível que provém a exigüidade de todos os nossos sucessos, na literatura e na ciência, na indústria e nas artes, na diplomacia e na política. É daí que procede esse mórbido e monstruoso ideal, que nos conduziu à poetização dos bugres, aos romances sobre bugres, às estátuas com bugres e aos idílios aos sabiás. Foi bebendo nessa fonte que nos corrompemos; foi em virtude desse ponto de partida contra a natureza que todos os nossos esforços redundaram em uma pura degenerescência dos elementos de força, que a civilização do século punha à nossa disposição, e que tão vantajosamente poderíamos ter utilizado, se tivéssemos, desde cedo, modelado a nossa mente sobre um tipo mais normal e mais perfeito.

Foi um funesto e deplorável passo esse que deram os nossos avós, quando, ao elaborar a Constituição, não se aproveitaram do augusto exemplo da constituição norte-americana, franqueando as portas da pátria a todas as nações, a todos os dogmas, a todas as opiniões.

Era então o propício momento para recomendar o país nascente ao mundo civilizado, para dar-lhe por padrinho o másculo espírito do século, para cercá-lo de simpatias, para lançá-lo na torrente das idéias gerais e determinar, enfim, para as nossas plagas a corrente da emigração.

Devia saltar aos olhos que o povoamento de um tão extenso território, como o nosso, não podia ser a obra de um dia, mas sim de um longo século. Era preciso, por conseqüência, que os fundadores da pátria tivessem começado por lançar as bases de uma vasta e fecunda sociabilidade, atirando a mãos cheias no nosso solo as sementes das grandes criações, concedendo, sem reserva, indistintamente, a todos os estrangeiros a grande naturalização, a fim de que hoje, meio século depois da independência, pudessem aparecer os primeiros benéficos efeitos dessas combinações salutares.

Não o tendo feito, legaram-nos todas as dificuldades da obra, todo o amargor de uma custosa obra a começar, quando já temos contra nós o odioso resultante de um ponto de partida impolítico, o descrédito e o desdém provocados pelo nosso longo isolamento do movimento geral de todo o continente americano.

E, entretanto, quando se trata hoje de por mãos à obra, quando tentamos apagar uma das mais feias máculas da nossa história, brada o sr. Sinimbu: *ainda não é tempo! É perigosa a incorporação dos estrangeiros...*

E, entretanto, o chefe de um gabinete liberal proclama em face da história do futuro que ainda é cedo para se fazer aquilo por onde devéramos ter começado!...

Cinqüenta anos de erro, cinqüenta preciosos anos de uma experiência negativa, ainda não são suficientes para abrir os olhos à S. Exa. e chamá-lo à reflexão!...

O sr. Presidente do conselho julga ainda inoportuna uma medida, que a mais superficial contemplação dos interesses presentes e futuros da pátria nos indica e impõe como a base irrecusável do nosso engrandecimento, como a garantia suprema da nossa ordem e do nosso progresso, como o mais sagrado dentre os nossos mais sacrossantos deveres!

E o nosso partido liberal, silencioso e triste como uma esfinge guardiã dos sepulcros dos Faraós, o acompanha e o apóia tacitamente, esse nosso parti-

do liberal que subiu ao poder saudado por todos os corações generosos do país, aclamado por todos os espíritos elevados, que nele viam a concentração de todas as idéias adiantadas, adquiridas pela evolução deste último decênio!

As mais belas e legítimas esperanças não duraram senão o espaço de uma manhã; todas as expectativas de um *Brasil novo*, de uma nova era, desapareceram uma a uma antes do ocaso da situação e, hoje, em torno do ministério só reina o vácuo, o mais perfeito vácuo...

Quando toda a nossa geração atual estiver deitada no túmulo e que a história pátria se erguer insuspeita, para pronunciar seu veredicto sobre os nossos partidos contemporâneos, dirá por certo que os conservadores, na sua passagem pelo poder, traçaram um profundo e luminoso sulco sobre suas páginas, com a humanitária lei do ventre livre. Da fiel balança histórica, porém, é impossível que não desça a concha liberal sob o peso desta medonha palavra: - *Incapacidade*!

Incapacidade, porque não sabem discernir o ponto essencial da situação, e reputam inoportunas todas as grandes reformas urgentemente reclamadas pelo bem do país;

Incapacidade, porque, colocados em condições de poderem dar satisfação a todas as grandes aspirações, não permitem ao país pagar sua dívida de honra para com o século e a civilização;

Incapacidade, porque exaurem toda a sua energia a correr após o puro fantasma, atrás de uma miserável reforma eleitoral, em cuja eficácia nenhum homem sensato crê, quando sucedendo ao domínio que proclamou livre o ventre proletário, o mais elementar tino político lhe impunha, como condição de existência, a obrigação de hastearem perante o país uma bandeira ainda mais radical;

Incapacidade, enfim, porque dão a essa ineficaz reforma o feticheco alcunho de *Idéia-mãe*, quando, por excessiva concessão, lhe poderíamos apenas permitir o de *idéia-neta*...

A reforma do sr. Rio Branco foi profunda, justa, mas unilateral; só se dirigiu a um dos nossos elementos etnológicos; só reabilitou o sangue africano; só reparou uma injustiça social para com uma raça.

Aos liberais cabia a gloriosa tarefa de reabilitar todas as raças, de nobilitar a convergência de todos os esforços a reparar todas as injustiças sociais. Era seu dever de honra apagar da nossa Constituição o odioso art. 5º., esse nefando artigo, que escandaliza a consciência moderna, nos coloca em uma condição de inferioridade mental e moral, que não merecemos, perante o conceito das outras nações, e que não simboliza, em definitivo, senão uma colossal mentira perante todos aqueles que conhecem a fundo a verdadeira estrutura do pensamento religioso entre nós.

A GRANDE NATURALIZAÇÃO (6)[16]

VI – ORDEM E PROGRESSO

Feita a parte de justiça à população africana, pago ao século e ao país pelos conservadores este tributo de humanidade, parecia que um justo estímulo partidário inspiraria ao governo liberal um fecundo sentimento de equidade, e que desse sentimento resultaria o nobre empenho de colocar sobre o mesmo pé de igualdade todas as populações estrangeiras aqui domiciliadas.

À grande população alemã, com especialidade, era seu dever supremo dar plena e cabal reparação.

População grande e nossa amiga, raça superior a todos os respeitos, era do nosso máximo interesse atraí-la e incorporá-la intimamente no nosso organismo político, recebendo-a no nosso seio não com a mal cabida veleidade de reputarmos este passo como um favor a ela feito, mas com a convicção calma e refletida de que é uma subida honra, que nos faz essa população, em aceitar a nossa nacionalidade, vinculando no solo brasileiro seu espírito, seu coração e seu sangue – esse generoso sangue que já regou os campos do Prata em defesa desses mesmos *Dii Penates*, que hoje lhe impõem uma abjuração de consciência como condição da berganha, em que lhe cedemos uma parte do culto ao nosso pitoresco manto imperial!

---

[16] 27 de fevereiro de 1880.

Longe disso, o sr. Sinimbu reputa perigosa a assimilação do elemento estrangeiro, temendo a preponderância desse elemento nos futuros destinos da pátria!...

No seu pensar, a grande naturalização trará como grave e funesta conseqüência a suplantação e a absorção total do elemento nacional pelo elemento estrangeiro.

Mas, oh! Deuses Penates! Onde está esse elemento genuinamente nacional, por cujos destinos Sua Exa. tanto se apavora?!

Pois, não somos filhos de portugueses, não temos sido até aqui portugueses, e não continuaremos ainda a sê-lo por longos séculos?!

Grande e louvável razão de ser teriam as apreensões de Sua Exa., se se referissem elas à sorte dos tupis, dos tapuios e dos botocudos. Esses, sim, são brasileiros, puro sangue, enquanto a nossa pré-história não mostrar o contrário.

Quanto à nós, hoje exclusivos proprietários deste vasto território, não somos senão um mero prolongamento de uma pequena nação, de sangue neolatino, já bem fraca, pobre e exausta quando dela nos desprendemos. E, se com tão modesta origem, temos ainda assim transporte de patriótico orgulho, é evidente que os nossos pósteros, com muito mais justo fundamento, poderão se orgulhar de descenderem do tronco luso-brasileiro, regenerado e rejuvenescido pela forte seiva alemã.

Com a emancipação do ventre proletário, de um lado, e, de outro, com a permanência do absurdo espírito da nossa malfadada constituição, dá-se entre nós o mais singular dos fenômenos sociais, de que jamais a história tenha feito menção. Os filhos de ventre escravo, os descendentes de sangue cabinda ou Moçambique, serão cidadãos brasileiros e gozarão em toda a sua plenitude dos direitos civis e políticos; ao passo que os descendentes da nobre raça germânica, ou mesmo os brasileiros natos, que não aderirem ao credo católico, continuarão postos à margem, sem saberem precisamente a que nacionalidade perten-

cem, acampados apenas no país e não tendo outro nexo com a vida política dos seus irmãos a não ser aquele que lhes marca o fisco, sempre solícito a lembrar-lhes que são matéria de imposto, criaturas talháveis e tosquiáveis.

Matéria de imposto – *matière corvéable*, como diziam os guindados legistas da corte de Luiz XIV – eis a extraordinária anomalia de uma situação feita por nossa pia constituição a um grande grupo de cidadãos, entre os quais se contam vultos de primeira ordem, espíritos dos mais lúcidos e adiantados do país!

Para um monstruoso fato desta ordem não há comentário possível. É bastante apontá-lo para pôr em relevo a enormidade da cegueira e a criminosa deslealdade de todos esses homens de estado, que, no fastígio do poder, não trepidam em convulsionar o país inteiro, de confederação com a imoralidade, a violência e a fraude, quando se trata de ganhar uma eleição e de imprimir no parlamento, sua obra, a marca da unidade de pensamento; mas, que, entretanto, em face de um grande bem a fazer e de uma iníqua injustiça a reparar, só patenteiam a habilidade da covardia sofística, inventando mil argúcias, forjando mil sutilezas, para chegarem a esta pasmosa conclusão: que a reforma pedida é inoportuna!...

Inoportuna! Quando a reforma pedida nada mais significa que a consagração de um princípio adquirido pelo labor destes últimos cinco séculos, princípio que j;á circula no sangue de toda a nossa geração que é um dogma fundamental da consciência moderna, e cuja aceitação plena e franca importaria para nós na investidura de um lugar de honra no conserto geral das nações civilizadas.

Uma gélida horripilação nos percorre os nervos ao referir que sete ministros liberais, condensando todas as aspirações do partido liberal, dispondo da passividade da câmara e do apoio discricionário da coroa, se confessam, entretanto, impotentes para a prática do menor benefício e só desenvolvem força e poder para personificar o domínio do *infortúnio*, como se um novo deus *Fatum* regesse os destinos da nação!

Dir-se-ia que a fatalidade é realmente o mais poderoso dos nossos agentes políticos.

Toda a nossa história é uma contínua série de desastres. Só temos tido energia para o mal; só temos tido fraqueza e relutância para o bem.

Expulsamos os holandeses, que nos traziam a liberdade de consciência, dogma que vale tanto como a descoberta do novo mundo; expulsamos os franceses, que nos traziam seu gênio, sua língua e seus hábitos policiados; e continuamos ainda hoje a expelir do nosso seio, pela força brutal de uma legislação equivocada do século, a essa massa de estrangeiros, que nos honram com sua presença, e cuja mais efetiva cooperação na gestão da coisa pública tão grandes e benéficos resultados poderia nos trazer.

Expulsamos a todo o mundo; nos primamos orgulhosamente do concurso de todas as forças de progresso, que a civilização nos oferece; e, entretanto, pedimos humildemente, sem pejo, à Prússia que nos proteja com seus canhões Krupp contra as ameaças dos nossos vizinhos do Prata; pedimos à Inglaterra protestante o seu dinheiro; pedimos aos Estados Unidos as suas estampas – com alegorias monárquicas (!) – do nosso papel moeda; pedimos à Bélgica os seus nikels, a Portugal os seus figos e as suas ordenações; à França os seus livros, e à China os seus *coolies*!

Não precisamos da intervenção do elemento estrangeiro... e, entretanto, não temos ciência, não temos artes, não temos indústria, não temos uma só dessas poderosas agências, que constituem o orgulho e o principal caráter do século em que vivemos!

Com todo o aprumo da vaidade ignorante um primeiro ministro nega a necessidade da assimilação do elemento estrangeiro: e, entretanto, o público que contempla esse grande homem, está vendo que o pano e os bordados da sua farda são de *Lion*; as suas elegantes botinas de *Méllié*; as suas macias luvas de *Jouvin*; o seu chapéu armado de *Nickmilder*; os seus calções de *Verviers*; e, enfim, que o próprio estilo do seu discurso vem da fábrica parlamentar do reinado de Luiz Felipe ou Carlos X!...

Na sua própria pessoa está escrita a história antecipada da *revolução do vintém*; o seu próprio vestuário é um documento importante para a história da nossa economia política; é uma grande revelação para todos aqueles que não sabem ainda que este país, sem artes e sem indústria, tudo importa do estrangeiro; que nestas condições os impostos indiretos são os únicos a empregar; que deste longo emprego resulta o desábito pelos impostos diretos; e daí o perigo, mormente, quando ao hábito rompido se ajunta qualquer outra causa de desgosto.

A GRANDE NATURALIZAÇÃO (7)[17]

VII – ORDEM E PROGRESSO

É tal a inclemência do nosso deus *Fatum* que as nossas coisas mais sérias, os nossos mais sérios interesses estão entregues às soluções do acaso e do infortúnio.

Começamos a nossa independência por uma farsa da família reinante, servindo-lhe de teatro o campo do Ipiranga.

Havemos de acabar enterrando a nossa Independência pela ininterrompida farsa dos nossos estadistas, que, privando o país dos mais indispensáveis alimentos, hão de entregá-lo, humilhado e vencido, nos campos do Prata ou no vale do Amazonas, à primeira turma de empreendedores que queiram se aproveitar da nossa inépcia e da nossa fraqueza.

A guerra do Paraguai teve por origem uma série de desastres da nossa diplomacia; e essa mesma guerra trouxe-nos, como conseqüência, um desastre financeiro.

Se nos sobrevier uma nova guerra, não nos resta outra coisa a fazer senão cruzar os braços e nos rendermos à discrição.

Não podemos contar mais hoje com o apoio decisivo do Rio Grande, cujas disposições de ânimo nos poderão ser antes fatais.

---

[17] 28 de fevereiro de 1880.

O coração dessa nobre província já não nos pertence: nós alienamos suas simpatias; e nesses bravos peitos de guerreiros sangra hoje dolorosa a ferida que aí traçou a intriga liberal. Fomos ingratos, fomos ineptos, e os rio-grandenses hoje nos medem do alto da sua altivez com toda a razão ofendida.

Não podemos mais contar com o entusiasmo intenso, que fez surgir da terra miríades de jovens heróis, que foram derramar seu generoso sangue nos charcos[18] do Paraguai.

Esse entusiasmo não se renovará mais!

Por outro lado, ao passo que as nossas províncias do norte se empobrecem e se liquidam, como quem só procura desfrutar a última hora da vida, sem esperança do dia seguinte, a Colômbia cogita uma revisão de fronteiras e os norte-americanos fundam nas margens do Amazonas sólidos estabelecimentos comerciais, magnífico e certeiro ponto de partida para um futuro golpe de mão.

O exemplo da Índia Inglesa é tentador.

E, aqui como acolá, a única resistência a encontrar é a que vem do nosso longo passado de incúria e de imprevisão.

E, digâmo-lo sem rebuço e sem receio da pecha de impatriotismo, esse prospecto de uma futura dominação americana não nos assusta, antes a saudamos de pleno coração.

Se temos sido até aqui reconhecidamente incapazes de utilizar os grandes dotes, que a natureza derramou em profusão no nosso solo, tenhamos ao menos a coragem de, em nome do futuro e da humanidade em geral, entregar esses dotes a mais hábeis mãos, que os possam aproveitar.

Em definitiva, a questão se resume em saber se devemos preferir a sujeição pela força, depois de consumada a humilhação, ou se devemos desde já procurar conjurar o desastre do amor próprio, encaminhando em vantagem da

[18] O texto diz *chacos*.

pátria a corrente da força invasora, assimilando-a, modelando-a, fusionando-a no ideal de um interesse comum.

Enquanto governo, parlamento e conselho de estado dormem e sonham venturas, tranqüilos e seguros da proteção da Divina Providência, é preciso que se saiba claramente que este vasto império tende a cair por seu próprio peso, desmembrado ao norte, esfacelado ao sul e mutilado ao poente

A geração atual não verá provavelmente este desfecho, mas os nossos netos o verão com certeza. Estamos entregues aos azares da luta pela existência: a lei suprema desta luta é que os mais fracos cedem o campo aos mais fortes.

Nós somos os mais fracos: teremos de sucumbir totalmente ou teremos de transigir com o nativismo, proclamando a grande naturalização como a medida salvadora.

O nosso papel de estado tem sido até aqui o de um fazendeiro vaidoso, sonhador e parvo, que, possuindo imensas terras, mas endividado até os ossos, não tem a coragem de uma amputação honrosa, cedendo-as à parceria ou vendendo delas uma parte, para pagar suas dívidas e reaver sua independência.

Para o caso do fazendeiro, o desfecho é a penhora; para o do estado, será a anexação. Em ambos os casos, a causa da ruína é a inépcia.

Para o que nos tem servido a posse de tão extenso território? Quanto nos custa a província de Mato Grosso, por exemplo? Qual a compensação próxima ou remota que daí se espera? Não é precisamente desta enorme *grandeza* que provém a nossa fraqueza? Como poderão ser bastante fortes os laços sociais entre populações tão remotas, tão estranhas umas às outras? Qual o brasileiro em que o patriotismo já foi assás enérgico para movê-lo a visitar todas as províncias do seu país?! E não seria muito mais moral e justo que tanta terra desocupada estivesse entregue a uma ativa exploração, para o grande bem da humanidade?

O sr. Sinimbu teve, um dia, um raio de divino bom senso.

Foi quando procurou refrear a desbragada sofreguidão dos seus correligionários do Norte pela viação férrea do remoto interior.

S. Exa. demonstrou, então, com profundo discernimento a insensatez desses projetos de internação, em busca de mesquinhas populações disseminadas, e procurou convencer aos nobres deputados que haveria antes vantagem em remover as populações do interior para o litoral, única região por enquanto apta para a locomoção a vapor.

É a única boa verdade que produziu o gabinete 5 de janeiro.

Mas, por que não levou S. Exa. o seu raciocínio às últimas conseqüências e não demonstrou ao mesmo tempo a colossal insensatez da política inaugurada por nossos patriarcas e seguida piamente por todos os sucessivos governos, inclusive o 5 de janeiro, e tendente toda ela a por em prática os meios mais próprios para embargar a imigração?!

O seu discurso desse dia memorável é dos que vão para o Panteon da nossa história; nele está implicitamente contida uma inconsciente, mas solene confissão: é que possuímos um imenso território, mas... nos falta capacidade para promover sua ocupação!...

Em outros termos, o governo apalpa o mal; mas, em vez de aplicar-lhe o único remédio eficaz, que a ciência indica, refugia-se em um desolador *Non possumus*! – *Sed quia non possumus*?

É do *status quo* que depende a sorte da monarquia?

Se assim é, o dever e a honra exigem que a monarquia se imole pela salvação da pátria. Não pode haver pátria grande e forte sem a grande naturalização.

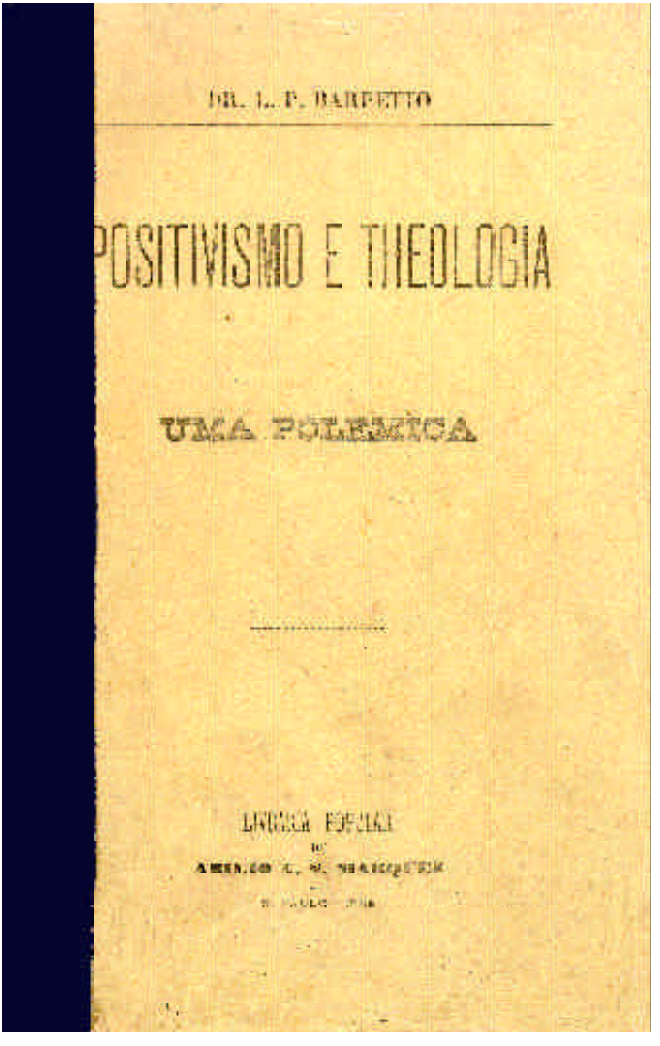
Terminamos por hoje aqui este trabalho.

O leitor terá notado que não levantamos da questão senão o seu lado puramente moral; não invocamos senão a justiça social, e deixamos completamente na sombra a consideração das vantagens materiais.

Ao terminar pedimos que cada um concorra com o tributo de sua reflexão para preencher as lacunas de uma tão rápida exposição.

Jacareí, 28 de fevereiro de 1880.

Dr. Luiz Pereira Barreto


DR. L. F. BARRETTO

POSITIVISMO E THEOLOGIA

UMA POLEMICA

EDIÇÃO ESPECIAL

2. Positivismo e teologia
Uma polêmica

Prefácio de L. P. Barreto 81

Do *Espírito Positivo,* por Augusto Comte –, artigo de José Leão 83

Positivismo, por G.N. Morton (11 de Fevereiro de 1880) 89

A propósito do Positivismo, por Américo de Campos (14 de Fevereiro de 1880) ... 95

O Sr. G.N. Morton e o Positivismo, pelo Dr. L.P. Barreto
(14 de Fevereiro de 1880) 99

Positivismo, por G.N. Morton (20 de Fevereiro de 1880) 115

A propósito do Positivismo, por Américo de Campos
(21 de Fevereiro de 1880) 119

Positivismo, por G.N. Morton (21 de Fevereiro de 1880) 121

O Sr. G.N. Morton e o Positivismo, pelo Dr. L.P. Barreto – I a XI –
(2 de Março de 1880) 127

Positivismo, por G.N. Morton (18 de Março de 1880) 183

O Sr. G.N. Morton e o Positivismo, pelo Dr. L.P. Barreto
(25 de Março de 1880) 189

A Revolução e o "Monitor Catholico" por N. França Leite (*Jornal da Tarde* de
11 de Novembro de 1879) 211

O "Monitor Catholico", por N. de França Leite (*Jornal da Tarde* de 30 de
outubro de 1879) 215

O Positivismo e o "Monitor Catholico", por N. França Leite
(*Jornal da Tarde* de 3 de dezembro de 1879) 221

PREFÁCIO[19]

Tendo em vista facilitar aos futuros historiadores o estudo da marcha que seguiu entre nós a filosofia positiva, apresentando-lhes em um pequeno espaço o quadro das lutas que empenhou, dos combates que feriu para afirmar a sua existência como elemento social, reunimos aqui em livro todos os documentos pró e contra, que assinalaram os fins do ano passado e o começo deste.

Reproduzimos com escrupulosa fidelidade todas as peças do processo, que o público já conhece, e ajuntamos mais uma série de oito artigos, que deviam ter aparecido na *Província de São Paulo*, mas que pela sua extensão julgamos mais acertado concentrar sob a forma de livro.

Diante destes documentos o leitor imparcial decidirá não só de que lado está a verdade, mas ainda em que campo se acham esses adversários, que só procedem por "blasfêmias" e "para os quais nada é sagrado". A fria inconsciência do ataque às pessoas e o pasmoso melindre, com que se ferem nas próprias armas, ficarão plenamente evidenciados.

Jacareí, 2 de março de 1880.

Dr. L. P. Barreto

[19] O item *Positivismo e Teologia* reproduz na íntegra a publicação de Luiz Pereira Barreto. *Positivismo e Theologia. Uma polêmica*. Livraria Popular de Abílio A. S. Marques, S. Paulo, 1880, 127 páginas. (Nota de Gilda Naécia Maciel de Barros)

DO *ESPIRITO POSITIVO,* POR AUGUSTO COMTE

O complexo da filosofia positiva assusta a qualquer que para possuir dela uma noção exata tivesse de folhear o volumoso tratado de seu imortal fundador.

Os demais trabalhos feitos sobre esta primitiva base nem por isso dispensam a cada passo o auxilio do mestre e nesse caso estão as obras dos mais ilustres discípulos.

Augusto Comte bem compreendeu essa necessidade e, querendo a vulgarização de suas doutrinas, sintetizou-as em um belíssimo discurso sobre o conjunto do *Espirito Positivo*, com que abriu o seu curso popular de astronomia.

Há com efeito muita gente que ouvindo falar do positivismo e não tendo recursos para comprar o tratado em seis volumes, ou não dispondo de conhecimentos preliminares para o entender, deseja contudo ficar a par do que é essa nova filosofia tão decantada por uns e espezinhada por outros, sem poder apelar desse desejo para algum livro, por desconhecer já a língua francesa e já as obras que se filiam àquela escola.

É justamente para esses que o primeiro livrinho da *Bibliotheca Util*[20] do Sr. Abilio Marques tem maior importância, porque além de ser, sobre o as-

[20] Do *Espirito Positivo*, por Augusto Comte, tradução do Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça - 1°vol. *Da Bibliotheca Util* - Editor, Abilio A. S. Marques - S. Paulo, 1880.

sunto, muitíssimo elementar, acha-se vertido excelentemente para a língua portuguesa.

A quem quisesse fazer uma idéia vantajosa da filosofia *comtista* entre nós sem o recurso da língua francesa bastaria começar pelo *Espirito Positivo*, ler em seguida o *Catechismo do real* de Prospero Pichart, o primeiro e o segundo volume das *Tres Philosophias* do Sr. Dr. L.P. Barreto, e rematar essas lucubrações pelos *Traços Geraes de philosophia positiva* do Sr. Theophilo Braga.

Aquele que assim procedesse adquiriria idéias bem claras e definidas sobre o conjunto de toda a doutrina, formando um curso regular, por meio desses autores, do estudo do positivismo.

Como se verá, o que falta em uns encontra-se em outros, porém, todos estão subordinados ao primeiro.

Era como se no *Espirito Positivo* estivessem encerradas as primícias e de que os demais relatassem as conclusões.

Essa hipótese que figuramos é para os que não podem ler o tratado de filosofia positiva de Augusto Comte, nem as importantes críticas feitas sobre ele pelos psicologistas ingleses e os rebates a esses golpes pelo mais estimável de seus discípulos – M. Littré.

Os escritos referidos são destinados à vulgarização das idéias do egrégio fundador do positivismo, porém encerram o bastante, e por uma ordem ascendente, para constituir um curso de filosofia que sairá por um preço módico.

Julgamos prestar um grande serviço ao leitor fazendo esta indicação e declaramos: se alguma vez tivéssemos de ser órgão publico dessas idéias em qualquer estabelecimento onde nos propuséssemos a fazer um curso popular de filosofia, não admitiríamos *outros compêndios*, salvas novas publicações na mesma língua que fossem aparecendo.

Possuíamos alguns materiais separados, só faltava-nos a compreensão da doutrina em toda a sua vastidão, e foi esse o benefício que trouxe aos desejosos de aprender a tradução do Sr. Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça.

Conhecedor da nova filosofia, previu certamente as vantagens que resultariam da versão do *Espirito Positivo* e, sem perda de tempo, interessado pelo bom êxito da escola que professa, assegurou-nos um bem profícuo, qual o que se colhe da leitura desse trabalho.

É sob o ponto do ensinamento dessa matéria o que julgamos principal observar.

É um grande erro pensar-se que a filosofia positiva é privilégio somente dos entendidos. Claro o demonstra no *Espirito Positivo* o autor que, sendo este o estado definitivo da humanidade, oferece todos os dados acessíveis ao público.

Talvez essa suspeita venha da hierarquia dos fatos sobre o que repousa a mesma filosofia e então o erro não é menos lastimável. As religiões que formaram em outro tempo uma espécie de filosofia popular, porque esse nome cabe a todo o sistema de concepção do universo, segundo Littré, e os religiosos explicam a existência do mundo pela intervenção e poder criador de entes sobrenaturais, as religiões, dizíamos nós, por mais divulgadas que fossem, continham, todavia, mistérios que só aos seus áugures era permitido saber, o que as não impedia de se generalizarem o máximo possível entre o povo. Assim a nova filosofia, assentando sobre a seriação dos conhecimentos humanos, estatui a ciência em um pedestal divino cuja *revelação* é permitida só aos verdadeiros apóstolos do ensino positivo.

Como sucedeu com o catolicismo, qualquer filho do povo pode se elevar à categoria de sacerdote do novo culto por meio de uma disciplina mental que corresponde à ordenação...

A diferença está em que, em vez de exercer depois os sete sacramentos da santa madre igreja e tirar daí o pão espiritual e corporal, inicia-se nas sete ciências positivas se quiser tornar-se um adepto da religião da humanidade e

estudará a série estabelecida pelo mestre, e constante, da matemática, da astronomia, da física, da química, da biologia, da sociologia e da moral, ou conformar-se-á com ser protestante e aceitará apenas as seis primeiras menos a parte dogmática.

Quer nos parecer também que a palavra – positivo – concorreu para afastar a natural adesão para essa filosofia.

Imbuídos das coisas ideais, os homens dificilmente se resignarão a trocar as crenças da eternidade da vida pela soma de alguns conhecimentos práticos que venham em desabono daquela primeira idéia.

Entre todas as significações que tem o termo – positivo – pertencente à nova filosofia, a única que se excetua é, como observa o seu autor, a que os espíritos mal cultivados lhe atribuem para designar um valor puramente material e pecuniário.

A palavra *positivo* significa, em primeiro lugar, tudo o que é *real* por oposição ao quimérico; um segundo sentido, próximo ao primeiro, indica o *útil* oposto ao ocioso; uma terceira acepção usual designa o *certo* por oposição ao incerto; uma quarta, que muitas vezes confunde-se com a terceira, opõe o *preciso* ao vago, e enfim a palavra *positivo* também é oposta à palavra *negativo*, para exprimir a aptidão *orgânica* da verdadeira filosofia moderna.

Todas esses definições estão assinaladas, provadas e amplificadas no *Espirito Positivo*, donde as transcrevemos sem as demonstrações filosóficas para não antecipar umas verdades primeiro que outras.

A lei fundamental do desenvolvimento formulado e comprovado por fatos ali se encontra na sua máxima simplicidade, e é devido a essa relação descoberta entre o passado e o presente, como uma progressão de que o futuro é o terceiro termo que a humanidade em si abrange, que o espírito moderno entrou em uma nova evolução e renovou as crenças, como fazem os grandes navegadores com as possantes embarcações depois de terem varado por longo tempo o seio dos mares.

Parecia antes disso que a história nada apresentava de estável, os acontecimentos se precipitavam uns sobre os outros por leis fatais.

Observou-se, porém, que havia fenômenos que coexistiam no passado humano e outros que se sucediam. Daí dois modos diversos de apreciar os fatos.

Conhecidas as designações de fenômenos análogos nas ciências inferiores, aplicou-se à sociedade a mesma divisão e concluiu-se daí uma lei geral.

Para o estudo da estática e da dinâmica social, a que corresponde a ordem e o progresso das sociedades, serviu de critério a lei dos três estados, que foi o fundamento da nossa ciência, que Augusto Comte arrogou para si a glória de haver fundado. A sociologia assenta, pois, sobre este fato irredutível: que todas as nossas concepções passam sucessivamente no indivíduo como na espécie por três estados designados comumente pelas denominações de estado teológico, metafísico e positivo.

Desse fato de observação tão simples e verdadeiro derivou uma revolução fecunda para a humanidade, que por sua vez reuniu a acepção de coletividade um sentido filosófico profundo que assumiu as proporções de um Deus.

O homem, que até então sentia-se isolado no mundo e aspirava sair dele pela porta aberta à vida, sentiu um regozijo íntimo em coexistir no ânimo de seus antepassados e ainda mais no de seus vindouros por um fato de sucessão.

Essa compreensão da vida em sociedade varou o céu com uma projeção de luz e expulsou de seus apriscos o rebanho das velhas divindades que lá aguardavam a nossa ida.

José Leão

A estrela de M. Auguste Comte, cadente no outro hemisfério, vai-se tornando ascendente nesta parte do globo. Sinto profundamente ver em um jornal tão conceituado como *A Provincia* tantos apologistas das idéias daquele assim chamado filósofo.

Sinto ver as doutrinas errôneas e maléficas anunciadas como um novo evangelho, – as idéias, já batidas, pregadas como inegáveis, e o próprio Comte tido como um apóstolo que há de regenerar o mundo.

Como pessoa que se interessa muito pela educação e pelo verdadeiro progresso deste país, peço lugar na *Provincia* para dizer algumas coisas a respeito do filósofo francês e de sua filosofia.

Não tenho tempo, agora, para entrar em uma análise rigorosa de seu sistema. Comprometo-me a mais tarde fazê-lo. Mas, agora, limito-me a apresentar algumas observações mais ligeiras para prevenir o público de que o célebre Auguste Comte não é um infalível, a quem se possa seguir com os olhos vendados. Não digo que nada escrevesse que mereça nossa atenção. Um homem que escreveu tanto como Comte, se não tivesse dado à luz nenhuma idéia boa, seria verdadeiramente um tolo. Mas quero mostrar que ele não serve de guia nas grandes questões da ciência e da vida – que a tendência de sua filosofia é para esmagar toda a liberdade humana – e que hoje ele não representa as idéias dos homens científicos, nem tão pouco dos mais adiantados livre pensadores.

Não serve de guia

Comte começou sua carreira pública como discípulo e defensor de um charlatão na ciência do socialismo e um entusiasta louco, Saint-Simon.

Saint-Simon, depois de muitas aventuras, dedicou-se ao que ele chamava a "Reforma físico-política"[21]. Estudou muito. Viajou por diversos países. Quando achava-se pronto para começar a reforma, inaugurou suas experiências. Dava bailes e jantares. Reunia nestes tudo que a imaginação, a experiência e os estudos podiam inventar ou sugerir. Confundia a distinção entre o bom e mau. Aí havia brinquedos de todas as espécies – discussões sobre todos os assuntos, decentes e indecentes – a devassidão sob as formas mais repugnantes. Levou a sua experiência a ponto de inocular em si moléstias contagiosas e imundas. Até quis experimentar o suicídio, mas não passou de furar um olho.

Finalmente brigou com a mulher.

Ficou reduzido à pobreza, e, como empregado, entrou no Mont de Pieté, com um ordenado de 400$000 por ano.

Mais tarde, este visionário fundou uma nova religião, que chamou "*O novo Christianismo*". Queria abolir todas as outras religiões – abolir o matrimônio – abolir o direito de propriedade.

O chefe de sua religião (o primeiro foi ele próprio) chamava-se "*O Pae supremo*", a quem todos deviam obedecer implicitamente. Depois dele, o mais distinto discípulo devia ocupar o lugar.

Enfantin, *O Pae Supremo*, que governou depois de falecer Saint-Simon, foi multado e encarcerado pelo governo francês, e seu convento foi suprimido, por causa de grandes e insuportáveis imoralidades.

Pois bem, o primeiro livro do nosso filósofo Auguste Comte foi em defesa de Saint-Simonismo. Mau agouro para o piloto que tinha de guiar-nos por meio dos baixios e rochedos da sociedade, e tinha de decidir as grandes questões

[21] No volume 4º de sua obra, Comte trata da "Phisique Sociale". Em uma nota (vol. 4º, pág. 15) parece arrogar-se a honra de ter inventado este termo, bem como a ciência indicada por ele. Mas o termo e as idéias fundamentais do volume devem ser atribuídos a Sant-Simon.

sociais. Se defendeu um louco, ele próprio não escapou de todo a ser suspeitado (especialmente por sua pobre mulher) de loucura.

Sua filosofia esmaga toda a liberdade

No seu sistema, Comte dedica-se exclusivamente a descobrir leis.

O espírito humano tem de aplicar-se primeiro às ciências exatas para conhecer suas leis, e depois, com o mesmo método, tem de passar para as outras. Na hierarquia de ciências tem de subir de uma a outra, até chegar à última, a do socialismo; à qual aplica-se o mesmo processo que se aplicou à mecânica, ou à Astronomia. Aqueles que adquirem os conhecimentos vastos suficientes para reduzir todos os problemas que dizem respeito ao espírito sutil do homem, enfim, todas as questões da sociedade humana, à exatidão de Euclides, hão de reinar supremos sobre os espíritos menos felizes. Assim estabelecer-se-á um sacerdócio mais absoluto que o de Roma e os vassalos serão governados com o rigor e com a fatalidade com que o maquinista governa sua máquina a vapor.

A perfeição do sistema positivo, perfeição para a qual continuamente tende, sem a esperança de jamais tocar a meta, é poder representar todos os fenômenos diversos observáveis como casos particulares de um só fato geral, qual o da gravitação, por exemplo.[22]

Se assim for, que nos importa, qual será esse fato? Por que havemos de estudar, trabalhar, aturar as fadigas e os desgostos da vida, simplesmente para levar a humanidade para esta idéia fatal, fria, sem alma, sem compaixão, sem vida, que, qual o carro de Jagatnatha, vai nos esmagar debaixo de suas rodas? Para mim, prefiro mil vezes o Deus vivo e misericordioso dos cristãos.

Auguste Comte não representa a opinião dos especialistas – em qualquer das ciências que pretende ensinar, nem tão pouco a dos mais adiantados dos livres pensadores.

[22] "Cours de Philosophie Positive", vol. 1, pág.10.

Poucos são os que têm a coragem de ler aqueles seis volumes p*onderosos*. Mas notai o que diz alguém que sujeitou-se ao trabalho. Huxley, autoridade em várias ciências naturais e livre pensador diz:

"Achei as veias do metal (ore) poucas e distantes umas das outras e a pedra tão disposta a converter-se em lama que ao miná-la corria o risco de ser intelectualmente sufocado".

Sir John Herschel, um dos primeiros matemáticos e astrônomos do século, mostrou, há vinte anos, que Comte tinha cometido erros crassos nas matemáticas, erros que teriam desgraçado um examinando candidato às honras escolares de Cambridge.

Stuart Mill, lógico e especialista nas questões sociais e corifeu dos livres pensadores da Inglaterra, não pôde achar linguagem bastante forte para denunciar o sistema de organização social, advogado por Comte, o qual não admite, diz ele, a liberdade de ação, nem tão pouco de pensamento e de consciência.

Herbert Spencer, especialista na história da opinião, ou de sistemas de filosofia, critica severamente a muito gabada generalização do progresso de conhecimentos. Segundo Comte, o espírito humano, por sua natureza, tem necessariamente de passar por três estados – o teológico, ou fictício; o metafísico, ou abstrato; o científico, ou positivo. (Philosophia Positiva, vol. 1, pág. 8, et passim). Ora, Herbert Spencer mostra que esta distribuição é cheia de erros e de confusão.

Ouçamos mais uma vez Huxley (Lay Sermons, pág. 164): "A parte dos escritos de M. Comte que trata da filosofia das ciências físicas, ao que me parece, possui *singularmente* pouco valor, e mostra seu conhecimento da maior parte dos ramos daquilo que se chama – *ciência* – muito superficial e meramente de segunda mão. Não quero dizer simplesmente que Comte não estivesse em dia com a ciência atual, ou que não conhecesse os detalhes das ciências do seu tempo. Ninguém pode, com justiça, fazer de tais defeitos causa de queixa contra um escritor filosófico da geração passada. Mas o que me admirou foi sua

falta de apreensão das grandes feições da ciência, seus desacertos espantosos a respeito do mérito dos seus contemporâneos científicos e suas noções *burlescamente* errôneas a respeito do papel que algumas das doutrinas científicas, correntes em sua época, eram destinadas a representar no futuro".[23]

Certamente não é por meio de lucubrações de tão pouco critério que M. Auguste Comte e seus discípulos farão "cessar a profunda anarquia intelectual que, diz ele, caracteriza nosso estado presente".[24]

Em vez de dar publicidade a estas especulações vagas e generalidades ilusórias de certos filósofos europeus, a imprensa pode prestar verdadeiros serviços ao país, insistindo no estudo consciencioso das ciências naturais nas escolas e nos colégios. A verdade não tem medo da ciência. O que é sumamente perigoso são os infundados sonhos de alguns sábios. Com efeito, é triste, é lamentável ver *as opiniões e as meras hipóteses* dos homens da ciência espalhadas entre o povo como coisas demonstradas, enquanto que não há conhecimento das ciências para habilitar o povo a apreciar as ditas opiniões e hipóteses. Não tem os meios de bater os erros nem de modificar as opiniões extravagantes. Fazendo estas observações tenho em meu apoio o exemplo de Virchow, o sábio alemão, que repreendeu seus colegas científicos pelo costume de dar publicidade às hipóteses não provadas do gabinete. Este costume, diz ele, tem causado grandes prejuízos não somente ao povo mas também à ciência. Se assim é nos países da Europa onde o estudo das ciências está mais ou menos vulgarizado, quando mais razão teria ele aqui, onde não só é excluído dos cursos o ensino das ciências naturais, mas onde, por causa do regulamento desses cursos, o ensino delas é quase impossível.

S. Paulo, 11 de fevereiro de 1880.

G. N. Morton

[23] Vide Mc. Cosh. Pág. 172 e 173.

[24] "Cours de Philosophie Positive", vol. 3, pág. 589.

A PROPÓSITO DO POSITIVISMO[25]

O estimável cidadão americano Sr. G.N. Morton publicou ontem neste jornal um artigo contra Augusto Comte e sua filosofia.

Sem ser eu profissional, sem mesmo estar matriculado no quadro oficial dos *sectários* de Comte, sendo apenas um curioso ante o vasto e esplêndido cenário em que se desenvolve a marcha evolutiva das ciências e da civilização no século corrente, venho dizer duas palavras como um protesto contra a apaixonada injustiça com que se houve o Sr. Morton.

Com franqueza, o que de mais ponderoso encontro naquela *verrina* é a assinatura do autor. Prezado em alta conta nesta província por seus merecimentos intelectuais, por seu caráter, por exemplos constantes de sisudez, critério e civismo, o ilustre cidadão americano que entre nós honra e nobilita de modo notável a grande nação a que pertence, possui larga preponderância, e as suas opiniões impressionam e pesam na opinião geral com o valente achego de todos os dotes de sua distinta individualidade.

Eis aí a razão próxima desta réplica, que deixando de parte as personalidades não sairá, espero, do terreno da polêmica científica.

*

[25] *A Provincia de São Paulo*, de 14 de fevereiro de 1880.

O que avulta no escrito do honrado Sr. Morton é a veemência apaixonada, febricitante, colérica, e por isso mesmo exagerada e injusta, com que formula o ataque. Não se trata pois de expor e defender as doutrinas de Comte, porque o Sr. Morton não tratou delas diretamente, mas ocupou-se apenas em desacreditar a doutrina e o seu autor, por meios indiretos, e de modo a abalar o seu influxo e conceito no espírito dos que ignoram ou apenas superficialmente conhecem o que é o positivismo.

Apenas cumpre-me indicar a natureza, os meios e o fim das inventivas do escrito que examino.

O que o ilustre Sr. Morton ataca e pretende tornar malvisto aos olhos dos menos prevenidos é a tendência racional e científica que desenha-se em certa esfera da sociedade paulista e em geral da sociedade brasileira, tendência que, em sua expansão ainda mal ordenada e indefinida, abraça como pontos capitais – o método filosófico positivo, as doutrinas científicas de Darwin e Hæckel, e os princípios sociais de Buckle, Spencer e outros.

*

Duas faces distintas caracterizam o escrito do ilustre americano. Na primeira faz-se eco de pesadas injúrias contra o fundador do positivismo, a quem nega tudo: ciência, seriedade, critério, sensatez, tudo, tudo, dando-o simplesmente como desazado discípulo e continuador *do charlatão, visionário, devasso, entusiasta* e *louco* Saint-Simon.

Na Segunda parte limita-se o Sr. Morton a indicar por alto as críticas feitas a Comte por alguns homens de nomeada científica e dos mais adiantados entre os livres pensadores, e nesse sentido cita especialmente Huxley e Spencer.

Fazendo-se eco de grosseiras calúnias a respeito de Comte, o Sr. Morton – convencido propagandista da igreja evangélica protestante – esquece que coloca o grande e respeitável filósofo francês na mesmíssima posição de *mártir*

em que o romanismo colocou os patriarcas, os *Paes Supremos* de sua doutrina teológica – Lutero, Calvino e outros, e aqui mesmo nesta *Provincia* o padre Conceição e outros confrades.

Não cabe ao ilustre Sr. Morton, por sua sisudez e por sua digna e honrada condição de sincero propagandista evangélico, esse mau terreno da difamação odienta, azeda e cega.

Em quanto ao expediente de atacar o positivismo com a opinião de vultos científicos tais como Huxley e Spencer, cumpre notar desde já que esses *espíritos científicos* e *livres pensadores*, quando opõem objeções às doutrinas de Comte, fazem-no em um ponto de vista inteiramente diverso daquele em que se acha o Sr. Morton.

*

Ouça o ilustre americano o que diz um notável escritor que em nome da livre expansão da ciência moderna faz a crítica das rigorosas severidades da escola filosófica de Augusto Comte:

"Eu disse, algumas linhas atrás, que a doutrina de Augusto Comte trouxe inapreciáveis vantagens à filosofia, mas que no grande todo depara-se com idéias inaceitáveis e perigosas para a ciência.

"Tal é. O positivismo é um fecundo sistema, no caso de alguns outros que têm havido. Por mais que se esforcem os seus discípulos, na hora atual, para colocá-lo ao nível dos últimos avanços do espírito, é sempre verdade que o grande edifícios já nos fica pelas costas. Vamos para diante. Julgo-me, seja dito de passagem, com plena isenção de espírito para apreciá-lo; outrora seu sectário, na ramificação dirigida por E. Littré, só o deixei quando livros mais desprevenidos e fecundos me chegaram às mãos. Comte só foi largado por amor a Spencer, a Darwin, a Hæckel, a Buchner, a Vogt, a Moleschott, a Huxley, e ainda hoje o lado inatacável, aquilo que sempre restará de sua brilhante organização filosófica, me prende completamente.

"O positivismo é um dos grandes sistemas de filosofia que, neste século, têm sofrido mais desajuizadas censuras. As críticas infundadas, os esconjuros e anátemas lhe têm vindo de muitos lados. Em regra, porém, é possível dividir-lhe os adversários em duas categorias: os oriundos da ignorância e dos prejuízos teológicos e metafísicos, e os firmados na ciência despreocupada. Entre os primeiros contam-se E. Poitou, Ad. Franck, Guizot, Secrétan, L. Reybaud...; em o número dos segundos avistam-se os sete sábios acima lembrados. Esta distinção é capital".

*

Eis aí. Bem vê o ilustre cidadão americano que procedo com inteira lealdade, limitando-se a colocar a questão no seu terreno próprio.

Dir-me-á o Sr. Morton agora que ponto de vista escolhe para sua impugnação – entre essas duas categorias de opositores. A ciência ou a Bíblia?

Compreendo, livre a todos o direito da liquidação, que apóstolos de Darwin, de Hæckel, Buckle, Spencer e outros pretendam alargar os moldes sistemáticos de Comte para dar passagem às arrojadas expansões da exuberante ciência moderna; o que não compreendo e de plano julgo inaceitável é que se pretenda substituir o positivismo pela teologia, pela anacrônica ciência da civilização judaica!

E não será esse o exclusivo intuito do ilustre cidadão a quem respondo.

AMÉRICO DE CAMPOS

O Sr. G.N. Morton e o Positivismo

Na *Provincia* de hoje deparou-se-nos, não com pequena surpresa, um artigo sobre o *Positivismo*, assinado pelo bem conhecido Sr. N. Morton, que estávamos habituados a considerar não só como um dos mais ilustres representantes do protestantismo entre nós, mas sobretudo como um espírito criterioso, como um homem cheio de cordura e do mais ameno trato filosófico.

Há poucos anos, o próprio autor destas linhas, pelas colunas do *Correio do Norte*, dedicou-lhe um artigo especial, chamando a atenção dos pais de família deste lado da *Provincia* para o seu colégio de Campinas, fazendo sobressair o grande mérito do seu sistema de ensino, onde era aplicado, segundo o *prospecto* que tínhamos à vista, o conhecido método americano das *lições sobre coisas (lessons on objects)*, e apresentando esse estabelecimento de educação como um perfeito modelo.

Nesse mesmo artigo, é verdade, dirigíamos algumas pequenas objeções contra o modo por que eram aí distribuídas as matérias que constituíam o seu curso especial de ciências naturais, censuras brandas, baseadas sobre a insuficiente coerência e a viciosa filiação das noções científicas que notávamos no seu programa. Mas, em definitiva, não lhe poupávamos apologias, aplaudíamos e felicitávamos cordialmente a província de S. Paulo por possuir no seu seio um *minerval* a cuja testa figurava um ilustrado cavalheiro, digno de todo o apoio e simpatia.

Bem sabíamos que o Sr. Morton não era católico: este fato servia-nos precisamente de estímulo para recomendá-lo mais fortemente aos nossos pais

de família; não porque desejássemos ver os jovens paulistas convertidos ao protestantismo (a nossa opinião pessoal é que nada há a ganhar na troca), mas porque desejávamos ver antes de tudo triunfar no nosso país a fraternização de todas as crenças, a liberdade de consciência.

Estamos intimamente persuadidos de que por parte do Sr. Morton era esse igualmente o desideratum ou o alvo a atingir. Era um grande e nobre ideal que nos parecia poisar sobre o Colégio Internacional de Campinas, e, na medida das nossas forças, o apoiamos de todo o coração.

Pelo artigo do Sr. Morton, de hoje, sobre o *Positivismo*, nos achamos na amarga contingência de confessar em público que nos iludíamos profundamente a seu respeito.

Em vez de nos trazer *crenças*, sãs e sóbrias crenças sociais, como o exige o caráter social dos nossos dias, o Sr. Nash Morton revela-nos hoje que a sua mais alta aspiração não vai além dos limites de um minguado círculo de preconceitos teológicos e que todo o seu empenho será satisfeito se conseguir introduzir entre nós mais algumas ridículas crendices dos tempos bíblicos.

É com mágoa que, dirigindo-nos a um homem da reputação do Sr. Morton, deixamos cair da nossa pena esta palavra *ridículas*. A moral da filosofia positiva prescreve, como dever fundamental, aos seus discípulos o cuidado de evitar expressões desta natureza, seja qual for o assunto em discussão, mormente em uma luta filosófica.

Se usamos, portanto, desta severidade de linguagem, é porque o Sr. Morton desceu das alturas, onde o colocava o respeito social, para nos dar um triste exemplo de indelicadeza e de irreflexão.

Até hoje nunca abrimos luta direta com os órgãos da teologia brasileira; temos sempre tido até aqui o ouvido surdo para todas as agressões dirigidas contra o Positivismo. Todos os dias, nossos órgãos ultramontanos nos cobrem de inventivas e de impropérios. Não reagimos; deixâmo-los escrever e falar: estão no seu direito.

Compreendemos perfeitamente a missão deles, e eles não compreendem a nossa. Seguimos o nosso caminho e deixâmo-los de lado, julgando sempre do nosso dever, entretanto, respeitá-los e acatá-los mesmo em seus excessos de linguagem contra a pessoa e a obra de Augusto Comte. Fazemos ainda mais: todas as vezes que a ocasião se apresenta, somos os primeiros a apoiá-los, quando a razão e a justiça estão do seu lado. Para exemplo, aí está o conflito episcopomaçônico, em que nos separamos mesmo dos nossos mais caros correligionários políticos, para fazer pender a balança da equidade a favor dos nossos bispos.

Uma coisa, porém, é escrever em um jornal francamente consagrado à defesa da teologia, e outra coisa procurar doutrinar em sentido retrógrado pelas colunas de uma folha política, que inscreveu no seu frontispício a liberdade de pensamento.

Entendemos que uma folha católica ou protestante é um sagrado refúgio para todas as consciências, que se ferem facilmente nos espinhos do contato social, que não podem suportar a rude pressão do mundo real, e que precisam de conforto e reparação, em seus momentos de angústia.

Respeitamos escrupulosamente esse santo refúgio, porque a nossa missão não tem por fim perturbar as consciências honestas, pelo simples prazer de escandalizá-las e incomodá-las. Deixâmo-las sossegadas em seu canto, porque a missão do positivismo é mui diversa do que supõe o Sr. Morton.

Esta filosofia de Comte tributou sempre um profundo respeito histórico a toda as coisas da teologia, e ainda hoje professa o mesmo respeito para com as pessoas da teologia, por uma simples razão: é que ela mesma também é um refúgio de consciência, um seguro abrigo para o espírito e o coração de todos aqueles que perderam definitivamente de vista as perspectivas celestes e suas sedutoras esperanças.

Esta filosofia não pretende absolutamente converter os teólogos ou os metafísicos às suas crenças; o seu ofício limita-se tão somente a recolher em seu seio todos aqueles espíritos que a teologia e a metafísica deixaram escapar

do jugo dos seus dogmas, e que flutuariam sem governo, sem bússola, no grande mar das idéias e opiniões contraditórias da nossa época, se aí não encontrassem o poderoso regulador da mente e do coração – o *Espirito Positivo*.

Se somos, porém, todo cordura, todo tolerância, quando os ataques contra nós partem dos seus legítimos campos, o mesmo não se dá, quando somos surpreendidos por uma inopinada declaração de guerra em nosso próprio acampamento.

A defesa aqui é de rigor; e os imprudentes, que nos chamam a combate, perdem todo o direito de quartel.

O Sr. Morton abre o seu malfadado algaravio teólogo-metafísico por estas palavras: "A estrela de *M. Auguste Comte*, cadente no outro hemisfério, vai-se tornando ascendente nesta parte do globo".

Não é como se se abrisse uma antiga porta, longos séculos fechada, e por ela recebêssemos o bafejo da vetustice da velha astrologia, de cujas entranhas saiu a teologia?

Mas, cadente onde, Sr. Morton, em que hemisfério?

A filosofia positiva que começou sem rumor, sem sensação na opinião pública, como começam todas as duradouras fundações de grande alcance social, conta, hoje, em França seis edições, duas na Inglaterra, orçando o seu efetivo em 80.000 exemplares; e não há na atualidade país civilizado em que não conte numerosos e ativos adeptos.

E, se se ajunta que o preço de cada exemplar, necessariamente elevado pela magnitude da impressão, não está ao alcance de todas as bolsas; e, mais ainda, se se recorda que a leitura de uma tal obra não está evidentemente ao alcance do comum das inteligências, temos os mais justos motivos para nos aplaudirmos da sua contínua penetração em todas as camadas sociais e nos mais diversos países. O cristianismo muito mais tempo empregou para penetrar, foram-lhe precisos cinco séculos; e se fôramos hoje aferir o valor da sua doutrina pela *estrela* do Sr. Morton, deveríamos concluir que o Sr. Morton não pode ser cristão...

No próprio país do Sr. Morton é onde a filosofia positiva tem encontrado as mais vivas e fecundas adesões.

Em Boston tem ela a honra de ocupar uma brilhante posição, dispondo de uma cadeira universitária para a sua propaganda.

No Canadá está ela atualmente pondo em fermentação todos os espíritos cultivadores.

No México e no Chile, ocupa posição oficial.

Enfim, iríamos muito longe se fôramos fazer a resenha de todos os países em que conta conquistas decisivas.

Apontaremos apenas um fato (visto que o Sr. Morton parece não se inclinar senão diante de provas materiais), o qual dá a justa medida do valor crítico e da justeza de apreciação do Sr. Morton.

Na Última Exposição Universal de Viena, coube à *Revista de Philosophia Positiva*, dirigida por Littré e Wirouboff, a primeira medalha de honra destinada à imprensa.

E note bem o Sr. Morton que essa *Revista* aí figurou sem ciência dos seus redatores, nem de discípulo algum direto de Comte.

Dar-se-ia por acaso que o júri das menções honoríficas, que assim procedeu, fosse exclusivamente composto de perversos ou de imbecis?

Deixo ao Sr. Morton a inteira responsabilidade moral desta conclusão interrogativa: ela decorre da própria substância do seu artigo.

Não, não é a estrela de *M. Auguste Comte* que está cadente.

É simplesmente a imaginação do Sr. Morton que está candente.

Se lhe fosse possível tirar por um momento seus óculos, veria as coisas sob uma outra luz.

O que para todos os olhares está bem evidente, é a decadência do espírito teológico, sob qualquer forma que se apresente: catolicismo, protestantismo, judaísmo, maometismo; e o que para nós, hoje, ainda está mais fora de dúvida é a completa decadência do espírito do próprio Sr. Morton, que já

não mais procura apresentar-se em público vestido com toda a elegante decência teológica.

O que mais sobressai, de fato, no seu artigo sobre o *Positivismo*, é o pasmoso desalinho do seu estilo e do seu método, que jamais foi o método teológico, jamais o método protestante.

Temos aqui mais uma vez o exemplo de um espírito que luta contra a pressão do seu século, que se insinua por veredas apertadas, escabrosas, tortuosas, pisando em todos os terrenos, perdendo a cada passo o fio de Ariadne, para não conseguir afinal desvencilhar-se do labirinto senão por meio de uma inaudita aberração.

É tal a perplexidade do Sr. Morton, é tal a incerteza do terreno que pisa, tal a sua obcecação no meio da cerração teológica e metafísica, que, envolvido na luta dispara cegamente seus tiros tanto sobre os seus adversários como sobre os seus próprios correligionários.

Cordura evangélica, senso filosófico, critério crítico, tino prático, tudo perdeu, tudo comprometeu.

E, se não, vejamos.

Comte não pode servir de guia, diz o Sr. Morton, porque "começou sua carreira pública como discípulo e defensor de um charlatão na ciência do socialismo e um entusiasta *louco*, Saint-Simon"; e, fazendo a biografia de Saint-Simon, termina sua peroração com esta notável amostra de caridade evangélica:

"Ficou reduzido (Saint-Simon) *à pobreza*, e, como empregado, entrou no Mont de Pieté com um ordenado de 400$000 por ano"(!).

Aviso a todos aqueles que não tomarem as devidas precauções para não caírem no fatídico ordenado de 400$ réis...

Aviso à nossa Constituição, à nova reforma eleitoral, ao Sr. Sinimbu... e a todos aqueles que não fizerem fortuna por meio da... filosofia!

Segundo esta nova tara filosófica, da invenção do Sr. Morton, todos os grandes tipos da humanidade estão irremediavelmente condenados, e Augusto

Comte, com especialidade, merece mil vezes mais do que os outros ser proscrito da cena da história da filosofia porque caiu pecuniaramente muito mais baixo do que Saint-Simon, não tendo nem ao mesmos os 400$000 réis do Monte-Pio para prover a sua subsistência... e, se não fora a dedicação de alguns discípulos, entre os quais brilham pela sua franca generosidade J. Stuart Mill e um compatriota do Sr. Morton, teria morrido de fome nas ruas de Paris.

Que é da sua bíblia, Sr. Morton?

E Jesus-Cristo?!

S. Sa. teria dado muito mais prova de critério, se, na sua verrina contra um pobre mas profundo pensador, tivesse omitido este detalhe biográfico de Saint-Simon.

S. Sa. quis simplesmente ressuscitar, para aplicá-la a Augusto Comte, a célebre teoria evangélica do *pecado original*. Não nos surpreendemos com ela, visto o caráter sacerdotal do Sr. Morton.

Não contente em apontar que Augusto foi discípulo de um *louco*, insinua mais adiante que a sua *pobre* mulher o suspeitou efetivamente mais tarde de *louco*.

O *Monitor Catholico* foi mais franco, assumindo resolutamente o papel de medico alienista.

O Sr. Morton limitou-se a insinuar.

Mas, para que essas insinuações?

A biografia de Comte, os pormenores de sua passageira moléstia aí estão ao alcance de todos.

Ao traçar o plano geral do seu *Curso de filosofia positiva*, Augusto Comte meditou 84 horas sem interrupção.

Daí sobreveio um ataque de meningite. Tratou-se, repousou por algumas semanas, restabeleceu-se e prosseguiu firmemente na execução da obra delineada. A obra é posterior à moléstia. E se os srs. teólogos se avisam de

arrebatar-nos o cetro da medicina psiquiátrica, da medicina legal, o que ficamos fazendo nós, os médicos atuais?

E, ao depois, que inconseqüência! Que leviandades!

A teologia, para a qual a loucura nunca foi uma moléstia, mas sim ou inspiração divina ou uma possessão diabólica, canonizando alucinados e histéricas, queimando outros às carradas por sofrerem de moléstia idêntica, pretende hoje aproveitar-se das indicações da ciência contra os homens que precisamente mais se sacrificaram, pondo sua vida inteira e seu talento ao serviço da ciência!

Se a ciência vos serve em um caso, porque não a aceitais em todos os casos?

Iríamos muito longe se fôssemos a usar de represálias.

O que diria o Sr. Morton se o inquiríssemos sobre as alucinações de Lutero, obsidiado freqüentemente pela visita do diabo que o vinha abraçar e beijar, e pelo desagradável *cheiro de enxofre* que tal presença derramava em seu aposento?

E Moisés na cena do deserto?

E Jesus Cristo na célebre ascensão à torre nas costas do diabo (é da Bíblia)?

E Sócrates, e Calvino, e Pascal, e Mahomet, e Mallebranche, e tantos outros?!

O melhor, Sr. Morton, nesta matéria, é ser prudente e não provocar discussão. Se formos a aplicar a todos a mesma medida, ninguém escapa. Deixemos estas discussões para os tratados especiais de medicina. Para os que procuram a verdade, a verdade aí está.

Não houve por parte do Sr. Morton observância das mais elementares regras de probidade filosófica quando apresentou a *teoria da descendência* da filosofia positiva.

The descent of man, de Carlos Darwin, aplicada ao positivismo por um sacerdote!

É singular.

Seria com Huxley que S. Sa. aprendeu esta herética teoria? Huxley como Hæckel preferem descender de um *honesto macaco* a descender de um Adão trampolina. Mas, Saint-Simon nunca foi o *pai* de Augusto Comte, ao passo que o *Adão* de Hæckel se aplica a toda a humanidade, inclusive o Sr. Morton e o seu protestantismo.

Quer mais claro?

Augusto Comte expôs cabalmente, com a mais inteira franqueza, o histórico de suas relações com Saint-Simon. Em todas as biografias de Comte por seus discípulos encontram-se os pormenores relativos a essa fase do jovem filósofo. Todo o mundo sabe que Comte era uma criança quando aceitou o lugar de secretário de Saint-Simon. Todo o mundo sabe como o *imprudente charlatão* abusou da boa fé e do talento dessa alma cândida ao seu serviço.

Só o Sr. Morton ignora ou finge ignorar o que desses contatos saint-simonistas resultou de glorioso para atestar a alta moralidade do futuro filósofo!

O que o Sr. Simon ignora com certeza é que não foi só Saint-Simon quem se aproveitou da ingenuidade do filósofo adolescente: a História da Revolução Inglesa, que traz a assinatura de... Mr. Guizot, o grande homem do credo do Sr. Morton, é toda ela o produto exclusivo da pena dessa *criança*, que balbuciava então os prolegômenos da filosofia positiva.

Não há, nem jamais haverá, Sr. Morton, desdouro para um homem, pelo fato de ter sido, na adolescência, surpreendida a sua boa fé. O que faz a beleza da mocidade é precisamente essa confiante candura com que se entrega às generosas utopias, é essa boa fé que nunca tem ocasião de suspeitar da honestidade dos homens, é essa ilimitada sinceridade que a conduz a enxergar a verdade e a virtude por toda a parte. Essas felizes disposições de espírito e cora-

ção da mocidade são precisamente o ponto de apoio em que se aplica a alavanca da educação social, são a base própria da moral. E, ai! Da moral revelada, se não encontrasse em todos os tempos esse magnífico terreno para fazer medrar suas ruins sementes.

A *teoria da graça* é um não senso para a ciência atual: todos os nossos progressos são devidos unicamente às propriedades imanentes da substância cerebral. É em vão que do lado dos arraiais teológicos nos vem diariamente a ameaça de uma iminente dissolução social, de um próximo fim do mundo, de um novo milenário; a sociedade segue impávida seu caminho, e tanto mais depressa quanto mais se afasta do berço teológico. Arredada a revelação, aí está o método científico para escudá-la.

É inútil perdermos palavras nesse terreno.

Melhor avisado teria andado o Sr. Morton se se tivesse dirigindo ao *Monitor Catholico* e reclamado as suas colunas em benefício comum, reforçando-se assim mutuamente em suas incursões ultramontanas.

Todo o arrazoado do Sr. Morton se reduz, em definitiva, a uma pura repetição literal do que disse o *Monitor* sobre o positivismo, em seu nº 7, de 23 de novembro do ano próximo passado.

A mesma dicção, o mesmo estilo, o mesmo método. Só falta um afetuoso amplexo para congraçá-los em uma mesma comunhão.

Como o *Monitor*, o Sr. Morton sustenta a supremacia da filosofia teológica, e, como o *Monitor*, o Sr. Morton, ó manes de Lutero e de Calvino! invoca em seu auxílio contra Augusto Comte o concurso de J. Stuart Mill, de Huxley e de Herbert Spencer!

Por parte de um representante do puro teologismo, este apelo aos três maiores ateus dos tempos modernos é realmente surpreendente, é fenomenal!...

E o Sr. Morton, o reputado professor, não percebeu que se suicidava! O Sr. Morton não teve escrúpulos de consciência ao abandonar o método da teologia, o caminho da *revelação*, a trilha da verdade suprema, para se confederar com a impiedade da ciência!...

E a bíblia!?!

Sentimos profundamente dizê-lo: tínhamos até aqui o Sr. Morton em conta de erudito; hoje, somos obrigados a retirar-lhe mesmo a reputação de teólogo. S. Sa. não está na altura da doutrina que defende! Lançou-se imprudentemente sobre um abismo; caiu, rodou, condenou-se, suicidou-se, morreu definitivamente na opinião esclarecida do país...

Não é assim, Sr. Morton, não é abandonando desastradamente o seu método que procedia a velha teologia nos seus belos dias de florescência.

Quando os Hebreus passaram o Mar Vermelho, Moisés não pediu aos Moabitas os seus engenheiros, não invocou a profana ciência das construções: ordenou que passassem; as águas se abriram, e eles passaram a pé enxuto.

É só desta maneira que deve proceder o Sr. Morton, se não quer incorrer em tremendo pecado de *desvio* dos estilos tradicionais: faça como Moisés; repita o milagre e nós nos convenceremos.

De outro modo, sujeita-se a todo o rigor de uma acerba crítica, obrigando-nos a dizer-lhe que S. Sa. faz citações, sem saber o que está fazendo, sem suspeitar nem de leve o enorme pecado que comete perante os dogmas fundamentais da sua própria igreja.

Quer saber, Sr. Morton, porque razão Huxley, Stuart Mill e Herbert Spencer não aceitam o *Positivismo* de Auguste Comte?

Será preciso que lho digamos?!

. . . . . .

Todo o mundo sabe que Huxley, o eminente zoologista, o companheiro de trabalho e o amigo estremecido de Darwin, faz da teoria da evolução e da descendência, do transformismo das espécies, do *darwinismo* em uma palavra, uma questão mais que do peito, uma questão de honra e de amor próprio. Mais ainda, pretende, como Herbert Spencer, elevar o darwinismo à categoria de filosofia, de doutrina universal, aplicável ao mundo e ao homem, à história e à ciência, à política e à moral.

Ora, acontece que Augusto Comte, com grande antecedência, já havia, no 3º volume da Philosophia Positiva, rendido a devida justiça a Lamarck, o verdadeiro fundador da doutrina da evolução, incorporando intimamente as grandes vistas deste eminente naturalista na sua apreciação da filosofia biológica, e emitido magistralmente o seu juízo sobre o debate, que alguns anos mais tarde devia tomar tão grandes proporções. Augusto Comte aí pôs em luminoso relevo a vantagem desta doutrina, quando se adota *sob o ponto de vista abstrato*; mostrou a sua fecunda concordância com os resultados obtidos pela contemplação do espetáculo histórico; mas, ao mesmo tempo, demonstrou a inconsistência filosófica de todos os esforços tendentes a construir uma escala dos seres, baseada unicamente sobre a observação concreta, condenou o *ponto de vista concreto*, e reduziu afinal toda a questão a um simples capítulo de biologia, preâmbulo natural da sociologia positiva.

Segundo esta atitude assumida pela filosofia positiva, o seu papel, diante do grande debate proposto pelo transformismo é o de uma espectadora neutra: a questão para ela não é de filosofia, é uma questão de ciência particular, e, por conseqüência, embora votando aos transformistas uma profunda simpatia, conserva o seu juízo livre, o seu espírito aberto a todas as eventualidades da pesquisa científica.

Esta redução de proporções imposta por Comte ao darwinismo, e, sobretudo, a prioridade dada a Lamarck, prioridade que coloca irremediavelmente C. Darwin no segundo plano, desagradaram e exacerbaram profundamente a Huxley e Herbert Spencer.

Daí as iras (quem não conhece os ciúmes dos sábios?) de Huxley, que vinga-se de Comte, qualificando o positivismo de *catolicismo disfarçado*. Tome bem nota disto, Sr. Morton, Huxley não encontrou mais sangrenta injúria a dirigir a Comte do que comparando a sua construção filosófica com o catolicismo, isto é, com um produto do teologismo, que o Sr. Morton nos preconiza como uma panacea a todos os males sociais...

Daí as impertinências do bom velho Herbert Spencer, que tem passado toda a sua vida ralado e moído sob o pesadelo do monumento filosófico de Comte, tentando esforços de gigante para fazer *obra nova*, sem jamais conseguir romper o círculo de ferro traçado por Augusto Comte, redundando todos os seus esforços em meros comentários, em uma simples paráfrase do que escreveu Comte, e acabando afinal por ir esbarrar nessa desventurada tentativa de ataque contra a classificação das ciências de Comte, classificação que é precisamente a mais sublimada condensação da doutrina da evolução – ele, Herbert Spencer, o sectário apaixonado do darwinismo, o mais audaz campeão da doutrina da evolução!...

Falta Stuart Mill, que o Sr. Morton invoca igualmente em seu auxílio.

É público e notório que Stuart Mill nunca teve religião alguma. Seu pai o educou cuidadosamente, desde o berço, no mais completo afastamento de toda a crença religiosa. Assim cresceu e assim encetou a sua carreira filosófica.

Se esta educação teve grandes vantagens, teve também seus grandes inconvenientes, sobre o espírito de Mill, inabilitando-o para uma sã compreensão do papel das diversas religiões no decurso da história.

Stuart Mill nunca pôde compreender a utilidade relativa de uma religião qualquer; pareciam-lhe todas singulares, um enigma; e é assim que, no seu habitual bom humor, qualificava o protestantismo inglês: *uma esquisitice dos seus compatriotas*.

Aderente entusiasta, discípulo confesso da filosofia de Comte, separou-se do mestre, desde que este encetou sua grande construção política e religiosa.

Tal foi a influência dos primeiros volumes da filosofia positiva sobre seu espírito (é ele mesmo quem candidamente o confessa) que já tendo o primeiro volume do seu *System on Logic* quase terminado, achou-se impossibilitado de continuar a obra ante as imensas dificuldades de exposição desses dois poderosos métodos da investigação científica, a que chamamos de *lógica indutiva* e *lógica dedutiva*, e forçoso lhe foi esperar pacientemente, longos anos, até que

Augusto Comte entregasse ao prelo o quinto volume do curso de filosofia positiva, para poder ele continuar o seu trabalho suspenso. Não compreendemos absolutamente, portanto, qual o objeto que o Sr. Morton tinha em mira, quando invocou o testemunho deste eminente ateu, talvez o mais notável dentre todos.

Se era para provar a supremacia do teologismo, a citação de Stuart Mill foi uma desgraçada lembrança do Sr. Morton... e o fato da sua separação de Augusto Comte era muito mais próprio para tornar o *Positivismo* mais simpático ao Sr. Morton.

Queremos crer que o Sr. Morton não escreve para um público precisamente de beócios. Quando diz, portanto, que Stuart Mill é adversário do Positivismo, ou comete uma ambigüidade de caso pensado (o que não fica bem a um homem que deve dar o exemplo de severa probidade), ou então não faz efetivamente a distinção entre a filosofia positiva e a política positiva, duas elaborações separadas uma da outra por grande lapso de tempo, e, neste caso, a confusão nos autoriza a supor que o Sr. Morton se aventura a criticar autores, que nunca leu (o que é uma leviandade).

Mas, estão todos a perguntar, qual poderia ter sido o móvel que levou o Sr. Morton a investir, de modo tão desabrido, sem provocação, contra o Positivismo?

O Dr. Américo de Campos já levantou hoje uma pontinha do véu do mistério: por nossa vez levantaremos o resto.

O Sr. Morton esperava, sem dúvida, na sua qualidade de pastor protestante, arrebanhar todas as ovelhas, que se fossem desgarrando a pouco e pouco do grêmio católico. O catolicismo entre nós se acha em estado de marasmo, a morrer; breve estará vago o seu lugar; era por conseqüência uma azarada ocasião para entrar na sucessão e recolher a herança sob benefício de inventário. A perspectiva era legítima. Entretanto, os cálculos falharam. Não houve interregno.

A camada mais culta da nossa sociedade, fatigada do regime do sobrenatural em todas as suas variantes, muito longe de se encaminhar para a igreja do Sr. Morton, entrega-se avidamente ao *Espirito Positivo*. A herança não passou de um belo sonho.

Daí a decepção, daí as iras, daí o fel da sua *encartada*...

Em resumo, o artigo do Sr. Morton, tanto pela forma como pelo fundo, caiu como uma mácula sobre sua reputação de erudito e cavalheiro.

Pela forma, porque aí vimos o mais singular abandono de método, todo o abandono de método é sintoma grave! Mal da doutrina que não tem a coragem de se firmar sobre si mesma e que precisa enfeitar-se com penas de pavão.

Vem um dia o vento da crítica, leva as penas e deixa o homem nu em plena rua.

Pelo fundo, porque fez-se canal de indelicadas injúrias, de vis calúnias, contra um austero e nobre pensador.

Conselho de amigo: recorra sempre às armas suas conhecidas; encastele-se nos arsenais teológicos, ou refugie-se nos braços do *Monitor Catholico*, onde encontrará o seio de Abraão.

Lá o deixaremos dormir em profunda paz.

Jacareí, 14 de fevereiro de 1880.

Dr. L. P. Barreto.

Ardo por fazer uma advertência contra a continuação daquela pertinácia em divulgar favoritas especulações nossas, hoje muito em uso em vários ramos das ciências naturais.

DR. RUDOLF VIRCHOW

Há dias escrevi neste jornal – *A Provincia* – algumas linhas ligeiras sobre Comte e sua filosofia. Fiz algumas apreciações sobre um homem cuja vida já está entregue ao juízo da história. Não insultei a ninguém nem tive a mínima intenção de insultar. Na ocasião de levar o artigo para o escritório do jornal e de corrigir as provas, conversei com vários positivistas sobre o assunto discutido sem ter a mais remota idéia de que minhas palavras haviam de exacerbar o espírito calmo e filosófico de homens, que, mais felizes do que nós outros, já respiram o ar sublimado do *Terceiro Estado*.

Mostrei que Comte não era uma daquelas almas de equilíbrio mental e de juízo são que devem caracterizar os homens que pretendem guiar a humanidade nas questões melindrosas da vida.

Apontei a tendência de seu sistema, não a respeito da religião, mas sim da liberdade humana – tendência condenada em linguagem enérgica por Stuart Mill.

Para determinar o nível científico do filósofo a quem criticava, citei a opinião de vários homens científicos – todos, à exceção de Sir John Herschel, livres pensadores, e portanto testemunhos insuspeitos.

Aquelas linhas, que estão entregues ao juízo do público, provocaram várias respostas.

O ilustre jornalista, o Dr. Américo de Campos, apesar de apreciar mal minhas observações e empregar às vezes uma linguagem pouco parlamentar, falando em "verrinas", "apaixonada injustiça", "calúnias e injúrias", contudo não deixou de amenizar estas frases ásperas com outras delicadas e atenciosas. Atribuiu-me até muitas qualidades boas que não possuo. Agradeço-lhe sua benevolência, e de minha parte procurarei não sair dos limites da mais estrita delicadeza.

Se ele acha que formulei o ataque com *"veemência apaixonada, febricitante, colérica,"* etc., desejo saber se, no seu vocabulário, ainda restam adjetivos com que possa qualificar a veemência do ataque de um dos meus opugnadores. Se o ilustre jornalista me apontar uma *calúnia grosseira* de que eu me fizesse eco, prometo fornecer-lhe as provas.

O Dr. Américo conhece a história, e de certo tem lido alguma cousa de Comte. O Dr. Américo, pois, ou deve especificar quais as cousas caluniosas, ou deve francamente reconhecer que tive razão.

A respeito de *Pais Supremos*, o Dr. Américo deve saber que os protestantes não os admitem. "Há só um Pai Supremo, que é Deus". A respeito dos homens, cada um tem não só o direito como também o *dever* de sujeitar ao rigoroso exame as doutrinas de quem quer que seja – de Lutero, Calvino, ou de qualquer outro. "Examinai tudo, abraçai aquilo que é bom", é nossa divisa.

Se tivesse deparado com as palavras do "notável escritor" citadas pelo Dr. Américo podia ter-me servido delas como muito apropriadas à opinião que sustentei. Do trecho citado consta que *sete sábios* se acham em o número dos adversários de Comte! Que o próprio autor das palavras citadas, outrora seu sectário, abandonou-o por "livros *mais desprevenidos e fecundos*! Realmente não compreendo como vem a ser esta confirmação do meu artigo "um protesto contra a apaixonada injustiça com que se houve o Sr. Morton".

Se os teólogos e metafísicos, em sua ignorância e com seus prejuízos, acham-se ao lado dos sábios que batem Comte, não vejo razão para aplaudir os sábios e condenar os teólogos e metafísicos. Não pergunto qual o ponto de vista nem de Pirro, o cético, nem de Sócrates, o crente, que condenam os sofistas gregos, visto que ambos estão de acordo em batê-los. Assim não é necessário perguntar qual o ponto de vista nem dos sábios nem dos teólogos em bater Comte, uma vez que uns e outros querem abandoná-lo.

São Paulo, 20 de fevereiro de 1880.

G. N. Morton

O estimável Sr. Morton responde a meu protesto.

Devo acaso erguer a luva, aceder ao desafio e travar direta polêmica sobre a matéria em que nos encontramos em completa divergência?

Não; por vários motivos:

1º. Minha interferência na questão foi simplesmente – um protesto. Entre protestar e discutir vai larga distância.

2º. Meu protesto referia-se antes de tudo ao modo virulento e apaixonado por que houve-se o ilustre Sr. Morton, fazendo valer sua justa preponderância no intuito de perturbar a crescente coordenação filosófica que vai arrebanhando nossos melhores espíritos.

3º. O ilustrado Sr. Morton, nem no primeiro escrito nem no atual desceu a expor a doutrina positiva, limitando-se a denegrir o prestígio individual de seu fundador.

4º. Meu protesto foi apenas o *tiro de alarma* chamando a postos mais competentes batalhadores.

A sentinela perdida, que o acaso pôs à beira do caminho por onde inicia-se o assalto, já cumpriu o seu dever, e de arma ao ombro, ainda em respeito à disciplina, faz meia volta à direita e tranqüilamente recolhe-se a seu lugar nas últimas fileiras.

Refiro-me, como é fácil de compreender, à circunstância naturalíssima de haver tomado a palavra no debate o ilustrado Dr. Luiz Barreto.

A ele, de pleno direito, cabe receber o assalto como representante direto e autorizado da doutrina que tanto incomoda a teologia do Sr. Morton.

São Paulo, 21 de fevereiro de 1880.

Américo de Campos

> *A moral da filosofia positiva prescreve, como dever fundamental aos seus discípulos, o cuidado de evitar expressões desta natureza, seja qual for o assunto em discussão.*
>
> DR. L. P. BARRETO, na *Provincia* de 15 de fevereiro de 1880.

> *Toda a nossa agitação social se reduz a um perpétuo ataque contra as pessoas; a filosofia positiva não se ocupa com pessoas e não se dirige senão aos princípios.*
>
> DR. L. P. BARRETO, nas *Tres Philosophias*, 2ª parte, prefacio p. VIII.

"Aprender do inimigo" é máxima militar. O distinto autor, cujas palavras servem de introdução para este artigo, se não me ensina uma cousa nova, ao menos lembra-me, tanto pelas palavras como pelo exemplo, um preceito muito útil; – pelas palavras, porque aí estão elas claramente inculcando uma doutrina sã; – pelo exemplo, porque violentamente e de caso pensado transgrediu a regra, e assim mostrou a fraqueza da causa que advogava. É-me escusado dizer àqueles que têm lido os artigos do Dr. Barreto que se ocupa ele mais com o Sr. Morton do que com a refutação séria e lógica daquilo que escrevi. Quero evitar semelhante erro. O campo das personalidades deixo-o franco e aberto para aqueles que lutarem comigo aí colherem os louros que puderem. Não lhes disputo nem lhes invejo qualquer honra que daí tirarem.

Direi alguma coisa a respeito dos escritos do Dr. Barreto, e depois passarei à consideração séria das questões científicas, envolvidas nesta discussão.

Creio que não escaparam à atenção do público outras incoerências entre o preceito filosófico e a prática, além daquela acima notada.

Na primeira carta o Dr. Barreto escreveu: "Esta filosofia de Comte tributou sempre um profundo respeito histórico para com todas as coisas da teologia, e ainda hoje professa o mesmo respeito para com as pessoas da teologia".

Mas, desde o princípio até o fim de seus artigos, o escritor não pode ocultar o ódio e desprezo que vota à teologia e as teólogos. Afinal escreveu: "A teologia para a qual a loucura nunca foi moléstia".

Na primeira carta professa muito respeito para com os católicos romanos, mas nas outras vota-lhes o mesmo desprezo que aos outros religiosos.

Em um lugar diz que a filosofia de Comte não procura converter, mas limita-se a recolher aqueles que a teologia e a metafísica deixam escapar do jugo de seus dogmas. Em outras passagens fala de numerosos e *ativos* adeptos – de uma cadeira universitária para sua *propaganda*.

O Sr. Dr. Barreto escandaliza-se porque meu artigo saiu em "uma folha que inscreve no seu frontispício a liberdade de pensamento", e manda-me para o *Monitor Catholico*. Daí tiro duas conclusões: primeira, a liberdade de pensamento, segundo o Dr. Barreto, é a liberdade de pensar como Augusto Comte, ou, senão, calar-se; segunda, não me expressei com energia demais quando disse que a tendência da filosofia positiva é esmagar toda a liberdade. Com efeito, os que desgraçadamente caem no acampamento destes filósofos "perdem o direito de quartel". Valham-nos os Bashi-Basuks!

É difícil imaginar um escrito tão livre de teologia como aquele que apareceu na *Provincia* sob meu nome. O artigo consistiu de argumentação histórica, uma exposição das idéias centrais do sistema, e testemunhos dos especialistas em certos ramos de ciência. De propósito evitei questões religiosas e limitei-me a uma discussão científica – não porque quisesse ocultar as minhas

crenças que todos conhecem, mas porque não quis ouvir as blasfêmias daqueles para os quais nada é sagrado. Havia apenas uma expressão que podia ser torcida no sentido da teologia. Porém ao Dr. Barreto não aprouve ver senão teologia em todas as palavras. Comparou meu artigo com o que saiu no *Monitor Catholico* e que não tive ocasião de ler, e disse: "como o *Monitor*, o Sr. Morton sustenta a supremacia da filosofia teológica".

Não sustentei filosofia nem teologia alguma. Apenas critiquei o sistema de Comte. Protesto solenemente contra este modo de discutir. Não é ingênuo, não é franco, e não conduz a descobrir a verdade, senão a encobri-la e escondê-la.

Em minha discussão citei vários livres pensadores, citei-os por duas razões. Em primeiro lugar, porque na matéria puramente científica, isto é, nos conhecimentos *demonstrados* e *classificados* aceito sua autoridade. Em segundo lugar, os incrédulos devem aceitá-los como testemunhos insuspeitos.

O Dr. Barreto acha surpreendente e fenomenal o meu apelo aos três maiores ateus. Não há palavras para exprimir meu desacerto em lançar mão deste modo de argumentar. Chamou pelos espíritos de Lutero e Calvino. Declara que, sem escrúpulos, abandonei o método da teologia, o caminho da revelação, a trilha da verdade suprema, para me confederar com a impiedade da ciência. Perdi a reputação de ser teólogo. Em seu vigoroso estilo – estilo que sobrepuja o célebre *"veni, vidi, vici",* de César – caí, rodei, condenei-me, suicidei-me e, *mirabile dictu! Depois* de tudo isto, *morri definitivamente*! Enfim, fiz mil maravilhas. Porém, para inteirar mil e uma e ficar a par das lendas arábicas, eis que aqui estou *redivivus* para argüir o Dr. Barreto em mais alguns pontos.

Quando escrevi aquele malfadado algaravio teólogo-metafísico, talvez estivesse louco, mas havia algum método em minha loucura. Suponhamos que sou teólogo; que estou no primeiro estado; que tenho a estupidez de crer em um Deus inteligente e moral, que criou e governa as coisas. Suponhamos que,

em sua última análise, a filosofia de Comte quer privar-me de minhas crenças, e que também há outros como os Srs. Huxley, Mill e Comp. que também as querem destruir; será de minha parte loucura procurar fazer estes últimos conservarem em seus limites aquele primeiro? Diga-mo o Dr. Barreto, que é médico e que aconselhou-me deixar estas questões aos médicos. O Dr. Barreto nunca ouviu falar de voltar a artilharia do inimigo contra o próprio inimigo? Não sabe que David cortou a cabeça de Goliath com a própria espada do gigante? Não sabe que perante os tribunais, o testemunho mais forte é aquele que podemos arrancar dos nossos inimigos? Era escusado, pois, ao Dr. Barreto dizer-me que Huxley, Spencer e outros são livres pensadores. No meu argumento frisei bem este ponto. De propósito escolhi-os como testemunhos.

Argumentando sobre este ponto o Dr. Barreto foi infeliz na sua ilustração. Disse: "Quando os Hebreus passaram o Mar Vermelho, Moisés não pediu aos Moabitas os seus engenheiros".

Também não admira isto, porque os Moabitas estavam do outro lado do mar separados dele por toda a extensão da Arábia e seus vastos desertos.

O Dr. Barreto, querendo mostrar a popularidade de Comte, cita vários fatos de pouca importância, mas não cita nenhum homem de nomeada científica que ainda advogue o Positivismo. Segundo ele, Comte tem a seu favor uma cadeira universitária na cidade de Boston, cidade onde existem todos os *ismos* do universo; tem aceitação em alguns países espanhóis, onde a ciência quase não tem adeptos.

A respeito das edições da obra monumental de Comte, podemos dizer que a Enciclopédia Britânica, por exemplo, obra que custa dez vezes mais do que as de Comte, já está na nona edição; e em segundo lugar, que a maior parte das obras do filósofo acha-se nas mãos, não dos adeptos, mas do literatos em geral e especialmente dos ministros protestantes.

O Dr. Barreto foi tão infeliz na sua ilustração histórica como na geografia.

Diz que o Cristianismo levou cinco séculos para penetrar. Todo o mundo conhece o célebre capítulo XV de Gibbon que trata do progresso espantoso do Cristianismo. Todo o mundo sabe, que, menos de trezentos anos depois da morte da Cristo, sua religião achou-se assentada sobre o trono dos Césares.

S. Paulo, 21 de fevereiro de 1880.

G. N. Morton

O Sr. G. N. Morton e o Positivismo

I

No dia 13 de fevereiro, apresentou-se o Sr. Nash Morton sobre o palco da *Provincia*, hasteando em uma de suas mãos a Bíblia e na outra um código de impiedade.

Iluminava-lhe a fronte uma auréola de espírito divinal; e faziam parte do seu cortejo Huxley, Herbert Spencer, Stuart Mill, como representantes de Darwin e Hæckel, que não puderam achar-se presentes.

Desde a sua primeira entrada em cena, fez ao público espécie a sua atitude singular. Debaixo de um de seus pés, via-se, a não duvidar, o céu; mas, debaixo do outro, desenhava-se nitidamente a região do... cócito.

Em virtude da diferença de nível das duas regiões, o Sr. Morton vinha visivelmente manquejando.

Estranhando eu, como todos os leitores da *Provincia*, esta inopinada ocorrência, e afligindo-me, em seu próprio interesse, com a sua inconveniente atitude, pedi-lhe que se *endireitasse*.

Pedi-lhe que se apresentasse firme e de pé, com toda a elegância, com toda a desenvoltura, ou de um inspirado ou de um arauto de guerra, em um ou outro terreno à sua escolha. Foi exatamente o que também pediu-lhe o meu amigo Americo de Campos.

Pela *Provincia* de 22 reaparece o Sr. Morton; e, desta vez, simplesmente para se queixar de que o maltratei, isto é: acusando-me do mesmo delito de que

o acusou o meu amigo Americo de Campos para com a *pessoa* de Augusto Comte.

Juro por todos os meus deuses passados que nada mais fiz do que pedir ao Sr. Morton que tomasse posição... e escolhesse entre o caminho da *evolução* e o caminho da *revelação*.

A inocente questão de *método*, com que embarguei-lhe o passo, nada mais era do que isso. Era uma inofensiva questão prejudicial, que, pensava eu, não podia de forma alguma causar surpresa a quem vive em comércio familiar com o ensino das ciências naturais. É sabido que nestas ciências o método vale mais do que a própria doutrina. E a razão é óbvia. Perdido ou inutilizado o método, fica sem sanção a doutrina.

Foi o que aconteceu à teologia, desde que o seu método – a revelação externa – caiu em exercício findo.

Foi o que aconteceu à metafísica, desde que o seu método – a revelação interna – naufragou nas plagas do experimentalismo.

Perdida, porém, por impossível hipótese, em ciência a doutrina, o mal é mínimo: a doutrina ressurge logo, sempre igual, sempre intacta, sempre a mesma.

É simplesmente substituindo o seu método ao método da teologia e ao da metafísica, que o positivismo vem hoje ocupar o lugar tornado vago pela extinção gradual e normal destas duas formas de mentalidade, renovando o pensamento, fundando a história sobre as ciências exatas, tirando da história a lei suprema da evolução social, inaugurando uma nova era da ciência, de indústria e de paz, criando uma nova *ordem* que se desfaz por toda a parte em *progresso*, encerrando o ciclo das revoluções, glorificando o passado, revelando o presente e instituindo no futuro a deificação da humanidade. É só da onipotência do seu método que o positivismo fez surgir esta fórmula augusta:

E*xtinctis Diis, Deoque, successit Humanitas.*

. . . . . .

Já vê, portanto, o Sr. Morton que não me era permitido levar minha condescendência filosófica ao ponto de dispensá-lo desta formalidade de método; que seria de minha parte um grosso descuido, para não dizer outra coisa, se eu o deixasse seguir caminho de incursão contra o positivismo, sem pedir-lhe este imprescindível passaporte.

Que queria o Sr. Morton que eu fizesse?

Com a mão na consciência, diga-me, que culpa tenho eu que S.Sa. seja tão infeliz!... tão perseguido pela fatalidade das citações contraproducentes?

Que podia eu humanamente fazer para não enxergar o dardejante flagelo das contradições acabrunhando-o por todos os lados?

Não era mais minha intenção avisar esta ferida, aplicando-lhe o cáustico do nosso método. Mas, uma vez que S.Sa. insiste, eu recapitulo.

1ª contradição. S.Sa. citou Huxley, Herbert Spencer, e Stuart Mill, na cândida persuasão de aí encontrar apoio para a sua tese visivelmente intencional: o denigrimento da obra e da *pessoa* de Augusto Comte. Fiz-lhe sentir que estes três eminentes pensadores, muito embora não aceitando a totalidade da conclusões de Comte, acham-se todavia na mesma linha de pensamento, seguem o mesmo método, hasteiam a mesma bandeira, encaminham-se para o mesmo alvo social, são soldados confederados e solidários em uma mesma batalha campal contra a teologia, da qual o Sr. Morton é campeão.

E, para melhor frisar a questão, permita-me uma interrogação.

Admitindo-se por hipótese que o Sr. Morton consiga exterminar o positivismo, o que nos aconselha que ponhamos no seu lugar? O teologismo protestante ou o *Spencerismo*? – E, se se quer que *sim signifique sim*, e *que não signifique não*, como o exige D. Strauss, esperamos que o Sr. Morton nos responda categoricamente a esta pergunta.

Queremos crer que o Sr. Morton não deseja para si a glória de puro demolidor e que não destroi só pelo prazer de destruir.

2ª contradição. Entre aqueles quatro vultos do nosso século a diferença filosófica consiste sobretudo no grau de [animadversão][26] que respectivamente lhes inspira a teologia. Augusto Comte foi o mais benigno; foi o único que teve a coragem de render-lhe a devida justiça histórica, elevando-lhe um momento imorredouro do seu *Cours de Philosophie Positive.*

É precisamente contra este que o Sr. Morton derrama todo o fel das suas iras...

3ª contradição. O Sr. Morton citou Huxley e H. Spencer contra Comte, rendeu-lhes toda a homenagem que a gravidade da situação impunha... mas, logo após, citou Virchow, declarando que Virchow era o *seu homem,* e, no seu segundo artigo, com endereço ao meu amigo Americo de Campos, citou ainda Virchow e mais Virchow por epígrafe.

Ora, ou o Sr. Morton está realmente zombando do bom senso do nosso público, ou então não compreendemos bem o motivo porque o Sr. Morton assegura que Comte não estava no gozo do seu equilíbrio mental...

No último congresso dos naturalistas alemães, tendo Hæckel exigido o ensino obrigatório do darwinismo nas escolas do estado, Virchow, o ilustre professor de anatomia patológica da Universidade de Berlim, levantou-se energicamente contra tão imprudente pretensão, filha unicamente da impaciência científica, e, em um magnífico improviso, mostrou o perigo que corria o prestígio da ciência, quando se ensina em seu nome como verdade demonstrada aquilo que por enquanto não passa de uma simples hipótese científica, e pediu aos *darwinistas* mais calma e mais reserva filosóficas.

Em outros termos, Virchow aconselhou *o que aconselha* Comte, manteve-se no ponto de vista em que se mantém a filosofia positiva, obrou como um perfeito positivista, com toda a calma, com todo o critério, com todo o sangue frio.

[26] O original está obscuro. A palavra entre colchetes é a mais próxima do contexto e do texto original e nos foi sugerida pelo mesmo emprego em outro lugar. *(Nota de Gilda Naécia Maciel de Barros)*

Mas, Virchow, censurando Hæckel, censurou do mesmo golpe a Huxley e a Herbert Spencer, a este último com especialidade, que, não tendo a necessária paciência para esperar a última palavra da ciência neste momentoso debate, se apressou, para fazer *obra nova* e deixar o positivismo por detrás das costas, como diz pitorescamente o nosso bom Sylvio Romero, em construir as suas teorias sociais sobre a base hipotética do darwinismo, ligando assim a sorte do seu sistema à sorte de uma doutrina que ainda pode naufragar.

Por conseqüência, se é que a lógica não significa subversão das leis do entendimento, quando o Sr. Morton diz que o seu homem do peito é Virchow, diz enfaticamente que a filosofia de Comte é a filosofia do seu peito!...

E, se esta não é a irrecusável e única conclusão lógica, que o espírito mais desprevenido deve tirar da citação de Virchow, da atitude que lhe deu o Sr. Morton em frente a Huxley e Herbert Spencer, então devemos concluir que a lógica de Sr. Morton anda com a cabeça em terra e os pés para os céus!...

Tal é o resultado do mistifório filosófico que a imaginação do Sr. Morton elaborou; tal é o desfecho dessa portentosa meada com que o Sr. Morton procura distrair a vista do público, pondo em ação quatro personagens que se anulam, que se excluem no ponto mais culminante da questão!

E são essas as provas de critério que o Sr. Morton pretende converter em picareta para desmoronar o edifício de Comte!?

4ª contradição. Em seu artigo do dia 22 o Sr. Morton diz: "é difícil imaginar um escrito tão livre de teologia como aquele que apareceu na *Provincia* sob meu nome".

O Sr. Morton refere-se ao seu primeiro artigo. Ora, os leitores da *Provincia* por certo ainda não esqueceram que esse primeiro sermão evangélico terminava por textuais palavras.

"Porque havemos de estudar, trabalhar, aturar as fadigas e os desgostos da vida, simplesmente para levar a humanidade para esta idéia fatal, fria, sem alma, sem compaixão, sem vida, que, qual o carro de Jagatnatha, vai nos es-

magar debaixo de suas rodas? *Para mim, prefiro mil vezes o Deus vivo e misericordioso dos cristãos*".

E o Sr. Morton nos assegura que isto não é teologia...

E, quando é que o positivismo negou a alguém o direito de se divertir neste mundo, e, em seguida, de ir direito para o céu?...

Tranqüilize-se o Sr. Morton. Hoje, nem mesmo as nossas crianças se assustam com os Jagatnathas.

5ª contradição. O Sr. Morton é protestante e acha-se em um país, em que, por desgraça deplorável, a religião católica é a religião do estado. Ora, em vez de nos prestar o seu concurso, de nos auxiliar, em proveito próprio, para quebrarmos juntos as barreiras legais, que possibilitam, entre nós, uma plena liberdade de consciência, vem o Sr. Morton erguer o seu broquel para sustentar uma tese obscurantista, a qual, se por calamidade triunfasse, faria talvez do Sr. Morton a primeira vítima, e nos reengolfaria a todos na barbaria dos tempos inquisitoriais.

Não é, portanto, como pensa o Sr. Morton, o fato material do aparecimento do seu artigo na *Província*, que "me escandaliza"; é a significação moral dessa conexidade, é o caráter equívoco dessa reação insensata, que o Sr. Morton procura jeitosamente insinuar entre nós.

Não é só o Positivismo, que aqui defendemos: é sobretudo uma tendência da razão moderna, é um princípio superior, que garante a todos a plena posse de si mesmos, é uma conquista filosófica e social destes últimos cinco séculos, é a própria tolerância, que os escritos do Sr. Morton ameaçam comprometer.

Quando a religião católica não for mais entre nós religião oficial, garantimos aos Sr. Morton que não responderemos mais aos seus ataques contra o positivismo.

Enquanto, porém, isto não se der, pode o Sr. Morton contar certo que o combateremos sem trégua, nem quartel, pouco importando-nos mesmo que os seus ataques se dirijam a Comte, a H. Spencer, a Stuart Mill, a Darwin, ou a Hæckel.

6ª contradição. Tal mestre, tal discípulo, diz o Sr. Morton! – Saint-Simon foi um *charlatão*, foi um *devasso*, foi um *comunista*, foi um *louco*; Augusto Comte foi discípulo desse charlatão, desse devasso, desse comunista, desse louco... e o público que conclua o resto!...

Se isto não passa de uma desaforada figura de retórica, se isto não é uma impotência filosófica, se isto não é o mais traiçoeiro ataque dirigido contra a *pessoa* de um morto, então francamente confessamos que perdemos o siso e não podemos absolutamente compreender onde e como o Sr. Morton encontra a suficiente energia moral para conservar a sua inalterável lealdade para com todos esses pais de família, que todos os dias lhe entregam, na maior confiança, seus tenros filhos, convencidos de que o Sr. Morton é bastante íntegro para conservá-los imaculadamente católicos!

E o Sr. Morton ainda ousa queixar-se dos meus ataques pessoais! Ainda ousa articular que estou em contradição com os meus princípios! Ainda ousa pedir-me, com uma nunca vista *ingenuidade*, que coloque a questão no seu terreno *científico*!...

E, se essa inclemente e írrita teoria é verdadeira, como se explica que Saint-Simon foi um *charlatão* e um *devasso*, quando seu mestre foi d'Alembert, o fundador da Enciclopédia, de colaboração com Diderot, formando com este os dois astros de primeira grandeza do século XVIII, cujos clarões ainda hoje nos iluminam e nos acalentam de esperanças o coração?!...

E não terei razão para fustigar com todo o vigor esse jesuítica veleidade, que, a pretexto de *ciência*, vem simplesmente corvejar sobre as cinzas de um ilustre morto, patenteando uma habilidade verdadeiramente vulpina em colher o que contra esse morto escreveram os seus legítimos adversários, mas ocultando com a mais requintada perfídia o que esses mesmos adversários escreveram a favor?!...

E é assim que nos querem dar os exemplos da severa probidade, da justiça e da boa fé?!

E que ciência é essa de que se nos ousa falar?

Será séria e decente essa pretensão à discussão científica, que começa, como base do debate, por insinuar malévolamente na opinião pública que o fundador da doutrina a combater foi discípulo de um *charlatão*, de um *devasso*, de um *louco*?!...

Devolvo, portanto, inteira ao Sr. Morton a injúria de ataque pessoal. E foi precisamente para quebrar essa perfídia arma, que encontrei em suas mãos, que desde o começo me desculpei para com o público, prevenindo-o de que me via forçado a abrir uma exceção.

II

7ª contradição. Depois de ter negado tudo a Augusto Comte: inteligência, ciência, moralidade e juízo, o Sr. Morton, em sua terceira verrina, nos proporciona uma maravilhosa surpresa.

Tendo eu, em minha resposta, assinalado a penetração crescente da filosofia positiva em todos os países civilizados e em todas as camadas sociais, o Sr. Morton, em seu artigo do dia 22, embarga a minha asserção, dizendo: "a maior parte das obras do filósofo (Comte) acha-se nas mãos, não dos adeptos, *mas dos letrados em geral e especialmente dos ministros protestantes*".

O público por certo não esperava esta extraordinária revelação!...

A obra para nada serve... tem todos os defeitos e vícios inerentes ao pecado original... é um acervo de sandices.... é um convoluto de idéias subversivas, que ameaçam a própria base da sociedade.... é uma cova de Caco!.... e essa obra, que não custa barato, só a compram os *letrados e ministros protestantes*!!!

E é desta maneira que o Sr. Morton pretende demonstrar perante a opinião pública a solidez do seu critério.

E é para chegar a esta final conclusão que o Sr. Morton sua sangue e água, agita a imprensa, põe em sobressalto a opinião pública e lança mão das insinuações contra a obra e a pessoa.

Em seu próprio benefício, não seria muito melhor que o Sr. Morton só se ocupasse com a história dos seus Moabitas?

8ª contradição. O Sr. Morton apresenta-se na imprensa, na atitude de quem está fremente de paixão e trescalando o despeito, propondo-se a combater o positivismo. Fere o combate. E, quando, não obstante a obscuridade do seu estilo, acreditamos, em atenção ao seu caráter sacerdotal, que é a filosofia teológica que advoga, brada-nos em seu artigo 22: "Protesto solenemente contra este modo de discutir. Não sustentei filosofia nem teologia alguma. *Apenas critiquei o sistema de Comte*". (!)

De sorte que para o Sr. Morton a crítica não está sujeita à sanção... Podemos criticar a esmo; estamos dispensados perante o público de sujeitar a nossa crítica a regras fixas e invariáveis; não temos que dar satisfação ao senso comum; critica-se por criticar, por mero jogo de espírito, por gracejo... por capadoçagem!

Não sustentei filosofia nem teologia alguma!...

Que papel, então, está representando o Sr. Morton nesta discussão?!

Se não é em nome de uma filosofia, se não é em nome de uma teologia, se não é em nome de um sistema, de uma idéia, de um princípio, se não é em nome de coisa alguma que combate, a conclusão inevitável é que o Sr. Morton, então, está sonhando, está batalhando sob a constrição de um pesadelo...

E assim se explica por que razão Comte não estava no gozo do seu equilíbrio mental: é que as nossas lógicas andam às avessas, é que a disciplina teológica e a disciplina positiva colocam os nossos cérebros nos antípodas.

Eis como se explica por que razão S.Sa. sabe com tanta exatidão onde moram os Moabitas, mas não sabe onde deve estar colocado o seu critério filosófico.

Apenas critiquei o sistema de Comte!...

Mas, então, a sua crítica é a da material tesoura! É a de um autômato que corta aqui e acolá, a torto e a direito, trechos de um autor e de outro e os gruda confusamente, disparadamente, sem consciência do que faz, sem a responsabilidade moral no nexo que os deve ligar entre si!?!

E o Sr. Morton persiste em não se descobrir, em não nos revelar em nome de quem ou do que fala...

Mas, será moral, será edificante, será de salutar exemplo essa equívoca posição em que tenazmente se coloca?!

Não, isto não é sério, não é de literato, muito menos de um filósofo que cumula o caráter de sacerdote.

S.Sa não ignora que em história natural existe uma classe de entes, a que os naturalistas dão o nome de *parasitas*; e que existe uma outra a que dão o de *comensais*. É reconhecida a história dos parasitas: é sabido que vivem diretamente da seiva ou do sangue do indivíduo, que o sustenta. É menos conhecida a dos comensais. Estes vivem, não diretamente do indivíduo que os traz, mas indiretamente, das sobras, dos restos de cada manjar, que o indivíduo, em cujo corpo se abrigam, ganha cada dia, com o risco da própria vida, no vasto campo da natureza. Na boca dos meros e dos tubarões, por exemplo encontra-se grande quantidade desses viventes, que aí, em salvaguarda, ao abrigo de todo o perigo, têm a fortuna de poder assistir ao espetáculo comovente das grandes batalhas, entrando em todas as lutas e recebendo a sua parte de despojos opimos em todos os grandes festins da vitória.

Nas grandes batalhas do espírito que nos nossos dias se ferem no campo da ciência, nessa luta gigantesca em que estão empenhadas as mais vivas forças sociais, em que o futuro está suspenso e a vitória ainda indecisa entre o positivismo, o darwinismo, o materialismo, etc. etc., consente o Sr. Morton, sem ofensa do seu amor próprio, em se deixar ficar comodamente, como um *comensal*, na boca de um desses belerofontes, que se chamam Huxley, Herbert Spencer, Stuart Mill e Virchow?

E esse parasitismo filosófico, que pela primeira vez se quer introduzir nesta *Provincia*, cercado de ares de santidade, à custa do sangue de que doutrina pretende ele viver?

E não é nosso dever de sentinela dar o grito de alarma e assinalar o perigo, que, a pretexto de ciência, ameaça entregar o livre pensamento à voracidade teológica?

E, se estamos em erro, se a nossa suspeita é infundada e injusta, porque não se decide o Sr. Morton a nos dar um desengano, manifestando-se francamente, com toda a inteireza, e definindo ao público a sua posição de honra nesta luta, que S.Sa. mesmo, sem provocação, levantou?

P.S.

São apenas dois apartes.

No seu artigo de 22, lê-se:

"... o Dr. Barreto foi infeliz na sua ilustração. Disse: 'Quando os Hebreus passaram o Mar Vermelho, Moisés não pediu aos Moabitas os seus engenheiros'."

"Também não admira isto, porque os Moabitas estavam do outro lado do mar separados dele POR TODA A EXTENSÃO da Arábia E SEUS VASTOS DESERTOS (fica o leitor sabendo mais, que a Arábia, além da Arábia, contém ainda dentro de si vastos desertos...)".

Mas, o Sr. Morton não acredita então na passagem do Mar Vermelho?...

O aniquilamento da hidrostática será mais difícil do que o lançamento de um telégrafo?...

Não sabe o Sr. Morton por que razão o Deus Bíblico criou a luz em primeiro lugar?...

Pois é muito simples: é porque no escuro não podia enxergar o que estava fazendo... – Que inocência!...

"O Dr. Barreto foi tão infeliz na sua ilustração histórica como na geografia".

"Diz que o Cristianismo levou cinco séculos para penetrar. – Todo o mundo sabe que menos de trezentos anos depois da morte de Cristo, sua religião achou-se assentada sobre o trono dos Césares".

Não é praxe na sua instituição aplicar dose dupla de bolos ao decurião que comete um *hiatus*?

Eu disse *penetrar*. Mas, é só em Constantinopla, em Roma ou na Gália que se penetra? Não estava no programa a *penetração* na Alemanha, na Dinamarca, na Suécia, na Rússia, etc.?!...

Se ao cabo de trezentos anos o Cristianismo já estava *penetrado*, isto é infiltrado *em toda a Europa*, como encara e explica o Sr. Morton a campanha, por exemplo, de Carlos Magno na Alemanha? Qual a sanção para esses tremendos massacres? Qual a justificativa para essa pia missão que o levou uma vez a passar a fio da espada 4.0000 saxões em um só dia? Em que século passou-se isto?...

Não é *cinco* séculos que eu devera ter dito: é onze a doze. Só depois de Hildebrando é que o Cristianismo pôde considerar-se senhor da situação. Tive apenas em mente uma média, e esta média está antes aquém do que *além* da verdade.

O infeliz... não é portanto o Dr. Barreto; ainda continua como sempre a ser o Sr. Nash Morton...

Mas, que inocência!.....

III

"No seu sistema, diz o Sr. Morton, Comte dedica-se exclusivamente a descobrir leis.

"O espírito humano tem de aplicar-se primeiro às ciências exatas para conhecer suas leis, e depois, com o mesmo método, tem de passar para as outras. Na hierarquia das ciências, tem subir de uma a outra, até chegar à última, a do *socialismo* (?!), à qual aplica-se o mesmo processo que se aplicou à Mecânica ou à Astronomia. Aqueles que adquirirem os conhecimentos vastos suficientes para reduzir todos os problemas, que dizem respeito ao espírito sutil do homem, enfim todas as questões da sociedade humana, à exatidão de Euclides, hão de reinar supremos sobre os espíritos menos felizes. Assim, estabelecer-se-á um sacerdócio mais absoluto do que o de Roma, e os *vassalos* (?!) serão governados com o rigor e a *fatalidade* com que o maquinista governa sua máquina a vapor".

"A perfeição do sistema positivo, perfeição para a qual continuamente tende, *sem esperança de jamais tocar a meta*, é poder representar todos os fenômenos diversos observáveis como casos particulares de um só fato geral, qual o da gravitação, por exemplo".

Este trecho, que copiamos integralmente, é precedido, em letras maiúsculas, por este título:

"A filosofia de Comte esmaga toda a liberdade"

Antes de ir mais adiante, devemos notar a singular confusão que faz o Sr. Morton entre a *Filosofia Positiva* de Comte e a sua *Política Positiva*, na qual está incluída a sua construção religiosa, confusão que já assinalei em um dos meus artigos precedentes como denotando mui escasso conhecimento das obras de Comte.

Mas, não façamos questão. Admitamos que a exposição, que fez o Sr. Morton "*das idéias centrais do Positivismo*", representa fielmente a verdade: e, de fato, a primeira metade do primeiro trecho exprime com grande fidelidade o espírito dominante da *Filosofia Positiva*.

Vai agora começar o ataque contra essa filosofia. E eis aqui de que maneira o Sr. Morton se houve nesta delicada operação:

"Se assim for, que nos importa qual será esse fato? Porque havemos de estudar, trabalhar, aturar as fadigas e os desgostos da vida, simplesmente para levar a humanidade para esta idéia fatal, fria, sem alma, sem compaixão, sem vida, que, qual o carro de Jagatnatha, vai nos esmagar debaixo de suas rodas? *Para mim, prefiro mil vezes o Deus vivo e misericordioso dos cristãos*".

Tomo o leitor por testemunha de que, entre a primeira transcrição e a segunda, entre a exposição da doutrina filosófica de Comte e o ataque do Sr. Morton, não suprimi uma só linha, uma só palavra.

O Sr. Morton chama a isto um 'argumento científico'; e asseverou ao público que fugi da 'questão científica'; que não respondi às suas objeções contra 'as idéias centrais do sistema de Comte', objeções, já se sabe, 'científicas'.

É possível que o meu espírito esteja um tanto embotado e sinceramente confesso que isso a que o meu ilustre contentor chama 'argumento científico' me parece simplesmente uma cândida expansão sentimental, uma manifestação ingênua e inocente do sentimento poético, um desses pios derramamentos de sentimentalismo platônico e religioso, que fazem as delícias de um sistema nervoso em êxtase, e que tanto ornam em todos os tempos a lógica do coração. Não sabia de todo que a severa ciência acolhia em seus seios tão belos, tão suaves, tão venturosos devaneios sentimentais. E convido o leitor para tomar nota que de hoje em diante é o coração quem deve decidir em matéria científica e filosófica.

Entretanto, o meu ilustre contendor, como que hesitando ou duvidando da plena eficácia do seu gênero de ataque contra um sistema filosófico, mostrou-se logo depois receoso de empenhar a luta por conta própria e entendeu ser de boa cautela pedir a aliança de alguns robustos pensadores, valente atletas em cujo peito a couraça da ciência não deixa penetrar as melífluas flechas de Platão. Neste intuito aliou-se a Huxley, a H. Spencer e a St. Mill, e a aliança foi bem calculada – *para efeito*.

Desde que vi em cena esses três trabalhadores (o público é testemunha) me inclinei imediatamente para render-lhes homenagem reverente.

O primeiro dentre eles, sobretudo, me impunha sérios cuidados: é o adestrado anatomista, que maneja cem vezes melhor do que eu o bisturi e que, quando escreve, confunde a pena com o bisturi; o segundo é um gladiador impertérrito que não dá combate senão a gigantes; e o terceiro é um aguerrido soldado, que traz por couraça a própria filosofia de Comte.

Este imponente grupo marcial demandava explicação. Examinei de perto e informei ao público que a sua presença aí era puramente casual. Nenhuma conexidade havia entre eles e o meu ilustre contendor, ocupado ao lado em dar doces pancadas de amor contra as paredes do forte de Comte...

Não sabemos se por cansaço ou por algum justificável despeito, o meu ilustre contendor rompeu logo depois a aliança com estes três cintilantes batalhadores, para ligar-se ao ilustre Rodolpho Virchow, que a classe médica de todos os países venera e adora. E, nos transportes dos novos amores, deu-nos ele como documento autêntico o seguinte protocolo:

"Fazendo estas observações, tenho em meu apoio o exemplo de Virchow, o sábio alemão, que repreendeu seus colegas "científicos pelo costume de dar publicidade às hipóteses não provadas do gabinete".

Causando isto sensação, procurei ainda examinar, e, desta vez, pude asseverar ao público que a presença de Virchow ainda era mais tranquilizadora, porquanto a sua atitude marcial só se referia aos três primeiros confederados do meu ilustre contendor, que não viu na mão do seu novo aliado o ramo de oliveira que trazia com destino aos positivistas...

E nada mais havia no primeiro artigo do ilustre Sr. Morton.

Engano-me. Havia ainda a introdução, que reza assim:

"*Comte não serve de guia*, porque começou sua carreira pública como discípulo e defensor de um charlatão na ciência do socialismo e um entusiasta louco, Saint-Simon.

"Saint-Simon, depois de muitas venturas (?), dedicou-se ao que ele chamava 'Reforma físico-política'. *Estudou muito* (o grifo é nosso). Viajou por

diversos países. Quando achava-se pronto para começar a reforma, inaugurou suas *experiências*. Dava bailes e jantares. Reunia nestes tudo que a imaginação, a experiência e os estudos podiam inventar ou sugerir. Aí havia brinquedos de todas as espécies – discussões sobre todos os assuntos decentes e indecentes – a devassidão sob as formas mais repugnantes".

"*Finalmente brigou com a mulher*"; e o mais que já se sabe.

Nestes pormenores biográficos, o ilustre Sr. Morton não nos disse positivamente se Comte assistia às "discussões sobre todos os assuntos decentes e indecentes", se tomava parte na "devassidão sob as formas mais repugnantes".

Foi pena.

Para a mocidade estudiosa seria muito curioso saber se é ou não possível prepararem-se os materiais de uma imensa construção filosófica, estudar a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia (que o Sr. Morton *prefere* chamar *socialismo*), e a moral positiva – para ensiná-las como mestre -, dando lições de matemáticas para ganhar o seu pão (Comte era paupérrimo), e ainda assim achar tempo para "as discussões sobre todos os assuntos decentes e indecentes" e tomar parte "na devassidão sob as formas mais repugnantes". Seria curioso saber se no tempo de Saint-Simon os períodos diurnos tinham mais de 24 horas ou se as horas eram pouco mais ou menos do porte das dos dias bíblicos, ou se o cérebro humano naquele tempo comportava um trabalho e um poder de assimilação mil vezes superiores relativamente ao que se passa nos nossos dias.

Seja como for, se nada mais havia no primeiro artigo do ilustre Sr. Morton, devemos ficar compreendendo que isso a que chamou "argumento científico" nada mais é do que essa descrição, que nos deu, de algumas noites de saturnal, e assim convido o leitor mais uma vez a tomar nota de que a pintura de algumas cenas de escândalo pode filosoficamente ser capitulada sob a rubrica de *Positivismo*.

É interessante sobretudo sabermos que a *briga de um marido com sua mulher* pode influir de tal modo sobre as opiniões sociais e filosóficas de

uma época, que um sistema filosófico, surgido vinte anos depois dessa briga, deve ser rejeitado *in limine*, pelo fato intuitivo: que o autor desse sistema foi discípulo do marido brigado.

Mas, se não nos é possível perceber o fundamento para o título de "argumento científico", e asseverando-nos o ilustre Sr. Morton que eu não respondi ao seu "argumento científico", devemos crer que o Sr. Morton teve efetivamente *em mente* esses "argumentos científicos", e que, portanto, se não os comunicou ao público, foi certamente "por falta de tempo", segundo uma declaração neste sentido, que encontramos logo no começo do dito seu artigo.

Mas, como de muito boa vontade estou disposto a contentá-lo em tudo, vou corresponder à *intenção*, que teve de formular esses "argumentos científicos", procurando o mais possível adivinhar o plano que até hoje permanece profundamente oculto nas dobras do seu pensamento.

Antes de continuar desejo, porém, saber se lhe agrada este meu estilo de hoje.

Sim? – Pois bem, continuaremos amanhã, prometendo-lhe não me afastar mais deste estilo, e esforçar-me por tornar-me o mais amável possível no terreno puramente científico.

IV

"No seu sistema, Comte dedicou-se exclusivamente a descobrir leis.

"O espírito humano tem de aplicar-se primeiro às ciências exatas para conhecer suas leis, e depois, com o mesmo método, tem de passar para as outras. Na hierarquia das ciências, tem de subir de uma a outra, até chegar à última, a do *socialismo* (?!); à qual aplica-se o mesmo processo que se aplicou à Mecânica ou à Astronomia

"De onde o ilustre Sr. Morton conclui que:

A Filosofia de Comte esmaga toda a liberdade.

Como o ilustre Sr. Morton se limitou a opor a estas vistas filosóficas uma simples efusão da sua piedade religiosa, devemos acreditar que tais vistas filosóficas não são dignas da mais ligeira análise, tão falsas e viciosas são.

Ora, como essas vistas constituem a própria base da *ciência profana*, quer se a denomine positivista, darwinista ou materialista, o motivo do seu anátema não pode provir senão do modo diverso por que encara as *leis naturais*. E somos assim obrigados a expor, em resumo, o que se entende em ciência profana por concepção de leis naturais, por complexo de leis naturais.

É só desta maneira que os leitores poderão compreender a razão por que o meu ilustre contendor insiste tanto nos seus "argumentos científicos", e a razão ao mesmo tempo por que eu "fugia" de corresponder ao seu desejo de "argumentação científica".

Noção de lei natural

Augusto Comte foi o primeiro que assinalou nas diversas religiões um nexo filosófico comum, que as reduz todas a um só e mesmo pensamento: explicar o mundo, instituir por meio dessa explicação a *fé*, e por meio da fé regular a conduta moral de cada indivíduo, ligando cada indivíduo à sociedade (*religare*), e subordinando a sociedade em peso à autoridade dessa mesma fé. Mas, como, à medida que as aquisições científicas se foram acumulando, as explicações do mundo se foram modificando, é claro que a fé deveu igualmente variar nas diferentes fases do desenvolvimento histórico. É assim que vemos do decurso da história os dogmas ou sistemas de explicação universal do mundo sucederem-se uns aos outros, ao passo que a doutrina, ou complexo de noções sobre o alvo social a atingir, permaneceu sensivelmente a mesma.

Durante a fase teológica, a explicação de todos os fenômenos relativos ao mundo e aos homens consistia em atribuir a produção efetiva de todos esses

fenômenos a uma *Vontade divina*, onipotente e arbitrária. E, como a fase teológica se compõe de três graus distintos, o dogma ou a fé variou correlativamente. No politeísmo, por exemplo, essa *Vontade* era exercida por um grande número de agentes divinos repartindo entre si, segundo uma ordem hierárquica, os diferentes papéis do governo do mundo, cada classe de agentes governando uma classe especial de fenômenos. Crescendo a ciência, isto é; tendo os pensadores mais adiantados percebido que, na realidade, as diferentes classes de fenômeno não são tão independentes e isoladas umas das outras, como a princípio se supunha, ou, em outros termos, que havia, como nós hoje dizemos, conflito de jurisdição, forçoso foi reduzir o número dos imortais do Olimpo, e, de redução em redução, chegou-se ao monoteísmo, em que o governo total do mundo foi conferido a uma *Vontade* única, à intervenção de um Ente único, a um só Deus. Ficou assim suprimido o imenso funcionalismo da intervenção divina múltipla do paganismo e em seu lugar surgiu um governo mais simples, mais regular, mais homogêneo, assinalando-se em benefício do progresso pela maior unidade de pensamento que trazia. Não devemos, porém, perder de vista que tanto em um como em outro grau desta fase teológica, a fé explicava o mundo e o homem por uma intervenção da agência sobrenatural, intervenção caracterizada pela arbitrariedade de poderes ilimitados; ao passo que na fase adulta da ciência, na plena positividade das noções científicas, todos os fenômenos relativos ao mundo, ao homem e à sociedade são explicados segundo relações invariáveis de semelhança e sucessão, relações chamadas *leis*.

Ao arbítrio, que é a feição característica das *vontades sobrenaturais*, sucedeu assim a imutabilidade ou a imanência das *leis naturais*, imanência que estabelece uma insuperável incompatibilidade entre o espírito teológico e o *Espirito Positivo*.

Tal é em resumo o quadro da marcha do espírito humano, marcha que trouxe como resultado final a substituição da antiga concepção de uma agência sobrenatural pela noção de *lei natural*.

Para maior elucidação, entraremos agora em algumas ilustrações.

V

Observemos a criança. Tudo a impressiona, tudo a distrai, tudo chama a sua atenção: os sons variados, que percebe; os efeitos complicados da luz sobre os objetos que a cercam; as inúmeras formas desses objetos, os corpos quer vivos, quer inanimados, tudo provoca em seu sistema nervoso central profundas sensações. Mas, na multiplicidade dessas formas, desses fenômenos, desses seres, dessas sensações, o seu espírito, que começa apenas a desabrochar, não distingue a princípio senão resultados isolados, corpos especiais, particulares, desconexos: a imensa variedade de sensações recebidas simultaneamente como que a surpreende, a faz cair em estado de espasmo e a inibe de entrever a ligação, a complexidade, o entrelaçamento dos fenômenos uns com os outros. O espírito infantil vive sob o contínuo estímulo da novidade, da surpresa, da casualidade virtual. Só algum tempo depois que o cérebro se habituou à repetição das mesmas impressões, das mesmas sensações, só depois que a idade acumulou uma certa soma de estampas em seu tenro intelecto, é que o mundo começa a aparecer-lhe sob um outro dia, é que a situação começa a aclarar-se, é que as relações entre o seu *eu* e o mundo externo, a princípio, entre os seres que a cercam e os fenômenos nesses seres observados, em seguida, começam a se lhe revelar e a imprimir em sua atividade mental um novo movimento, uma nova direção. Cada corpo, que vê ou apalpa, cada ação que fere sua imaginação, vai pouco a pouco se decompondo a seus olhos em vários elementos, em várias parcelas, em diferentes grupos.

Tudo quanto até então parecia-lhe um todo indivisível começa a se dividir, a se reduzir, a se fracionar em partes mais ou menos distintas umas das outras. É a aurora do espírito de *análise* que desponta no intelecto do menino; é o primeiro lampejo da faculdade de *abstração*. É a ocasião a aproveitar para

se lhe dar, nas escolas, as primeiras noções de aritmética e da geometria; é o momento em que o método americano das *lições sobre coisas* presta o mais eficaz serviço, fortificando pelo exercício essa faculdade que acaba de nascer.

Uma vez surgida essa nova faculdade, o espírito de generalização se estende cada dia em todas as direções, ganhando de mais a mais terreno sobre o espírito de observação concreta, o único que a princípio dominava a cena.

Com os progressos da idade, achando-se cada vez mais robusta a faculdade de observação abstrata, o espírito penetra mais profundamente no conhecimento analítico dos corpos, descobre neles propriedades distintas, isola estas propriedades, separa-as por uma delicada operação mental umas das outras e dos próprios corpos que as apresentam, considera-as de per si, estuda-as isoladamente, em uma palavra o espírito *abstrai*.

Chegando a este ponto, o espírito sente-se como renascido, sente-se outro, tem consciência do seu novo vigor, da poderosa arma que tem agora à disposição, está apto para a conquista de um mundo novo. Não é mais o conhecimento concreto dos seres que o preocupa exclusivamente. O estudo das propriedades ou dos fenômenos observados nesses seres apresenta então um atrativo contínuo e poderoso.

Pode-se dizer que o prazer, que nesse momento se experimenta, é o do homem que se sente montado sobre uma cavalgadura de confiança. O espírito abstrato ou a força de abstração, de fato, se acha então cavalgando sobre a observação concreta. Esta fornece os materiais, penivelmente acumulados, sobre os quais a outra trabalha para elevar as construções científicas. É nesta fase da evolução mental que ao estudo dos *seres* se substitui o estudo da *existência* em geral.

Procedendo lentamente, mas firmemente, de grau em grau, do conhecido para o desconhecido, do mais geral para o mais particular, do mais simples para o mais complicado, segundo a lei, como diz Comte, da complicação crescente e da generalização decrescente, o espírito abstrato acaba por abraçar todas as categorias de fenômenos, todos os aspectos da existência universal.

É assim que da existência física, onde estuda sob todas as faces os fenômenos de extensão, de gravitação ou de movimento, de calórico, de acústica, de luz, de eletricidade, etc., passa à existência química, onde estuda a composição material de todos os corpos inorgânicos e orgânicos; daí à existência vital, onde estuda todos os fenômenos relativos à vida vegetativa e animal; e daí, por um esforço final, à existência social e moral, onde estuda todos os fenômenos, que se produzem no seio de uma sociedade qualquer, todos os acontecimentos relativos à vida dos povos. Longa e penível marcha, onde as dificuldades a vencer eram tanto maiores quanto mais próximo estava o termo da jornada.

Se nos perguntarem agora qual o resultado capital, o fato último deste imenso caminhar, desta longa série de conquistas, diremos que desde o limiar da história até os nossos dias foi função ininterrompida do espírito abstrato colocar em todas as categorias de fenômenos quaisquer, em todos os aspectos gerais da natureza ou da existência universal, no lugar da antiga crença em entes divinos governando as diversas classes de fenômenos, a concepção de relações permanentes, invariáveis entre todos esses fenômenos, concepção que elimina definitivamente a intervenção sobrenatural das Vontades arbitrarias e faz entrar o inteiro universo na noção de leis naturais.

Hoje que nos achamos sobre o ponto mais alto da história, abraçando de um só lance de vista tudo quanto nos precedeu, devemos deitar um olhar retrospectivo sobre todo o passado, para saudar aí o aparecimento do espírito abstrato e aclamar esta profunda revolução, porque passou o pensamento primitivo, transformando totalmente a cena do mundo.

Não é em vão que Comte insiste em assinalar como o progresso mais capital da evolução humana essa mudança no exercício da atividade mental. Foi de fato a inauguração do espírito abstrato que determinou a passagem do fetichismo para o politeísmo, passagem que se assinala pela invenção dos Deuses. Essa passagem foi o resultado inevitável da introdução da abstração na lógica humana.

Do momento que as *propriedades* foram encaradas e estudadas independentemente dos corpos, do momento que surgiu a noção abstrata de *força*, o papel do substratum ou da matéria constitutiva desses corpos devia necessariamente apresentar-se como passivo e subordinado à direção de uma agência superior.

Para o fetichismo todos os corpos quaisquer, animados ou inanimados, são dotados de vontades como nós, são todos vivos, são susceptíveis de sentimentos, de paixões e de inteligência como nós.

É a fase mais natural e mais tenaz da razão humana; é por onde nós todos começamos quer individual, quer coletivamente.

Nenhum artifício de educação pode suprimi-la; na nossa plena positividade as nossas crianças continuam como sempre a se divertir e brincar com suas bonecas, a prestar-lhes vontades, a dedicar-lhes amor, infligir-lhes castigos, do mesmo modo que entretêm longas horas de conversação com o seu gato ou o seu pequeno cão doméstico. O sentimento do patriotismo não reconhece outra origem. O poeta dos nosso dias, que anima uma flor ou qualquer outro objeto da diva amada, bebe no fetichismo a essência de suas inspirações. O fetichismo é a base mesmo da poesia e da nossa linguagem. Suprimindo-se o fetichismo, suprime-se a fonte das imagens vivas, suprime-se a alma da eloqüência.

Sendo esta fase tão natural, tão arraigada no espírito e no coração do homem, na sua passagem para o politeísmo devia necessariamente levar consigo os seus traços fundamentais, os seus atributos característicos. Foi efetivamente o que sucedeu. A matéria foi destituída de suas antigas funções supremas: a vontade e o arbítrio foram-lhe retirados; as suas propriedades essenciais foram conferidas a agentes sobrenaturais, em geral invisíveis, mas podendo por exceção mostrar-se a alguns mortais privilegiados, estabelecendo-se assim uma transição natural entre a antiga e a nova mentalidade. Foram assim criados pelo espírito abstrato os Deuses, entes subjetivos, que a lógica impunha como

prepostos indispensáveis no governo de cada série de fenômenos observados. Desde então a terra e o céu, o mundo e o homem foram considerados como um instrumento inerte nas mãos desses imortais onipotentes. O dia e a noite, a luz e as trevas, o seco e o frio, o espaço e o tempo, os rios e os mares, a chuva e o sol, a vida das plantas e a vida animal, a paz e a guerra, a inteligência e a ciência, em uma palavra, cada classe de fenômenos teve seu governador supremo, seu Deus especial.

Continuando porém, a crescer com o tempo a faculdade de abstração, tornando-se evidente pelo trabalho da análise a incompatibilidade entre este sistema de crenças e os resultados obtidos pela investigação científica, forçoso foi fazer tábua rasa do Olimpo e entregar o governo supremo do mundo a um diretor único, ao monoteísmo. E não tendo parado aqui o progresso do espírito abstrato, foram do mesmo modo arrebatados todos os privilégios ao último governador, para serem provisoriamente conferidos (fase metafísica) às *forças naturais* personificadas, entidades de caráter equívoco, semi-divinas, semi-cosmológicas, que por sua vez tiveram de ceder o campo ao governo definitivo das *leis naturais*.

Nesta última fase, que é a nossa, o espírito do homem não considera mais o céu como uma só peça indivisível e dotada de vontades diretas, como se acreditava durante o fetichismo; nem tão pouco como um magnífico pavilhão cobrindo a terra e servindo de morada aos Deuses, como acreditavam os politeístas; nem ainda tão pouco como a mansão celeste de uma Vontade única, como o acreditam os monoteístas.

Para a ciência a palavra *céu* representa simplesmente um composto de corpos naturais, sujeitos à inquebrantável fatalidade das leis mecânicas, e os segredos da estrutura celeste estão hoje de tal modo conhecidos que o menor movimento de qualquer das peças componentes é previsto com séculos de antecedência. Não há mais aí o menor lugar para o arbítrio.

Como conseqüência desta mudança radical no modo de encararmos a região celeste, não dirigimos mais súplicas a essas frias solidões, não batemos

mais à porta de uma casa desabitada, para implorar um vão socorro, mas procuramos estudar a atmosfera em seus últimos elementos, para conhecermos as suas leis essenciais e sabermos quais os meios a empregar, já para tornar inofensivo o *raio vingador* e o reduzirmos a um fâmulo obediente, já para instituirmos uma higiene salutar, já para talvez um dia, ousados aeronautas, podermos afrontar de perto a espada do anjo do paraíso.

Nesta imensa e brilhante perspectiva, em que o espírito antevê no futuro as mais esplêndidas e úteis conquistas a realizar, a parte do coração não é menos augusta nem menos cheia de sãs emoções: a Humanidade cada vez mais reconhecida levanta um templo para glorificar os gênios que lhe traçaram as sendas, e entoa a apoteose de todos os benfeitores que lhe legaram os tesouros da indústria e enobreceram a terra, este grande fetiche, que havemos sempre de adorar.

VI

Das considerações que precedem resulta que a fase fetichista da evolução humana elaborou a *observação concreta*, o estudo dos seres; que as fases politeísta e monoteísta deram nascimento à *observação abstrata*, ao estudo das propriedades ou funções independentemente dos seres que as apresentam; e que a ciência afinal, encontrando na infância o espírito abstrato o levou ao último grau de seu desenvolvimento natural, ao estado adulto. A lei do progresso ressalta assim da simples inspeção do espetáculo histórico.

Podemos, por conseqüência, concluir que o caráter essencial e geral das *leis reais*, das leis naturais, é a abstração.

Nenhuma especulação, nenhum estudo pode se revestir do caráter e do título de ciência, enquanto não abandona as preocupações concretas, enquanto não se decide a romper com os cálculos de interesse imediato, que resultam das aplicações práticas dos conhecimentos concretos.

Seja qual for o domínio das especulações humanas, e sem exceção, é preciso que a teoria preceda a prática, para poder atingir o grau de precisão científica.

A prática, ou o complexo dos conhecimentos concretos permanecerá sempre como a origem e a base do edifício: mas o próprio edifício é o espírito abstrato, é a obra da abstração.

É assim, por exemplo, que no período teológico, enquanto dominava a crença *geocêntrica* ou a idéia de que a terra era o centro do universo, e que paralelamente, como conseqüência primeira, preponderava a crença *antropocêntrica* (Hæckel) ou a idéia de que o homem era o *rei* do universo, que tudo havia sido criado para o homem, etc., etc., a astrologia, procurando interpretar todas as observações concretas sobre o movimento dos astros em sentido antopocêntrico, não deu em resultado senão uma acumulação de concepções extravagantes, um montão caótico de absurdos e preconceitos.

Do momento, porém, em que abandonou o ponto de vista humano dos interesses imediatos ou práticos, para não especular senão sobre o movimento geral dos astros, deu à luz a mecânica e tornou-se Astronomia, a ciência da maior abstração, e ao mesmo tempo aquela que, depois de constituída, presta os mais reais serviços à humanidade.

Do mesmo modo a alquimia, só tendo em vista o interesse imediato do homem, só procurando empiricamente a transformação miraculosa dos corpos, a conversão dos metais em *ouro*, a pedra filosofal, consumiu uma longa série de séculos não dando em resultado de seus febris esforços senão a perversão moral de todas as cabeças.

Do momento, porém, em que abandonou o ponto de vista antropolátrico para só se ocupar da observação abstrata das propriedades químicas da matéria, do estudo dos fenômenos da ação e reação em geral, descobriu a lei dos equivalentes, que suprime definitivamente toda a intervenção miraculosa, e tornou-se Química, a nobre ciência abstrata, que é hoje a alma e a força da

indústria moderna, e que, por intermédio do seu capítulo final, o estudo da composição material dos seres organizados, constitui o preâmbulo indispensável da ciência da vida ou biologia.

Do mesmo modo esta, enquanto esteve nas faixas teológicas, só buscando o interesse imediato da intervenção sobrenatural, sob a forma de panacéia universal, a fonte de Juvêncio, o prolongamento indefinido da vida, a mocidade perpétua, etc., só consolidou a crença na ressurreição dos mortos, na aparição das almas, na visão dos anjos, nas curas miraculosas e na conversão de homens vivos em Santos.

Do momento, porém, em que o gênio de Bichat e Broussois revelou as leis reais da fisiologia normal e patologia, elevou-se rapidamente à categoria de ciência abstrata, e, nesse augusto caráter, dita as regras de conduta à medicina e à cirurgia modernas, ao mesmo tempo que serve de pedra de toque para aferirmos o grau de valor das tradições do passado, de tribunal inapelável para os depoimentos da história.

Em resumo, em toda esta série de fenômenos de mais a mais complicados, a partir da mecânica celeste até o homem individual, o caráter fundamental das leis naturais é a supressão do arbítrio, da intervenção sobrenatural, do milagre teológico. E este imenso resultado, que transforma completamente a nossa concepção primitiva do mundo é simplesmente o resultado da introdução na lógica humana do espírito abstrato. E por conseqüência toda a lei natural é necessariamente a representação abstrata das diversas relações constantes que observamos nas diversas ordens de fenômenos.

Como o leitor deve ter imediatamente percebido, falta a esta série o termo capital: falta a classe dos fenômenos relativos ao homem em sociedade, falta o estudo dos acontecimentos sociais, falta a sociologia.

Esta ciência, como todas as outras que a precedem na série, tem sido até aqui cultivada empiricamente, só procurando o interesse imediato, como o fizeram outrora a astrologia e a alquimia. É daí que provém a política dos expe-

dientes de ocasião, das agitações sem solução, do progresso sem ordem ou da ordem sem progresso, procurando conservar o que está morto e impedindo o acesso ao que está vivo, governando o presente sem a sanção da história do passado e sem a interpretação inteligente do futuro, política de vaivéns, de sobressalto, de imprevistos.

As leis naturais, que não abrem exceção em domínio algum, do homem individual para baixo, abrirão uma exceção do homem individual para cima? Estarão os fenômenos sociais subtraídos ao jugo das relações constantes de sucessão e semelhança? Estará esta grande classe de fenômenos para sempre destinada a servir de refúgio para o arbítrio, o capricho e o milagre?

É bastante fazer a pergunta para indicar o absurdo da hipótese.

Contra essa hipótese protesta a própria existência da sociedade. Se assim fora de fato, a organização social seria uma tentativa vã e contraditória; seria trabalhar para a construção de um edifício que se sabe de antemão ser irrealizável.

A Comte estava reservada a glória de demonstrar que os fenômenos sociais não fazem exceção à ordem estabelecida para todas as outras classes de fenômenos e de descobrir as leis fundamentais que regem efetivamente a evolução humana.

Sua primeira descoberta foi que: todas as nossas concepções teóricas passam por três estados sucessivos (teológico, metafísico, positivo). Esta lei como todas as leis reais, bem se vê, não é mais do que uma simples representação abstrata do passado humano.

A segunda é que: a nossa atividade prática começa por ser ofensiva (regime militar ou das guerras de conquista), ao depois defensiva (regime feudal) e, afinal, pacífica (regime industrial). É ainda a representação do movimento histórico.

Entre as outras, que não é aqui o lugar de enumerar, vem esta: que à fase teológica corresponde a monarquia absoluta, à fase metafísica a monarquia

atenuada (constitucional e representativa), à fase científica ou positiva a forma republicana.

É ainda a representação do espetáculo histórico, onde vemos o elemento popular, a princípio absolutamente sem significação política, inteiramente nulo, crescendo a pouco e pouco, passando da escravidão antiga à servidão da idade média e, afinal, nos tempos modernos, cheio de força, adulto, na plena consciência de sua liberdade, tratando as monarquias de igual para igual, e convicto de que a monarquia encerra uma lição, que vai de encontro às leis naturais, ousando dar um passo mais adiante e reclamando a supressão da própria monarquia.

Como se vê, esta lei exprime simplesmente um fato geral, inaniquilável: é a evolução natural da existência humana seguindo-se imediata e paralelamente à evolução vital do reino vegetal e animal, do mesmo modo que esta seguiu-se à evolução abstrata da existência astronômica, física e química.

Desta sorte torna-se completa a concepção de toda a ordem natural e aparece a unidade de pensamento com um vigor, que nada tem a invejar à síntese teológica, síntese continuamente perturbadora, pelo elemento de desordem que introduzia sem cessar no espírito, impossibilitado, ante os dogmas da interferência milagrosa, de se entregar a meditações efetivas e de perceber o nexo ou a regularidade entre tantos fenômenos de natureza diversa, relativos ao mundo e ao homem.

Não percamos, porém, de vista o nosso assunto principal.

A abstração é a fonte de toda a ciência, de toda a coordenação, de toda a sistematização: é o berço da noção de leis naturais.

VII

Segundo as premissas, precedentemente estabelecidas, é claro que sob o ponto de vista filosófico só as leis abstratas devem ter toda a importância para nós.

As leis abstratas se distinguem em *leis de sucessão* e *leis de semelhança*.

Para melhor ilustração, tomemos por exemplo um barômetro e observemos a oscilação do mercúrio. Suponhamos que na temperatura de + 20 graus centígrados o nível mercurial marca 5 sob a pressão atmosférica normal da beira do mar. Transportemos esse barômetro para o alto da primeira montanha ao pé e admitamos aí a mesma temperatura de 20 graus. Reconheceremos imediatamente que o nível mercurial variou, e, em vez de marcar 5, marcará agora 10, 15 ou 20, conforme a altura relativa da montanha. Quando descermos, continuando a mesma temperatura e a mesma pressão, o nível primitivo se restabelecerá. Se em vez do mercúrio empregarmos qualquer massa de gás e a submetermos a várias pressões observaremos a mesma relação constante entre o volume do gás, a temperatura e a pressão; na mesma temperatura o volume estará constantemente na razão inversa da pressão. Esta relação invariável entre dois fenômenos distintos é o que se chama lei de sucessão.

Todas as relações constantes entre os fenômenos relativos ao tempo e ao espaço são leis de sucessão: tal é a lei da queda dos corpos: *o espaço percorrido cresce proporcionalmente ao quadrado do tempo*; tal é a lei astronômica: *os corpos se atraem na razão direta das massas e na inversa do quadrado das distâncias*.

Chama-se, pelo contrário, lei de semelhança a relação invariável de conformidade entre dois fenômenos observados. Tal é a lei de Newton fazendo entrar o peso no fenômeno mais geral da gravitação.

De uma ciência a outra estabelecem-se analogias, que a razão abstrata utiliza para formular leis de semelhança. É assim que em sociologia é lei: *todo o governo, que não se apoia na opinião, tende a cair com uma velocidade proporcional ao desfavor público*.

Em última análise, a descoberta das leis de semelhança não reclama senão um trabalho de simples coordenação, ao passo que a das leis de sucessão

exige um trabalho tanto mais difícil quanto maior é a complicação dos fenômenos estudados.

Uma lei natural nada mais é, em suma, do que a relação constante entre dois fenômenos de natureza distinta, e segundo a qual um varia conforme o outro. É a constância na variedade, tanto no mundo físico como na esfera social.

Em outros termos, a invariabilidade das leis naturais não impede a variação na *intensidade* dos fenômenos, e a variação é tanto maior quanto mais complicados são os fenômenos, sobre os quais especulamos. A ordem fundamental das coisas é imutável: as suas disposições secundárias, porém, são tanto mais modificáveis quanto mais nos aproximamos da esfera social e moral.

A ciência tem precisamente por fim conhecer a fundo a ordem fundamental das coisas, para respeitá-la, não tentando dirigir contra ela esforços inúteis, e saber ao mesmo tempo quais as suas disposições secundárias, que devemos atacar, para modificá-las em nosso benefício.

É assim, por exemplo, que na ordem astronômica nada absolutamente podemos fazer para modificá-la. Bem compreendemos que, se nos fosse possível alterar a inclinação do eixo da terra, melhoraríamos singularmente as nossas condições de existência: seria, entretanto, simplesmente loucura, se alguém se lembrasse de tentar esforços nesse sentido. Aqui, tudo quanto nos resta a fazer, é estudar a nossa situação planetária, para indiretamente tirarmos partido dos conhecimentos adquiridos.

É assim que a astronomia, impotente para alterar a estrutura celeste, dirige entretanto a navegação e constitui a primeira garantia do comércio.

Esta fórmula de Comte: *saber para prever, a fim de prover,* resume admiravelmente as funções da ciência.

Já em física o nosso poder de modificação é grande: vencemos o espaço e suprimimos as distâncias. O vapor ou antes o calórico e a eletricidade não são, entretanto, senão forças naturais que dirigimos contra outras forças naturais.

Desta vitória direta sobre o mundo bruto, resulta uma imensa vantagem indireta: a maior velocidade para a circulação da imprensa, e portanto para o progresso intelectual. Benefício duplo. No mundo tudo se liga. Só a teologia e a metafísica não percebem que a civilização em sua mais alta expressão se reduz a um triunfo da inteligência do homem sobre as forças naturais.

Em química o nosso poder ainda é maior: é a esse poder que devemos todas as maravilhas da indústria moderna.

Em biologia ainda maior. Aí estão para prová-lo os extraordinários produtos, que todos os dias nos apresentam a horticultura, a agricultura científica, a zootecnia em seus diversos ramos, a fisiologia, a medicina, a cirurgia, etc.

Na sociologia, na ciência social, enfim, atinge o seu máximo o nosso poder de intervenção. É aqui que encontramos a maior complicação dos fenômenos a estudar; é aqui precisamente que a sua modificabilidade apresenta a sua máxima intensidade.

A lei da evolução mental é imutável no que diz respeito à sucessão do fenômenos; nenhuma potência humana conseguirá jamais impedir que uma criança seja fetichista até a primeira dentição; nenhum artifício e educação poderá jamais aniquilar totalmente a tendência politeísta, que observamos dos sete anos aos doze pouco mais ou menos, e assim por diante.

Se não podemos, porém, suprimir a sucessão natural das modalidades naturais, imensamente podemos fazer para que a intensidade dos fenômenos se modifique em nossa vantagem social. É a esse poder que se dá o nome de educação e instrução em sua acepção mais lata, indo das mais simples operações numéricas até as mais altas especulações sobre os fenômenos sociais e morais. Assim considerada, a educação nos aparece sob um novo aspecto, com um caráter singularmente augusto: não é mais uma vã ornamentação convencional das faculdades brilhantes do espírito, onde a imaginação representa o mais conspícuo papel, é uma preparação solene, efetiva, para o triunfo do homem sobre o mundo e sobre si mesmo.

Em tão rápido esboço não posso me alargar em mais detidas considerações a este respeito. Apontarei apenas dois fatos como ilustração. A Alemanha em 1813 era um dos países mais atrasados da Europa; a França intelectualmente lhe era muito superior. A Prússia imitou o exemplo da França e toda a Alemanha, com exceção da Áustria teológica, acompanhou-a, derramando a instrução pública nas mais vastas proporções, excedendo neste sentido tudo quanto a sua rival havia sonhado de mais gigantesco. A Alemanha só, e não toda, 45 anos mais tarde, aniquilou a França. Poder-se-há objectar que politicamente a Alemanha está mais atrasada do que a França. É uma ilusória aparência. O apregoado despotismo de Bismark tem uma razão de ser social. Ante as ameaças de suas fronteiras, diante do perigo comum, os sensatos alemães cerram fileiras e só ouvem o brado da pátria. Cessem as ameaças e vê-los-emos imediatamente de mãos à obra. Eles bem o mostraram em 48. Nenhuma nação está mais preparada para uma revolução salutar do que a Alemanha.

O outro exemplo nos é fornecido pelos Estados Unidos da América. Jamais se viram na história mais rápidos progressos em todos os sentidos. E o segredo dessa maravilha é simplesmente a instrução pública, que aí atingiu proporções descomunais.

Segundo os exemplos indicados, é fácil o leitor compreender a altura do ponto de vista em que se coloca a filosofia positiva para dominar a cena do espetáculo social.

Quando estabelece a imutabilidade das leis abstratas para todas as classes de fenômenos, estabelece paralelamente a sua variabilidade dentro dos limites de condições determinadas, e nos traça assim, com a segurança de um gigantesco farol, o caminho a seguir entre os baixios que devemos evitar e as ubérrimas plagas, onde nos esperam abundantes colheitas.

É fácil perceber que nos seio das leis abstratas está contida a prática, a qual não pode consistir senão no estudo das *condições* da variação dos fenômenos. Se, portanto, de um lado nos aconselha a prudência, a abstenção total

mesmo, por outro nos garante o sucesso indefinido em todas as direções, ensinando-nos a fazer variar as *condições* de produção dos fenômenos. É assim que a lei dos três estados é imutável e que a velocidade do movimento intelectual pode variar indefinidamente.

Neste momento em que escrevo, acha-se travada entre *A Provincia de São Paulo* e a ilustrada redação da *Tribuna Liberal* uma interessante discussão, originalíssima entre nós pelo fato que de parte a parte se reconhecem os mesmos dogmas, a mesma base de discussão e a mesma autoridade filosófica.

Não pretendo de forma alguma intrometer-me entre tão adestrados batalhadores. Entretanto, a conexidade do assunto me impele a pedir ao erudito redator da *Tribuna* (que não posso deixar de considerar como um abalisado correligionário, que a fatalidade das situações converteu em nosso adversário) que preste alguma atenção a esta consideração, sobre modo importante, das *condições* da variação de intensidade dos fenômenos.

Parece-me que os nossos correligionários republicanos não condenam a forma monárquica no Brasil por simplices vistas do espírito, por meras considerações do *a priori* metafísico, mas sim, segundo o método positivo, pela observação, pela experiência e pela comparação, as três grandes armas da ciência moderna.

A forma republicana nos parece uma condição, sem a qual não conseguiremos jamais fazer variar a intensidade do *fenômeno brasileiro*, quase nula depois de 58 anos de reinado.

Parece-me que essa condição é de uma valor supremo, para comunicarmos uma mais intensa velocidade no movimento intelectual, social e moral da pátria, que todos amamos e desejamos servir.

Pedindo desculpa por esta pequena digressão, continuo por conta própria, ou antes por conta da filosofia de Comte, indicando que a imutabilidade fundamental das leis abstratas e sua modificabilidade secundária estabelecem sobre bases inabaláveis as condições da *ordem* e do *progresso*, expressões que

não são exclusivamente políticas ou sociais, mas se aplicam a qualquer ordem de fenômenos, em que podemos eficazmente intervir, a *ordem* representando a *existência*, e o *progresso* significando o *movimento*, d'onde a divisão da ciência, em geral, em Estática e Dinâmica.

VIII

Mas, se é verdade que a imutabilidade das leis abstratas não acarreta a impossibilidade uma modificação efetiva em suas disposições secundárias, é evidente que no regime normal da razão humana desaparecem todas as vãs esperanças de uma ação absoluta, de um poder ilimitado do homem sobre a natureza, como o faziam crer as diversas teologias, assim como também desaparecem todos os motivos para o desânimo, para a abdicação, para a não intervenção, quando é do nosso interesse domar as forças naturais e convertê-las em instrumentos do nosso bem estar. É precisamente nestas condições que a nossa intervenção torna-se eficaz e atinge o seu mais alto grau de legitimidade.

Não há, portanto, aqui lugar para o *fatalismo*, nem, para o *otimismo*: só há lugar para a ciência. Nestas condições, a noção de lei natural, muito longe de acorrentar o nosso espírito e de algemar os nossos pulsos, fornece-nos pelo contrário uma bússola, um guia, uma direção suprema, ensinando-nos que o verdadeiro escopo da atividade humana deve consistir no conhecimento da ordem natural de todas as coisas, para nos submetermos a ela, quando não podemos modificá-la, e para modificá-la, quando a nossa intervenção tem probabilidade de sucesso.

É desta sorte que por toda a parte o *progresso* nos aparece como sendo simplesmente o desenvolvimento da *ordem*.

Assim sendo, caem irremediavelmente todas as objeções sentimentais dirigidas contra um sistema filosófico, que se baseia sobre a noção de leis naturais, e todas as vezes que encontrarmos em um escrito contra a filosofia positiva argumentos de fatalismo como este:

"A filosofia de Comte esmaga toda a liberdade.

"No seu sistema, Comte dedica-se exclusivamente a descobrir leis" devemos concluir que o escritor não é homem de ciência e nem tem das leis naturais a mais escassa noção. Porquanto, condenar o sistema, porque esse sistema só se ocupa do estabelecimento de leis abstratas, é do mesmo golpe ferir de morte todas as conquistas científicas destes últimos cinco séculos, é suprimir por meio do anátema a fonte mesmo de todo o saber real.

Augusto Comte não descobriu senão as leis sociológicas fundamentais: no tempo em que começou sua construção filosófica, já a ciência, sob todos os aspectos se achava imensamente adiantada, com todas as suas leis astronômicas, físicas, químicas e biológicas, admiravelmente estabelecidas; a sua ação filosófica (e é aqui que está toda a sua glória) consistiu simplesmente nisto: foi o primeiro que viu que com a filosofia particular de cada ciência se podia fazer uma filosofia geral, abrangendo todo o saber real, distribuído segundo uma escala ascendente em que todas as partes se ligam por nexos naturais indissolúveis.

Não é exato, portanto, dizer que "Comte dedicava-se exclusivamente a descobrir leis"; essas leis já estavam descobertas, e a grande operação de Comte consistiu em classificar as ciências segundo suas leis então conhecidas: foi um trabalho de coordenação, de sistematização, de organização.

O que pertence a Comte exclusivamente, o que é sua única criação, é a ciência social, é a conversão da história em instrumento de fundação sociológica positiva.

Se a filosofia positiva tem de cair, é preciso que primeiro caiam todas as ciências particulares, a cuja sorte sua existência, duração e sucesso estão indissoluvelmente ligados.

Stuart Mill comparou Augusto Comte a Descartes e Leibnitz. A comparação é justa, se não se atende senão à capacidade mental intrínseca; deixa porém de ser exata desde que se verifica a curta viabilidade dos sistemas daqueles dos

eminentes pensadores, que, surgidos em uma época de plena florescência da metafísica, ligaram fatalmente a esta a sorte de suas construções, as quais hoje constituem apenas objeto de curiosidade histórica.

A suprema garantia de viabilidade da filosofia positiva consiste precisamente em não ser ela o produto de uma só cabeça, mas a condensação do saber abstrato da humanidade, começando na antigüidade com a escola de Tales, Aristóteles, Hipócrates, Apolônio, etc., e completando-se nos tempos modernos com Bacon, Kant, Condorcet, Diderot, Hume, Turgot, Bichat, Broussais e Gall.

Nessa vasta acumulação secular de aquisições científicas reais, o fato dominante é essa luta em que o espírito teológico recua sempre, de domínio em domínio, de ciência em ciência, perdendo sucessivamente o espectro da ordem cósmica, em seguida o da ordem vital, e afinal o da esfera social e moral.

Enquanto Comte não tinha reunido todas as ciências em um só feixe de conhecimentos, ninguém percebia em toda a sua extensão o desmoronamento das concepções sobrenaturais.

O astrônomo, o físico, o químico e o biologista sabiam perfeitamente, sem dúvida, que em seus domínios respectivos não havia acesso para a intervenção do arbítrio teológico, que é a negação da noção de lei natural; nenhum deles, porém, se achava em estado de perceber que o que se passava no seu domínio era exatamente o que se passava no domínio dos seus vizinhos.

Não havia, sem dúvida, uma astronomia teológica, uma física teológica, uma química teológica ou uma biologia teológica; mas cada uma destas ciências ignorava o depoimento convergente das suas irmãs contra a intervenção sobrenatural.

Do momento, porém, em que Comte, interrogando cada uma das ciências, fez convergir todos os testemunhos sobre um só ponto, revelou-se em toda a sua imensa grandeza a ruína irreparável do edifício teológico, e ficou para sempre consagrada a incompatibilidade entre o espírito teológico e o espirito positivo, entre os tempos passados e os tempos modernos.

Concebe-se, portanto, facilmente por que razão Comte deveu atrair sobre sua cabeça todos os anátemas, todos os raios, todos os furores de uma vingança insaciável.

Da sua gigantesca elaboração filosófica resultou a impossibilidade de conciliação entre as leis naturais e as vontades divinas, donde a exclusão definitiva, sem apelo, da teologia no governo intelectual e moral da humanidade.

Desde então o homem não foi mais um joguete entre as mãos de vontades onipotentes, mas um ente dotado de uma atividade espontânea e de uma eficácia real para se reger a si mesmo, quer no combate contra o mundo, quer nas lutas sociais para a conquista de suas liberdades, para a afirmação dos seus direitos civis e políticos. Em vez de se dirigir a um arbítrio impenetrável, o homem, filho da terra e cidadão da terra, só se volta para a ciência para aí beber suas inspirações, seu conforto e o sentimento de sua dignidade.

IX

Estabelecida assim a noção de lei abstrata ou natural, devemos descer agora à aplicação por meio de algumas ilustrações.

No artigo *Positivismo*, da *Província* de 13 de Fevereiro, lê-se:

"Em vez de dar publicidade a estas especulações vagas e generalidades ilusórias de certos filósofos europeus (Comte e consortes), a imprensa pode prestar verdadeiros serviços ao país, insistindo no estudo consciencioso (?!) das ciências naturais nas escolas e colégios".

Abundamos de pleno coração na opinião do escritor que recomenda a introdução do ensino das ciências naturais nos colégios e nas escolas. Somos dos primeiros a festejar a idéia, *com uma condição, porém*: que esse estudo não pare aí e continue nos estabelecimentos de instrução superior, e pelas seguintes razões:

É materialmente impossível que nas escolas e nos colégios esse estudo possa ser jamais *consciencioso*.

As ciências naturais não consistem em uma acumulação material, informe, desconexa, de fatos incoerentes. O seu principal ofício consiste na disciplina da inteligência, no exercício do espírito de indução e dedução, na formação da lógica abstrata, em uma palavra.

Pela longa, embora imperfeita, exposição que fizemos da noção de lei natural, resultou que o caráter fundamental da ciência é o espírito abstrato, é a abstração. Vimos que esse espírito só aparece tarde, tanto no indivíduo como na espécie.

É de presumir que para as escolas e colégios só entrem meninos e não homens. Ora, na infância o que domina é o espírito concreto, a observação dos seres e não das propriedades. O menino, como já dissemos, tem o *cavalo*, sobre o qual montará mais tarde a abstração. Na sua inteligência só penetram, quando muito, as noções abstratas mais rudimentares da aritmética. Todos os mestres de escola sabem por experiência própria o quanto é difícil fazer penetrar em um intelecto juvenil a concepção abstrata da forma geométrica. A concepção abstrata das forças físicas, como o calórico, o magnetismo, a eletricidade, etc., é nessa idade completamente impossível. E se essas concepções inferiores são impossíveis, como esperar que sejam possíveis as concepções superiores da química e da biologia, onde a complicação dos fenômenos a estudar é sobremodo grande?

Exigir, portanto, o estudo das ciências naturais nas escolas e colégios, e nada mais exigir, é confessar que não se deseja que as ciências naturais sejam conhecidas senão nominalmente.

É útil, é salutar para a higiene mental do menino que se proporcionem ao seu espírito os alimentos que a idade comporta. Preenche admiravelmente este papel a observação concreta dos seres.

Que paralelamente se ensaie em dose moderada a sua nascente faculdade de abstração por meio, por exemplo, das *lições sobre coisas*, nada de melhor.

Que, porém, se espere que as noções concretas, bebidas nas escolas e nos colégios, possam servir de critério para escudar o futuro homem diante das momentosas questões, que se debatem nos nossos dias, tais como o positivismo, o darwinismo, o materialismo, a equivalência das forças, a conservação da energia, a teoria mecânica do calórico ou o movimento universal, é pedir realmente um escopo, que ultrapassa todos os limites da utopia.

E, ao depois, que sanção se dará ao ensino das ciências naturais nessas condições?

A bíblia protestante, a história sagrada dos católicos, a história da *Criação*, de Hæckel, ou a ciência pura propriamente dita, que serve de base ao positivismo?

A bíblia e a história são também cosmogonias, são histórias da criação. Moisés ensina a criação de Eva da costela de Adão, do mesmo modo que, sob um outro ponto de vista, Darwin e Hæckel ensinam a descendência simiana do homem, fazem partir toda a série animal de um protoplasma, o equivalente do limo de onde surgiu o nosso pai Adão.

Qual destas duas direções se nos aconselha que prefiramos?

O autor do artigo *Positivismo* nada nos disse a este respeito.

Tendo ele, porém, rejeitado a filosofia positiva por imprestável e apelado para Virchow por condenar o ensino oficial do darwinismo, não resta senão a escolha entre a bíblia e a história sagrada dos católicos.

Será a história sagrada, que o autor nos aconselha? Temos todas as razões para duvidar; sabemos que o autor professa o protestantismo.

De exclusão em exclusão, não resta, portanto, senão a bíblia.

Adotada a bíblia por sanção ao estudo das ciências naturais, vejamos a que resultados conduz esse ensino das escolas e colégios.

Em *matemática* se ensinará, por exemplo, que 1+1=2.

Em outra esfera, porém, se ensinará que o Pai e o Filho não fazem senão um: isto é que 1+1=1.

Em *astronomia* se ensinará que a terra, segundo a ímpia ciência profana, gira em torno do sol, do qual é um minúsculo satélite. Por parte da autoridade da bíblia, porém, se ensinará que é o sol que gira em torno da terra, e, como prova peremptória, se aduzirá o exemplo de Josué diante das muralhas de Jericó.

Em *física* se ensinará que o espectro solar, ou para falar a linguagem vulgar, cada raio de luz, é, segundo a ciência profana, um composto de sete cores ou sete raios diferentemente coloridos, que se dividem ao atravessar um meio mais denso, como o vapor d'água, por exemplo, para dar lugar a esse lindo fenômeno de luz e água, a que chamamos arco-íris. Por parte da autoridade da bíblia, porém, se ensinará que o *arco-da-velha* é um venerando sinal de concórdia entre o céu e a terra.

Do mesmo modo se ensinará neste terreno que segundo a ciência falível dos mortais, o raio é uma simples faísca, que desce da nuvem, quando esta fortemente carregada, ao passar sobre uma localidade, eletrisa diferentemente o solo desse lugar e assim determina a recomposição dos fluídos contrários.

Por parte da bíblia, porém, se ensinará que o raio é o instrumento vingador nas mãos de Entes onipotentes (falo no plural por conveniência) para castigar os pecados humanos.

Em *química* se ensinará por parte da ciência profana que a teoria dos equivalentes não admite uma só exceção, que a água é um produto de dois gases, da combinação de uma molécula de oxigênio (um equivalente) e duas moléculas de hidrogênio (outro equivalente); e que, por conseqüência, quando a água se decompõe, tem inevitavelmente de se desdobrar em seus dois elementos constitutivos, para nos dar oxigênio e hidrogênio, tais quais entraram para a combinação.

Por parte da bíblia, porém, se ensinará que o contrário pode ter lugar, e não se deixará, como prova irrefragável, de apresentar ao cândido juvenil intelecto um exemplo divino comovente, em que a água pura foi convertida em vinho puro.

Em *biologia* se ensinará, por parte da ciência atual, que a respiração consiste essencialmente em uma incessante absorção de oxigênio, que vai se encorpar com os glóbulos de sangue, e, por intermédio mecânico da circulação, com a intimidade de todos os tecidos, para aí operar uma combustão, donde resulta a nutrição, a evolução trófica, etc., etc.

Do mesmo modo se ensinará que a mucosa do estômago, no estado fisiológico, segrega um líqüido, o suco gástrico, que tem a propriedade de atacar e liquifazer todas as substâncias albuminóides, que caem sob a sua ação, operando-se assim o processo da digestão.

Do mesmo modo ainda, se ensinará que a baleia, por exemplo, por contraste à enormidade do seu volume, é dotada de uma garganta extraordinariamente apertada, pela qual não podem passar senão pequenos peixes como sardinhas.

Em nome da bíblia, porém, se ensinará que o contrário pode ter lugar, e, como prova inconcussa ainda, não se deixará de apresentar um outro divino exemplo, em que vemos Jônatas passando pela garganta de uma baleia, alojando-se no estômago dessa baleia, aí habitando por espaço de três dias, sem respirar e sem ser dissolvido pelo suco gástrico da baleia.

Em *sociologia* profana se ensinará que as sociedades humanas se evoluem, desenvolvem-se, se regem segundo leis fixas, imutáveis; que o povo combate por suas idéias humanas, por quebrar nas mãos dos reis a vara mágica da Graça de deus, por instituir uma política fundada sobre a ciência, a indústria e a paz.

Em nome da bíblia, porém, se ensinará que as sociedades humanas são um ludíbrio entre as mãos do arbítrio divino; que o único e legítimo governo é

o que nos indica a *revelação*; que os reis nos governam por direito divino; que o povo deve se entregar submisso à direção dos delegados da vontade onipotente.

Em *moral*, enfim, se ensinará, segundo as idéias modernas, que um homem só deve casar-se com uma só mulher; que o cidadão deve colocar a salvação da família, da pátria e da humanidade acima de sua salvação pessoal; e que o bem deve ser praticado unicamente pelo bem, sem esperança de recompensa alguma.

Por parte da autoridade da bíblia, porém, se ensinará que estas regras comportam várias exceções, e, para confirmar as exceções, não se deixará de apontar, como exemplo edificante: que o rei Salomão dispunha biblicamente de setecentas mulheres e trezentas concubinas; que acima dos interesses da família, da pátria e da humanidade estão os interesses pessoais da salvação de além túmulo; e que o bem deve ser praticado na esperança de uma recompensa eterna, não havendo nessa recompensa a menor proporção entre o capital empregado e os lucros a auferir.

Desta sorte, como resultado do ensino das ciências naturais nas escolas e nos colégios, com a bíblia por sanção, teremos a inevitável instituição de uma lógica, que se recomenda à sociedade pela habilidade incontestável com que funda a arte das contradições. O *sim* e não *sim*, o *não* e o não *não*, excederão tudo quanto a escolástica da idade média sonhou, e conduzirão direito ao alvo teológico, a criação sistemática das restrições mentais e morais.

Cada menino sairá do colégio com duas cabeças, para governar um só coração. Cada cabeça seguirá um rumo oposto: uma impelindo o seu portador para o passado, para Jerusalém, para a revelação; e a outra impelindo-o irresistivelmente para o futuro, para a vida moderna, para a indústria, para a ciência.

Entre estas duas tendências contrárias o coração dilacerado, o espírito aniquilado, a espontaneidade suprimida, farão do menino – a esperança da família e da pátria, a imagem do futuro cidadão – um ente sem governo pró-

prio, vacilante, estropiado, um produto teratológico, um monstro intelectual e moral.

E, para se não obter senão essa criatura híbrida, essa mutilação de homem, valerá realmente a pena o ensino das ciências naturais?

Será justo, será simplesmente sensato, que tantas mães carinhosas continuem todos os dias a derramar torrentes de lágrimas, para não verem afinal de volta para o seu seio senão tristes perfeitos aleijões?!

Não é, portanto, Comte que não serve de guia: é a bíblia.

X

Comte, aceitando a sociedade, tal qual está, tal qual a fizeram os últimos cinco séculos de ciência, assinou-lhe um alvo mais elevado, e colocou esse alvo na mesma linha da sua tendência – *para diante*.

A bíblia, que encontra hoje a sociedade em contradição radical com todos os seus dogmas, e não podendo aniquilar essa tendência, procede por anátemas, marcando o alvo social para trás.

Para a bíblia, o que chamamos progresso nada mais é do que uma ímpia revolta, que convém severamente castigar.

Para Comte o progresso é simplesmente o termo de uma longa evolução natural, o resultado da acumulação lenta, mas contínua, de todas as conquistas reais do espírito abstrato, é o desabrochamento, em uma palavra, de todo o passado científico.

A bíblia conduz à revelação, a revelação conduz ao milagre, o milagre à súplica, a súplica à abdicação, à impotência, à inércia individual e à apatia social.

A revelação é um favor da graça de Deus; e, por conseqüência, a revelação é incompatível com a pesquisa científica. Uma anula a outra. A sabedoria providencial é insondável, e a ciência só se dirige ao que é sondável, e acessível.

"Wir aber, sagt Luther, beginnen von Gottes Gnaden seine Wunder und Werk auch in dem Blumlein zu erkennen, wenn wir bedenken, wie allmachtig und gutig Gott sei". (Moleschott, *Kreislauf des Lebens*).

"É pela graça de Deus, diz Lutero, que começamos a reconhecer seus milagres e suas obras, mesmo na tenra flor, quando pensamos que é todo poderoso e bom".

No domínio da ciência, portanto, como no da política, a tentativa de conciliação entre a fé e a razão experimental é contraditória e não pode conduzir senão à hipocrisia ou à nulidade científica.

A ciência procede pelo testemunho dos sentidos; a revelação dispensa os sentidos e se impõe à razão como um fato superior.

A se ensinar, portanto, as ciências naturais, dando-lhes por sanção a bíblia, é muito mais higiênico para a inteligência que não se as ensine: é muito mais salutar o puro catolicismo ou o puro protestantismo. Qualquer destes dois casos tem por si a vantagem de uma tal ou qual unidade de pensamento.

A unidade de pensamento é uma condição essencial de vida para o espírito. Na aliança da ciência com a teologia o espírito se rompe, está em desequilíbrio. E o equilíbrio não pode restabelecer-se senão por meio ou de uma volta completa para a teologia (o que é impossível no estado normal) ou de um passo mais para diante. Adiante está a ciência. A ciência é a base da filosofia de Comte. Logo, conclusão final, a filosofia de Comte preenche uma função social; logo a filosofia de Comte, muito longe de marchar para a decadência, manterá de mais a mais o espectro da direção dos espíritos, revestindo-se de mais a mais do caráter augusto de uma autoridade suprema.

Isto quanto à filosofia positiva.

Outra questão é a da política positiva.

O autor do artigo *Positivismo*, de 13 de fevereiro, quando avançou que "a filosofia de Comte esmaga toda a liberdade" e trouxe em seu apoio a opinião, sempre autorizada, de Stuart Mill, cometeu a mais singular confusão,

aplicando à filosofia uma opinião que o eminente pensador só dirigiu contra a política de Comte. Stuart Mill combateu a política positiva com a filosofia positiva, opondo assim a Comte o próprio Comte.

No seu vigoroso ataque, porém, nunca deixou de se inclinar perante a grandeza da obra, e foi dos primeiros a assinalar os *lampejos de gênio* (é expressão dele) que marcam toda a estrutura do edifício. É precisamente o que têm feito Littré, Virouboff, C. Robin e todos os outros membros da escola filial.

Renan comparou com muito espírito a escola de Laffite à igreja de S. Paulo, e a de Littré à de S. Pedro. Temos também os nossos ortodoxos e protestantes.

Só o futuro poderá julgar e decidir sobre essa dissidência. O próprio Comte nunca pretendeu ter dito a última palavra sobre este magno assunto. E quando se medita sobre as imensas dificuldades de uma aplicação exata dos princípios gerais da filosofia positiva à política prática, concebe-se facilmente como tão eminentes pensadores possam se achar em divergência em mais de um ponto essencial.

Augusto Comte instituiu a religião da Humanidade. Stuart Mill, que votava inextinguível horror a tudo quanto tinha *cheiro de santidade*, a combateu com todas as forças de seu robusto talento. Já Herbert Spencer neste ponto deu razão a Comte contra Stuart Mill, exibindo sua opinião, não menos autorizada, a favor da instituição de uma religião qualquer. Somente, tem tido ele o cuidado de não formular até aqui programa algum religioso. E como já está velho e cansado, é provável que não o faça.

Comte, lógico com o seu princípio: que nada se deve destruir sem por outra coisa no lugar, instituiu a deificação da Humanidade e confiou o destino da sua obra à apreciação das futuras gerações. É uma construção que não pode ser julgada no presente. As prevenções, que nós todos guardamos mais ou menos contra a última síntese religiosa, que se extingue à nossa vista, são elementos de perturbação para um juízo calmo, são e imparcial. É impossível, porém,

desde já negar-se a imensa poesia, que se eleva do culto à Humanidade e a indefinida purificação do coração do homem que esse culto garante. E quando refletimos que a invenção dos deuses nada mais é do que um antropomorfismo; que nas mais diversas religiões o homem sempre se adorou a si mesmo subjetivamente; que em todos os países civilizados a tendência para o culto aos mortos se pronuncia de mais a mais; que esta tendência é inteiramente independente do influxo teológico, como prova o exemplo das grandes cidades européias, onde o instinto popular impele as massas aos cemitérios, fixando esta visita do coração enternecido não no dia que marca a igreja, mas no último dia do ano como o mais próprio para a santificação das saudades; quando refletimos enfim que todas as religiões se assemelham quanto ao alvo social, só divergindo quanto ao artifício dogmático, temos muito fortes presunções para crer que no futuro a deificação da humanidade, ente real, calará profundamente no espírito e no coração do povo.

Estes dois versos de Goethe exprimem admiravelmente a situação do problema:

Alle Gestalten sind ähnlich; doch keine gleicht der andern, Und so deutet der Chor auf ein geheimes Gesetz.

"Todas as formas são semelhantes; nenhuma à outra igual, E assim surge uma secreta lei da orquestra geral".

A religião da Humanidade se recomenda pela poesia, pelo sentimento instintivo do dever moral a cumprir para com todos os benfeitores que concorreram para nos fazer emergir da primitiva barbaria. As estátuas, que erigimos aos beneméritos, valem por certo as imagens dos santos. E a glorificação, que a pátria reconhecida um dia dirigir simbolicamente a *Marília e Dirceu*, a *Mariz e Barros*, a um *Ozório*, não será por certo inferior em dignidade à adoração que as nossas massas politeístas, sob o rótulo cristão, prestam hoje a um Santo Antônio ou a um S. Pancrácio.

O que é curioso é que são os *vermelhos* materialistas que mais prestam adesão e simpatia à fundação religiosa de Comte.

Ouçamos um dos mais intratáveis dentre eles:

"Entre os firmes espíritos que professam abertamente e não temem estender, como convém, a doutrina materialista, Herbert Spencer reconhece a necessidade de uma religião.

"O objeto que lhe assina Comte é a Humanidade ou o Grande Ser ou o Ente Supremo (predecessores, contemporâneos e sucessores), e, toda a existência do Ente Supremo achando-se fundada sobre o amor, que só reúne voluntariamente seus elementos separáveis, o sexo afetivo constitui naturalmente o seu representante mais perfeito, e ao mesmo tempo o seu principal ministro. (Citação do *Catechismo* de Comte)

"O culto da humanidade, representada por seus grandes homens, é o que pode haver de mais legítimo, sob o ponto de vista do espírito e do coração, e ao mesmo tempo de mais salutar, moral e intelectualmente. Foi por ele que a consciência humana, adquirindo consistência, firmou-se sucessivamente, e, sob formas apenas diferentes, permaneceu de tal modo geral, de tal modo tenaz, que é muito possível, em suma, que esse culto acabe por suplantar o terrificante e majestoso infinito, que, em definitiva, o gênio do homem silenciou em uma fórmula matemática.

"*Os vivos são cada vez mais governados pelos mortos, que representam a melhor porção da humanidade*". (Citação do *Catechismo* de Comte)

"Essa verdade admirável, cheia de profundeza, não será digna de se tornar a base das mais nobres manifestações do sentimento? De ser a inspiração das mais puras dedicações? De ser por si só uma religião do coração do homem?" (Zaborowski-Moindron*, De l'ancienneté de l'homme*, pag. XXI e XXIII).

Ouçamos mais um outro inimigo, não menos formidável, do sentimento místico.

Buchner, apreciando a instituição do culto da humanidade, diz:

"A *Política positiva* é uma política de amor e de paz, que à concepção sobrenatural de *direito* substitui esta mais natural de *dever*, à guerra substitui a indústria e traz por divisa: *Viver às claras* (*Aus Natur und Wissenschaft*)".

Em resumo, é difícil hoje encontrar alguém, com certa educação, que mais ou menos inconscientemente não professe a religião da humanidade. O patriotismo, se não significa esse sentimento instintivo de culto aos antepassados, é um contrasenso moral e filosófico.

Seja como for, tudo quanto dissemos a propósito da *política positiva* é apenas uma digressão. Não é a política positiva que aqui defendemos: é a filosofia positiva. Foi esta que o autor do artigo *Positivismo*, de 13 de Fevereiro, atacou, como bem se infere da sua expressa declaração de guerra: "A *filosofia* de Comte esmaga toda a liberdade". E isto em nome do ensino das ciências naturais, tendo por sanção a autoridade da bíblia.....

XI

Mais, du milieu de la ruine
Doit naître un symbole nouveau;
Une clarté nous illumine
Qui nous promet un jour plus beau.
Arrière les sombres présages,
Dont on épouvantait nos âges;
L'Humanité ne peut périr:
En vain l'on croit qu'elle chancelle,
Erreur! Elle se renouvelle,
Pour un glorieux avenir.

Charles Jundzill
(Ode au fondateur du Positivisme)

É do meio da ruína da filosofia teológica e da filosofia metafísica que surgiu a filosofia positiva. Foi no momento culminante do naufrágio das anti-

gas crenças que Augusto Comte, apoderando-se do fio da tradição progressiva da história, hasteou a sua bandeira branca e afirmou à sociedade o próximo termo da jornada.

A filosofia positiva nada destruiu: a destruição a precedeu; foi a obra dos últimos cinco séculos, do XVIII século com especialidade.

Encontrando o solo juncado de destroços, Comte só cogitou em organizar, em reedificar. Ao barco social que flutuava à mercê de todos os ventos deu um governo, um leme, uma bússola: foi a sua obra.

A sua obra nasceu sob o impulso das mais intensas necessidades filosóficas. Esta obra é o monumento do século XIX, assim como a Enciclopédia foi o monumento do século XVIII.

O seu espírito penetra hoje em todos os países, em todas as camadas sociais. E, contrariamente à teologia e à metafísica, enclaustradas dentro dos muros da escola, a filosofia positiva assenta o seu trono no próprio coração da sociedade.

Sem ser revolucionária, dirige a revolução; sem ser conservadora, fecunda a conservação; sem ser eclética, cimenta a aliança da ordem com o progresso; sem ser ingrata nem injusta, destitui as autoridades ilegítimas e institui o governo do futuro sobre uma gloriosa apoteose do passado.

Dirige a revolução sem violência e sem abalo, porque o seu principal auxiliar é o deshábito ou o desamor que de mais a mais se manifesta nas sociedades modernas, pelos dogmas religiosos e palas exaustas ficções monárquicas. Não perturba as consciência, porque as suas levas de recrutas só se fazem entre espíritos de antemão emancipados. Não disputa terreno algum às antigas crenças, porque só ocupa terrenos desocupados. Não embaraça a estrada a quem quer que seja, porque só caminha pela ciência, pela indústria, pelas belas artes. Não tem mistérios e nem *vassalos*, porque só procede pela demonstração – a lei suprema das inteligências. Nenhum pensamento, nenhum sentimento, nenhum ato humano lhe é estranho. A ciência, poesia e arte são o seu tríplice domínio. Amor, ordem e progresso são a sua augusta divisa.

Este trabalho já vai por demais longo.

É tempo agora que eu me dirija ao ilustre Sr. Nash Morton.

O tom dos meus primeiros artigos foi áspero, foi violento; o de todos os mais foi calmo e refletido, como o exige a dignidade da discussão científica. S. Sa. deve ter hoje percebido a inconveniência de travar uma luta filosófica, dando por base do debate um ultraje à pessoa do fundador da doutrina a combater.

Ter-me-ia sido muito mais agradável encontrar a questão no terreno da ciência pura. Embora em profunda divergência, poderíamos ter usado de reciprocidade, poupando um ao outro as justas susceptibilidades. S. Sa., porém, descomediu-se; e a glacial frieza com que profanou a memória augusta de um profundo pensador não podia senão provocar a mais legítima reação.

Entretanto, S. Sa. não está satisfeito. Nem eu tão pouco o posso estar.

Desejando, porém, por um termo a este incidente do modo mais airoso e ameno para ambos, não me resta outro recurso senão propor-lhe um alvitre: retiramo-nos ambos do teatro da luta e entregamos a sorte do conflito à decisão de dois árbitros gentis, polidos, insuspeitos.

De minha parte, dou por meu representante uma senhora, uma casta e angélica senhora, uma adorável moça solteira, educada com todos os requintes da mais fina e delicada cortesia inglesa.

Aqui está ela, é Miss Harriet Martineau, é ela quem vai falar em meu lugar:

"Se bem que o nome de Comte seja raramente pronunciado na Inglaterra (isto foi dito há mais de vinte anos), é todavia certo, para os leitores de sua grande obra, que todos aqueles ou a maior parte daqueles que têm contribuído para o aumento do nosso saber real desde muitos anos o conhecem perfeitamente e lhe devem obrigações, que de boa vontade seriam os primeiros a reconhecer, *se não fora o receio* de ofender os preconceitos da sociedade em que vivem. De qualquer lado que lancemos os olhos, no campo inteiro da ciência,

vemos lobrigar nitidamente as verdades e as idéias apresentadas por Comte, reconhecidas como o fundamento ou a base de tudo quanto é sistemático em nossos conhecimentos.

"Não foi sem motivos que empreendi um tão árduo labor, quando tantos outros trabalhos aí estavam por fazer, que pareciam mais urgentes.

"Uma razão, mas não a principal, foi a seguinte: pareceu-me injusto que, por medo ou indolência, estivéssemos gozando dos imensos benefícios com que Comte nos gratificou, sem reconhecê-los expressamente. Sem dúvida a fama do seu nome está salva. Tarde ou cedo uma obra como a sua receberá seguramente as honras que merece. Antes do fim deste século, a sociedade terá reconhecido que esta obra é uma das suas glórias, e que o nome do autor deve ocupar um lugar de honra entre os maiores vultos que ilustraram os séculos precedentes.

"Porém, ao meu ver, seria injusto adiar as nossas homenagens, até que aquele que nos prestou tão nobres serviços não possa mais de nós receber reconhecimento nem honras: é imoral aceitar e empregar um presente como o seu, guardando um silêncio que, de fato, é ingratidão. Sua glória, não podemos partilhá-la: é só sua e incomunicável; mas podemos partilhar suas duras provanças, e, compartilhando-as, aliviá-las. No descredito popular, que é a sorte de todos os inovadores em todos os casos de serviço social assinalado, tem ele os mais fortes direitos à nossa simpatia e à nossa aliança que, eu o espero, surgirão e se estenderão à medida que for se espalhando entre nós o conhecimento da obra de Comte.

"...O que mais me impeliu, porém, a encetar esta empresa foi minha convicção profunda da necessidade que se tem deste livro em meu país, sob uma forma que o torne acessível ao maior número possível de leitores inteligentes. Vivemos em uma época notável, em que o conflito de opiniões torna indispensável um alicerce firme dos conhecimentos, não só no interesse do nosso progresso intelectual, moral e social, mas sobretudo no da conservação do ter-

reno conquistado pelos séculos anteriores. Enquanto o nosso saber estiver disseminado em divisões arbitrárias; em quanto as ciências abstratas estiverem confundidas com os conhecimentos concretos e mesmo misturadas com as aplicações às artes; enquanto as investigações do mundo científico só tiverem por objeto a contribuição para o aumento de um montão de fatos incoerentes ou heterogêneos, não poderemos conceber esperança alguma de um progresso científico susceptível de satisfazer ao gosto e aos interesses intelectuais dessa grande classe de homens estudiosos, cujo único fito é, não explorar, mas adquirir. O aumento crescente do gosto pela ciência, nas classes laboriosas deste país, é um dos caracteres mais salientes do nosso tempo. Todo aquele que observar o modo de vida da classe média e dos trabalhadores não poderá, por certo, deixar de se surpreender com o seu intenso desejo de aprender e com os sacrifícios que se impõem para obter os meios de instrução.

"Que uma tal disposição pudesse ter sido iludida, e um tal estudo tornado ineficaz pelo caráter enganador da instrução científica que se dá na Inglaterra, quando existia um livro como o de Comte, era impossível suportá-lo, podendo um ano ou dois de humilde trabalho satisfazer a necessidade.

"Tive ainda um outro motivo intimamente ligado com o precedente: o receio supremo de todo aquele que se interessa pelo bem do seu país e da humanidade é que os homens se deixem arrastar sem leme pela corrente, por falta de uma âncora para as suas opiniões. Creio que ninguém contestará que grande número de nossos compatriotas se acham assim rodando em desgoverno pela torrente. Com receio e com mágoa vemos uma multidão de homens, que podiam e deviam se achar entre os mais sábios (*wise*) e os melhores, desligarem-se dessa espécie de fé que servia a todos, durante o período orgânico que atravessamos, sem que entretanto ninguém lhes tenha apresentado o que não podiam achar por si mesmos, a saber: uma base de convicções tão firme e tão clara como a que bastava aos nosso pais no seu tempo. Quer a transição de uma ordem de convicções a uma outra seja longa, quer seja curta, os perigos morais

de um tal estado de flutuação são graves em extremo. A obra de Comte é incontestavelmente o maior esforço isolado que tenha sido tentado para obviar a esse gênero de perigo, e estou persuadida que é ela susceptível de refrear uma multidão de aberrações, de especulações insanas, de dúvidas indolentes ou sem critério, de incertezas e depressões morais. – Não se pode negar que esta obra fixa, com uma firmeza e uma sagacidade singulares, as bases fundamentais do saber; que determina seu verdadeiro objeto e seu alvo; e que ao mesmo tempo estabelece a verdadeira filiação das ciências nos limites de seus próprios princípios. Muitos poderão desejar intercalar isto ou aquilo, outros amplificar ou talvez fazer transposições nos recessos menos iluminados do edifício; mas, todos aqueles que puserem em dúvida a verdade geral da exposição ou da relação de suas partes pertencem a uma outra escola. Esses desprezarão simplesmente o livro e farão como se este nunca tivesse existido. Não foi para esses que eu trabalhei, mas para aqueles que não são homens de escola, para aqueles, que tendo necessidade de convicções, devem, melhor do que ninguém, saber se sua necessidade ficou ou não satisfeita. Quando a filosofia positiva se desenrolar sob seus olhos, aí encontrarão por certo um assento para os seus pensamentos, um elo de junção para as suas especulações dispersas, uma base inabalável para as suas convicções intelectuais e morais.

"...Foi sob o império de tais convicções que eu empreendi, durante a primavera de 1854, a análise dessa obra, para preparar uma tradução.

"...Durante o curso inteiro de minha longa tarefa, guiou-me este pensamento: que na obra de Comte se acha a mais forte refutação dessa forma da intolerância teológica que acusa a filosofia positiva de orgulho mental e de baixeza moral. A imputação não cairá, e a inimizade do mundo religioso por certo não se abrandará pelo fato de aparecer hoje este livro em uma versão inglesa. Como poderia ser de outro modo? O mundo teológico, com efeito, não pode senão odiar um livro que trata a crença teológica como um estado transitório do espírito humano. Os pregadores e os doutores de todas as seitas e esco-

las, que se atêm ao antigo método, outrora inevitável, de contemplar e julgar o universo sob o ponto de vista do seu próprio espírito, em lugar de buscar seu ponto de apoio fora de si mesmo, indo assim, nas investigações, do universo para dentro e não de dentro para fora, devem necessariamente pensar mal de uma obra que mostra a futilidade do seu modo de proceder e o mesquinho valor dos resultados a que conduz.

"...Uma vez que nos achamos robustecidos na difícil tarefa de fazer ceder os sonhos à realidade, até que a beleza da realidade seja vista em todo o seu dia, ao passo que a dos sonhos mergulha-se nas sombras da noite intelectual, o encanto moral desta obra é tão sensível como a satisfação mental que nos oferece. O aspecto, sob o qual o homem aí é apresentado, é tão favorável à sua disciplina moral qual suavisante e estimulante para a sua inteligência. Repentinamente, eis que nos achamos vivendo e movendo-nos no meio do universo como parte, e não como alvo e como objeto. Achamo-nos vivendo, não sob o império de condições caprichosas e arbitrárias, sem ligação com a constituição e o movimento do todo, mas sob o de grandes, gerais e invariáveis leis naturais, que atuam sobre nós como parte do todo.

"Sem dúvida não posso conceber instrução mais favorável à aspiração do que aquela que nos mostra quanto são grandes as nossas faculdades, quão pequenos nossos conhecimentos, quão sublimes as alturas que podemos esperar atingir, quão ilimitado o campo em que podemos nos alargar. Aí encontramos, de passagem, a indicação dos males que sofremos, em virtude de nossas vistas mesquinhas, de nossas paixões egoísticas e de nossa orgulhosa ignorância; em seguida, por contraste, os quadros animados da beleza e da glória das leis imutáveis, da doce serenidade, da alta coragem, da nobre resignação, que são a conseqüência natural de ideais tão puros, de ambições tão legítimas como as da filosofia positiva. O orgulho da inteligência está certamente com aqueles que insistem sobre crenças sem demonstração e sobre uma filosofia derivada de sua própria operação mental, sem materiais objetivos, sem corroboração exter-

na; não naqueles que são por demais escrupulosos, por demais humildes para ultrapassar a evidência e fornecer do seu próprio fundo o que a evidência não pode dar. Se se deseja extinguir a presunção, desviar os baixos cálculos, encher a vida de dignas ocupações e de prazeres elevados, para levar a esperança e a atividade humana ao seu ápice, o melhor, tal é minha convicção, é percorrer o curso da filosofia positiva com toda a sua série de nobres verdades e de irresistíveis atrativos.

"A perspectiva que ela abre é sem limites, porque, entre as leis que estabelece, a do progresso humano se destaca proeminente. As virtudes que estimula são todas aquelas de que o homem é susceptível, e são as mais nobres que estimula mais fortemente. O hábito de procurar a verdade, de dizer a verdade, de ser sincero consigo mesmo e com todas as coisas, é evidentemente a primeira de todas as exigências; uma vez contraído este hábito, a consciência natural disciplinada disciplinará por sua vez todos os outros atributos morais.

"Quando se sabe o que é realmente o estudo da filosofia, quero dizer da filosofia positiva, seu efeito sobre as aspirações e disciplina humanas é de tal modo evidente, que qualquer dúvida a este respeito só se pode realmente explicar pela suposição de que *os seus acusadores não conhecem o que põem em questão*." (*Comte's Positive Philosophy*, freely translated and condensed, by Miss Harriet Martineau[27] .

Espero agora que o Sr. Nash Morton faça o mesmo, e responda a isto com um elegante ramalhete de violetas.

Jacareí, 2 de março de 1880.

Dr. L. P. Barreto

[27] Existe hoje uma tradução desta obra em francês: é *Philosophie Positive* d'Aug. Comte, résumée par Miss Harriet Martineau, Averar Lavigne.

> *A palavra "Positivo" é objectável em todos os sentidos. Em um sentido sugere aquela qualidade mental sem dúvida largamente desenvolvida em o Sr. Comte, porém que bem pode ser dispensada em um filósofo; em outro, é infeliz na sua aplicação a um sistema que começa com enormes negações; no seu terceiro e especialmente filosófico sentido, implicando um sistema de pensamento que nada considera além do conteúdo dos fatos observados, implica aquilo que nunca existiu, nem existirá jamais.*
>
> HUXLEY. Lay Sermons p. 161, nota.

O ilustre Dr. Barreto, com o louvável fim de por termo à parte desagradável desta discussão, propôs-me um alvitre.

"Retiramo-nos ambos, diz ele, do teatro da luta e entregamos a sorte do conflito à decisão de dois árbitros gentis, polidos, insuspeitos. De minha parte, dou por meu representante uma senhora, uma casta e angélica senhora, uma adorável moça solteira, educada com todos os requintes da mais fina e delicada cortesia inglesa".

Em questões de tão alta importância, não posso ceder meu juízo à decisão de quem quer que seja. Sei os pontos fracos da armadura de Comte, e conheço as armas com que luto. Com calma e confiança espero a decisão dos pensadores.

Porém, levanto a luva atirada pelo Dr. Barreto, afim de contrabalançar as citações de Miss Martineau, e mostrar pelas palavras de insuspeitos que não houve exageração em meu primeiro artigo.

Pela minha parte, pois, não escolho uma senhora angélica, mas um homem, robusto pensador, investigador original, não somente um literato como Mis Harriet Martineau, mas também uma autoridade nas ciências naturais – Thomas Henry Huxley. LL. D. F. R. S.

Receio que o ilustre campeão do Positivismo não considere as citações deste autor como "um elegante ramalhete de violetas". Porém, peço a S. Sa. lembrar-se de que as expressões duras não são minhas, mas sim do sábio inglês, patrício de Miss Harriet Martineau.

Depois de ler o que dizem este e outros sábios, o público há de reconhecer que não *ultrajei* "a pessoa do fundador da doutrina a combater", e que não *profanei* "a memória augusta de um profundo pensador"; mas que pronunciei apenas a sentença da história que, creio eu, há de ser também a sentença de todo o futuro.

Depois de citar a opinião de Huxley, passarei a traçar o gênesis do Positivismo e discutir os defeitos do método, conforme eles apresentam-se ao meu espírito.

Em seu ensaio – "A Base Física da Vida" – Huxley diz: "Pelo que, no meu estudo daquilo que especialmente caracteriza a Filosofia Positiva, tenho colhido, acho nela pouco ou nenhum valor científico, porém muita coisa que está em tão inteiro antagonismo com a mesma essência da ciência como qualquer coisa do catolicismo ultramontano. De fato, a filosofia de M. Comte posta em prática podia ser sucintamente descrita como o catolicismo *menos* o cristianismo".

Adiante caracteriza as páginas de Comte como tristonhas e verbosas, despidas do vigor de pensamento e da lucidez de estilo, pp. 140, 141.

Passemos agora ao ensaio sobre – "Os Aspectos Científicos do positivismo". Quando Huxley escreveu esse ensaio, havia dezesseis anos que

conhecia as obras de Comte. Foi levado a este estudo pelas alusões da lógica de Mill, pelas recomendações de um teólogo distinto e por seu amigo o professor Henfrey que julgava os grandes volumes de Comte uma mina de ouro. Huxley achou-os uma mina de lama, onde raras vezes se encontrou um pedaço de ouro.

Atraído pela proposta de Comte de reorganizar a sociedade moderna.

"sans Dieu ni roi par le culte systématique de l'Humanité",

ficou perplexo e desapontado, depois do que se antolhou no progresso da obra da construção. "Sem dúvida, diz Huxley, desapareceu "Dieu", mas o "Nouveau Grand Être Suprême", um fetiche gigante, fabricado (de todo) novo pelas mãos de Comte, reinava em seu lugar. De "Roi" também não se falava, mas em seu lugar achei uma organização social minuciosamente definida, que se jamais fosse posta em prática havia de exercer uma autoridade despótica tal qual nenhum sultão jamais imitou e nenhum presbítero puritano, em seus dias mais gloriosos, jamais pôde esperar exceder. A respeito do culto "systématique de l'Humanité", eu, em minha cegueira, não pude distingui-lo do papismo puro, ocupando o Sr. Comte a cadeira de S. Pedro e mudados os nomes da maior parte dos santos".

Depois de falar dos erros e das opiniões superficiais de Comte a respeito das ciências e dos contemporâneos científicos, diz: "Com estas impressões em meu espírito, ninguém pode admirar-se de confessar eu que, durante estes dezesseis anos, tenha sido origem periódica de irritação para mim ver M. Comte impelido para a frente como representante do pensamento científico, e escritores cuja filosofia tem, como legítimo pai, Hume ou eles próprios, com letreiro de *Comtistas* ou *Positivistas*, posto pelos escritores públicos, apesar dos veemente protestos em contrário. Tem custado ao Sr. Mill laboriosos esforços para livrar-se desse letreiro; e olho para o Sr. Spencer como uma pessoa olha para um homem de bem, que luta com a adversidade, sempre trabalhando por escapar à sua adesão e pronto a arrancar pele e tudo de preferência a deixa-lo aderir

ao corpo. Meu turno há de chegar; por tanto aproveitei a ocasião de repudiar o *Comtismo*".

Diz mais Huxley que não achou "nada de grande no caráter de Comte a não ser sua arrogância que sem dúvida é sublime".

Não disse eu bem que a estrela de Comte está cadente? Quando estes célebres homens estão lutando para livrar-se do nome de positivistas, quando o próprio Littré, outrora tão fanatisado pelo grão-mestre, confessou seu erro, porque é que os jovens letrados do Brasil querem vestir a túnica fatal de Nesso?

A respeito da sociologia, diz Huxley, o Sr. Mill (cuja competência, para falar sobre estas matérias, suponho não pode ser questionada) tem tratado da filosofia de Comte sob este ponto de vista, com o vigor e a autoridade a que não posso, nem por um momento, aspirar, e com uma severidade que várias vezes chega a um desprezo que não desejo, mesmo quando pudesse, sobrepujar. Eu, como mero estudante destas questões, estou pronto a aceitar o juízo do Sr. Mill até que alguma pessoa mostre razão para seu repúdio".

Huxley passa depois a sustentar estas duas proposições: 1ª A filosofia positiva contém pouco ou nenhum valor científico. 2ª Comtismo é, no seu espírito, anti-científico.

1º "Ninguém que possui, diz ele, um simples conhecimento superficial das ciências naturais pode ler as "Lições" de Comte sem perceber que ele era singularmente destituído de conhecimentos reais destas matérias e singularmente infeliz.

O que havemos de pensar de um contemporâneo de Young e de Fresnel que nunca perde a ocasião de atirar o desprezo sobre a hipótese de um éter, base fundamental, não somente da teoria ondulatória da luz, mas também de muitos outros na física moderna; e cujo desprezo à inteligência de alguns dos mais fortes homens da sua geração era tal, que assevera a mera existência da noite como refutação da teoria ondulatória? (Phil. Pos. II p. 440).

Que medida admirável de seu valor, como crítico científico, dá aquele por quem somos informados que a frenologia é uma grande ciência, e a psicologia

uma quimera; que Gall era um dos gandes homens de seu tempo, e que Cuvier era "brilhante mas superficial"? Phil. Pos. VI p. 383.

Quão infeliz não deve ser considerado o temível especulador que, pouco antes da aurora da histologia moderna que é simplesmente a aplicação do microscópio à anatomia, reprova o que chama "o abuso das investigações microscópicas"e "o crédito exagerado" que lhes é atribuído; que quando a uniformidade morfológica dos tecidos de grande parte das plantas e dos animais estava na véspera de ser demonstrada, tratou com riso os que procuravam referir todos os tecidos ao "tissu générateur" formado pelo "chimérique et inintelligible assemblage d'une sorte de monades organiques, qui seraient dès lors les vrais éléments primordiaux de tout corps vivant; Phil. Pos. III p. 369", e que finalmente nos diz que todas as objeções contra o arranjo linear das espécies de criaturas vivas são, em a sua essência, tolices, e que a ordem das séries animais é "necessariamente linear", quando exatamente o contrário é uma das verdades mais bem estabelecidas e mais importantes da zoologia?

Apelai para os matemáticos, astrônomos, físicos, químicos, biologistas, acerca da Filosofia Positiva, e todos de um acordo começam a protestar que, sejam quais forem os outros méritos de Comte, ele, em nenhum ponto, esclareceu a filosofia de seus estudos particulares.

Todavia, para ser-se justo, deve-se admitir que os mesmos discípulos mais ardentes de Comte estão dispostos a, com prudência, calarem-se acerca de seus conhecimentos ou apreciações das próprias ciências, e preferem basear as pretenções de seu mestre, a ser autoridade científica, sobre suas "leis dos três estados" e sua "classificação das ciências".

Porém, aqui também tenho de me opor inteiramente, como antes de mim o fizeram outros, e notavelmente o Sr. Herbert Spencer. Um exame crítico do que M. Comte tem de dizer a respeito da "lei dos três estados" nada mais expõe à vista do que uma série de enunciados, , mais ou menos contraditórios, de uma verdade mal apreendida; e sua classificação das ciências, considerada ou histórica ou logicamente, é, ao meu ver, absolutamente destituída de valor.

Em este último ponto Huxley prova que Comte nem é coerente consigo, nem com o fato, e em outro artigo darei os argumentos pelos quais estabelece estas duas proposições.

Mais uma vez peço aos comtistas que não se zanguem comigo, mas com Huxley; e que reconheçam que minha linguagem foi branda em comparação com a dos principais vultos da ciência moderna. O Dr. Whewell, o célebre historiador das ciências indutivas, cuja obra monumental é clássica, diz que Comte é um "Shallow pretender" (um charlatão superficial). Visto que Comte já se recolheu para as gerações passadas e já se encorpou com o "Nouveau Grand-Être", e, portanto, é adorado pelos adeptos da nova religião, tratá-lo-ei com mais respeito do que o trataram os autores acima citados; mas, com "glacial frieza", hei de expor os erros e más tendências de seu sistema.

Sinto não poder concordar com o distinto brasileiro, cujos talentos, reconhecidos por todos, podiam prestar tão valiosos serviços à pátria – porém, espero vê-lo um dia, emancipado do Positivismo, proclamar uma filosofia mais real, mais compreensiva e mais benéfica.

Sei perfeitamente que a Filosofia de Comte não pode dar descanso à alma. O próprio Comte não estava contente. Eis o que disse ele – palavras sem dúvida tristes para o homem que procura alguma coisa firme em que basear-se:

"A Filosofia é UMA TENTATIVA incessante do espírito humano para chegar ao repouso: mas ela se acha também incessantemente transtornada pelos progressos contínuos da ciência".

Area movediça que confundirá a todos que edificarem sobre ela!

S. Paulo, 18 de março de 1880.

G. N. Morton

O Sr. G. N. Morton e o Positivismo

O ilustre Sr. Nash Morton, em seu artigo do dia 18 disse logo ao começar:

"Em questões de tão alta importância não posso ceder meu juízo à decisão de quem quer que seja. Sei os pontos fracos da armadura de Comte, e conheço as armas com que luto".

Ao ler estas palavras, enchi-me de satisfação. Afinal, íamos ter o prazer de conhecer o encadeamento dos argumentos pessoais do ilustre Sr. Morton sobre a matéria.

Amarga decepção! Toda a longa extensão do seu artigo consiste exclusivamente em uma série de citações da opinião de Huxley, e, assim, foi-se, sem deixar resíduo, a bela promessa de "não ceder seu juízo a quem quer que seja".

Já nos seus artigos anteriores era notável a tendência para procurar fazer grande guerra com pouca pólvora, contentando-se em opor a uma opinião outra opinião, sem procurar esclarecer o público sobre a razão das divergências, sem ao menos motivar o fato das negações ou das afirmações.

Quando citei Miss Martineau (que persisto em reputar muito superior, quando *à capacidade filosófica*, a Huxley) tive sobretudo em vista fazer sentir a inconveniência deste gênero de crítica, que deixa o público absolutamente destituído de uma convicção pró ou contra.

Entre uma afirmação e uma negação não existe senão o fato bruto da divergência; e, quando se se limita a fazer a crítica de tesoura, como fazem os

jornais para seus noticiários, cortando indiscriminadamente trechos de um autor e de outro, sem revelar ao leitor o nexo intelectual ou moral que os deve ligar entre si, o resultado é, a maior parte das vezes, que se vai esbarrar em contradições inextricáveis.

É sempre imprudente fazer-se uma crítica sobre uma outra crítica. Temos disto uma prova manifesta no caso atual em que o ilustre Sr. Morton encampa sem exame todas as proposições de Huxley, todas as verdades como todas as aberrações, pouco se inquietando de saber se as mais fundamentais dessas proposições vão ou não afinal de encontro à sua tese primordial. Com esta diferença, entretanto: que Huxley tinhas graves motivos, patrióticos e de coração, científicos e extra-científicos, para fazer uma crítica apaixonada, veemente, implacável, e por isso mesmo infundada e injusta; ao passo que o ilustre Sr. Morton nenhum desses motivos tem a invocar em sua defesa. Como já fiz sentir anteriormente, é a atitude da filosofia positiva em frente ao darwinismo que causa todo o *nó na garganta* a Huxley e Herbert Spencer, e quando o ilustre Sr. Morton apela para Virchow, que *condena* o ensino oficial do darwinismo, emaranha-se em uma tal contradição, que não sabemos realmente como dela possa sair. A questão é clara e simples: ou Huxley e H. Spencer tem razão e Virchow está em erro, ou Virchow tem razão e os dois primeiros estão em erro. Não há fugir daí.

Comte, como todos os seus discípulos, como Virchow, não estão resolvidos a aceitar puras hipóteses, embora de caráter científico, por verdades demonstradas; e o próprio Sr. Morton *parece* estar conosco neste ponto essencial, a se inferir a sua atitude por esta passagem do seu primeiro artigo:

"O que é sumamente perigoso são os infundados *sonhos* de alguns sábios. Com efeito, é triste, é lamentável ver *as opiniões e as meras hipóteses* dos homens de ciência espalhadas entre o povo como coisas demonstradas... Fazendo estas observações tenho em meu apoio o exemplo de Virchow, o sábio alemão, que repreendeu seus colegas científicos pelo costume de dar publicidade às hipóteses não provadas de gabinete".

Depois de ter escrito isto, a 13 de fevereiro passado, o mesmo Sr. Nash Morton toma de Huxley contra Comte, a 18 de março corrente, a passagem seguinte:

"O que havemos de pensar de um contemporâneo de Young e de Fresnel que nunca perde a ocasião de atirar o desprezo sobre *a hipótese* de um éter...?"

Quem é, pois, que está sonhando...? É Comte ou Huxley?!

Já está demonstrada a hipótese de um éter?...

E, sem indiscrição, o ilustre Sr. Morton, que conhecia a opinião de Virchow, por que razão não revelou ao público a propósito de que questão o eminente patologista assim se exprimiu? – Se o tivesse feito, me pouparia o trabalho de dizer hoje que Virchow assim manifestou-se para combater uma imprudente pretenção de Hæckel, exigindo no congresso dos naturalistas alemães, o ensino oficial do darwinismo...

Já estará demonstrada a *hipótese* do darwinismo? Será positivamente certo que o homem descende do macaco?

Se não está provada essa hipótese, quem é que se acha de melhor partido? A filosofia positiva que se conserva em uma atitude espectante, ou Huxley e Herbert Spencer, que, não tendo a necessária paciência para esperar a última palavra da ciência sobre este momentoso debate, baseiam desde já sobre essa *mera hipótese* todo um sistema social e político?...

E, para encurtar palavras, diante deste momentoso debate, quem nos aconselha o ilustre Sr. Morton que sigamos? – Virchow, ou Huxley e H. Spencer? O público está vendo que um dos três anula os dois outros, e reciprocamente. E o bom senso público é capaz de entender que tenho razão quando avanço que a crítica de tesoura pode conduzir a contradições inextricáveis.

Os darwinistas não nos perdoam a nossa atitude neutra diante de uma doutrina, que ainda pode naufragar: e o ilustre Sr. Morton, que pensa como nós sobre o papel das *hipóteses* em ciência, desencadeia contra nós toda a grossa artilharia dos energúmenos da evolução!

Para o grande público, que jamais se interessou pelas questões transcendentes da ciência ou da filosofia, esse modo de criticar pode produzir grande efeito, tanto efeito mesmo como o de um grande fogo de artifício sobre a praça pública. Para o pequeno número, porém, de leitores ao corrente dos debates científicos dos nosso dias, uma única consideração basta para ferir de morte toda a longa argumentação: é a da incoerência que surge dos argumentos aduzidos.

Huxley, que nos merece toda a consideração, quando se trata de biologia, não nos merece absolutamente a menor consideração quando se trata da filosofia das ciências. Uma coisa é a capacidade científica, outra coisa a capacidade filosófica. Pode-se-lhe conceder uma, e negar-se-lhe a outra sem injustiça.

Huxley cometeu um erro grosseiro quando procurou na obra de Comte a exposição plenária dos pormenores da ciência. O seu espírito filosófico é de tal modo acanhado que nem ao menos pôde perceber a enorme distância entre o *concreto* e o *abstrato*, entre as generalidades que constituem o domínio da filosofia, e os pormenores que constituem o das ciências particulares.

Materialista enfezado, devia necessariamente pensar mal de uma obra que nega competência às tresloucadas pretensões materialistas, que, cheias de orgulho pelos conhecimentos físicos, químicos, biológicos, se consideram aptas para especular, sem mais outra preparação sobre os fatos da ciência social.

O maior serviço prestado por Comte consiste precisamente em ter fundado a ciência social, dando-lhe uma constituição autonômica, e subordinando a ela todas as ciências inferiores. Por mais vastos e profundos que sejam os conhecimentos sobre física, sobre química ou sobre biologia é absolutamente impossível uma sã inteligência dos fenômenos sociais sem o completo conhecimento da história. E não é difícil mostrar que o mais ignorante legista pode dar lições de sociologia ao mais arrogante naturalista, todas as vezes que este não aceitar o preceito de Comte de estudar a história como mais uma ciência natu-

ral. Aos três grandes métodos das ciências inferiores, quero dizer a observação, a experimentação e a comparação, Comte ajuntou mais um quarto, que completa a série: é o método histórico. É este acréscimo que provoca todas as iras dos materialistas, ávidos de chegar à direção suprema dos espíritos sem ter preenchido a mais capital das condições mentais para esse fim.

O darwinismo, que tantos e tão belos trabalhos tem provocado no terreno da biologia, tem-se mostrado até aqui de uma esterilidade desesperadora no domínio da história. E, se Comte, com grande antecedência, não nos tivesse traçado com mão segura as grandes linhas da teoria da evolução através da história, estaríamos hoje reduzidos a esperar que Huxley ou Darwin se resolvam a acabar de estudar a biologia para encetarem o estudo positivo da história...

A vingança de Huxley contra Comte é pueril. Incapaz de atacar o gigante pela frente, recorre à arma de guerrilha procurando na esmagadora obra aquilo que o próprio título lhe proibia procurar.

Em definitiva, o que os materialistas querem é um puro *milagre*; e, nada de mais curioso do que ver-se esses homens que atacam o milagre teológico em todas as suas formas, virem reproduzi-lo inconscientemente no domínio da história.

Mui diverso foi o procedimento de Herbert Spencer. Este teve a coragem de preencher todas as condições de competência; e terei não pequeno prazer em mostrar ao ilustre Sr. Morton como H. Spencer contradiz e anula Huxley.

Na minha resposta tornei bem frisante a radical contradição, em que caiu o ilustre Sr. Morton, ao chamar em seu auxílio Huxley, Herbert Spencer e Virchow. Mostrei que estes três pensadores se anulam totalmente no ponto mais culminante da questão, e que, portanto, esse sistema de crítica, originalíssimo nas lides da ciência, não afeta de modo algum a economia da filosofia positiva e só serve, sim, para atestar por meio de uma solene abdicação o passamento do espírito teológico. Não voltarei aqui sobre este assunto.

Hoje, o nosso único intuito é mostrar a profunda irracionalidade dessa crítica a que chamaremos puramente maquinal, pois que o ilustre Sr. Morton até este momento não quis nos informar em nome de que filosofia ou de que sistema de crenças está criticando a doutrina de Comte por conta de terceiro. Tudo é enigma na sua conduta filosófica.

Sendo a nossa posição perfeitamente definida, é bastante, para sermos compreendidos, prevenir simplesmente o público que vamos por nossa vez empunhar a tesoura e forçá-la a nos fornecer comodamente todos os argumentos desejáveis a favor da causa. O ilustre Sr. Morton vai ver a que fecundos resultados este sistema de crítica conduz.

Disse um profundo pensador belga: "Dai-me o livro mais ortodoxo em religião, permiti que eu escolha um trecho destacado, e juro que com esse trecho levarei o seu autor á fogueira".

É o que tem feito até aqui o ilustre Sr. Morton. Por nossa vez vamos mostrar que também o contrário se pode fazer.

"Pelo que, no meu estudo daquilo que especialmente caracteriza a filosofia positiva tenho colhido, diz Huxley, acho nela pouco ou nenhum valor científico, porém muita coisa que está em tão inteiro antagonismo com a mesma essência da ciência como qualquer coisa do catolicismo ultramontano".

Huxley confunde a filosofia positiva com a política positiva. É a mesma confusão que por mais de uma vez já assinalamos nos escritos do Sr. Morton. Mas, não importa. Ouçamos agora a opinião de Herbert Spencer, que não pode ser suspeito para o Sr. Morton.

"O que M. Comte se propos foi dar ao pensamento e ao método filosóficos uma forma e uma organização mais perfeita, e aplicá-los assim modificados à interpretação dessas classes de fenômenos que não tinham sido até então estudados de um modo filosófico. Era uma concepção cheia de grandeza; e tentar realizá-la era uma empresa digna de simpatia e de admiração. Esta concepção tinha sido igualmente a de Bacon; também este estava convencido que

'a física é a mãe de todas as ciências''; também este estava persuadido que as ciências não podem progredir senão com a condição de se acharem unidas e combinadas, e tinha visto em que consistem esta união e esta combinação; também ele tinha compreendido que a filosofia moral e civil não podem crescer e florescer senão com a condição de imergirem as suas raízes na filosofia natural. Mas, o estado da ciência no seu tempo o impediu de ir além desta concepção geral. Augusto Comte, em lugar dessa concepção obscura e vaga, apresentou ao mundo uma concepção clara e nitidamente definida. Ao realizar esta concepção, patentou uma largueza de vistas notável, uma grande originalidade, um gênio de invenção imenso, e uma capacidade de generalização extraordinária.

''...Toda a ciência vem da experiência: eis o que sustentou Comte, e é também o que eu sustento. – é ainda crença de Comte que todo o conhecimento é relativo e não atinge senão os fenômenos, e nisto estamos inteiramente de acordo.

''... Augusto Comte não quer que, nas diferentes classes de fenômenos, recorramos a entidades metafísicas consideradas como suas causas, e é também minha opinião que o emprego de semelhantes entidades distintas, se bem que muito comodo, se não absolutamente necessário, para as necessidades do pensamento, é sob o ponto de vista científico inteiramente ilegítimo.

''... Invoquei a autoridade de Comte quando procurei demonstrar por novas provas a doutrina, segundo a qual a educação do indivíduo deve estar de acordo em seu objeto e sua marcha com a educação do gênero humano, considerado historicamente. Partilho inteiramente sua opinião sobre a necessidade de uma nova classe de sábios (essa que Huxley e o sr. Nash Morton abominam), cuja função terá por objeto a coordenação dos resultados adquiridos. É a Comte que eu devo a concepção de um *consensus* social; e, quando o tempo me permitir, lhe testemunharei todo o meu reconhecimento. Adoto a palavra *sociologia*, que ele inventou. De mais, há na parte de suas obras, que tenho lido, imen-

so número de observações profundas e fecundas, e estou certo que, se eu mais tivesse lido, muito mais teria achado.

"Não vão, pois, supor que eu negue às especulações de Comte o grande valor que possuem. Seu sistema, em seu complexo, tem produzido, em grande número de pensadores, salutares e importantes revoluções; e é impossível negar que continue ainda a exercer grande influência sobre muitos outros. O complexo do seu sistema e do seu método científico não podem deixar de engrandecer as concepções dos seus leitores. Acresce ainda que nos prestou ele um imenso serviço, familiarizando os homem com a idéia de uma ciência social fundada sobre outras ciências. Além destes serviços, que resultam do caráter geral e do alvo da sua filosofia, é minha convicção que ele semeou por toda a parte, em suas páginas, grande número de idéias largas, não somente capazes de fazer nascer outras, mas ainda notáveis pela sua verdade intrínseca[28] ".

Eis o que encontrou Herbert Spencer nesse sistema, em que Huxley e o Sr. Nash Morton não encontraram senão *lama*. Eis como pensa um eminente pensador, citado pelo Sr. Nash Morton, a respeito do filósofo, que nos é apresentado como um *charlatão superficial*, "Shallow pretender".

Na *Introdução à ciência social*, H. Spencer reconhece que a classificação das ciências, de Comte, é a mais didática, e é essa classificação que segue na divisão em capítulos de todo o seu livro. E, discutindo as dificuldades e a necessidade da fundação da ciência social, diz:

"Para que esta concepção tomasse uma forma definida, era necessário de um lado que os conhecimentos científicos se tivessem tornado mais extensos e mais exatos, e de outro que o espírito científico se achasse fortalecido. É a Augusto Comte, que vivia em um tempo em que essas condições se achavam preenchidas, que cabe a honra de ter posto em todo o seu dia a conexão entre a ciência da vida e a ciência da sociedade. Foi ele quem primeiro viu claramente

[28] Vide *Révue Scientifique*, n. 30, 1872, traduc. de Laugel.

que os fatos, que se produzem nas associações humanas, são da mesma natureza que os que se produzem nos grupos de seres inferiores vivendo em rebanhos; e que em um como em outro caso é preciso estudar os indivíduos para se poder compreender as reuniões. Assim colocou ele a biologia antes da sociologia em sua classificação das ciências. Considerou a biologia como uma necessária preparação para os estudos sociológicos, não só porque os fenômenos da vida coletiva, derivando da vida individual, não são susceptíveis de uma conveniente coordenação senão depois destes; mas também porque os métodos de investigação, que emprega a biologia, são os mesmos de que a sociologia deve igualmente servir-se[29] ".

Ao fazer esta citação, só temos em vista mostrar a singular distração do ilustre Sr. Morton, que, sob a fé de Huxley, vem nos dar hoje, como novidade, objeções que o seu próprio autor já abandonou, há muitos anos, tendo aberto mão delas ante a argumentação decisiva de Stuart Mill e Littré, que tomaram a defesa da filosofia de Comte.

Em resumo, do que fica exposto é fácil ao Sr. Nash Morton compreender que, com uma tesoura na mão, podemos à vontade converter ou um adversário em auxiliar ou um auxiliar em adversário.

Mas, o público que contempla este inopinado espetáculo de gladiação automática, o que deverá pensar a respeito do valor de semelhante tática?

Não estará ele no direito de dizer-nos: Senhores filósofos, mais senso comum, e menos incoerência?!...

Para mostrar ainda ao ilustre Sr. Morton o perigo a que um homem se expõe, quando se limita a fazer uma crítica sobre uma outra crítica, vou apresentar-lhe algumas falsidades que subscreveu com o seu nome, fiado na palavra de Huxley. Ficará evidenciado que Huxley criticou uma obra, sem primeiro percorrê-la em sua totalidade, do mesmo modo que ficará evidenciado que o

[29] *Introduction à la Science Sociale*, por H. Spencer, pág. 352.

ilustre Sr. Morton não se deu ao trabalho de verificar se a crítica que tomou para modelo se ajustava ou não ao texto do original.

E, para não haver hesitação a este respeito, vou tomar o próprio Sr. N. Morton para expositor do pensamento de Huxley.

No seu primeiro artigo, de 13 de fevereiro, diz:

"No seu sistema, Comte dedica-se a descobrir leis. – Aqueles que adquirem os conhecimentos vastos suficientes para reduzir todos os problemas que dizem respeito ao espírito sutil do homem, enfim todas as questões da sociedade humana, à exatidão de Euclides, *hão de reinar supremos* sobre os espíritos menos felizes. Assim estabelecer-se-à um sacerdócio mais absoluto do que o de Roma, e os *vassalos* serão governados com o rigor e com a fatalidade com que o maquinista governa sua máquina a vapor".

O Sr. Morton nestas poucos linhas representou fielmente a imagem do governo do espírito, que Huxley pretende ter encontrado na *filosofia* de Comte.

Não tenho aqui neste momento a obra grande de Comte, para por ela apresentar o texto do original. Mas, tenho a tradução condensada de miss Harriet Martineau, publicada 21 anos antes da crítica de Huxley. Ora, eis aqui o que aí se lê sobre o pretendido *reinado do espírito*, atribuído à filosofia positiva:

"O caráter especulativo começou a pronunciar-se nitidamente entre os filósofos gregos; mas, sabemos o quanto estiveram eles longe, não obstante seus esforços perseverantes, de conseguir a preponderância política. *É evidente, a todos os respeitos, que o verdadeiro papel social do espírito não é dominar diretamente a conduta da vida, mas sim modificar, por uma influência consultativa, o reinado da potência material ou prática, quer militar quer industrial: as queixas dos filósofos não conseguirão transformar uma ordem de coisas que está em harmonia com as condições sociais*. Sem dúvida, o princípio da utilidade especial e imediata é por demais acanhado e a sua aplicação exclusiva não pode deixar de ser por vezes opressiva e perigosa; mas, nem por isso, deixa ele de ser a base de toda a verdadeira classificação social. Na

vida social do mesmo modo que na vida individual, a razão é mais necessária do que o gênio, excepto em algumas raras ocasiões em que a massa das idéias usuais carece de um impulso especial. Só nestas circunstâncias alguns eminentes pensadores intervêm para dirigir a crise, passada a qual o simples bom senso retoma pacificamente as rédeas do governo. Tanto o gênio especulativo é, só, capaz de deparar as diversas fases do nosso desenvolvimento, quanto é impróprio para a direção diária dos negócios comuns. Intelectualmente, os espíritos contemplativos estão mal preparados para os apelos especiais e urgentes feitos à sua atividade; e, moralmente, não são suscetíveis de se interessar suficientemente pela realidade presente e circunstanciada, de que todo o governo deve exclusivamente se ocupar.

Esses espíritos acham-se por demais afastados da consideração do complexo social, que é o principal atributo de todo o bom governo; e quando se tem necessidade de uma decisão, que não pode ser judiciosa senão com a condição de se basear sobre uma sábia ponderação de todos os aspectos sociais, os filósofos estão absorvidos no exame abstrato de um único ponto de vista. O pequeno número daqueles que, segundo a vocação característica da verdadeira filosofia, encaram o complexo real da sociedade, não levam a mal que a direção dos negócios humanos não pertença à filosofia, porque sabem o quanto seria prejudicial a realização de uma tal utopia, se tal acontecesse. Assim, a humanidade não pode por demais honrar essas inteligências excepcionais, que consagram nobremente sua vida a pensar pela espécie inteira; não pode cercar de demasiada solicitude essas preciosas existências, sua mais importante riqueza e seu mais belo ornato, nem demais secundar o exercício de suas eminentes funções oferecendo aos seus trabalhos todas as facilidades convenientes; mas, é com o maior cuidado que deve esquivar-se de jamais confiar a direção ordinária da sociedade a homens que, por suas qualidades características, são essencialmente impróprios para uma semelhante tarefa.

Sabemos, além disso, o quanto a força intelectual – essa parte menos ativa da natureza humana – tem necessidade de obstáculos para se desenvol-

ver: o espírito é feito *para lutar e não para reinar*, e cairia em uma atrofia funesta, se, em vez de se limitar a modificar uma ordem independente dele, só tivesse por tarefa contemplar com admiração a ordem de que seria o criador e o árbitro. Desde então seguiria naturalmente a marcha conservadora do governo teocrático. O principal poder, longe de pertencer às mais eminentes inteligências, cairia nas mãos de pensadores medíocres, que, a maior parte das vezes, destituídos de benevolência e de moralidade, se ocupariam exclusivamente em manter a supremacia do poder. Invejando e odiando os superiores, aos quais usurpariam as honras, reprimindo o desenvolvimento da massa do povo, esses pretendidos príncipes intelectuais nos ensinariam dentro em pouco, se o seu reino fosse possível, o quanto *é incompatível com a ordem e progresso* o apregoado *reinado do espírito*[30] ".

Neste tom Augusto Comte enche um grande número de páginas, que seria impossível aqui transcrever.

E é este pensador, que assim descarrega sua hercúlea clava contra a utopia do reinado do espírito, que o ilustre Sr. Nash Morton, sob a fé de Huxley, vem apresentar ao público como o insensato promotor do reinado do espírito!...

Será possível dar um desmentido mais formal, mais humilhante, a todas essas odientas acusações, que todos os dias assaltam, sem boa fé, sem respeito ao justo, sem lealdade, a obra de Comte?

Isto é grave. Temos de um lado os teólogos e metafísicos, e de outro homens de ciência: todos combinados em fazer convergir contra Comte o mais selvagem fogo de uma lealdade convertida em bateria. Isto não é mais discussão científica; é uma questão de moralidade.

Toda a crítica sincera é útil, é salutar; mas, como poderemos qualificar um manejo filosófico, que, para se dar as aparências de um fácil triunfo, vem exibir ao público diametralmente o inverso daquilo que é a doutrina positiva?

---

[30] Miss H. Martineau, *Philos. Posit. de Comte*, pág. 313 e 314.

Podemos e devemos todos ter opiniões: mas a ninguém é permitido mutilar, desnaturar e inverter a opinião de outrem, com o fim de melhor combatê-la. Isto chama-se, em linguagem vulgar, faltar à verdade.

Lastimo de coração que o Sr. Morton não se ache aqui em seu acampamento natural. Os teólogos ao menos, em seus ataques, são movidos por sérias preocupações sociais; ao passo que no campo dos homens de ciência (homens de ciência sem ciência social), só vemos o puro materialismo movendo mesquinhas lutas sobre questões de prioridade e pondo em fermentação todas as vaidades irritadas ante a impotência de produzir obra igual. Eis porque Augusto Comte só confiou naqueles que não são homens de escola e apelou sempre para o bom senso popular.

O divórcio do método

Ao terminar o seu último artigo, o ilustre Sr. Morton, lastimando o abismo de perdição em que estou engolfado por adotar para meu governo a filosofia positiva, deixando assim de "prestar à pátria valiosos serviços", concluiu o seu pensamento, dizendo: "Porém, espero vê-lo um dia, emancipado do positivismo, proclamar uma filosofia mais real, mais compreensiva e mais benéfica".

É impossível que o público não tenha lido este trecho com extraordinária surpresa. Pela minha parte, confesso que da substância de todos os seus artigos ponto algum aguçou tanto a minha curiosidade.

Nenhum país, mais do que o meu, precisa que o sirvam; e nenhum brasileiro, mais do que eu, deseja servi-lo de coração.

O ilustre Sr. N. Morton revela-nos hoje que tem na mão uma verdade suprema, que pode fazer não só a minha felicidade, como a de meus compatriotas, a de todo o meu país. Que fortuna! Já dou-me por mil vezes pago e repago pelo tempo e trabalho consagrados a esta polêmica filosófica. Afinal, da discussão sai a luz.

Mas, por caridade! Porque tarda o Sr. Nash Morton em abrir essa sua santa mão, e não deixa desde já essa suprema verdade derramar-se sobre todo o meu país? Para que me deixa entregue à tortura de mil conjecturas, tortura que o público deve estar igualmente partilhando?

Por mais que procure refrear a imaginação, não posso coibir que se me apresentem ao espírito as seguintes interrogações.

Será o biologismo de Huxley?

Mas, não é possível, porque esse só versa sobre anatomia comparada, que em nada me esclarece sobre os problemas da ciência social, e ainda menos sobre os da moral.

Será o Spencerismo?

Mas, não é possível, porque Herbert Spencer, não obstante os seus formais protestos, não pode ainda conseguir apagar a impressão que causa a todos a leitura de seus escritos: todo o mundo pensante persiste em reputá-lo um positivista da mais bela gema: tanto o seu sistema e o de Comte se assemelham e se fortificam pelos laços fundamentais do parentesco. Não serei eu, por certo, que negarei a H. Spencer a sua originalidade; não tenho a menor dificuldade em compreender que dois pensadores robustos, trabalhando cada um por seu lado, sem se conhecerem, mas movidos pelo mesmo impulso das necessidades filosóficas e sociais, possam caminhar paralelamente ao lado um do outro e venham afinal a se encontrar no mesmo ponto capital, de modo a ficarem ambos estupefatos da coincidência da marcha respectiva. A mesma coincidência deu-se, em parte, com Buckle, e, em menores proporções, com muitos outros. Tendo, aliás, Herbert Spencer tido a honesta franqueza de confessar o que deve de mais essencial a Comte, não podemos senão votar-lhe a mais viva simpatia e nada temos a reclamar dele. Poderíamos mesmo, em definitiva, sem relutância abraçar o seu sistema, se não fora a inspiração, a nosso ver infeliz, que o conduziu a basear a melhor e a mais bela porção das suas concepções filosóficas sobre duas grandes hipóteses: a transformação das forças e a trans-

formação das espécies ou darwinismo. É sobre estes dois pontos que rola a divergência capital, divergência que só a ciência do futuro poderá resolver e julgar.

Para fazer valer a sua hipótese, Herbert Spencer põe em jogo todos os imensos recursos do seu poderoso gênio; mas, toda a sua brilhante argumentação, formidável realmente contra as crenças teológicas e metafísicas sobre a criação, não conseguiu ainda determinar os discípulos de Comte a seu favor. Para suprir as deficiências da ciência atual, H. Spencer recorre ao racionalismo: a nosso ver é aí que está a falha do sistema; a filosofia positiva nos ensina que o racionalismo é um amigo, que devemos trazer sempre em estado de suspeição. O darwinismo é uma bela hipótese; mas, a ciência procura antes de tudo a verdade; e, enquanto a observação e a experiência não se tiverem pronunciado, essa hipótese não poderá se impor como um fato indiscutível. Talvez daqui a mil anos a ciência não esteja ainda em estado de pronunciar o seu veredicto. Ora, é imprudência ligar assim a sorte de um sistema à sorte de uma hipótese, que pode perecer. Em outros pontos secundários, também não podemos acompanhá-lo. Assim, por exemplo, a sua célebre tentativa de conciliação da religião com a ciência nos parece inaceitável: é a partilha do leão, dando tudo à ciência, e só quimeras à religião... O seu ideal do progresso e do futuro de perfeição da humanidade nos parece igualmente a mais arrojada das utopias.

Mas, o que, sobretudo me faz crer que não é o Spencerismo, que o Sr. Morton tem em mente inculcar-me, é um trecho do seu artigo inicial, de 13 de fevereiro, em que me diz em tom de mofa:

"A perfeição do sistema positivo, perfeição para a qual continuamente tende, sem a esperança de jamais tocar a meta, é poder representar todos os fenômenos diversos obseváveis como casos particulares de um só fato geral, como o da gravitação, por exemplo".

E foi a propósito desta pretensão ideal do sistema positivo que o ilustre Sr. Morton nos ameaçou com as rodas do carro de Jagathnata...

Ora, Herbert Spencer não só julga possível a ciência tocar a meta, como crê essa meta já efetivamente tocada; e aquilo que para Comte era apenas uma esperança, um ideal, é para ele uma realidade irrefragável. Se é, portanto, o Spencerismo que me recomenda, forçoso é concordar que o Sr. Nash Morton tem caprichos singulares: acha excelente em um, aquilo mesmo que reprova violentamente em outro. Confesso não poder penetrar no mistério desta lógica... de amores.

Será por acaso o protestantismo, que o ilustre Sr. Morton seriamente me propõe como a melhor forma de poder eu bem servir o meu país?

Mas, não é possível, porque em toda esta discussão filosófica o temos visto constantemente nos dar o exemplo do abandono de suas crenças religiosas, apresentando-se, sem interrupção, como um trânsfuga, que, não seguro de sua posição no campo teológico, vem jurar bandeira no acampamento dos materialistas, pedindo, exclusivamente a estes, abrigo, armas e proteção. Quando o vejo, assim humilhado sob as forças caudinas, abdicar e resignar-se a uma atitude ambígua, precária e falsa, fazendo depender a sua salvação de favores de inimigos, não posso, por elementar prudência, seguir a sua trilha, receiando naturalmente a eventualidade de achar-me também um dia nas mesmas duras contingências.

Poderei capitular: prefiro este desfecho ao papel de uma ambiguidade, que a malícia pública pode traduzir em incoerência, e não sem um grande fundo de justiça. É sabido que o ilustre Sr. Morton é um ardente propagandista da fé protestante; a fé protestante tem por base a revelação bíblica; a bíblia ensina que o homem foi feito, de um só jato, pelas próprias mãos do Criador, e à imagem do Criador. Por outro lado, como o público é testemunha, o ilustre Sr. Morton se tem patenteado tão indissoluvelmente consorciado com Huxley, tão intimimanente identificado com o pensamento de Huxley, tão incarnado e consubstanciado nas crenças de Huxley, que, em todos os seus artigos contra Comte, é invariavelmente Huxley quem aparece em cena, não figurando aí o

Sr. Nash Morton senão como um simples levantador do pano, um oficioso apresentador de Huxley ao público. Seria difícil encontrar um modelo mais perfeito de fusão de duas almas. É tal a sua fascinação, a sua idolatria por Huxley, que quando Huxley fala, o Sr. Nash Morton persuade-se que é o próprio Sr. Nash Morton quem está falando.

Ora, Huxley, que vota o mais soberano desprezo à bíblia, professa que *o homem descende do macaco*.

E é tão forte a sua convicção a este respeito, que não trepida em cobrir de ridículo todos aqueles – os positivistas, por exemplo – que, homens de ciência como ele, e desejando como ele o triunfo da sua causa, hesitam todavia em abraçar a sua opinião sem um concurso mais respeitável de provas científicas.

Desta sorte, o público está vendo que o ilustre Sr. Morton crê que o homem foi feito à imagem do Criador e pelas próprias mãos do Criador, e, ao mesmo tempo, crê que o homem foi feito à imagem do macaco e pelo próprio macaco.

Mas, como uma destas duas crenças exclui a outra, é grande a ansiedade pública por conhecer o meio de conciliar a verdade revelada com a impiedade científica. Há aqui um grande mistério que é preciso elucidar. E, como pessoalmente não conheço o meio de elucidá-lo, prefiro por enquanto manter-me em uma prudente reserva.

E, em definitiva, se algum dia tiver eu de voltar, voltarei naturalmente para o meu velho catolicismo, porque assim o exigem as invariáveis leis mentais, tão solidamente estabelecidas pela patologia moderna.

Aflige-me tanto menos a perspectiva dessa volta possível, quanto sei pela filosofia de Comte que o protestantismo não foi um progresso, mas sim uma retrogradação, relativamente ao catolicismo.

Tenho e terei sempre imensa simpatia pelos povos protestantes: mas, dos povos à doutrina a distância é grande.

Mas, se não é o materialismo transcendente de Spencer, se não é o protestantismo – qual será essa filosofia?

É completa a minha confusão, precisamente porque é o próprio Sr. Nash Morton quem me assegura, na última linha do seu artigo, que toda a filosofia é uma "areia movediça, que confundirá a todos que edificarem sobre ela (sic)...!"

E a filosofia mais real e mais benéfica?...

Eia, portanto, Sr. Morton, nada de enigmas, basta de mistérios, venha a grande e luminosa *revelação*.

Questão moral

O primeiro dever moral do crítico é expor o mais fielmente possível a doutrina do adversário, que vai combater; e, todas as vezes que formula um juízo severo, é sua obrigação de honra exibir os textos do original, de modo a justificar-se plenamente para com o leitor. Ninguém pode furtar-se ao cumprimento rigoroso deste dever. A mais elementar probidade assim o exige.

Todo o leitor, que percorre pela primeira vez a parte histórica da filosofia de Comte, experimenta a mais viva surpresa: fica sem saber o que mais admirar, se, por exemplo, a grandeza e a beleza do catolicismo aí expostas em estilo gráfico e solene, ou se a crítica que aparece em seguida.

Os adversários de Comte, a qualquer dita que pertençam, julgam-se dispensados da obrigação de fazer o mesmo para com a sua doutrina.

Nesta atual discussão filosófica não pode ter escapado ao público o modo desusado por que o ilustre Sr. Morton se tem colocado fora da lei comum, faltando a todos os preceitos da hombridade, julgando-se superior aos princípios da praxe geral, a que estão adstrictos todos os críticos.

Não vejo absolutamente os motivos pessoais, que pode invocar o Sr. Nash Morton, para assim erguer-se acima do comum dos mortais; e S. Sa., que nos falou em *vassalos* da filosofia positiva, em tom de sarcasmo, nos tem tratado a todos, do princípio ao fim, como verdadeiros *vassalos* seus. Nem uma única vez se sentiu moralmente obrigado a justificar perante o público as suas atrabiliárias

acusações: fala, escreve, como se estivesse sobre um púlpito, rodeado de seus fiéis, e o nosso público deve, sem recalcitrar, crer na sua palavra, que provavelmente é a palavra divina. Até hoje, não citou um só trecho da filosofia de Comte, pelo qual o público pudesse ajuizar da legitimidade ou ilegitimidde de suas autoritárias reprovações.

Por deferência à sua posição social, em atenção à sua reputação de cavalheiro, tenho-me condenado até aqui à tarefa ingrata de responder a todas as suas fantasias sem *quos ego*..., a todas as suas falsificações, a todas as suas mais írritas inversões da letra e espírito da filosofia de Comte, tomando ao sério os seus escritos, e procurando seriamente restabelecer a verdade.

Mas, este jogo não pode continuar indefinidamente. O nosso público, se não tem um tão avultado número de grandes ilustrações como o público europeu ou norte-americano, tem, todavia, um suficiente número de inteligências esclarecidas, que possuem bastante consciência do seu valor próprio, para não se deixarem impor às ligeiras o novo gênero de crítica, que o Sr. Nash Morton procura hoje introduzir nesta província.

É a primeira vez que vemos entre nós surgir uma crítica violenta, infrene, descabelada, sem que o autor dessa crítica se julgue um só momento na obrigação moral de basear a sua opinião sobre documentos irrecusáveis, extraídos da própria obra criticada.

O papel, que tem assumido até aqui o Sr. N. Morton é o de um perfeito autômato, que, recebido o impulso da corda, dispara fatalmente, sem direção conhecida, até esbarrar contra uma parede.

O respeito, que devo à filosofia de Comte e a mim mesmo, me obriga a opor-lhe hoje essa parede.

O Sr. Nash Morton, em seu artigo de 13 de fevereiro passado, afirmou:

1° Que a filosofia de Comte esmaga toda a liberdade;

2° Que Comte, no seu sistema, dedica-se exclusivamente a *descobrir* leis;

3º Que o conhecimento dessas leis conduz a uma hierarquia das ciências, começando na matemática e acabando no *socialismo* (sic), e que essa hierarquia tem por fim o estabelecimento de um reinado do espírito, o qual reinado constitui um governo despótico, mais absoluto do que o de Roma. – Além disto, insinuou:

4º Que a filosofia de Comte traz em si o cunho da devassidão de Saint Simon, insinuando assim na opinião pública uma pérfida conclusão a respeito de todos aqueles que aderirem à obra contaminada;

5º Que Comte nos dá *sonhos, extravagâncias, opiniões* e *meras hipóteses* por verdades demonstradas. – E, no seu artigo de 20 de março corrente, reproduzindo e corroborando todas essas asserções com citações de Huxley, Wehlwell e outros, julgou-se autorizado a afirmar;

6º Que Comte foi um *charlatão superficial*.

Quem subscreve injúrias e falsificações desta ordem, quando pode ser desmentido tantas vezes, quantos forem os leitores que quiserem se dar ao trabalho de verificar o texto da obra, revela uma coragem, como não há exemplo na história da literatura.

Ora, é preciso que o público saiba claramente de que lado está a improbidade. Trata-se aqui de uma questão de moralidade pública.

Enquanto o Sr. Nash Morton não exibir ao público os trechos textuais do *Curso de Filosofia Positiva*, sobre os quais baseou o denegrimento e as acusações, tomarei a resolução de não responder-lhe mais, pedirei aos positivistas paulistas que façam o mesmo, e me reservarei o direito de afirmar solenemente ao público que o Sr. Nash Morton é um contendor desleal, um crítico de má fé , um puro denegridor.

Será muito exigir?

Não faço mais do que pedir uma condição à qual submete-se de bom grado todo o homem que se preza de cavalheiro.

Nas suas mãos está o tornar esta minha sentença provisória ou definitiva: retirá-la-ei no momento que exibir os documentos e terei nisso grande satisfação.

Chamar à ordem os adversários desleais, impor-lhes o respeito à verdade, exigir honestidade nas discussões, é simplesmente cumprir um dever.

Ao Sr. Nash Morton cumpre lavar-se desta mácula, que muito propositalmente atiro sobre a sua reputação.

Se não tenho razão, indico-lhe ao menos o fácil meio de esmagar-me.

Jacareí, 25 de março de 1880.

Dr. L. P. Barreto

É digno de nota o editorial que sob o título – Brasil – publicou no dia 9 do corrente[31] , o *Monitor Catholico*, importante órgão das idéias ultramontanas.

Manifestando o seu modo de ver sobre as idéias que hoje se vão enraizando no espírito público pela verdade da sua dedução lógica, e pelos sãos efeitos que elas vão produzindo no seio das sociedades modernas, diz o ilustre escritor revelarem elas, "que a ordem moral achava-se profundamente alterada. Não é a fase positiva que chega, nem o cristianismo que foge: é uma horda ativa que vive na Europa, na América, na Oceania, agitando tudo, tudo ameaçando por uma conspiração medonha e secreta".

"É a revolução que se arvora em sistema de reforma social, cercada de atrevimento, de exigência de orgulho!".

"Os que se acham à frente dos povos devem conjurar todos os meios de matar a revolução, para felicidade dos filhos da ordem, promotores do bem. Poupar os maus, para não ouvir as suas blasfêmias e ameaças, é lavrar a sentença de condenação dos bons".

"É, enfim, preciso sufocar o socialismo ainda em "começo."

É com efeito a fase positiva que chega e o cristianismo que foge.

As sociedades modernas, não podendo mais suportar o jugo atroz do obscurantismo sobrenatural, procuram hoje a razão dos fatos e os explicam

[31] Este artigo foi publicado no *Jornal da Tarde*, de 11 de novembro de 1879.

pela dedução lógica das ciências, persuadindo sem impor e não impondo sem persuadir.

A fé na revelação está substituída pela fé nas ciências.

É apenas uma modificação de forma.

As chamas das fogueiras inquisitoriais abrem espaço para as da razão.

Enquanto aquelas queimam, estas iluminam!

Depois das trevas a luz!

Depois do crepúsculo a autora da redenção!

Não é a revolução que vive, é a inquisição que morre!

São os defensores do obscurantismo que procuram de novo empunhar a espada para o morticínio social, enquanto os filósofos modernos, com o poder da palavra, esclarecem os povos, igualam os direitos dos cidadãos, nivelando-os nos mesmos deveres de uma moral altruísta.

O positivismo não é o socialismo. É uma seita filosófica, reconhecida e respeitada por todos os governos monárquicos, que permitem cursos livres em seus países, pela verdade das suas teorias e pelo sublime da sua moral.

Vivre au grand jour! – Tal é o seu preceito fundamental!

Ele condena as sociedades secretas, quaisquer que elas sejam, ainda mesmo quando fundadas em sentimentos nobres e elevados; porque a caridade oculta-se na moral do indivíduo que a exerce, e não nos corpos coletivos que a impõem.

L'amour pour principe, l'ordre pour base et le progres pour but, tal é a sua política.

Vivre pour autrui – tal é a sua moral.

Com tais preceitos não se pode ser revolucionário!

Durante o golpe de estado dado por Napoleão III em 1851, o curso positivista era professado pelo seu ilustre fundador no palácio do rei e com assentimento do governo.

E, nessa época de agitação dos espíritos, ninguém lembrou-se de denominar as suas idéias – *revolucionárias*.

O grande Littré colaborou com augusto Comte nesta imensa obra de regeneração social, e as suas idéias são hoje aceitas por todos os espíritos sensatos e cultos como ordeiras e científicas.

A escola positiva não brande o punhal do sicário para derribar tronos, nem usa de sutilezas de espírito para atacar caracteres!

Ela supõe todos animados de boa fé; discute os princípios abstraindo-se das individualidades; eleva o nível social, consorciando a razão e o coração na sabedoria e no sentimento.

Aos desvarios do espírito opõe a pureza dos costumes, aos sentimentos egoístas os altruístas, ao bem estar individual o bem estar geral.

Venera o cristianismo pelos reais serviços que prestou à humanidade, mas reconhece hoje a sua insuficiência para as nobres aspirações do futuro social.

O positivismo não é comunista, nihilista nem materialista.

É uma escola deduzida da grande lei histórica da continuidade humana.

Considera o *presente* um meio termo entre o *passado* e o *futuro* e estabelece a lei de que é preciso que o *presente* goze conservando e aumentando o que lhe legou o *passado*, para que o *futuro* participe da mesma razão de progresso.

O contrário seria o *statu quo*, ou o desmantelamento completo das sociedades que não poderiam realizar o grande ideal humano, com a absorção da sociabilidade pela individualidade.

O positivismo não desperta senão paixões nobres e generosas, condenando em suas teorias morais o sensualismo animal.

Ele quer a pureza de costumes nos homens, do mesmo modo que a têm as mulheres; e demonstra que a desigualdade observada na moral dos dois se-

xos não tem por causa efeitos fisiológicos diversos; ela é apenas o resultado da educação viciada de *um*, diante da alta moralidade do *outro*.

Ele não viola a paz dos corações, não anarquisa o santuário das famílias, nem aviventa as chagas da miséria.

Sombranceiro a esses baixos sentimentos, ele ergue a fronte altiva da honra e do dever nas lutas das paixões e nos interesses egoístas; e alçando em vez do mistério a luz, em vez da revelação a ciência, caminha tranqüilo com a paz na consciência e os olhos na humanidade, para a grande regeneração social.

É por isso que as suas opiniões, desinteressadas de todo o fim menos digno, calam no coração dos povos, esclarecem a razão no choque das idéias, e deduzem a verdade sem preconceitos quaisquer.

E se por ventura as cabeças dos seus discípulos rolarem os degraus do cadafalso, ou os seus corpos forem incinerados nas fogueiras, como quer o *Monitor Catholico*, restar-lhes-á dizer com o mártir do Golgota:

"*Perdoai-lhes, Senhor, que eles não sabem o que fazem*!"

N. França Leite

O *Monitor Catholico*[32]

Sem querermos corresponder às amabilidades com que obsequiou-nos este distinto órgão da imprensa católica, procuraremos combater os seus sofísticos argumentos, sempre fundados sobre hipóteses graciosas, mui de propósito formuladas para nada provar em contrário das nossas asserções.

As considerações que o ilustre colega opõe aos nossos argumentos, estão de tal sorte revestidas de verdadeira *impiedade*, que revelam bem o *espírito dúbio* que o distingue na nobre causa que, sem defender, compromete ainda mais, por falta de sincera fé para crer o que diz, nas hipóteses que estabelece com a autoridade de um sábio *ad hoc* em contraposição às verdades científicas, a ponto de, para justificar o preceito bíblico – *Josué mandou parar o sol* –, procurar explicar o fato por meio de uma ilusão de óptica, colocando uma *peneira* nos olhos de Josué.

Custa a crer que o defensor das idéias católicas se desenhe tão contrário às firmes crenças que enobrecem toda a defesa dos direitos da igreja, e dos seus dogmas, quando dilata pela mais pura consciência, na sinceridade das suas convicções.

Diz o colega que a *Provincia* achou o nosso artigo sobre cemitérios, "digno de correr mundo e fazer prosélitos".

---

[32] Artigo editorial do *Jornal da Tarde*, de 30 de outubro de 1879.

Estas palavras da *Provincia* não foram a nós dirigidas, e referiram-se, sim, ao importantíssimo artigo da Constituinte sobre incompatibilidades absolutas.

Sem dúvida que algum malicioso peneirou os olhos do colega, do mesmo modo que o seu *sábio* procurou *peneirar* os de Josué.

Tanta *peneira*, caro colega, para nada dizer e ainda menos provar.

O nosso fim, porém, discutindo o assunto, é evitar que o público seja também *peneirado*, naquilo que ele deve conhecer por *convicção* e não por *imposição*.

Diz o colega que erramos ao considerar a ira, a gula, etc., pecados mortais, quando são eles *capitais*.

Em diversos catecismos encontrará o colega a denominação que lhe demos, e também, nos clássicos portugueses, as duas palavras se confundem em um mesmo e só sentido.

A fisiologia estabelecendo as leis que regulam esses sentimentos no homem, em prejuízo da moral individual e social, veio apenas demonstrar as conseqüências perniciosas que deles resultavam para o gênero humano, com a exageração de paixões que cumpre moderar a bem do espírito e do corpo.

Para que o colega possa bem avaliar a influência do moral sobre o físico e vice-versa, leia a importante obra de Cabanis sobre o moral do homem.

O sábio, em cuja autoridade firmou-se o colega para corroborar os seus argumentos, parte de meras hipóteses, e assim se exprime:

"Suponhamos a ressurreição de um morto. A lei quer que a *alma* uma vez separada do *corpo*, não volte mais a ele".

O que entenderia o seu sábio e o que entende o colega por alma?

Será ela um sopro da divindade, ou o conjunto de todas as funções orgânicas?

Como deduzir a lei na primeira hipótese, e quem a deduziu?

A *revelação*, isto é o misterioso, o desconhecido.

E na segunda?

A demonstração, isto é, os fatos deduzidos pela ciência.

A primeira impõe-se sem prova; a segunda prova sem impor-se.

Se o colega considerar o feto ainda embrionário no seio materno, em sua substância gelatinosa, apenas com os rudimentos do tecido celular e da massa encefálica segundo uns fisiologistas, e do sistema nervoso e da massa encefálica, segundo outros, seguindo a grande lei do *crescimento* durante o período da gestação, que espécie de vida terá o feto, – a vegetativa somente ou esta e a espiritual conjuntamente?

Para nós não há nenhuma das duas vidas durante aquele período. O feto apenas segue o impulso de uma lei natural, a do crescimento nos diferentes órgãos de que ele se compõe; porque não há vida onde não há funções, e nem há funções onde não há órgãos.

É deste princípio estabelecido pela ciência e deduzido da observação, que vamos partir para sustentar a nossa tese, de que – a vida vegetativa pode existir sem a espiritual, enquanto esta morre com aquela.

Sabe-se que a mãe transmite ao feto, por meio do cordão umbilical, o sangue que lhe é necessário para a vida; mas este sangue por si só não constitui a própria vida do gérmen, porque é preciso que este já tenha desenvolvido os vasos circulatórios e os respectivos órgãos de relação.

Assim vê o colega, que durante a gestação não há vida porque não há órgãos; e estes se formam à proporção que o gérmen vai participando da lei geral do crescimento.

Nenhuma função humana se manifestando no gérmen, durante aquele período, nem mesmo para a vida vegetativa, segue-se que a espiritual não existe senão depois que ele, estando perfeitamente desenvolvido, procura um outro meio para aperfeiçoar seus órgãos e funções e tornar-se um *ser* completo em seus fins individuais e sociais.

Será neste momento de ver a luz, que o ente criado receberá o sopro da alma, ou esta, incubada em seu próprio corpo, revela-se pelo efeito que lhe produzem os fenômenos físicos de um ambiente diverso daquele em que ele se formou?

Quais os meios por que se revela a alma?

A vontade, a ciência e consciência dos atos, a percepção dos sentidos, a manifestação das idéias, raciocínio, que constituem os diversos ramos das três principais faculdades da alma, inteligência, sensibilidade e atividade não se aperfeiçoam com o desenvolvimento dos órgãos e regularidade das funções, e conseguintemente não são sujeitas à mesma lei de crescimento da matéria?

Porque é que a criança não pensa do mesmo modo que o homem adulto? Entretanto ela tem alma como este!

Por ventura o colega, em suas idéias teológicas, admitirá diferentes almas segundo os diversos estados de crescimento a que são subordinados todos os seres, ou será uma só alma que participa da mesma lei e passa pelas diferentes fases por que passa o corpo?

A não ser assim tornar-se-iam precisos muitos *sopros* para cada idade dos *seres*, e eles perderiam a responsabilidade moral dos seus atos, desde que não fossem o resultado espontâneo da sua vontade.

O idiota que perde todas as faculdades da alma, que não raciocina, não percebe, não compara, não tem consciência e não tem vontade, que é, enfim, a animalidade com forma humana, entretanto, come bem, dorme bem, tem todas as suas funções regulares, isto é, tem uma excelente vida vegetativa, deixa de viver só porque lhe falta o espírito? Não.

Ora se a alma manifesta-se pela vontade e pelo pensamento, etc., e, naquele caso, o idiota continua a viver com uma excelente vida vegetativa, segue-se que esta dispensa aquela, e aquela não pode dispensar esta; porque desde que cessarem as funções corpóreas, cessarão também as manifestações do espírito.

É isto o que cai debaixo da percepção dos nossos sentidos, e que tem deduzido a fisiologia, destinada a dizer a última palavra sobre psicologia.

Não pretenderemos, apresentando argumento em contrário aos do colega, distinto cavalheiro que prezamos, dizer que as objeções que nos tem oposto são – *pomadas* –; porquanto da discussão leal e sincera, no terreno científico e desapaixonado, só temos a esperar verdadeiras luzes do colega.

E se assim não fosse, ter-nos-íamos retraído da discussão com um adversário, conhecido nas lides da imprensa, e que querendo a tolerância dos outros para si, não deixará também de tê-la para os outros.

N. França Leite

O Positivismo e o "*Monitor Catholico*"[33]

O *Monitor Catholico*, em uma série de artigos que está publicando contra o positivismo, em vez de combater os princípios da escola positivista, como os enuncia seu fundador e imortal Augusto Comte, limita-se a copiar trechos de diversos escritores notáveis pela erudição, e com eles procura dizer que Augusto Comte não formou um sistema filosófico, e que as suas idéias são as de um louco, como tem sido julgado por muitos dos seus censores, entre eles o grande Littré, que como tal o condena.

O que podem, para um juízo imparcial e reto, que por si mesmo forma opiniões nas próprias escolas que quer conhecer estudando em sua verdadeira origem, servir juízos despeitados de homens aliás ilustres, e que em todas as seitas, em todos os países e em todos os tempos, procuram criar-se uma celebridade à custa da reputação alheia?

O cristianismo, esta seita filosófica que revolucionou a sociedade antiga por seus princípios e por sua moral inspirados na fé de um Deus; que ergueu os povos do abatimento moral em que jaziam, para elevá-los à altura de uma mesma comunidade, em que todos os seus membros fossem ligados por um só laço de amor fraternal; que enobreceu a mulher, tornando-a companheira do homem, complemento da sua vida, alento do seu coração; que com o poder da palavra, humildade e modéstia dos seus atos, desarma povos, destronisava reis,

[33] (*Jornal da Tarde*, de 3 de dezembro de 1879)

humilhava o orgulho e exaltava as virtudes; também teve o seu Cristo julgado um impostor, um louco, e como tal sofrendo as maiores torturas, expirando finalmente nessa cruz, que por tantos séculos simboliza a redenção da humanidade, na mais sublime das suas epopéias!

A Bíblia é um poema concebido no mais belo e puro ideal do sentimentalismo!

Cristo é a sua imagem!

A humanidade, o seu tema!

E entretanto Cristo era um louco, era um impostor!

Era-o sim para os contemporâneos das suas doutrinas, que impotentes diante da revolução que elas iam produzindo no seio de sociedades bárbaras, exaustas no torpor da luxúria e na anarquia das idéias, recorriam a todos os meios para desacreditar o fundador, inutilizando-lhe o sistema.

Felizmente a razão social não se forma nessas opiniões desencontradas e incoerentes que a inveja e o despeito fazem muitas vezes aparecer para darem ainda mais força ao sistema que procuram condenar, e iniciando nele os espíritos que adormecem na indiferença, desperta-os pela forte oposição com que o guerream aqueles que mais de perto procuram impor-se à opinião, como os mais leais e habilitados defensores dos seus direitos.

E qual o gênio verdadeiramente filosófico e reformador, que não tem momentos de perfeita exaltação mental?

É um preceito científico que todo o órgão desenvolve-se ou atrofia-se com ou por falta de exercício.

Ora, um gênio como o de Augusto Comte, que já na idade de 24 anos era um grande filósofo e cujas doutrinas começavam a produzir uma revolução no mundo científico e social; que à proporção que dispensava todo o seu tempo no estudo de todas as ciências, deduzindo suas leis da história e da observação dos fatos; que desenvolvia um só órgão – o cérebro – atrofiando ou enfraquecendo todos os outros precisos para a perfeita regularidade das funções vitais, deveria

ter, necessariamente, esses momentos de exaltação cerebral, que não constituíam uma verdadeira loucura, desde que cessava a causa que a determinara, como era a fadiga do espírito pelo excesso do estudo.

Tanto assim, que tendo ele legado em testamento as suas obras à escola positivista que devia continuar a propaganda das suas idéias, sua mulher, dele separada, e patrocinada por Littré, julgou que era chegado o momento de tirar proveito das obras do seu louco marido, e intentou contra a escola positivista uma ação protestando contra a validade do legado feito por ele à referida escola.

Afeta a questão ao tribunal civil do Sena, ele repeliu as razões de Mme. Comte, e o procurador imperial, Sr. D'Herbelot, assim exprimiu a sua sentença, contra as pretenções de uma mulher que, tendo abandonado seu marido em vida, só se lembrava dele depois de morto, que não tendo sabido corresponder aos seus elevados sentimentos em favor do gênero humano, deixava sem coração aquele cérebro tão cheio de idéias, tão nobre de vistas, tão sublime de fins.

Eis a sentença do Sr. D'Herbelot, procurador imperial:

"Ateu e filósofo", dizia o juiz referindo-se a Augusto Comte, "ele pensou nas necessidades humanas; julgou que não podia passar sem uma religião, e deu-lhe uma religião puramente natural, normal, racional, científica e humana; ele não admite mistérios, revelação, vontade sobrenatural; não aceita nenhuma crença de que a sua razão não lhe tenha podido mostrar a exatidão. Tal é a sua religião!

É uma loucura? Eu não creio.

Sobre este ponto invoco o próprio testemunho do Sr. Littré. O Sr. Littré não será talvez um juiz imparcial, será um juiz severo.

O Sr. Littré combate esta doutrina e esta religião, mas confessa francamente que durante algum tempo ao menos ele a aceitou, adotando-a como sectário, e se a combate não é porque a considere insensata, mas sim insuficientemente científica.

Pois bem! Em Comte eu julgo que a vitalidade cerebral não se extinguiu antes que o corpo a não tivesse podido suportar, e que seu testamento não é o de um louco''.

É a história do velho Sófocles acusado de insanidade por seus próprios filhos!

Eis aí o homem a quem Littré denominava louco, e do qual o *Monitor Catholico* quer se constituir eco, jurídica e filosoficamente defendido por um tribunal composto de distintos magistrados, como é o do Sena.

Aprecie o *Monitor Catholico* as idéias e os homens indo buscar a verdade em sua principal fonte; e se a adotar siga-a; quando não, combata-a, mas por sua própria boca e nunca pela tuba.

N. FRANÇA LEITE

3. Artigos sobre assuntos filosóficos e sociais publicados em "A *Província* de S. Paulo"

Abolicionismo 227
Os Abolicionistas e a Situação do País (1) 229
Os Abolicionistas e a Situação do País (2) 233
Os Abolicionistas e a Situação do País (3) 237
Os Abolicionistas e a Situação do País (4) 243
Os Abolicionistas e a Situação do País (5) 247
Os Abolicionistas e a Situação do País (6) 251
Os Abolicionistas e a Situação do País (7) 255
Os Abolicionistas e a Situação do País (8) 259
Os Abolicionistas e a Situação do País (9) 263
Ainda os Abolicionistas (1) 267
Ainda os Abolicionistas (2) 273
Ainda os Abolicionistas (3) 277
A Metafísica (1) 281
A Metafísica (2) 287
A Metafísica (3) 293
A Metafísica (4) 297
A Metafísica (5) 301
A nova lei sobre a matrícula de escravos 307
Darwinismo 311
O Darwinismo e o sr. dr. Barreto (anônimo) 313
O Darwinismo – uma resposta I (Luiz Pereira Barreto) 323
O Darwinismo – uma resposta II (Luiz Pereira Barreto) 329
O Darwinismo – uma resposta III (Luiz Pereira Barreto) 335
O Darwinismo – uma resposta IV (Luiz Pereira Barreto) 341
O Darwinismo e o sr. dr. Barreto I (anônimo) 347
O sr. dr. Barreto e o Darwinismo II (anônimo) 355
O Darwinismo – uma resposta I (Luiz Pereira Barreto) 363
O Darwinismo – uma resposta II (Luiz Pereira Barreto) 369
Secção Instrução Pública 375
a propósito da Universidade (1) 379
a propósito da Universidade (2) 383
a propósito da Universidade (3) 387
a propósito da Universidade (4) 391
a propósito da Universidade (5) 395
a propósito da Universidade (6) 399
Principais obras do organizador deste volume 403

"Nos fins de 1880 e princípios de 1881, Barreto voltaria, pelas páginas de "*A Província de S. Paulo*", a tratar de questões político-sociais, enfrentando desta vez o problema o abolicionismo (...) Barreto examinou a questão em nove artigos, intitulados *Os Abolicionistas e a Situação do País*, dos dias 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 30 de novembro de 1880, em três outros, sob o título *Ainda os Abolicionistas*, de 22, 23 e 24 de dezembro do mesmo ano, completados pela série *A Metafísica*, dos dias 9, 15, 22, 23 e 25 de janeiro de 1881 e pelo artigo *A Nova Lei sobre a matrícula de escravos*, de 27 de janeiro do mesmo ano, todos publicados por "A Província de S. Paulo".[34]

[34] Roque Spencer Maciel de Barros. *A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto*. São Paulo: Grijalbo Ltda, 1967, pp. 145-6. Nesta obra, o autor esclarece que, embora esses artigos fossem posteriores a *Positivismo e Teologia*, à polêmica sobre o darwinismo e aos artigos sobre a Universidade, considerava-os uma "espécie de complemento às *Soluções Positivas da Política Brasileira*, com elas intimamente entrosados", razão pela qual tratou do abolicionismo no item 1 do cap. III de sua obra.

Os Abolicionistas e a Situação do País (1)[35]

Não é à generosidade dos leitores desta folha que tomarei tempo para demonstrar que são as idéias que governam o mundo. Não há exemplo de uma só transformação social, quer no domínio religioso, quer no político, que não tenha sido precedida e preparada por uma correspondente mutação nas idéias da época. Toda a evolução histórica nenhuma outra coisa mais é do que uma contínua sucessão de transformações da opinião dando lugar a novas combinações políticas, a novos moldes de organização social. Em todas as épocas, a marcha do progresso se compõe de duas fases: uma, em que as teorias se elaboram, e outra, em que as teorias se convertem em fatos consumados. Em todos os tempos a dificuldade está na conciliação da ordem com o progresso. Na passagem de um estado social a outro, a ordem é sempre mais ou menos violentamente abalada. Mas, por outro lado, a ordem não pode ser completa, enquanto não forem satisfeitas todas as condições de progresso exigidas pela própria natureza do organismo social. É do ponto de vista exclusivo, em que se colocam, respectivamente, os amigos da ordem e os defensores do progresso, que nasce o antagonismo dos partidos políticos. O verdadeiro homem de estado se distingue pela habilidade com que combina e realiza na prática estes dois pontos de vista. Os interesses da ordem social são de tal magnitude, de tal transcendência, que os legisladores, em geral, são levados a funestas exagerações, decretando e fazendo jurar leis e constituições, que dentro em breve vão se achar

[35] Da *Província de São Paulo*, de 20 de novembro de 1880.

em contradição com as aspirações e as necessidades do espírito público. Quantas cartas constitucionais solenemente juradas, e, logo após, vilipendiadas e tornadas imprestáveis! Por outro lado, o ideal de progresso exerce sobre os espíritos uma tal fascinação que nenhuma consideração de oportunidade ou praticalidade retém os seus fogosos campeões na vertiginosa carreira, em que se lançam, dominados por uma idéia única e absorvente. Se o ponto de vista exclusivo da ordem é um mal, a idéia fixa do progresso é um desastre. A tenacidade na defesa do conservantismo, do qual depende a sorte da ordem, nunca atinge as proporções do entusiasmo; ao passo que, em uma imaginação viva e impressionável, o espírito de inovação facilmente se converte em paixão dominante; e, em certas organizações nervosas, a perspectiva do martírio tem delícias e encantos, que arrebatam.

Essas organizações excepcionais têm um papel importante a preencher, todas as vezes, como dizia Bacon, que está maduro o óvulo no ventre da revolução. Fora destas circunstâncias, porém, a fria ciência social nos aconselha que não aceitemos o seu concurso, embora lhes votemos sempre simpatia e acatamento. Nada mais perigoso, de fato, do que o fanatismo provocado por uma grande idéia social ou religiosa, quando nos apóstolos o fervor da propaganda não é convenientemente balançado por uma forte soma de razão prática. O catolicismo cobriu a Europa de fogueiras; a segunda fase da revolução francesa inundou a França com o sangue dos seus melhores patriotas. Em nome da liberdade ou em nome da salvação eterna, pode-se chegar ao completo aniquilamento da pátria e da humanidade. Não é no apego ao passado, nem no entusiasmo das inovações súbitas e radicais, que devemos buscar a solução das grandes questões sociais.

Soou para o Brasil a hora da sua maior convulsão; e incumbe a nós, os homens de hoje, a mais formidável das tarefas. Não há fugir nem recalcitrar: é à nossa geração que coube por sorte a liquidação da grande massa falida, que se chama instituição do elemento servil.

Espíritos timoratos se apavoram tão fortemente ante esta questão, que nem de leve querem ouvir discussão a este respeito. É um grave erro. Nenhum problema exige mais sangue frio e mais co-participação no debate do que este. Não nos é permitido proceder como certos representantes do reino animal, que na ocasião do perigo escondem a cabeça e fecham os olhos, deixando todo o corpo à mostra, persuadidos que assim se colocam em condições de segurança. Não, a nossa atitude deve ser franca e serena, e devemos ser os primeiros a desejar o debate.

Do que se trata, em definitiva? Não é de um grande problema econômico?

Se é um problema econômico, que temos diante de nós, é intuitivo que a sua solução não pode ser abandonada aos azares do retraimento passivo nem à dialética exclusiva dos fanáticos da liberdade. É por falta de coragem e de uma sã compreensão da situação que até aqui esta grande questão tem sido tão mal colocada, sustentada por uns com argumentos puramente metafísicos, e impugnada por outros com motivos egoísticos meramente individuais, que de forma alguma podem ter a força de uma razão de estado.

De um lado, estão os abolicionistas, estribados sobre o sentimentalismo retórico e armados da metafísica revolucionária, correndo após tipos abstratos para realizá-los em fórmulas sociais; de outro, estão os lavradores mudos e humilhados, na atitude de quem se reconhece culpado ou medita uma vingança inconfessável.

Nessas condições, é impossível uma solução satisfatória: o problema não está no seu terreno natural; é falsa a posição de qualquer dos grupos contendores. É preciso afastar do debate tanto a metafísica ruidosa como o surdo rancor.

Os abolicionistas têm por si uma vantagem, são os atacantes; ao passo que o papel da classe dos lavradores é o da simples defensiva. Na arte da guerra é princípio elementar que o ataque é sempre mais fácil do que a defesa. Convém não perder de vista este fato se se quer seriamente opor-lhes um dique eficaz.

Em auxílio dos atacantes atua a corrente de idéias do século atravessando todas as camadas sociais, corrente filosófica de grande força, que seria desasado desconhecer. Em auxílio dos lavradores militam irrefragáveis motivos de ordem econômica e condições sociais, que seria insensato menosprezar. Para uns não tem valor a razão de estado; para outros se apresenta como impertinente a razão filosófica. Daí o mal. Cada campo tem assim do seu lado uma meia-razão. É só na fusão dos dois pontos de vista, é só combinando a filosofia com a política, que poderemos chegar a uma transação satisfatória.

Os abolicionistas querem e pedem a discussão. É com os braços abertos que devemos aceitá-la – com uma condição apenas – é que discutamos como estadistas, e não como romancistas. É no campo da filosofia política que o debate se acha em seu legítimo lugar.

É nestas condições de espírito que pretendemos tomar a nossa posição entre os dois grupos em presença. Poderemos em mais de um ponto desgostar a ambos; mas, é nossa firme intenção procurar, por todos os meios ao nosso alcance, conciliar a ordem com o progresso.

Os Abolicionistas e a Situação do País (2)[36]

Pela boca de um dos mais influentes chefes liberais foi, há pouco, na Câmara temporária, qualificado de *desordeiro e incendiário* o grupo dos abolicionistas. Não acompanhamos o ilustre sr. Martinho Campos em sua pouco filosófica classificação. A nosso ver, foi impolítico e infeliz esse modo de proceder.

À testa dos abolicionistas acham-se eminentes espíritos e nobres caracteres, cuja lealdade para com a pátria não podemos de forma alguma pôr em estado de suspeição. Esses distintos propagandistas ultrapassam, sem dúvida, a verdade dos fatos, exagerando a justiça da causa; podem mesmo provocar no seio da sociedade um mal positivo pelas ilusões que põem em circulação e que fazem a espíritos não preparados conceber a possibilidade de se realizar já e já um ideal evidentemente impraticável.

No fundo da propaganda, porém, existe inquestionavelmente um bom grão de verdade, que devemos tomar em séria consideração. Depende da discussão fazer com que esse grão de verdade germine e frutifique em condições normais e salutares.

Não é justo acusar os chefes de um movimento pelos abusos que se possa praticar sob a sanção de uma teoria geral, que lhes serve de escudo.

Foi igualmente um erro político o não ter-se conseguido, no parlamento, as honras de uma discussão larga e franca ao projeto do ilustrado sr. Joaquim Nabuco.

---

[36] *A Província de São Paulo*, de 21 de novembro de 1880.

As discussões desta ordem, além da vantagem de esgotar o assunto e assim trazer a calma, no interior, aliviam as impaciências do estrangeiro, estabelecem o elo de simpatia para com a nossa sorte, e assim engrandecem, afinal, o país perante a opinião do exterior.

Um calculado quietismo não poderá jamais ser visto com bons olhos pelo mundo civilizado. Não é de pouca monta, como parece, a opinião que se possa fazer de nós no estrangeiro. Mais do que nenhum país, precisamos que se faça de nós bom conceito.

Até aqui não temos vivido em boa fama; a nossa colonização tem naufragado, devido em grande parte ao art. 5º. da Constituição, e, em igual parte, à presença da escravidão. Quando mesmo pouco ou nada resulte da discussão, cá dentro, o efeito, lá fora, é sempre favorável; não devemos perder de vista a fábula de La Fontaine: *de perto não é nada, mas, de longe, é alguma coisa*.

Neste sentido, o serviço prestado pelos abolicionistas é real e patriótico. Além desta vantagem psicológica, a sua insistência na discussão tem o mérito incontestável de aguçar o engenho dos lavradores, obrigando-os a prepararem-se para a transição, que evidentemente está próxima, independentemente de qualquer agitação abolicionista, e trazida simplesmente pela lei natural da morte.

Quando se conhece a população escrava e a sua mortalidade entre nós, nenhum projeto pode ser mais inofensivo do que o do sr. Joaquim Nabuco. Se não fôra a pesada e confusa disposição regulamentar de seus artigos secundários, esse projeto podia ser ou unanimemente aceito, sem o menor risco de abalo social, ou *in limine* rejeitado por inútil. A lei da morte e a lei de 28 de setembro o tornam quase totalmente sem aplicação.

É, por conseqüência, por um grande equívoco que tem-se travado uma polêmica tão azeda entre os amigos da ordem e os sectários do ilustre moço. É mais por uma preocupação teórica, mais por um terror imaginário, do que por motivos positivos de ordem social, que a oposição tem sido dirigida.

Se esse projeto tivesse sido francamente admitido à discussão no parlamento, não se teriam dado os desvios, que se estão dando em certa imprensa e nos círculos de conferência pública da Corte, onde o espírito de revolta contra o passado tem atingido as proporções de uma indignação mórbida e perigosa.

Entre os abolicionistas, é justiça, portanto, distinguir aqueles que lutam nobremente por dar ao seu ideal o apoio da legalidade, e aqueles que, sentindo-se subitamente iluminados, julgam-se apóstolos, reveladores e benfeitores da humanidade, com a autoridade absoluta para dirigir doestos e epigramas contra aqueles que não comungam com a doutrina efervescente.

Não nos devemos deixar impressionar pelas hipérboles candentes, que em todos os tempos de transição a metafísica revolucionária sói fazer desabrochar nos espíritos irrefletidos, fascinados pela beleza fictícia da virgem abstrata, que subjetivamente adoram. Não esqueçamos, porém, que devemos atenção à parte refletida e filosófica do movimento.

É a essa parte, é aos abolicionistas esclarecidos e transigentes que aqui nos dirigimos. E contra esses que vamos formular a nossa crítica, que poderá ser por vezes severa, sem jamais faltar à cortesia de que são inquestionavelmente merecedores.

Somos movidos a tomar esta atitude mais pelo desejo de formular para a classe agrícola o programa dos argumentos a seu favor, fortificando o seu direito de defesa no que tem de legítimo, do que para contrariar a marcha natural das idéias, que, em última análise, terão inevitavelmente de prevalecer para o grande benefício do país.

É no terreno científico, no próprio domínio da ciência social ou no da filosofia positiva, que a lavoura encontra o seu mais sólido apoio e a sua mais bela defesa. É só neste terreno que, com prazer e confiança, podemos sair ao encontro dos abolicionistas.

Os Abolicionistas e a Situação do País (3)[37]

É armada das leis da história que a lavoura pode resolutamente entrar em campo, para bater-se com armas iguais.

Contra os abolicionistas a sua mais forte trincheira está nos dois seguintes aforismos da política positiva:

1º. – *Toda a reforma radical e imediata é absurda*

2º. – *Não se destrói senão aquilo que se pode substituir*

É neste firme terreno especulativo, em que só tem acesso a fria razão de estado, que provocamos os ilustres chefes do movimento abolicionista. Desejamos que levantem a luva, que alarguem o mais possível a discussão e que derramem a favor da sua causa o mais deslumbrante jôrro de luz; mas impomos como condição que não abandonem a área traçada para o campo do debate, e, nestas condições, ardentemente desejamos que nos mostrem na cena da história um único exemplo de transformação social, um tanto profunda, que não tenha sido precedida por uma série mais ou menos longa de preparações correspondentes. Não há país algum, em que esse fenômeno se tenha produzido.

A marcha do espírito humano está sujeita a leis fixas e invariáveis, que não permitem saltos bruscos; a evolução social só se opera por contínuos e imperceptíveis acréscimos.

Esperar que o fundo social possa se transformar radicalmente do dia para a noite, que a sociedade se constitua perfeita segundo um tipo ideal de

[37] *A Província de São Paulo*, de 23 de novembro de 1880.

momento, equivale a exigir que o menino de hoje se transforme em homem, amanhã, sem o intermédio da adolescência.

Não há milagres em política, como não os há em domínio algum.

Está passado o reinado da metafísica, dessa fase do espírito humano em que a imaginação tinha a supremacia sobre todas as outras faculdades intelectuais, engodando facilmente o homem com a perspectiva de um poder absoluto sobre o mundo, a natureza e a sociedade.

A filosofia positiva nos couraçou contra as seduções do mundo subjetivo, ensinando-nos a conter essa forte tendência orgânica, em virtude da qual o homem é levado a fazer uma idéia exagerada sobre a sua importância e o seu poder geral.

O vício radial da metafísica consiste em encarar como sendo destituída de impulso próprio, como podendo sempre receber passivamente a direção qualquer, que o legislador, armado de uma autoridade suficiente, queira a seu grado imprimir-lhe.

A conseqüência imediata desta crença é o absoluto das concepções, que reinou outrora em todos os países – e infelizmente reina ainda entre nós – na política teórica, bem como nas soluções práticas dos problemas econômicos. Neste sistema de idéias, os remédios políticos de apresentação como uma panacéia para todos os males sociais, e a legislação torna-se naturalmente uma poli-farmácia ativa e fecunda em expedientes. O método a seguir é simples e consiste em cada um imaginar e estabelecer, a seu modo, o tipo eterno da ordem social a mais perfeita, sem ter em vista estado algum de civilização bem determinado. Não se procura saber se o tipo abstrato se adapta ou não às condições sociais presentes, não se conta com o fator concreto das circunstâncias ambientes. Pouco importa, portanto, o grau de cultura mental, a série das tradições, a índole, o caráter, os costumes do povo, suas tendências espontâneas, etc., etc.; uma vez delineado abstratamente o plano de reforma, torna-se um molde fixo, que deve ser por faz ou por nefas aplicado a uma sociedade qual-

quer ou indiferentemente a qualquer das fases da progressão dessa mesma sociedade. Em vez de partir do conhecimento exato do povo, para sobre esse conhecimento modelar a conforma da organização política, que lhe vem, parte-se da forma ideal, que se imaginou, para sujeitar a ela o povo, que não se consultou. Desta sorte, a política não é uma arte de aplicação; é um reinado de ficções, é um contínuo romance.

Em todas as suas manifestações, a metafísica é sempre a mesma e se caracteriza pela sua invariável tendência a procurar sujeitar o mundo externo ao espírito, em vez de sujeitar o espírito ao mundo externo. Na política do nosso país, com especialidade, ainda é tenaz esta tendência a inverter a ordem científica das coisas. Neste momento, aí está para exemplo essa laboriosa e fatigante reforma eleitoral, que tem consumido dois anos de gestação ministerial e que nos vai ficar pelo preço de alguns mil contos de réis, e que, entretanto, daqui a poucos anos será com certeza, encarada por todos como o simples efeito de uma miragem ontológica, um mero sonho parlamentar como todos os sonhos da política metafísica, que se assinalará pela sua completa inutilidade.

Do mesmo modo que outrora o homem acreditou que o mundo havia sido expressamente criado para servir de teatro às suas ações, e que buscou na alquimia a pedra filosofal, e na biologia a panacéia, a fonte de Juvêncio, prolongamento indefinido da vida, assim também nós procuramos, ainda hoje, converter a política em um cenário de prestidigitações, em que, por encanto, como sob o condão da vara mágica, podemos fazer surgir as transformações sociais ao agrado da nossa fantasia.

O estado, em que ainda se acha a nossa política, corresponde, com a mais perfeita analogia, ao que foi a astrologia para a astronomia, a alquimia para a química, e a panacéia para a medicina. É a imaginação, que predomina em todas as esferas, conduzindo os nossos legisladores à crença no poder ilimitado das combinações políticas para o aperfeiçoamento da ordem social. Ora, a mais leve observação do espetáculo histórico é suficiente para convencer o ho-

mem, familiarizado com os processos das ciências positivas, de que o progresso jamais está na legislação, mas, sim, no seio da própria sociedade. É o organismo social, que tira do seu próprio fundo, em todos os tempos, os elementos de sua força e de seu aperfeiçoamento; é pela ciência, é pela difusão dos conhecimentos, pela aquisição de noções fixas, que se opera o mecanismo do engrandecimento social; é a instrução que faz a sociedade, é a observação que nos mostra que quanto maior for a soma do seu saber, tanto mais enérgica será a sua atividade. Não é a sociedade que é inerte; é o papel do legislador, que é inteiramente passivo, limitando-se sua ação a sancionar simplesmente as tendências espontâneas da sociedade, no meio da qual vive. As leis as mais sábias são inteiramente sem efeito sobre um povo, que para elas não foi preparado: a imitação da constituição inglesa, a importação do parlamentarismo e de outras instituições de países adiantados, bem o provam entre nós. É realmente surpreendente que não se tenha até hoje melhor utilizado a legislação romana, para nela aprender-se o lado relativo das coisas. O espírito eminentemente positivo dos legisladores romanos se revela no modo por que consideravam a diversidade das condições sociais, adaptando a lei ao grau de cultura de cada povo, e assim dando a Roma uma legislação e às províncias mais remotas uma outra mui diferente. Entre nós, o finado senador Nabuco parece ter sido o único estadista, que se assinalou realmente pela vigorosa energia com que se assimilou esse espírito positivo dos legisladores romanos, quando propôs para Goiás, Mato Grosso e outras províncias mais atrasadas, uma legislação diversa da que tem curso na Corte e nas províncias mais adiantadas. O espírito de relatividade das coisas, tão essencial na arte de governo, e que tanto falta à generosidade dos legisladores, se traduz, entretanto, graficamente na linguagem do bom senso popular, quando vemos, por exemplo, os nossos lavradores, a propósito dos oradores abolicionistas da Corte, agitarem os ombros e dizerem sarcasticamente: "estes moços supõem que todo o Brasil está na rua do Ouvidor!" – As lições do simples bom senso nunca são para se desprezarem e muita aberração política, filosófica ou literária se evitaria, se se as ouvisse mais freqüentemente.

A verdade, de fato, é que tudo é relativo, e que o sucesso de uma reforma qualquer depende da série dos antecedentes que a prepararam e a tornaram praticável. A liberdade, como tudo o mais, é relativa à época e às circunstâncias; despida dos atavios retóricos ou metafísicos, com que a cercam os poetas e romancistas, nada mais é cientificamente do que a soma das condições, que em cada caso da história permite o desenvolvimento normal da sociedade.

Além dos limites deste quadro, não é senão uma abstração personificada, tão vazia de valor político, quão balda de significação filosófica.

Os Abolicionistas e a Situação do País (4)[38]

Se uma reforma é por sua natureza radical, segue-se implicitamente, que não pode ser imediata. A condição capital do seu sucesso está na série dos antecedentes que lhe abrem o caminho, implantando-a a pouco e pouco nos espíritos. Antes de se tornar um fato, precisa ser por muito tempo uma idéia assimilada, uma parte integrante da situação mental da época.

Se em tese geral, essa é a marcha normal, é evidente que, quando se trata de uma profunda revolução social, de caráter essencialmente econômico, as dificuldades a vencer serão simplesmente grandes. Aqui é preciso que não só os espíritos estejam emancipados dos preconceitos legados pela geração precedente e relativos, no nosso caso, à questão de classe, de sangue e de raça, como também que o cabedal material da sociedade se ache bastante extenso e assentado sobre sólidas bases, de modo a ser possível a solução a dar à questão do trabalho, ao problema da produção.

A história prova de sobejo que a realização imediata de reforma radical não faz senão perturbar a ordem, sem benefício algum para a verdadeira causa do progresso. O que é prematuro é ineficaz. Não se adiantar demais do seu tempo, é também um seguro meio de servir a ordem e o progresso.

Há uma embriologia social, como há uma embriologia anatômica. No organismo da sociedade todas as partes são solidárias em funções e desenvolvimento; o aparecimento de um órgão ou de uma função depende da existência

[38] *A Província de São Paulo*, de 24 de novembro de 1880.

prévia de um outro órgão ou de uma outra função; o crescimento total não se opera de um jato, procede por partes elementares, segundo a lei da antecedência, a conseqüência.

Procurar inverter esta marcha natural introduzindo de súbito em um dos sistemas da economia uma velocidade funcional, que não comporta a resistência do todo, é ferir de paralisia ou de morte o organismo inteiro. Quando se supõe adiantar, retrograda-se consideravelmente, perdendo um tempo precioso.

A revolução francesa de 89 aí está para nos atestar com seus formidáveis exemplos que, em fato de progresso social, não são as intensas dedicações cívicas, não são os entusiasmos generosos que fazem adiantar um passo a sociedade. Essa grande epopéia naufragou, simplesmente porque foi prematura.

Se tivesse vindo ela uma ou duas gerações mais tarde, a sua ação teria sido decisiva e definitiva.

Na sua primeira fase, o movimento foi exclusivamente dirigido por uma classe, forte pelo seu saber e sua fortuna, a burguesia.

Durante esse primeiro período, sob a constituinte e ao depois sob a legislativa, o que prevalecia era o amor à legalidade; o respeito à lei chegou mesmo a tomar as proporções de uma mania social.

Na segunda fase, a direção caindo nas mãos do proletariado, mudou-se de todo ao todo o cenário político, o movimento filosófico e social degenerou em demagogia brutal, e o alvo da revolução falhou completamente.

As classes populares não estavam preparadas para o papel do governo, e, nem bem se viram investidas da suprema soberania, que trataram imediatamente de conduzir à guilhotina os seus gigantescos libertadores.

Um a um, todos os partidos para aí foram arrastados; a revolução, bem o disse Vergniaud, como Saturno devorou seus próprios filhos; à legalidade sucedeu o regime do terror; a liberdade abstrata não se realizou; os que a sonharam e preocuparam não conseguiram senão pagar com seu sangue o sangue

que derramaram por ela nas melhores intenções, e entregaram afinal a França a todos os horrores de uma anarquia, da qual não pôde sair senão submetendo-se de corpo e alma às algemas do despotismo imperial.

Nenhuma classe lucrou; mas, quem mais perdeu foi o próprio povo, que viu cair nos campos de batalha contra a Europa dois milhões e meio de seus melhores filhos.

Da grande obra só restaram ruínas e as classes proletárias continuam a lutar para serem admitidas a ter sua parte no festim social. Por contraste, vemos que o que não pode conseguir a grande revolução, o está realizando a república conservadora de Thiers e de Gambetta, a república sem princípios absolutos, nem intransigência. E a república conservadora está caminhando desassombrada, simplesmente, porque os dois primeiros terços do século XIX lhe prepararam a senda, derramando a ciência em todas as direções.

Na primeira república dominou a metafísica; na atual domina a filosofia positiva.

É da diferença das duas sortes de mentalidade que decorre unicamente a diferença dos resultados.

A primeira é impaciente, não consulta senão seus tipos abstratos de liberdade e perfeição, só procede por golpes de teatro, enche a cena social de quadros de sensação, mas inutiliza seus esforços e anula, afinal, a sua obra.

A segunda investiga penível e conscienciosamente as condições da liberdade, da ordem e do progresso; estuda através da história as leis científicas que presidem ao desenvolvimento das nações, e, certa dos resultados que colhe, não tem impaciências nem entusiasmos súbitos, mas traça com calma e impavidez o programa do futuro, ensinando-nos que o caminho mais curto para o progresso é a evolução, por contínuos e pequenos acréscimos sucessivos, e não a revolução.

O fanatismo metafísico não permite, em política, o contentar-se com pouco; o seu moto invariável é: ou tudo ou nada. A filosofia positiva vê nesse

modo de proceder um traço característico da infância da razão humana e nos impõe o dever de lutar com energia para obter o pouco, porque com um pouco e mais um pouco se faz o muito.

Dentre as suas boas e salutares lições, a melhor e a mais salutar é, sem dúvida, essa, que diz: que toda a reforma radical e imediata é absurda; e que não se deve destruir senão aquilo que se pode substituir.

Os Abolicionistas e a Situação do País (5)[39]

Toda a reforma radical e imediata é absurda, porque uma situação social qualquer em um momento qualquer da história, é sempre o resultado de tudo quanto a procedeu.

Uma geração não pode ser responsável pelas más instituições, pelos planos políticos, pelos erros de qualquer natureza da geração que a antecedeu.

Seria pueril vexarmo-nos de uma estado social, para cuja organização não fomos consultados, para o qual não concordaremos de forma alguma, e que nos foi transmitido simplesmente como herança de uma geração anterior, herança tão inevitável e forçada com a vida, que recebemos de nossos pais.

Só o manual de civilidade do pudor metafísico pôde traçar os preceitos de um rubor social retroativo.

Em seu ardor de combate contra a sociedade atual pelo crime de uma posição econômica, que a fatalidade dos precedentes históricos unicamente lhe criou, os ilustres abolicionistas não percebem o declive, sobre o qual vão insensivelmente escorregando, ultrapassando o papel da justiça, para assumir o do lobo da fábula: "se não fostes vós, foi um dos vossos. *Ergo*, processo sumário..."

---

[39] *A Província de São Paulo*, de 25 de novembro de 1880.

O passado não se refaz, não se modifica, não se anula: por conseqüência, toda a tentativa de revolta contra ele não é política, nem filosófica.

O presente, que provém do passado e que prepara o futuro, não pode ser modificado senão nos limites da esfera de tradições, leis e costumes, que nos legou o passado, e mais ou menos nos limites do ideal que fazemos do futuro.

A atualidade representa em todos os tempos uma transação, na sua qualidade de período de transição. E, como o presente de hoje vai se tornar passado amanhã, é da maior importância que os verdadeiros amigos do progresso não se descuidem de preparar em tempo os antecedentes históricos, que terão de justificar e fazer vingar a almejada vitória futura.

Preparação psicológica, preparação econômica, tal é a fórmula científica de qualquer melhoramento social positivo, tal é o *substratum* de toda a filosofia orgânica em política.

O ponto fraco da doutrina abolicionista está precisamente no fato de não terem os seus promotores cuidado com suficiente antecedência em preparar para ela o terreno social, já prestando no campo da filosofia o concurso de suas luzes para o triunfo das idéias preliminares, que deviam conduzir ao alvo, já lutando na arena política para converter essas idéias em fatos de fecunda energia. Essa falha na doutrina é uma brecha larga e irremediável.

A abolição, para merecer o cunho de uma razão de estado, devia ser precedida, de longa data, por muitas outras reformas de intuitivo alcance, tais como a supressão da religião do estado, a grande naturalização, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a elegibilidade dos acatólicos, etc., reformas todas essas que podiam garantir-nos as simpatias da Europa e assim dirigir com maior intensidade para as nossas plagas a corrente da imigração, de que tanto precisa o país, e sem a qual é absolutamente impossível resolver-se a questão do trabalho.

Entretanto, nos anais da história pátria, não aparecem os nomes dos atuais abolicionistas figurando à frente do indispensável movimento de eman-

cipação intelectual, que conduzia direito à emancipação do corpo. Nenhum se achou no posto, nenhum saiu em seu auxílio, quando alguns raros discípulos da filosofia positiva, isolados e expostos a todos os riscos e perigos, ousavam, há cerca de 16 anos, arcar com o estado, a igreja, os preconceitos sociais e o código criminal. A propaganda filosófica não conseguiu inteiramente o seu fim; o art. 5º. da Constituição ainda continua de pé, e com ele toda a série de conseqüências, que arredam de nós a imigração. Entretanto, alguma coisa se conseguiu: a geração que vai surgindo, a nossa mocidade acadêmica, está magnificamente preparada.

Mas – é de justiça perguntarmos – durante a propaganda onde estáveis vós? O que fazieis do vosso talento e de vossa cívica dedicação? Por que não viestes engrossar a corrente de idéias, que tão naturalmente tendiam a consagrar a doutrina que, com tanto ardor, hoje, subitamente, proclamais? Quereis a abolição; mas, a abolição não é só um ato humanitário, é também um fator de perturbação contra o sistema de trabalho, tal como está instituindo entre nós, o trabalho não envolve tão somente os interesses da geração atual, envolve igualmente o do futuro.

Respeitemos, sem dúvida, os vossos sentimentos teóricos; mas, por fatalidade, no terreno prático, o coração não tem competência para esclarecer a razão. Desçamos a esse terreno prático e dizei-nos: eliminado o sistema de trabalho existente, o que nos aconselhais que ponhamos no seu lugar?

Não se destrói senão aquilo que se substitui, vós nada fizestes em nosso auxílio nesse sentido.

Vós abandonáveis, quando, ante a perspectiva de passarmos por extravagantes defendíamos um plano compacto de medidas sistemáticas; não estivestes conosco desde o começo da jornada, quando, escudados na sã filosofia social, estabelecíamos a filiação lógica dos termos da evolução, que inevitavelmente devia trazer a extinção do papel escravo na questão do trabalho; não vos achastes ao nosso lado, quando pedíamos com altos brados a instrução integral, a reorganização espiritual pela ciência; não comparecestes na arena,

quando Saldanha Marinho, o venerando chefe dos republicanos brasileiros, se imortalizava sob a bandeira da liberdade de consciência; sois, em uma palavra, os últimos vindos dessa onda de pensamento e quereis, hoje, ser os primeiros a sentar-vos à mesa do grande festim da liberdade universal?! Neste momento, em que escrevemos, não é certo que os protestantes e os positivistas brasileiros entrem no gozo da plenitude dos direitos políticos; na sua qualidade de acatólicos estão excluídos da comunhão da pátria; achando-se neste ponto em uma condição muito inferior à dos ingênuos, à dos filhos de ventre escravo; não participam da elegibilidade; nascidos no Brasil e filhos de pais brasileiros, não são, entretanto, brasileiros, em situação singular! Nem sequer sabem a que nacionalidade pertencem. Estão desclassificados, são párias... e nunca vos comovestes com a sua sorte!! Como raça filosófica, serão eles menos dignos da primeira das liberdades do que a raça africana?

Não! a lógica dos acontecimentos nos autoriza a dizer-vos: se a causa do abolicionismo ainda está tão mal amparada, com tão poucas probabilidades de sucesso, deve-o em grande parte a vós, à vossa indiferença, à vossa desídia, à vossa própria culpa. Fostes imprevidentes no passado e sois precipitados no presente.

Os Abolicionistas e a Situação do País (6)[40]

Ainda está fresca a terra, que cobre o túmulo do maior estadista que dirigiu os destinos da pátria. As coroas de saudades, que ornam o orvalhado leito do ilustre morto, não exprimem tão somente as lágrimas enxutas sobre as faces de uma raça. É de muito mais alcance a sua significação. Por maior que seja a parte do coração, é muito maior ainda a parte da fria ciência, da serena razão de estado, que, através da lápide daquele plácido sepulcro, continuará ainda por longo tempo a iluminar o espírito dos seus mais remotos sucessores.

O visconde do Rio Branco permanecerá, de fato, na nossa história, como o tipo mais eminente dos homens de estado, merecendo um lugar de honra entre os mais perfeitos das mais perfeitas nações civilizadas.

A geração de hoje deve realmente ufanar-se por ter visto surgir do seu seio um legislador daquela estatura.

Não lhe faltaram durante a vida eloqüentes testemunhos de admiração e respeito; e, depois da sua morte, terá que ser muito mais intensa a expansão dos sentimentos de veneração da pátria reconhecida.

Esse grande vulto político teve a rara ventura de ver em vida a mais franca e indisputada apoteose em torno do seu nome; e, hoje, o vazio daquela cadeira de senador, em que se sentava de envolta com a sabedoria do patriotismo e o amor da humanidade, não nos revela senão com mais força a imensa grandeza da perda que sofreu a nossa nascente ciência social. Todos o sauda-

[40] *A Província de São Paulo*, de 26 de novembro de 1880.

ram na luta e no triunfo; todos o saúdam ainda e o pranteam na morte. Diante do seu túmulo se inclinam reverentes a justiça, a indústria e a ciência.

Em que consistiu, entretanto, a operação social, que conduziu esse mortal excepcional ao panteon da nossa história?

Trata-se de uma operação de duplo caráter: eram a civilização, de um lado, e a situação econômica do país, de outro, que exigiam ambas uma igual parte de satisfação. Era o difícil problema da conciliação da ordem com o progresso que reclamava solução.

A causa da civilização se impunha por si: o grau de ilustração e os sentimentos morais de todo o país pensavam na balança a seu favor. Mas, a causa dos interesses materiais, a da situação econômica, em cujo seio está também, em última análise, a base fundamental da civilização futura, como satisfazê-la, como fazê-la vingar, sem abalar os fundamentos dessa ordem salutar, donde emanam todos os progressos reais?

A reforma a operar era de caráter radical: a sua essência consistia na passagem de um regime de trabalho a um outro inteiramente novo. A transformação era profunda; era a incorporação no seio da sociedade de uma classe, de uma raça, que até aqui estava apenas acampada ao nosso lado.

O eminente estadista, discernindo em um profundo lance de vista o ponto capital da situação, deu nobremente à questão o único desenlace positivo, que o patriotismo e a verdadeira teoria do progresso podiam aconselhar. Emancipar o ventre proletário, estancou a fonte da escravidão.

A reforma era por sua natureza radical; não podia, portanto, ser imediata a sua execução. Se fora imediata, estava abalada a ordem social e, abalada a ordem social, estava comprometido o progresso e nulificada a obra da civilização.

Eis a largos traços o quadro da operação que arrancou os aplausos do patriotismo e as bênçãos da humanidade.

Se esses aplausos foram sinceros, se essas bênçãos foram merecidas, o que significa, hoje, essa explosão de entusiasmos abolicionistas sobre as cinzas ainda quentes do grande vulto, que o país inteiro endeusou?

Ou a obra foi realmente fecunda, e, nesse caso, não devemos intempestivamente perturbá-la, interrompendo o seu curso de benéficos efeitos; ou, então, foi medíocre e imprestável e, nesse caso, é condenável a consagração, que recebeu dentro e fora do país.

Se a passagem do Rio Branco no poder marcou efetivamente uma época memorável nos anais da história pátria, a atual agitação abolicionista não pode evidentemente aí figurar senão como uma tentativa de anihilação na sua legítima glória. Não decorreu ainda o tempo indispensável para [que] a regeneração social, que essa obra garante, manifeste os seus frutos: procurar inutilizá-la, negando-lhe o fator tempo, nada mais é, de fato, do que tentar ofuscá-la, sem que se possa justificar a tentativa de eclipse por motivos tomados na só ciência social.

Bem sabemos que o espetáculo de louros colhidos provoca fortes tentações de também colhê-los; e a vereda aberta nesse sentido é bem própria para fascinar pelas comoventes perspectivas que apresenta.

O segredo do eminente estadista consistiu unicamente na habilidade com que conciliou a ordem com o progresso.

Sigam os abolicionistas essa vereda e ter-nos-ão completamente do seu lado, do mesmo modo que estivemos com Rio Branco, quando a sua reforma era apenas uma idéia.

Não era difícil encontrar na lei de 28 de setembro uma lacuna, que com urgência era preciso preencher. Essa lei, que tão bem garante as necessidades econômicas do presente, não atendeu completamente às do futuro: não consagrou certas medidas complementares, que o seu alvo patriótico logicamente exigia. Proclamado livre o ventre proletário, a idéia da colonização se impunha como a primeira das necessidades sociais. Mas, a colonização não virá sem a

abolição da religião de estado, sem a grande naturalização, sem o casamento civil e outras reformas semelhantes. A tarefa mais ardente do presente não pode senão consistir em pedir essas medidas com tenacidade, com encarniçamento mesmo. Obtidas elas, a causa do abolicionismo pode julgar-se triunfante: sem elas, a propaganda não penetrará nas classes interessadas, porque essas classes, fortes do seu bom senso e do conhecimento real das coisas e das circunstâncias, não podem compreender que se destrua aquilo que, na atualidade, não podemos substituir.

Os Abolicionistas e a Situação do País (7)[41]

A argumentação abolicionista até aqui peca pelo lado do patético. A declamação é um sintoma de fraqueza. O sentimentalismo, como arma de guerra, é recurso só próprio da metafísica, e esta é radicalmente impotente para o papel orgânico da direção social. Não é bastante derribar, é preciso reconstruir. Não é difícil destruir o que está feito; o difícil é edificar sobre as ruínas da demolição. O visconde do Rio Branco não se desfez em efusões, nunca recorreu ao plangente, quando procurou dotar o país com uma reforma salutar; guardou invariavelmente o ponto de vista da razão de Estado, manteve-se firme no seu posto de estadista.

Não é de boa guerra abusar desse recurso, porque com facilidade os adversários podem lançar mão da mesma arma. Com um pouco de imaginação, não custa, de fato, fazer-se uma pintura comovente e traçar o quadro palpitante das desgraças sociais amontoadas sobre a pátria pela deslocação de uma horda de invasores cafres, tumultuariamente precipitados no seio da família brasileira. Sem deixar mesmo o terreno do romance, a imaginação tem belo jogo para com vantagem opor à *Cabana do Pai Tomás* o encantador *Paulo e Virgínia*, e esse incomparável monumento da literatura francesa, em que Bernardin de S. Pierre – cuja delicadeza de sentimentos não pode por certo ser suspeita – não se vexou de nos pintar com toda elegância do seu estilo, o modo por que a escravidão se pode afetuosamente conciliar com o exercício doméstico da liberdade.

[41] *A Província de São Paulo*, de 27 de novembro de 1880.

Por quantos livres proletários não tem sido enverdaga a sorte dos pretos Domingos e Maria! Como arma de propaganda achamos mais eficaz *as vítimas algozes* do sr. De Macedo, infelizmente tão pouco lido.

Além de que o estado de escravidão se apresenta na história com um caráter de universalidade, bem própria para anular a eficácia dos *universaes* metafísicos, acresce que mesmo na atualidade não faltam sofríveis exemplos para fortalecer o *statu quo* das nossas classes interessadas.

A França republicana está, neste momento, escravizando os pretos do norte da África, que lhe embaraçavam o traçado de um caminho de ferro atualmente em construção.

Ao comunicar oficialmente este fato, o ministro da guerra, do ministério transato, não ouviu sequer um protesto, quer do corpo legislativo, quer do senado, quer da imprensa inglesa ou européia. O fato passou como a coisa mais natural do mundo. É que lá todos compreendem a relatividade das coisas, ninguém põe em dúvida os sentimentos generosos da França; todos sabem que no humanitário empenho de civilizar a África nenhum país lhe leva a precedência, e que, portanto, contra a força dos princípios só a força das circunstâncias lhe poderia ditar uma semelhante linha de conduta. E, seja dito por incidência, o modo por que a África tem correspondido às nobres tentativas da última grande cruzada européia a favor de sua civilização, os massacres contínuos das comissões científicas, os perigos e obstáculos de todas a sorte levantados aos exploradores de suas inóspitas regiões, são bem capazes de provocar breve uma triste reação.

Não é, portanto, nesta direção que a causa do abolicionismo conseguirá encontrar uma suficiente firmeza de terreno sob seus pés.

Os erros em reforma social derivam dos erros em filosofia. Nas ciências não há princípios absolutos: o bom, o belo e o justo são tão relativos como os graus da civilização que os apresentam nos diversos períodos da história. Na estréia da civilização tudo é rudimentar, tudo é tosco, imperfeito, brutal. À me-

dida que o cabedal material se estende, que os capitais sociais se acumulam, a primitiva rudeza da vida se apaga, os costumes se adoçam, o gosto pelas artes se refinam. Isto é elementar na história da civilização. O *Contrato Social*, em que a hipocondria do famoso cidadão de Genebra consagra um pretendido estado de natureza e coloca a perfeição social no extremo passado, é o equivalente metafísico da lenda bíblica do paraíso. O direito natural, segundo nos informa a pré-história é o exercício sem freio da primitiva ferocidade animal do homem: basear a defesa no direito natural é tomar por escudo uma teia de aranha. As concepções absolutistas não encontram apoio em domínio algum: em filosofia conduzem ao absolutismo dos sistemas, e, em política ao despotismo o mais desbragado, quer em nome da liberdade, quer não. Foi em nome da liberdade que Robespierre exerceu continuamente a sua sangrenta tirania, e a exerceu nas melhores intenções. Robespierre não era um hipócrita, era um discípulo convencido de J. J. Rousseau, um fanático do direito natural. Vai nisto simplesmente um aviso às boas intenções que não consultam a realidade das coisas sociais, e, no ardor das reformas, não distingue muitas vezes o bem imaginário do mal positivo que causam aos contemporâneos.

Nesta ordem de idéias, vemos que os ilustres abolicionistas, na louvável intenção de erguer o país aos olhos do estrangeiro, estão, entretanto, inflingindo-lhe uma grande mácula imerecida, pelo modo por que representam em seus tocantes quadros a nossa grande classe de lavradores. A ser exata a pintura, a agricultura nacional nada mais é do que o vasto teatro em que se exerce a mais ilimitada tirania. Ora, nada pode ser mais injusto; nada revela tanto o pouco conhecimento do estado real das coisas do país.

Esse modo de ver provém unicamente de uma ilusão de psicologia, em que laboram os propagandistas. A idéia humanitária que motiva a reforma proposta não é a propriedade de um grupo isolado de indivíduos.

Uma idéia não é jamais um produto individual, é sempre o resultado da cooperação social, é um produto da ação coletiva.

A idéia, portanto, é inconcebível atribuindo-se à sociedade sentimentos hostis de pura inclemência.

Os Abolicionistas e a Situação do País (8)[42]

Não é procurando mover à piedade, nem apelando para os sentimentos generosos do país que os abolicionistas conseguiram abrir caminho à sua bandeira. Esse expediente é antes um irritante por sua inoportunidade. Em definitiva, a preponderância da raça ariana é fundada sobre condições naturais, que seria fútil contestar: se sociologicamente a sua posição é superior, se ele é quem governa, é porque com ela estão a inteligência e o saber, é porque às suas mãos está confiado o fio das tradições históricas da evolução humana, é porque é ela quem mantém aceso o archote da civilização.

Estas vantagens de raça e de evolução são elementos positivos de força, e nenhuma argumentação pode destruir. A ciência não pôde ainda determinar experimentalmente se as forças mentais do cérebro africano, submetidas às mesmas influências do mesmo ambiente social, em completa igualdade de circunstâncias, podem ou não apresentar os mesmos resultados intelectuais e morais que as do cérebro do ariano.

Que se note bem, dizemos *ariano* e não *branco*: a cor por si só não é característica de superioridade antropológica. E o que complica singularmente o problema é que na África existe um grande número de populações mui diversas entre si, sob o ponto de vista das aptidões mentais, embora apresentem em comum o pigmento preto do dermecutâneo.

---

42 *A Província de São Paulo*, de 28 de novembro de 1880.

Entre elas, há uma, a raça abissínica, que se distingue de todas as mais pela sua eminente inteligência; e, o que é curioso, é que a conformação do seu crânio é exatamente modelada pela do crânio causásico: mesma dolicocefalia, mesmo ângulo facial, mesma massa e estrutura da substância cerebral. É, pois, com razão que os naturalistas incluem esta população na raça branca, apesar de ser ela de uma cor extraordinariamente preta.

Desta raça superior vieram para cá alguns representantes –nobres vítimas, dignas de melhor sorte – e aqui e acolá não é difícil reconhecer os seus descendentes, que são, felizmente, em mais pequeno número. O que constitui, porém, o grosso da nossa população escrava é o contingente das outras populações, caracterizadas todas anatomicamente pela sua menor massa de substância cerebral; e esta condição anatômica de inferioridade é bem própria para abrandar os rancores abolicionistas contra a parte da sociedade, que tem por si a vantagem efetiva da superioridade intelectual.

Ao depois, se há um país, em que os preconceitos sociais de raça apresentam o seu mínimo de intensidade, é por certo o nosso; neste ponto nada temos a invejar aos outros; os nossos únicos brasões são a virtude e o saber.

Podemos e devemos condenar a escravidão, mas de um ponto de vista mui diverso.

A condenamos, não tanto pelo pretendido mal, que inflingimos, à raça, que nos serve, como pelo positivo mal que essa instituição nos causa a nós, aos nossos costumes, à nossa vida doméstica, ao nosso caráter social, ao movimento ascendente da nossa civilização. É nessa instituição que está o principal segredo do nosso atraso, da nossa impotência, da completa inutilidade dos nossos esforços em qualquer direção.

Essa instituição merece ser execrada, porque o seu primeiro efeito por aviltar entre nós o trabalho, tornando assim quase impossível o estabelecimento ulterior de uma nova era social.

Devemos abominar essa instituição, porque as condições, que a secundam, fazem de todos nós os escravos dos nossos escravos. É uma instituição,

que vicia desde o berço a nossa educação; que imprime em todos os nossos atos, desde o círculo da família até as mais altas esferas da administração do estado, o cunho da hereditariedade ditatorial. Somos *senhores*, somos reis nominais! Mas, não tempos paz, não temos quietação de espírito, não temos lazeres – esses inestimáveis lazeres da civilização – que só permitem a elaboração das ciências e o desabrochamento das artes. As nossas forças intelectuais, as nossas energias morais, os nossos esforços, toda a nossa atenção, se gastam e se exaurem diariamente em uma infinidade de futilidades, que exasperam o sistema nervoso e o lançam em um estado crônico de impaciência, que é a negação de toda a meditação, de todo o progresso. No próprio entusiasmo abolicionista por um desfecho radical e imediato é bem visível a marca dessa patológica impaciência de origem escravagista.

Estamos todos de acordo para proclamar com[o] o nosso maior benfeitor o homem que puder libertar-nos deste maldito flagelo.

A perspectiva, que nos oferece a propaganda abolicionista, não tem soluções, porque não nos garante melhores condições sociais depois da crise. O *negro*, o nosso clássico negro, continuará como dantes a ser o agente do nosso progresso... o algoz do nosso sossego, da nossa civilização. A liberdade que se lhe quer dar, e que vai ser um instrumento inteiramente inútil entre as suas mãos, simplesmente servirá para nos aumentar a impaciência, sem compensação correspondente para a causa do progresso. Apenas a indisciplina aumentará, sem que o trabalho se enobreça.

Já refletiram por acaso os abolicionistas no destino a dar a essa onda negra, que vem despejar no seio da sociedade uma horda de homens semibárbaros, sem direção, sem alvo social, sem pecúlio, e, o que é mais aflitivo ainda, em uma idade que não permite mais refazer sua educação?

Deixá-los-ão entregues a si sós, aos azares da sorte, na miserável posição em que saem do cativeiro?

Contentar-se-ão com as abstrações metafísicas e viverão eles só com a palavra mágica *liberdade*?

Não poderiam as forças conservatrizes da sociedade trazer uma reação e tornar a condição deles pior do que dantes? Em uma palavra, do momento que tiverdes licenciado essa massa de homens estranhos à direção da nossa vida social, o que pretendeis fazer quer em benefício deles, quer para garantir a civilização futura, cuja guarda está hoje confiada à nossa sociedade?

Os Abolicionistas e a Situação do País (9)[43]

A oposição por parte da classe agrícola e da sociedade em geral não é movida tão somente pela consideração dos prejuízos materiais, que possam sofrer: o que apavora todas as imaginações e abala mesmo os mais fortes caracteres é a perspectiva do informe caos em que se seria bruscamente precipitada toda a nossa civilização. Quebrado o molde social, pulverizados todos os elementos deste todo heterogêneo, que constitui a nação brasileira, nos acharíamos em pior situação do que aquela em que se achou a Europa no começo da idade média. Teríamos de atravessar a mesma hora escura, teríamos de assistir ao apagamento de todas as luzes, com que o século nos iluminava até aqui. A resistência, portanto, contra a reforma proposta, assenta sobre motivos positivos que só se inspira na contemplação de interesses morais de uma ordem superior.

Em última análise, o problema da abolição se reduz a estes termos: convém abalar já e já a ordem social e sacrificar a civilização futura aos ditames da delicadeza moderna, para salvarmos os nossos foros de povo ao nível da civilização atual, ou será mais consentâneo com os sãos princípios da ciência social contemporizar com o atual estado de coisas, detestável mesmo como é, para salvarmos os interesses da civilização futura? A solução, que se procura, versa, de fato, sobre a escolha entre duas civilizações.

---

[43] *A Província de São Paulo*, de 30 de novembro de 1880.

Do ponto de vista, em que nos colocamos, encarando as coisas sob a inspiração exclusiva da razão de estado, pronunciamo-nos francamente pela preferência a dar à civilização futura. A evolução é um dever social.

Temos assim combatido largamente as afirmações, como as negações, da filosofia abolicionista. Não terminaremos, entretanto, sem dizer duas palavras sobre o projeto do ilustrado sr. Joaquim Nabuco que tão mal interpretado tem sido geralmente, a começar pelos seus colegas do parlamento.

Aproveitamos aqui a ocasião para render homenagem ao mérito real desse talentoso moço que tão brilhantemente mantém a herança intelectual, que lhe legou seu eminente pai.

Nesse projeto não vemos o menor traço do espírito revolucionário; pelo contrário, o saudamos pelo seu tom de moderação e pela sua manifesta tendência a conciliar a ordem com o progresso. A surpresa, que causou, provém, não do caráter das idéias aí contidas, mas, sim, do terror de se ver agitar uma questão que se supunha definitivamente liquidada com a lei de 28 de setembro.

Sustentamos que há nesse projeto uma idéia eminentemente positiva e fecunda, que devemos aproveitar, idéia de natureza tão conservadora, que, se fosse posta hoje em execução, poderia amanhã ser atacada pelos verdadeiros revolucionários como retrógrada e inimiga da liberdade do gênero humano.

O sr. Joaquim Nabuco consagra em seu projeto a instituição dos servos da gleba!

Ora, esta instituição é tão natural, tão de acordo com as exigências da marcha da civilização, que a vemos se reproduzir na história dos países mais diversos, ocupando invariavelmente o lugar entre a escravidão antiga e a plena liberdade dos tempos modernos. É uma ponte de transição, é um indispensável período de preparação para o exercício ulterior dos direitos do homem livre. Ousamos mesmo dizer que uma lei neste sentido seria mais compreensiva, mais benéfica do que a de 28 de setembro: a seu favor a experiência dos outros países, tem marca um passo mais graduado na evolução, está na plena linha da histó-

ria. A instituição dos ingênuos pode tornar-se uma arma de dois gumes: bem educados, serão excelentes cidadãos; mal educados, serão tão ruins como seus pais. Estamos todos de acordo para reprovar qualquer reforma radical e imediata; dizemos todos que o escravo é um homem ignorante, que o homem ignorante é uma criança e que toda criança usará da liberdade como de uma arma perigosa. Ora, a *servagem* não é reforma radical nem brusca; é uma progressão insensível, uma simples escola preparatória, em que se conserva parte do regime antigo e se introduz parte do espírito novo. É muito mais prudente adotar-se este plano do que aguardar a incógnita da última hora.

Sem querer entrar no histórico deste regime intermediário, característico da idade média (a fase que atravessamos é uma verdadeira idade média) lembrarei apenas que a Rússia conservou até há poucos anos, a instituição dos servos da gleba, e que a França só a aboliu sob a revolução de 89. A escravidão conservou-se sob o cristianismo na Europa até o século XII; abolida pelo papa Alexandre III, foi substituída pela servidão. Esta fase é tão importante que, na teoria positiva da evolução humana, o progresso se define: esse movimento ascendente, que eleva gradualmente o homem do estado de selvageria primitiva ao de escravidão, do de escravidão ao de servidão e do de servidão ao de plena posse de si mesmo.

Ainda, uma vez o repetimos, é realmente para deplorar que o projeto do ilustrado sr. Joaquim Nabuco não tenha recebido as honras de uma discussão franca no parlamento. No correr do debate, muitas emendas se lhe poderia fazer; muito melhoramento se poderia introduzir na sua redação: mas, o seu espírito fundamental podia ser conservado com incontestável para a ordem e o progresso. Não é a abolicionistas desta ordem que a filosofia positiva negará o seu apoio.

Não há contradição entre a nossa conclusão e as nossas premissas: é preciso encarar a situação com sangue frio, de ânimo desprevenido; o medo é mau conselheiro. Dissemos ao começar que, no fundo da propaganda abolici-

onista, havia um bom grão de verdade: é esse grão de verdade que julgamos do nosso dever aqui levantar, para não faltarmos aos ditames da justiça social.

AINDA OS ABOLICIONISTAS (1)[44]

Era nossa intenção não aceitar a discussão senão no terreno da ciência, provocando os adversários a um debate calmo, digno e solene. Neste propósito, atiramos francamente a luta. Mas, quando esperávamos que se a levantasse no terreno proposto, não vimos senão transplantar-se da Corte para São Paulo a mesma efervescência doutrinária, que lá faz as delícias de um público especial.

Por mais desagradável que seja a tarefa, vimos mais uma vez tentar o restabelecimento da questão em seus verdadeiros termos.

Em nosso artigos anteriores combatemos a metafísica, como a temos combatido constantemente em outros assuntos e como a combateremos sempre no futuro.

Por mais momentosa, por mais justa mesmo que seja a causa abolicionistas, não nos era permitido abrir para ela uma exceção. A escola, que seguimos, mostra-nos, com os exemplos do espetáculo histórico, o perigo das soluções metafísicas para todo e qualquer problema social; estamos profundamente convencidos de que o papel da metafísica se limita à crítica, à negação, à demolição, do mesmo modo que estamos convencidos de que o trabalho da reconstrução social pertence exclusivamente ao espírito positivo.

Poderosa para destruir, a metafísica mostra em todos os tempos a sua radical impotência para reedificar. Hábil em manejar os recursos da lógica dos sentimentos, falta-lhe completamente o senso prático das reformas sociais.

---

[44] *A Província de São Paulo*, de 22 de dezembro de 1880.

Sentindo mais do que pensando, parece-lhe singular que a sociedade resista em aceitar o vácuo, que propõe sob as flores de uma guindada retórica.

No atual debate, que ocupa a atenção pública, temos mais uma vez a ocasião de verificar que a sua preocupação exclusiva é a destruição pura e simples da ordem social estabelecida, sem o menor escrúpulo, quanto ao que poderá seguir-se depois de consumada a obra da demolição. Negação ardente de todos os princípios pré-estabelecidos, ataque direto às instituições existentes, e silêncio absoluto quanto à nova ordem de coisas a criar-se.

Invoca-se a lógica, sempre a lógica dos sentimentos; toda a propaganda incessante, urgente, absorvente de lógica passional; a lógica é posta ao serviço dos princípios absolutos e das sonoras abstrações que prolificam no campo da metafísica, quando se trata especialmente de render culto a esta tão popular palavra "liberdade".

Como já tantas vezes temos repetido, a filosofia positiva não tem princípios absolutos em domínio algum da especulação humana, e o seu critério é sempre relativo às épocas e às circunstâncias.

Esta nossa filosofia não estranha, portanto, que em diversos países ou em diversos períodos da história, os mesmos princípios se apresentam desfigurados, desautorados ou tomados em sentido oposto; não exclama amargurada como Pascal; "verdade aquém dos Pirineus, erro além!" Não perde um tempo inútil em gemer sobre as imperfeições sociais inevitáveis; estuda as condições do bem, sem amaldiçoar retoricamente o mal; e só absolve ou condena segundo a soma do saber e do poder material de cada época.

Nestas disposições mentais, ela vê apresentar-se no passado a escravidão como uma instituição universal, que se reproduz fatalmente em todos os países. Indagando da razão deste grande fato histórico, percebe que esta instituição indica um passo considerável na marcha da evolução humana e marca um progresso real relativamente a uma fase anterior da civilização, em que, em virtude de possíveis condições materiais, cada guerra entre dois povos vizinhos

ou cada rixa entre duas tribos da mesma raça se terminavam forçosamente pelo extermínio geral dos vencidos, pela matança dos prisioneiros.

O homem, como já tivemos ocasião de dizer, não fez a sua estréia no mundo pelo paraíso, nem pelo contrato social de Rousseau: a sua estréia foi a de um animal carnívoro, e dos mais temíveis; e é à sua qualidade de primeiro dos carnívoros que deve ele a sua supremacia no mundo. Estas palavras podem soar mal a ouvidos não habituados ao rigor científico: para todos aqueles familiarizados com os depoimentos da pré-história e da antropologia, é essa, entretanto, uma verdade elementar. E a propósito de pré-história, seja-nos aqui permitida uma curta digressão.

No extrato da 20ª conferência abolicionista, da qual foi orador o dr. Vicente de Souza, publicado na *Gazeta da Tarde* e daí transcrito, a pedido do cidadão Luiz Gama, nas colunas desta folha, destaca-se o seguinte notável trecho: "Irrecusavelmente o benemérito Partido Abolicionista está dando ao povo brasileiro os elementos de uma civilização nova; como os civilizadores da Grécia *pré-histórica* está empregando a eloqüência, a poesia e a música para preparar esta nacionalidade para um grande futuro de Paz, de Liberdade, de Igualdade e de Fraternidade".

Queremos crer que o qualificativo "pré-histórica" foi aí empregado simplesmente como uma peça sonora para o efeito bombástico; porquanto, podemos garantir que o autor dessas linhas jamais abriu um livro de pré-história. Esse trecho nos dá, entre muitos outros, a justa medida do estado intelectual do público que alimenta as conferências.

Nesta marcha, dentro em breve os nossos abolicionistas descobrirão que a divisa: *liberdade, igualdade e fraternidade* foi gravada pela própria mão do *bom Deus*, no *Pão de Açúcar* ou no *Corcovado*, muito antes da criação do mundo...

Sempre o Contrato Social, de Rousseau; sempre a mesma tendência da metafísica para colocar a perfeição social no extremo passado! Quando só olhamos para diante, os nossos abolicionistas só olham para trás.

Segundo a verdadeira pré-história, um dos mais belos e positivos ramos das ciências naturais, a humanidade inteira foi antropófaga. Não podia ser de outro modo: urgido pela fome e colocado na dura alternativa ou de ser comido ou de comer o seu semelhante, o homem, todas as vezes que o pôde, preferiu este último alvitre. Do momento, porém, que as condições da existência material melhoraram, que a fome não exerceu mais seu império inclemente, que o instinto de conservação pode ser satisfeito sem o sacrifício da carne humana, o homem percebeu imediatamente o partido, que podia tirar dos seus vencidos e fê-los servir para o aperfeiçoamento e consolidação da sua existência material. A matança foi substituída pela escravidão. Entre uma e outra a distância na história é grande. Foi o primeiro grande passo na senda do progresso. Sob a escravidão repousou toda a civilização da Grécia e Roma; sem ela não teria sido possível a especialização das armas. Sem estas a independência do território grego estava entregue à discrição da Ásia bárbara; não teriam sido possíveis os Leônidas e os Temístocles, as Termópilas e Salamina; não haveria, em resumo, um pedestal seguro para o civismo de Esparta e a evolução estética de Atenas. Do mesmo modo, sem a escravidão, não teria sido possível o papel social e civilizador de Roma; não existiria a unidade; e, sem a civilização de Roma e Grécia a mais profunda barbária envolveria ainda hoje o globo.

Desta sorte vemos que a escravidão foi o instrumento natural, que a humanidade por toda a parte empregou para naturalizar a ferocidade primitiva do homem. Em outros termos, a civilização surgiu do seio da escravidão, e, sem a escravidão, seríamos todos, ainda hoje, não só escravos, mas bárbaros antropófagos. Podemos lastimar que assim se tenham passado as coisas; podemos deplorar estas tristes condições do desenvolvimento humano; mas, a ninguém é permitido negar que tal tenha sido a marcha do progresso: contestar o fato seria recusar os testemunhos convergentes da pré-história e da história.

Mas, se assim é, condenar hoje em absoluto a escravidão como um crime abominável e, ao mesmo tempo partilhar de todos os benefícios da civilização, equivale a reprovar o crime e ao mesmo tempo ser cúmplice no crime. O

que fazer para salvar a lógica? Sacudir o pó da civilização e voltarmos resolutamente ao estado primitivo, como aconselhava Rousseau? Mas, o estado primitivo está no extremo passado e, no extremo passado se ergue em primeiro plano a ferocidade do canibal, e, em segundo, essa hedionda escravidão que se detesta e da qual queríamos precisamente fugir. Onde, pois, o refúgio, onde a salvação da lógica? Como evitar a mácula que nos infringe o princípio absoluto? Ou, o princípio absoluto é verdadeiro e, nesse caso, é um dever renegar a civilização e renunciar a todos as suas vantagens, ou a civilização é uma grande conquista moral, e, nesse caso, o princípio absoluto não tem senso comum. Eis a que conduz o método da metafísica.

A filosofia positiva, que não tem princípio absolutos, não tem também destas acabrunhadoras situações lógicas. Perante o seu critério, a escravidão pode ser condenável ou legítima segundo a soma do saber e do poder material de cada época.

Para ela, já o dissemos, a liberdade nada mais é do que a soma das condições que, em cada fase da história, permitem o desenvolvimento normal da sociedade. Em outros termos, a liberdade, como tudo o mais, é relativa à época e às circunstâncias. Ora, dos extensos limites deste quadro, não encontrarão os abolicionistas campo mais vasto para fazerem valer os argumentos positivos a favor da sua causa?

Segundo a nossa definição, a liberdade é um fenômeno, que se produz invariavelmente no ambiente social, todas as vezes que as condições favoráveis de sua produção foram preenchidas. As condições essenciais são a soma do saber, o grau de potência material ou o capital social. Formulada a questão nestes termos, torna-se evidente que o problema da liberdade se reduz, em última análise, a uma questão de economia política e de ciência social aplicada. Por conseqüência é sobre este terreno que deve rolar toda a discussão.

Será muito exigir ou pedir aos abolicionistas que nos auxiliem com suas luzes e nos esclareçam sobre o estado real das nossas condições econômi-

cas, e nos convençam da possibilidade de tentarmos um passo na vereda proposta, sem perigoso abalo social, sem suicídio? Sabemos pela história que a abolição da escravidão marcou sempre um grande progresso real: sabemos mais que nenhum país se arrependeu de ter dado esse passo.

É perfeitamente possível que estejamos em erro, exagerando o estado precário e deprimindo o alcance do nosso poder material em geral. É ainda perfeitamente possível que a abolição imediata traga já e já para a sociedade grandes vantagens reais. Mas, não poderão os abolicionistas elucidar esta questão e desvencilhar a verdade, sem formular um libelo acusatório e injurioso contra a sociedade, sem lhe lançar com insensato azedume em rosto, como se um crime fora, uma situação infeliz e cheia de perigos, situação pela qual tem passado a melhor porção da humanidade? Será sacrifício sobre-humano concorrer com dados estatísticos, demográficos, psicológicos para a solução da questão? Não será muito mais consentaneo com a prudência e mais profícuo para a verdadeira causa do progresso rasgar uma aberta, neste sentido, do que lançar aos quatro ventos do horizonte centelhas incandescentes, que ou podem atear um incêndio ou acarretar uma repressão da mais legítima das liberdades públicas?

AINDA OS ABOLICIONISTAS (2)[45]

Em um dos nossos artigos anteriores dissemos: podemos e devemos condenar a escravidão, não tanto pelo pretendido mal, que inflingimos à raça que nos serve, como pelo positivo mal, que essa instituição nos causa a nós, à nossa educação, ao progresso da nossa civilização.

O ponto de vista metafísico, absoluto e contraditório, não se inspirando na experiência da história, nem consultando as condições do bem possível a realizar no presente, conduz logicamente ao aniquilamento social, ao suicídio em massa.

O ponto de vista positivo, relativo e conseqüente, só se inspirando nas leis naturais do desenvolvimento histórico e mui pouco disposto a se deixar impressionar pelos quadros de sensação ou pelas plangências a Jeremias, impõe terminantemente à sociedade a vida e a conservação como um dever, ao mesmo tempo que, de sangue frio, indaga do progresso possível a realizar de acordo com os interesses gerais da ordem social.

Para a metafísica, o supremo ideal é a "liberdade", a liberdade absoluta abstrata, incondicional, universal.

Para a filosofia positiva, que nada mais é em definitiva do que a sistematização do simples bom senso, a liberdade é uma função que depende da vida e que, por conseqüência, não pode preceder, mas só ir depois da vida social

[45] *A Província de São Paulo*, de 23 de dezembro de 1880.

bem garantida. Só a metafísica pode pretender fazer obra meritória, concedendo a liberdade abstrata a um povo morto.

Se os senhores abolicionistas quisessem por um instante se colocar sob o ponto de vista da relatividade das coisas compreenderiam imediatamente como a escravidão pode ser ao mesmo tempo um mal necessário e um bem relativo.

É um mal necessário para nós, os descendentes do tronco europeu, que nos achamos deslocados da linha da evolução da parte mais adiantada da humanidade. É um mal positivo para nós, que cortamos o fio das tradições históricas da mais lata civilização do mundo para recuarmos muitos séculos atrás, enxertando a África em um ramo da Europa e fusionando a nossa mentalidade com a mentalidade africana.

Os abolicionistas se indignam por nos acharmos a cavalo sobre o negro. Mas, a nossa desgraça está precisamente em nos acharmos condenados a não poder ter outro cavalo senão esse. Dêem-nos outro melhor, menos *empacador* e menos manhoso, e iremos ao encontro desse melhor. É esse melhor que queremos e procuramos; e, em vez de nos auxiliarem, são os abolicionistas que nos contrariam, invocando o bom Deus, que fez o art. 5º. da constituição, o qual artigo afugenta a emigração, que só poderia nos apear do lerdo cavalo, que até aqui montamos.

Mas, se a escravidão foi um mal positivo, para os descendentes do tronco europeu, foi incontestavelmente um grande bem relativo para os infelizes filhos da bárbara África. É aqui que o ponto de vista da relatividade das coisas aparece em todo o seu dia, patenteando a imensa superioridade de sua base filosófica.

Se os abolicionistas não o sabem, nós lhes faremos saber que não há paralelo possível entre a situação inclemente, em que se achavam os africanos em sua terra natal, e a que lhes foi feita pela *violência* da civilização européia. O primeiro resultado da sua transplantação forçada para cá foi a segurança da vida, que se lhes garantiu. É pueril a objeção puramente nevropática, que é

preferível a morte à escravidão. Essa objeção seria aceitável, se nos provasse que os africanos em seu país natal são livres. Ora, por desgraça, sabemos que o contrário é que é a medonha verdade. Todos os viajantes que percorreram a África são unânimes em nos descrever as miseráveis e precárias condições de existência daquelas tristes populações; as suas obras estão ao alcance de todos; não custa consultar os Speke, os Burton, os Barth, os Livingstone, os Cameron, os Schweinfurth, os Silva Pinto, os Maffat e tantos outros, inclusive *as Cinco semanas em balão*, de Julio Verne. Mesmo os mais benignos, como Henry Stanley e Hartmann, nos enchem de horror ao dar-nos a relação da tirania bárbara e antropófaga dos Dahomeis, dos Niam-Niams e dos Tanganicas.

Os ritos funerários, as caçadas de homens, os sacrifícios de carne humana são uma instituição sagrada e um divertimento nas mãos dos dépotas Ashantis, Pahuins e Vouregas da Lonalaba. Para acalmar as dores de parto de uma rainha ou para conjurar o ominoso *quebranto* do pio de um mocho ou de uma entanha, ai se faz correr o sangue de trezentas ou quinhentas vítimas, com a mesma facilidade com que nós receitamos uma dose de cloral ou de centeio espigado. A África central em sua maior extensão apresenta ao viajante o espetáculo do mais atroz canibalismo. Por toda a parte não encontramos senão a mais sanguinária tirania, a mais requintada mavadez. Não temos aqui espaço nem tempo para dar, nem mesmo em apertado resumo, a enumeração das mais simples barbaridades que se cometem naquele pretendido país de liberdade. Ao serem transportados para aqui, os africanos não tiveram tão somente a sua vida individual garantida, tiveram sobretudo a garantia de sua prole. Não sabemos se os abolicionistas conhecem a história dos *Ghellabs*, desses negociantes de escravos, que percorrem, desde séculos, o Sudão e todo o vale do alto Nilo, castrando todos os indivíduos do sexo masculino que encontram na idade da puberdade e carregando todas as mais vistosas raparigas para levá-las de presente aos Fans do Gabão. Este último fato é bem digno de meditação, e reclamamos a atenção para ele...

Quantas belas inteligências, quantos distintos cidadãos, que fazem hoje o orgulho do nosso país teriam deixado de existir, se não fora a transplantação de seus atavos para cá!

Eis aí um tema, que submetemos à ponderação dos abolicionistas, suplicando-os para que se coloquem neste ponto de vista relativo e tirem uma a uma todas as conseqüências da hipótese de nunca ter havido escravidão no Brasil.

AINDA OS ABOLICIONISTAS (3)[46]

Entre os abolicionistas há muitos, em cujas veias correm algumas gotas de sangue africano.

Para mostrar o quanto é fútil e leviana a rancorosa propaganda que pregam contra a nossa sociedade, é bastante recordar que é unicamente a esta sociedade que eles devem tudo quanto são. Posição social, garantia de sua existência material, cultura da inteligência, elevação das idéias, é tudo exclusivamente devido à civilização que encontraram no seio dessa mesma sociedade, que procuram dilacerar.

Não é indiscreto perguntar-lhes se seria preferível a posição social, que ocupariam hoje na África, se os seus ascendentes paternos ou maternos não tivessem vindo contribuir para a consolidação desta nossa *abominável* civilização. Uma vez que somos todos *assassinos, tiranos, ladrões* e não sei que mais é de crer que seja incomparável a *doçura* do estado social dos Daomeis, Niam-Niams, dos Ashantis e dos *Ghellabs*.

Sé é preferível a convivência com essa boa gente, não vemos qual o óbice, que os inibe de para lá se transportar a fim de experimentar do seráfico regime pátrio. De volta, poderiam nos informar com dados experimentais se estamos ou não em erro, quando afirmamos que a nossa escravidão foi para ao africanos uma verdadeira e larga liberdade, relativamente ao primitivo estado de feroz escravidão donde os tiramos.

---

[46] *A Província de São Paulo*, de 24 de dezembro de 1880.

Não; já que não o sabem, é preciso que lhes digamos redondamente: o tom de arrogância, que de mais a mais afeta a propaganda abolicionista não se funda senão sobre a nossa tolerância, senão sobre a generosidade dos nossos sentimentos sociais.

É unicamente escudada sobre a nossa tolerância que a propaganda ousa divinizar o crime e aconselhar abertamente o assassinato de cada um de nós.

Ora, valer-se dos sentimentos altruísticos da sociedade, para melhor promover a ruína dessa mesma sociedade, é um fato tão monstruoso, que, com certeza, o qualificaríamos de fria malvadeza, se não conhecêssemos pela história todas as mil extravagâncias a que pode ser conduzido um espírito dominado pelo absolutismo das concepções metafísicas.

É realmente singular o desembaraço com que os mesmos homens, que protestam contra o absoluto dos fatos, nos querem impor o absoluto de suas opiniões. Absoluto por absoluto, preferimos aquele que nos garante o *status quo* material e moral da sociedade.

Os excessos de linguagem do grupo abolicionista, as revolucionárias proclamações, a exaltação dos seus apelos à insurreição, chegaram ao ponto que hoje torna-se indispensável a organização sistemática de uma forte resistência social. É com verdadeira volúpia que se semeia pela imprensa as idéias mais incendiárias. Rejeita-se a discussão condigna e instrutiva, para só se por em ação o arsenal das injúrias. Tem-se tornado evidente que o que mais se ambiciona é a cisão violenta entre proprietários e proletários, é o ódio inestinguível entre duas classes, é uma atroz guerra de raças.

Ora, isto é tanto mais insensato quanto é notória a tendência espontânea da nossa sociedade para o apagamento de todos os contrastes de cor, de sangue ou de raça.

A nossa má educação social, devida sobretudo à presença de dois sangues no cérebro nacional, inflingiu-nos um grande número de grossos defeitos orgânicos; mas, todos esses defeitos eram atenuados e compensados por uma

eminente qualidade moral, que nos elevava perante o mundo civilizado: essa qualidade é a contínua benevolência, que desde de muito tempo se manifesta no seio da nossa sociedade, procurando melhorar cada vez mais as condições de existência da raça que nos serve.

A lei de 28 de setembro, o fundo de emancipação, o número crescente de manumissões espontâneas, o zelo para com a sorte dos ingênuos, são fatos que atestam perante a história a nossa alta moralidade social.

Todos esses fatos provam que marchamos coletivamente de acordo na prosecução de uma reforma social, que devia e deve trazer muito breve a extinção do papel escravo na nossa economia de nação; e esse consenso calmo e refletido é a mais forte prova do quanto somos sensíveis ao incitamento da noção de humanidade e do quanto somos intelectualmente superiores aos Daomeis e aos Pauinos, que se diviniza.

Tínhamos muitas faltas no passado; mas, íamos dando, no presente, o edificante exemplo de um país que resolveu sem sobressaltos um problema por toda difícil e cheio de perigos.

Tínhamos a rara honra de fazer partir de nós as concessões e, guiados pelo mais puro altruísmo, procurávamos por todos os meios adoçar a inclemência das circunstâncias.

É precisamente no meio desse concerto geral de sentimentos generosos, de dedicação dos fortes para com os fracos, de benevolência dos superiores para com os inferiores, que rompe, hoje, a cruzada abolicionista, pregando a insurreição, o ódio, o extermínio da sociedade.

Iludem-se profundamente os abolicionistas, se esperam por essa forma acelerar a solução que desejam. O progresso não se impõe, nem se decreta.

Os argumentos *ad terrorem* só servirão para adiar indefinidamente o desfecho, que a sociedade espontaneamente preparava.

É unicamente das circunstâncias que dependem os melhoramentos sociais.

A ditadura em Roma foi um dever, do mesmo modo que, hoje, o primeiro dever da nossa sociedade é viver, é perdurar, é manter aceso o archote da civilização, que lhe confiaram os antecedentes históricos.

Os contínuos apelos à insubordinação não conseguirão senão provocar uma reação de mais a mais formidável; e, à medida que forem surgindo os casos isolados de crimes fomentados pela propaganda insurrecional, a repressão social irá na mesma proporção estreitando o círculo dos sentimentos generosos.

Os escravos nada ganharão e os próprios senhores perderão, por que retrogradarão moralmente.

Os excessos não podem senão provocar excessos; é lei geral que a reação é igual à ação.

É desta sorte que os abolicionistas, sem o querer e sem o saber, se tornam os principais adversários da abolição.

De qualquer forma, portanto, que encaremos esse sistema de propaganda, devemos energicamente reprová-lo.

O direito natural, que se invoca – pura invenção metafísica – é personagem, que as ciências naturais não têm a honra de conhecer.

No lugar do *Contrato Social*, de Rousseau, e do seu beato estado de primitiva perfeição social, Darwin coloca simplesmente o *Struggle for life*, a luta pela existência.

Se existe, portanto, um direito natural, é incontestavelmente o que tem a sociedade de engrandecer-se e conservar-se.

A Metafísica (1)[47]

Nas academias e no governo social. Princípios absolutos e princípios relativos. Direito natural e evolução natural.

Reiteradas vezes temos afirmado que os erros e aberrações em política e em reformas sociais provêm de erros e aberrações correspondentes em filosofia. No momento atual o público tem uma magnífica ocasião para verificar a justeza e o alcance da nossa asserção. A propaganda abolicionista, com todo o seu cortejo de princípios absolutos, de ficções subjetivas e proposições intransigentes, oferece o melhor campo de observação possível, para que cada um aí possa medir com toda a clareza o grau de responsabilidade, que cabe ao sistema filosófico que serve de base à propaganda.

Temos combatido com energia os excessos e tendências aberrantes dessa propaganda: entretanto, somos os primeiros a afirmar que os abolicionistas mesmo os mais intransigentes não são individualmente responsáveis pelos perigos de convulsão social, com que ameaçam comprometer a marcha ascendente da nossa nascente civilização. Seria uma grave injustiça supor que são maus homens todos esses cidadãos que se apresentam fanatizados pelo dogma da liberdade absoluta. Alguns dentre eles nos são perfeitamente conhecidos, e o conhecimento exato que temos de sua conduta privada e pública só nos pode

[47] *A Província de São Paulo*, de 9 de janeiro de 1881.

inspirar a mais franca simpatia para com as suas pessoas. Sabemos que a dedicação de muitos para com suas idéias filosóficas sobe ao ponto de frisar as fronteiras de uma monomania. No terreno das intenções puras e da sinceridade de convicções, são inatacáveis todos esses exaltados propagandistas. Por outro lado, sabemos pela história que, durante toda a inquisição, os homens, que mais medonhamente se assinalaram pelo fanatismo e pela crueldade da perseguição religiosa, foram exatamente aqueles que mais se recomendavam pelo caráter austero de suas virtudes privadas. Nesse movimento tomaram parte os poetas, os filósofos, os literatos, médicos, jurisconsultos, filantropos de todas as categorias. Atacar, portanto, as pessoas, na esperança de assim facilmente triunfar dos princípios, é condenar-se a uma tarefa ingrata e estéril, que de nenhum modo pode concorrer para o adiantamento da questão.

Entretanto, se, por um lado, é um dever de justiça respeitar as pessoas, não é menos imperioso, por outro, o dever social de rejeitar e condenar as suas opiniões. A verdade, de fato, é que, no caso em questão, os indivíduos são tão estimáveis, quanto são detestáveis as teorias sociais, que põem em circulação. Não são os indivíduos que são responsáveis pelas conseqüências funestas da agitação convulsionária. A propaganda abolicionista, por mais revolucionária que nos pareça, não excede os limites das teses fornecidas pelo sistema filosófico, que o próprio Estado sanciona e assalaria.

Não há duvidar: é na filosofia oficialmente ensinada nos liceus e nas academias que os abolicionistas beberam todos os princípios, que procuram aplicar à sociedade. É a metafísica, e só a metafísica, que é responsável por todos os excessos cometidos em nome da propaganda. Não se iludam aqueles que vêem no grupo abolicionista um insignificante número de espíritos descarrilados ao passo que o número daqueles, que passaram igualmente pelo ensino da filosofia acadêmica e que pensam mui diversamente é imensamente superior. A verdade é que os abolicionistas são os mais fiéis intérpretes da filosofia, que se ensina por conta do Estado, isto é, por conta de todos nós; a verdade

ainda é que, entre eles e aqueles que pensam diversamente, a diferença está apenas na coragem com que sustentam a lógica dos princípios e tiram suas imperturbáveis deduções. A propaganda estriba-se logicamente sobre os princípios absolutos, que o ensino oficial derrama nas nossas academias; é o próprio Estado que obriga toda nossa mocidade a recebê-los e assimilá-los; é o próprio Estado quem condena a um envenenamento forçado as cândidas inteligências juvenis, que lhe batem à porta para lhe pedir a esmola da instrução superior. Se a grande maioria dos espíritos, que saíram manufaturados da fábrica acadêmica, não manifesta sintomas flagrantes do contágio, é porque, graças à reação das leis naturais, o senso comum é tenaz no homem, não sendo fácil extirpá-lo totalmente. O que salva a maior parte dos nossos moços é a pouca duração e a pouca profundeza da iniciação filosófica das academias. Com um pouco de atenção, entretanto, é fácil perceber que todos mais ou menos apresentam traços característicos da ação corrosiva da filosofia oficial. Na atual agitação abolicionista, todos compreendem muito bem que é uma insensatez o que querem os energúmenos da bandeira precipitista; todos se apavoram ante a perspectiva das desgraças sociais que esses fogosos campeões podem amontoar sobre a pátria; e, entretanto, todos se mostram taciturnos e cabisbaixos, estremecendo ante a idéia de cercear a liberdade; todos *têm medo* de figurar a descoberto em contradição com seus princípios!

O medo da pecha de contradição com os princípios! Eis aí a mais cabal, a mais aniquiladora condenação, que se possa lavrar contra um sistema filosófico, que não pode ser posto em prática sem ameaçar imediatamente a existência da própria sociedade, que o mantém e reputa uma de suas instituições fundamentais.

Em última análise, pois, é a própria sociedade que é a responsável pelos desatinos perpretados contra ela; consciente ou inconscientemente está fazendo o papel do pelicano: é ela própria quem rasga seu seio para dar o seu melhor sangue aos seus incontentáveis filhos.

Não há muito tempo, foi apresentada à congregação da Faculdade de São Paulo, uma denúncia formal contra o distinto e consciencioso professor de filosofia, o dr. Galvão Bueno. Quereis saber o que motivou o extemporâneo libelo?

Foi simplesmente o fato de esse ilustrado professor procurar, em seu curso, couraçar a mentalidade de seus discípulos contra a praga do ontologismo, atenuando o absolutismo dos conceitos metafísicos com algumas diluições em dose moderada das teorias sociais de Comte e Herbert Spencer.

Foi quanto bastou para ser imediatamente posto no *index*, acoimado de positivista, de darwinista, de materialista e de não sei que mais.

Ora, se se conhecesse o que é na realidade o positivismo e o darwinismo, estamos certos que a sociedade em peso levantar-se-ia indignada como um só homem para expelir de seus últimos redutos a metafísica, essa fonte de discórdia e de convulsões sociais que põem eternamente em perigo as mais laboriosas aquisições dos séculos.

O positivismo na história e o darwinismo na história natural estão inquebrantavelmente de acordo para nos afirmar, com todo o peso da autoridade que lhes dá austera ciência, que a marcha do progresso não obedece senão a leis fixas e invariáveis, imanentes na substância da humanidade, leis que não permitem o crescimento social senão por sucessivos pequenos acréscimos, segundo uma evolução contínua e ininterrupta, em que o tempo entra como o principal fator.

A doutrina da evolução é a mesma para ambas as escolas, e essa doutrina, ao mostrar de que modo se operam as mais profundas operações biológicas e sociais, sobre o império de leis naturais atuando de manso e sem descontinuidade, exerce sobre nosso espírito o efeito mais salutar, desarmando as nossas impaciências, moderando o nosso entusiasmo pelas reformas instantâneas, e, ao mesmo tempo, enchendo-nos de energias para ter confiança na marcha ascendente da civilização, bem como para defender os princípios ad-

quiridos, quando os reputamos essenciais para a garantia da mesma civilização.

A hipótese darwínica nos ensina a ter confiança em nós mesmos, quando nos revela as mesquinhas origens da nossa espécie, dando-nos por antepassados os antropóides da época terciária; e o positivismo, firmando-se no sólido terreno da história, nos faz ver, por contraste, a imensa grandeza das nossas faculdades intelectuais e morais, quando desenrola à nossa vista a marcha da civilização, marcha que se efetua segundo uma filiação indissolúvel de ascendente a conseqüente.

"A concepção introduzida e desenvolvida pela ciência social é ao mesmo tempo radical e conservadora – radical além de tudo quanto concebe o radicalismo atual; conservadora além de tudo quanto concebe o conservatismo do presente.

Quando temos bem compreendido a verdade [de acordo com a qual] que as sociedades são produtos da evolução, cujas diversas estruturas e funções se modificam em tempo e lugar, convencêmo-nos de que o que constitui, relativamente aos nossos pensamentos e sentimentos modernos, detestáveis arranjos, pode convir nas condições que tornam arranjos melhores impossíveis: daí segue-se que na interpretação das tiranias passadas usamos de uma tolerância de que se indignaria o mais fanático dos nossos tories atuais.

De um outro lado, quanto observamos que o trabalho, que colocou as coisas no estado atual, continua ainda – não com uma rapidez decrescente que indique um próximo fim, mas com uma rapidez crescente deixando supor uma longa continuação e transformações imensas – ficamos convencidos que o futuro longínquo encerra em reserva formas de vida social superiores a tudo quanto temos imaginado; ganhamos uma fé excedendo à do radical cujo alvo não passa de alguma reorganização comparável às organizações existentes.

As sociedades, uma vez concebidas como os produtos de uma evolução natural começando por tipos símplices e pequenos, que desaparecem após uma curta existência; avançando para tipos superiores, maiores, mais complexos e

de longa duração; prometendo dar, depois da morte das sociedades existentes, tipos excedendo os atuais – esta maneira de ver supõe a idéia [de] que mudanças quase incomensuráveis são possíveis no curso lento das coisas, mas que curtos períodos de tempo não podem dar senão fracas porções dessas mudanças". (Herbert Spencer – *Introdução à ciência social*).

As vistas da filosofia positiva estão perfeitamente de acordo, neste ponto, com as do eminente pensador evolucionista, e, de comum acordo, afirmamos que o mais seguro meio de acelerar a marcha do progresso é não contrariar intempestivamente a marcha natural da organização social. É a evolução que faz o progresso e não a revolução.

A Metafísica (2)[48]

O que transvia continuamente os revolucionários é a ausência total entre eles de uma vista clara sobre as instituições do passado e sobre as coisas humanas em geral.

Por falta de um critério filosófico, fundado sobre o simples bom senso e de acordo com os depoimentos de uma sã observação do espetáculo histórico, torna-se inteiramente impossível para eles a interpretação exata das necessidades reais da sociedade em um momento qualquer da sua evolução. A ausência de um plano sistemático no que diz respeito às explicações naturais que comportam as coisas do passado, os conduz fatalmente a desconhecerem o ponto essencial das diversas situações sociais.

A metafísica, filha degenerada da teologia, e conservando todos os sestros e vícios da sua velha mãe, tende como esta a amaldiçoar todas as fases históricas que não se adaptam aos seus princípios absolutos. A teologia não trepidou em lançar o anátema sobre todas as populações que cometeram o imperdoável pecado de aparecer na história antes do cristianismo.

A metafísica por seu lado não trepida em amaldiçoar tudo quanto vai de encontro à intransigência dos seus dogmas. Pouco lhe importam as condições sociais que tornaram inevitáveis este ou aquele regime, este ou aquele arranjo político, esta ou aquela instituição: a sociedade deve submeter-se aos seus princípios absolutos, aconteça o que acontecer. Pereça a humanidade inteira, mas salvem-se os princípios!

[48] *A Província de São Paulo*, de 15 de janeiro de 1881.

Tal é o moto da doutrina absoluta aplicada ao governo social.

Como se vê, o vício radical desta filosofia consiste em supor que a sociedade é destituída de impulso próprio e que deve, portanto, receber passivamente a direção qualquer, que o legislador, armado de uma autoridade suficiente, queira a seu grado imprimir-lhe. O instinto de conservação social não existe ou não tem razão de ser para ela. Ora, é precisamente contra este instinto natural que se quebram fatalmente todos os seus tumultuários esforços.

Do mesmo modo que na ordem moral e na ordem científica há noções que, uma vez adquiridas, não podem ser abandonadas sem conseqüências ruinosas para o aperfeiçoamento ulterior do nosso espírito, assim, também, na ordem econômica há fatores que, uma vez instalados no sistema de trabalho e da indústria, não podem ser bruscamente suprimidos, sem por em perigo a própria existência da sociedade.

Não sendo compatível com os princípios absolutos uma adaptação adequada às circunstâncias, só ao espírito relativo é dado poder indicar com precisão quais as modificações de que são susceptíveis essas noções primeiras e esses fatores econômicos, sem comprometimento nem abalo para a ordem social estabelecida.

Introduzindo o método das ciências naturais no estudo dos fenômenos sociais, a filosofia positiva os reparte em duas classes distintas que são: os que formam os antecedentes inabaláveis da sociedade e constituem a parte *estática* da ciência social, ou a *ordem*; e os que estão sujeitos à lei da modificabilidade e constituem a parte *dinâmica*, ou o *progresso*.

A estática e a dinâmica sociais são dois aspectos fundamentais da sociologia, do mesmo modo que a anatomia e a fisiologia são as duas faces inseparáveis de uma mesma ciência.

A estática nos ensina quais as condições essenciais da existência social, e a dinâmica nos revela as leis que presidem à marcha dos dirigentes progressos.

Na doutrina revolucionária não existem estática nem dinâmica sociais. Não compreendendo o mecanismo da evolução e não ligando, portanto, o mínimo valor aos antecedentes históricos, os seus chefes teóricos, muito longe de tomarem por ponto de apoio a civilização atual, para sobre ela fundarem suas subjetivas construções, começam pelo contrário por amaldiçoar o passado para melhor justificarem a destruição do presente, supondo poder melhor construir, quando tiverem tudo demolido.

Votando ódio implacável a tudo quanto vem do passado (com exceção apenas para os contos sobre o *bom Deus*) e encontrando no presente instituições, que nos vieram do passado, não indagam se estas instituições preenchem ou não uma função de ordem na economia social, e, pretendendo levar tudo de vencida diante de seus princípios absolutos, anatematizam a sociedade, que lhes serviu de berço, e procedem desta sorte a exemplo da teologia de outrora.

É nessa radical incapacidade teórica para compreender que o organismo social é um todo movediço, que não pode se adaptar a um molde fixo e invariável, que reside o segredo da importância dos seus *homens de Estado* e o perigo das comoções sociais, que insensatamente provocam.

Fanatizados pela idéia de progresso e fascinados pelas lantejoulas de uma perfeição imaginária, falta-lhes o simples bom senso, que só permite medir a importância das aquisições sociais, de que o presente beneficia à custa do passado e que vão servir de base a uma civilização mais alta, a um tipo social mais puro, mais forte e mais perfeito.

Absorvidos pela idéia fixa de progresso não compreendem que é precisamente em atenção a esse progresso que somos obrigados a usar de toda a circunspecção em fato de reformas sociais, receando sempre que o abalo da ordem presente acarrete o aniquilamento do progresso futuro.

Sem dúvida, o estado de escravidão indica uma imperfeição social relativamente aos graus mais elevados da escala da evolução, percorridos por outros povos mais velhos ou mais felizes. Mas essa imperfeição não importa um

vexame para a sociedade: uma vez que há uma dura condição de progresso, insensata seria a sociedade, se dela se desprendesse bruscamente para cair em um estado de civilização inferior.

A civilização não tem máculas, porque a civilização é uma função da humanidade e na substância da humanidade não pode aderir mácula alguma. Esse estado é transitório, e a sociedade espontaneamente o rejeitará do momento que se sentir preparada e com forças para se adaptar a um molde de organização superior.

Como diz Herbert Spencer, as mudanças e os melhoramentos sociais se farão em tempo e lugar. Antes de se realizarem as condições naturais que trazem as mudanças, é pura insensatez injuriar a sociedade e a civilização atuais por não poderem realizar os milagres da evolução, que só a fantasia concebeu. Não é com teorias puramente subjetivas, não é sonhando tipos abstratos de perfeição social, não é propondo supressões de imperfeições inevitáveis, sem cuidar em substituir o que se pretende suprimir, que se operará uma fecunda transformação social.

O progresso acarreta, sem dúvida, inevitáveis supressões; mas a sua marcha efetiva se opera essencialmente por acréscimos. É inútil suprimir-se, se a supressão não for acompanhada pela introdução de um elemento ou de uma instituição superior e derivando dos elementos pré-existentes, de modo a não haver interrupção na escala da evolução e poderem os degraus superiores ser sempre a afirmação dos inferiores. Em todas as instituições humanas, o progresso começou por ser um rudimento, um esforço mesquinho, um grosseiro esboço, ao depois uma arte imperfeita, que preparou os materiais brutos, que as gerações sucessivas trabalharam, melhoraram e aperfeiçoaram, até tornar-se, afinal, a força viva das nações, dessas mesmas nações que os nossos intransigentes querem bruscamente imitar, sem se darem ao trabalho de indagar delas quais as condições que deveram preencher para darem ao mundo o espetáculo dessa invejada perfeição social.

Não é a sociedade que é a culpada: a culpa é dos intransigentes, que tiveram o infortúnio de nascer muito cedo demais e de assim se acharem em um mundo para o qual o seu delicado sistema nervoso não foi feito.

Fatalidades da vida!...

A Metafísica (3)[49]

O bem e o mal sociais são coisas relativas, ao passo que as instituições e as crenças de um povo qualquer são diretamente produzidas pelos acontecimentos históricos, e são por conseqüência fatais e inevitáveis. O ponto de vista absoluto, não se adaptando às diversas condições reais que exigem em cada momento da história a estática e a dinâmica sociais, é tão importante para aumentar o bem como para acelerar o desaparecimento do mal.

Não se pode ter uma idéia clara do progresso, sem o acompanhar em seu desenrolamento por todos os períodos da história; e por certo não será jamais uma doutrina filosófica que o faça partir desta ou daquela fase, com preterição das que a precederam ou das que a seguiram na evolução.

Cada fase, cada século, cada geração, concorreu com o seu contingente para o mesmo resultado, e é simplesmente da soma total dessas parcelas infinitésimas que resulta a civilização atual. No sistema dos princípios absolutos somos logicamente conduzidos a condenar a civilização, porque não há um só país cuja civilização não traga em si a marca do mesmo pecado original. O que é curioso, entretanto, e torna mais saliente a contradição dos princípios absolutos, é que os nossos radicais são irremediavelmente forçados a invocar as idéias e os sentimentos da civilização para condenarem a mesma civilização.

Somos um povo pobre e fraco, e a nossa civilização é apenas um esboço. Com um pouco de bom senso, com um pouco de bom tino prático, e, sobretudo,

[49] *A Província de São Paulo*, de 22 de janeiro de 1881.

com muita resignação e paciência, poderemos converter esse esboço em um firme pedestal para um tipo mais alto de civilização. Imperfeita, grosseira mesmo, como é a nossa civilização atual, constitui ela um começo, que no curso lento e natural das coisas poderá tornar-se uma obra grande e duradoura. As impaciências radicais não poderão senão tornar mais precário esse começo e embaraçar a marcha natural do movimento.

É dever de todos aqueles que se libertaram ao jugo dos princípios absolutos concorrer para que seja garantido esse começo de civilização, imperfeito ou detestável mesmo como é: antes mil vezes ele do que o caos, que se nos propõe sob pretexto de progresso.

Não há perigo que a sociedade abuse de um legado, que lhe transmitiu o passado, e se deixe de caso pensado estagnar em um estado de grosseira imperfeição.

A sociedade que produziu Rio Branco e os homens que o auxiliaram no governo oferece uma garantia suficiente quanto ao futuro e dispensa perfeitamente o auxiliar da metafísica.

O ponto de vista relativo, longe de recuar, penetrará de mais a mais na trama orgânica da sociedade, e não faltarão estadistas, que o tomando por guia, saberão com precisão e critério discernir aquilo que na evolução é fundamental, real e inerente à própria natureza das coisas – para o conservar – e aquilo que aí é preparatório, artificial e adequado tão somente a uma situação efêmera – para o suprimir.

A ilustrada redação desta folha, ainda há pouco, assinalou este fato anômalo, que, entre nós, se reproduz continuamente, a saber: que são os conservadores os encarregados de realizar as reformas liberais. Isto significa simplesmente que o puro empirismo é mais salutar que o sistema filosófico da escola radical, que não se sabendo contentar com pouco, pretende tudo obter de um só jato, por um verdadeiro golpe de teatro.

Por não conhecer a estática social, a escola revolucionária está condenada a nada poder fundar nem conseguir, e todo o seu papel se limita a vingar-se de sua impotência, dirigindo anátemas e epigramas contra a sociedade.

Por não conhecer a dinâmica social, nem compreender o encadeamento dos fatos sociais, toda a sua ação se reduz a uma turbulenta agitação, que, tão pouco apta para remover aqueles obstáculos, que o deveriam ser, como para fundar a nova ordem, só servem para desprestigiar o espírito salutar da revolução que converte a vida pública em um alarma perpétuo, que obriga todas as classes a preferir a retrogradação às utopias.

É assim que assistimos atualmente a essa singular anomalia de idéias incompatíveis formando uma aliança, e é assim que se explica como os nossos radicais podem pedir a liberdade absoluta e universal e ao mesmo tempo invocar o *bom Deus* para proteger a sua bandeira.

Não percebendo o encadeamento dos fatos, não vêm que o art. 5 ° da Constituição é obra do *bom Deus*, e, portanto, não percebem a íntima relação que reina entre esse artigo e a retração de imigração, entre essa retração e o despovoamento do império, despovoamento que é a causa patente da nossa fraqueza e o verdadeiro obstáculo à abolição.

Não suspeitando a ligação dos fatos sociais, saúdam o monarca, que se declara levianamente abolicionista, e não enxergam, em sua cegueira, que a política do império se assinalou sempre por uma manifesta hostilidade contra a assimilação do elemento estrangeiro, contra a grande naturalização, contra os acatólicos – hostilidade, portanto, que tem sido ainda um dos mais invencíveis obstáculos à abolição.

Por não compreenderem a estática nem a dinâmica sociais, fazem do mesmo modo carga ao partido republicano por não acompanhá-los na efervescência abolicionista, desconhecendo assim que o primeiro dever de um partido é manter com toda a firmeza a estabilidade da pátria.

É desta sorte, e sob o pretexto de progresso, que os nossos radicais tão de cabeça baixa em todos os tresmalhos metafísicos, amontoando obstáculos sobre obstáculos, para embaraçar a marcha natural do progresso.

A Metafísica (4)[50]

É com um certo ar de triunfo que os nossos radicais lançam em rosto aos republicanos paulistas o fato de não se achar incluída no nosso programa político a abolição do elemento servil. Pretende-se e repete-se com insistência que resulta desse fato uma contradição.

Pouco nos comove a existência real ou suposta dessa contradição. A lógica da estática e da dinâmica sociais não é a lógica pueril dos sorites e silogismos, em que se compraz a metafísica. Essa lógica, quando muito, pode convir como exercício e passatempo para os espíritos imaturos, que se ensaiam no tirocínio acadêmico: é mui diversa a lógica que convém a homens dispostos a não dar aos seus atos políticos outra sanção, que não seja a razão de estado.

E, pela nossa parte, afirmamos que, se a qualidade de republicano importasse a queda da pátria, desde já nos declararíamos partidários do despotismo turco.

Não é com o coração entretanto que pretendemos abrir caminho: a política dos sentimentos é a política do art. 5°, é a entronização da anarquia, é a contradição perpétua entre as necessidades sociais que impossibilitam a satisfação dessas mesmas necessidades.

É precisamente por nos pretendermos aptos para extinguir essa anarquia e essa contradição que somos e continuaremos a ser republicanos.

---

[50] *A Província de São Paulo*, de 23 de janeiro de 1881.

Não compreendemos absolutamente esse manejo que tem por fim induzir o partido republicano a aceitar um papel imbecil.

Pelo que temos exposto em nossos artigos anteriores, é claro que estamos perfeitamente resolvidos bem longe de nós quaisquer sonegações do sentimentalismo platônico.

As ficções, as personificações abstratas, as idealizações efeminadas não estão por certo do nosso lado. O nosso ponto de vista não permite em qualquer esfera senão a mais inteira positividade.

A *República* de Platão, a *Nova Insula Utopia* de Tomas Morus, *Cidade do Sol* de Campanella, a *Basiliade* de Morelly, a *Icaride* de Cabet e o *Falansterio* de Fourrier, são para a escola revolucionária, são para os radicais, não para nós.

Não somos nós que imaginamos tipos ideais nem nós que forjamos moldes abstratos para o aperfeiçoamento da ordem social. Se nos separamos dos entusiastas das reformas precipitadas e violentas, é precisamente porque compreendemos que a graus dissemelhantes da evolução social não podem convir nem um mesmo plano político invariável nem as mesmas formas de instituições legais.

Não temos a pretensão de poder subitamente transformar hábitos inveterados ou interesses adquiridos, nem harmonizar temperamentos opostos e derivados de fontes diversas.

Sabemos que nenhum sistema pode vingar, se não tiver a legitimidade dos antecedentes sociais e, certos de que a aderência do passado é uma tendência instintiva de prudência social, não levamos a mal que a sociedade não nos conceda toda a sua confiança e toda a sua adesão.

Afirmamos apenas com a nossa atitude um antecedente e constituímos um núcleo, cuja função provisoriamente se limita a ir recolhendo no seu seio todos aqueles que se vão emancipando das ficções políticas da monarquia.

Muito longe de injuriar a sociedade ou de anatematizá-la por não nos acompanhar, procuramos explicar as suas reservas, atribuindo-as unicamente às nossas insuficiências pessoais. Não nos impacientamos, nem perdemos as esperanças, porque sabemos que não é segundo a norma dos efeitos instantâneos que se opera a marcha do progresso e das mutações sociais.

Não delineamos planos de felicidade, não codificamos perfeições, não decretamos a virtude, porque assaz conhecemos que tais tentativas não passam de puros jogos de espírito.

Somos republicanos, simplesmente porque não podemos ser outra coisa. Queremos a extinção da monarquia, não porque acreditemos que a simples substituição de pessoas no poder faça surgir como por encanto a felicidade universal, mas porque a observação e a experiência de meio século monárquico nos convencem de que nada mais há a esperar do atual regime, e que só com o advento de um novo tipo de organização política poderão surgir as *condições* indispensáveis para a fundação de um efetivo melhoramento social.

Não esperamos um progresso imediato e completo, esperamos, sim, condições de progresso.

O regime das ficções caiu em todos os domínios, a persistência no domínio político de uma ficção, que confere a uma pessoa atributos extra-humanos, constitui uma anomalia de tal ordem que compromete a própria pessoa expecional.

A irresponsabilidade, que, segundo a definição da Constituição, é o privilégio supremo, aparece-nos segundo a definição da medicina legal, sobre a forma de um doloroso desar. Este desacordo entre a política e a ciência não pode resolver-se senão pelo triunfo da ciência.

Que não se continue, pois, a ver contradição lá onde só existe a mais firme coerência.

Rejeitamos todas as ficções como todas as utopias, quer venham daqueles que só dirigem a proa de seus programas para os paraísos perdidos, quer

daqueles que só lançam as suas vistas para os impossíveis eldorados de um futuro imaginário.

A Metafísica (5)[51]

Segundo a escola teológica, o homem ao sair das mãos do criador possuía todas as eminentes qualidades que constituem um ente sem exemplo, e o estado primitivo era consequentemente um estado perfeito.

Segundo a metafísica do *Contrato Social* os homens saíram do seio da natureza bons, livres, todos iguais, tendo todos as mesmas aptidões e os mesmos direitos, e o estado primitivo era igualmente um estado perfeito.

Entre uma e outra escola existe, entretanto, esta diferença: é que para a primeira o progresso é uma reabilitação solenizada pelo sacrifício de uma vítima infinita, o Messias, ao passo que para a segunda o progresso é simplesmente a negação do labor dos séculos. Para a primeira a queda do paraíso foi ocasionada pela desobediência às ordens do criador, e a remissão dos pecados pelo Filho torna-se assim inteligível e coerente; mas, na hipótese metafísica, tendo sido a queda motivada pela intervenção humana, fica inexplicada a causa da intervenção e ininteligível a marcha subsequente da humanidade que nos trouxe à civilização. E como a civilização é a negação do estado primitivo, a lógica manda condenar a civilização.

Como se vê, a teoria do passado, segundo a metafísica, é a cópia visível da explicação teológica da queda pelo pecado original, tendo apenas de menos

[51] *A Província de São Paulo*, de 25 de janeiro de 1881.

a coerência. Não há aí estática nem dinâmica sociais: há simplesmente confusão e aberração.

Assim se explica como os nossos radicais invocam a um tempo o *bom Deus* e o direito natural, os princípios absolutos da justiça divina, e, ao mesmo tempo, a *eloqüência*, a *poesia* e a *música* da Grécia pré-histórica.

A aliança do *bom Deus* com o direito natural revela, infelizmente, a pouca atenção, que reina nos arraiais, relativamente às distinções históricas que tornam as duas escolas profundamente incompatíveis.

Sem nos demorarmos em detido exame, diremos apenas que, consultando-se a geologia e antropologia pré-histórica sobre a pretendida perfeição do estado social primitivo, ambas nos afirmam, sem hesitação, que jamais puderam descobrir o menor indício de uma felicidade inicial sobre a crosta terrestre: ambas afirmam só encontrar silex grosseiramente talhados, crânios achatados, ossadas promiscuamente depositadas nas cavernas com as dos animais, vestígios dolorosos da mudez e miséria dos nossos longínquos avós; em parte alguma, um só resto de monumento que ateste a passagem de uma primitiva civilização. Muito pelo contrário, a ciência nos revela que o estado primitivo foi mais a bestialidade do que a humanidade.

Ao invocar candidamente o direito natural, os nossos radicais não suspeitam por certo que estão simplesmente consagrando a destituição do gênero humano. De J. J. Rousseau para cá a ciência caminhou, e, sob o seu benéfico influxo, os nossos pontos de vista mudaram totalmente.

Invocar o direito natural como ponderador para a solução das questões sociais dos nossos dias, é anular a obra dos séculos, é negar o trabalho supremo de todas as gerações passadas, é simplesmente recuar a civilização para a época das cavernas.

Não foi sem motivo que assinalamos os graves perigos do ensino oficial da filosofia em nossos liceus e academias. É essa filosofia que povoa a imagina-

ção da nossa mocidade com idéias e opiniões diametralmente opostas aos interesses reais de nossa sociedade e aos pontos de vista da civilização atual.

É essa filosofia, que, impressionando-a pelo aparato de seus princípios absolutos, a conduz logicamente a dar sua inteira simpatia àquela parte da sociedade que mais próxima está do estado primitivo, de preferência àquela que representa e afirma os graus mais altos da escala da evolução.

É à crença nos dogmas absolutos que devemos pedir o segredo dessa cegueira que conduz homens, aliás inteligentes, a um estado de não poderem distinguir entre o verdadeiro progresso e a manifesta retrogradação.

É ao método dessa filosofia enfim, que só falando aos sentimentos, e de nenhum modo à razão, conduz logicamente a converter o domínio social em um teatro de impressões nervosas, não permitindo aos seus adeptos encarar senão uma face única das questões e arrastando-os a resolver todos os problemas com as sugestões subjetivas de uma imaginação em delírio. A subjetividade, a subjetividade em excesso, eis a fonte onde bebem a falsidade das concepções sociais.

Uma vez que o espírito se recolhe dentro de si mesmo, não tendo por elementos de exercício senão os motivos que fornece o coração, e fechando-se totalmente ao mundo externo, o resultado inevitável será essa política de paixão, que, desconhecendo as condições reais da existência social, impele irresistivelmente os seus adeptos à realização de todas as miragens, de todos os ideais que sonharam por entre as brumas e vapores de um sistema nervoso em êxtase.

Não são as boas intenções, que lhes faltam, não; a própria exaltação intelectual, o próprio abalo de seus sentimentos morais, o próprio êxtase, em que o vemos mergulhados, garantem de sobejo a sua sinceridade. O que lhes falta é simplesmente um raio de razão para guiar seus sentimentos, um minúsculo fio de luz para repô-lo nos trilhos da evolução normal. Nada mais pernicioso, de fato, do que o generoso impulso dos bons sentimentos, quando estes não são suficientemente contrabalançados por uma razão calma e forte. O coração, cego sempre em seus impulsos, segue todas as veredas: as que conduzem ao

bem como ao mal social. A subjetividade das intenções não permite jamais encarar um problema por todas as suas faces.

É assim que, quando se trata, por exemplo, da pena de morte, não faltam exaltados para profligar a justiça social e divinizar os criminosos. A generosidade do impulso aguça-lhes a imaginação, fecunda-lhes a cerebração; a arte das imagens e dos artifícios literários atinge o seu ápice de perfeição; a pintura das angústias do "último dia de um condenado", cena do patíbulo, a representação do cutelo ensangüentado etc., etc. confrangem o coração do leitor ingênuo, que entre lágrimas e soluços se torna desde esse momento um intratável adversário da pena capital. Para o legislador e o estadista, porém, essa lógica dos sentimentos tem um defeito irremediável: é que ela se esquece das vítimas, para só se interessar pelos algozes.

Do mesmo modo, nas questões sociais, a lógica dos sentimentos conduz invariavelmente a realçar com cores carregadas as imperfeições inevitáveis de uma fase da civilização e a deixar completamente na sombra as vantagens presentes e futuras dessa mesma civilização. Exagera-se o mal sem se compreender que toda a tentativa de reforma radical e imediata, com o fim de extinguir esse mal, traria inevitavelmente um mal ainda maior. É dominados por um ponto de vista exclusivo que os revolucionários de todos os países atacam a propriedade, o casamento e a família. Encarando uma face única das questões, são fatalmente conduzidos a conclusões, que cindem o movimento de cooperação social. O erro de todos não está em defender uma causa injusta: está em exagerar a justiça da causa, com grave detrimento da parte contrária. As conseqüências desta tendência unilateral tornam-se ainda mais funestas pela reação que provocam, obrigando o partido adverso a tomar uma atitude igualmente exagerada sob a inspiração de vistas também unilaterais. O exclusivismo de uns acarreta forçosamente o exclusivismo de outros. Daí a grande dificuldade das soluções, que não podem ser senão resultantes naturais da ordem e do progresso, como em todo o paralelogramo das forças.

Em conclusão, a supressão do ensino da metafísica em nossas academias, e a sua substituição por um curso de ciências naturais, é a primeira das nossas necessidades para garantia suprema da tranqüilidade social.

Toda a história nos revela que os sentimentos morais têm sido invariavelmente impotentes para a destruição do mal, como para a promoção do bem, e que todos os grandes bens, de que a nossa espécie beneficia até hoje, têm sido exclusivamente devidos à marcha do pensamento científico. Só a ciência traz a evolução, só a ciência pode dirigir uma revolução pacífica e salutar.

A NOVA LEI SOBRE A MATRÍCULA DE ESCRAVOS[52]

Não é tão fácil fazer o bem, como geralmente se supõe. Pode-se querer o bem e fazer-se o mal em lugar do bem. A boa vontade, sem dúvida, é de grande importância; mas não é bastante querer, é preciso sobretudo saber onde está o bem e como realizá-lo.

Em última análise, a questão do bem se resolve em uma questão de razão, de ponderação, de discernimento.

Se na esfera da medicina já é de ordinário difícil evitar o mal, quando deveras queremos o bem do doente, e, nas melhores intenções, instituímos muitas vezes uma medicação de todo ponto nociva aos nossos clientes, é evidente que na esfera social, onde as complicações dos fenômenos são incomparavelmente mais profundas e inestrincáveis, as dificuldades devam ser de outro modo grandes e numerosas.

A nova lei que a assembléia provincial acaba de votar sobre a taxa de escravos é uma confirmação do que acabamos de dizer.

Nas melhores intenções, queremos sinceramente o bem, os srs. Deputados inflingiram à província um mal cem vezes maior do que aquele que procurava evitar.

A precipitação com que foi votada a lei não deu absolutamente tempo para que se refletisse sobre a enorme lesão dos interesses materiais e morais da

[52] *A Província de São Paulo*, de 27 de janeiro de 1881.

província. A assembléia paulista julgou poder decretar o progresso e esqueceu que existe na província um grande número de municípios em via de formação, possuindo já extensas e florescentes plantações de café, levantadas todas com grandes sacrifícios na única esperança de aliená-las a fazendeiros vindos das províncias limítrofes. Ninguém ignora a corrente imigratória de lavradores das províncias do Rio e Minas, que se tem estabelecido nestes últimos tempos para o grande benefício da província de S. Paulo.

Esses fazendeiros, que procuravam de preferência os municípios mais novos e mais remotos, traziam não só capitais, como também luzes e hábitos de conforto que grandemente contribuíam para o levantamento do nível intelectual e moral das regiões mais atardadas da província.

Ao trancar a porta a esses ilustres cooperadores do futuro de S. Paulo, a assembléia decretou, de um só golpe, a morte de todos os municípios nascentes da província.

Este passo é tanto mais impolítico, quanto é notório o principal motivo que atrai os fazendeiros de fora para cá, procurando todos o Oeste, porque os terrenos aí se prestam admiravelmente ao emprego do arado, e, por conseqüência, ao trabalho livre.

Com a nova lei, a que ficam reduzidos todos esses municípios nascentes e o que significam mais os projetados prolongamentos da Mogiana e Paulista?

Será porventura de sóbria economia calcular com a colonização problemática de um futuro indefinido para se levar uma estrada de ferro ao Ribeirão Preto, por exemplo?

A colonização será evidentemente uma grande coisa, quando a tivermos; mas, não se improvisa uma colonização da noite para o dia, e, enquanto não a temos, não podemos de coração leve desprezar os elementos certos de prosperidade, que tem a província, causando a ruína de grandes capitais empenhados na construção de vias férreas e paralizando totalmente a vida de tantos municípios importantes.

Acreditaria a assembléia que os capitais existentes na província são suficientes para absorver todas as lavouras novas desses municípios e poder fecundá-las de modo a não haver diminuição da renda pública?

Essa hipótese é puramente gratuita.

Concebemos que uma meia dúzia de capitalistas excepcionais possam fazer grandes aquisições em terras e plantações, com o inteiro prejuízo do grande número daqueles que preparavam as culturas e que, por falta de capitais, não se achem em estado de sustentá-las. Mas, será este um ideal de probidade, digno de servir de base à conduta administrativa dos legisladores da província?

A nova lei é tão pouco generosa, tão iníqua, que sem ser profetas, podemos garantir que, dentro de pouco mais de ano, estará ela revogada no que diz respeito à entrada dos fazendeiros de outras províncias.

Nada diríamos se a assembléia decretasse simplesmente a proibição absoluta da compra e venda de escravos dentro do território paulista.

É preciso não conhecer-se de todo a áspera disposição dos terrenos das províncias do Rio e Minas, para se ousar praticar o ato de inclemência, que a assembléia paulista praticou para com a classe agrícola dessas duas províncias.

Que se o confesse ou não, a nova lei sobre a taxa de escravos é um claro manifesto contra as províncias do norte. Sem ser profeta ainda, vemos nesse manifesto o primeiro passo dado no progresso de desmembramento do império.

Útil ou fatal, justo ou injusto, não é aqui a ocasião de discutir. Mas, não podia a assembléia paulista proceder à sua demonstração sem envolver em seu surdo rancor as províncias do Rio e Minas, que estão completamente inocentes?

Há tanto perigo em fazer de menos como de mais. O medo é mau conselheiro em tudo; sob a pressão do medo nos tornamos visionários.

Por que motivo se precipitou a assembléia na votação irrefletida da nova lei? Por causa da propaganda abolicionista?! Mas, porque uma meia dúzia de cabeças exaltadas ameaçam abalar a ordem social, devemos perder toda a con-

fiança na estabilidade dessa ordem? Pelo fato de um doente se achar em suposto perigo, abandonaremos toda a calma e reflexão para lhe aplicarmos remédios intempestivos, que lhe causam maior mal do que a moléstia? Será de hábil política converter as fronteiras paulistas em muralhas da China?

Dr. L. P. Barreto

"Na sua polêmica com Nash Morton, em artigo de 24 de março de 1880, Pereira Barreto havia feito alusões ao darwinismo, considerando-o apenas como uma hipótese, que ainda poderia naufragar (cf. a nota de Pereira Barreto sobre o darwinismo na Filosofia Metafísica). No número de 7 de abril de 1880, um darwinista, que se apresenta como admirador de Pereira Barreto e faz questão de conservar-se incógnito, em artigo sob o título *O Darwinismo e o sr. Barreto*, critica as afirmações do médico de Jacareí, acusando-o *de excesso de positivismo*. Discute várias afirmações de Pereira Barreto e faz várias citações de Haeckel para provar suas afirmações.

Pereira Barreto responde a esse artigo nos números da *Província* de 15, 16, 17 e 22 de abril. (*O Darwinismo - Uma Resposta*).

O darwinista volta a responder a Pereira Barreto nos números de 29 de abril e 8 de maio e Pereira Barreto escreve nova resposta nos números de 9 e 12 de maio.

Transcrevemos, a seguir, os artigos que constituem *a polêmica"*.[53]

[53] Roque Spencer Maciel de Barros.. Arquivo. Cf. também Roque Spencer Maciel de Barros. *A evolução do Pensamento de Luiz Pereira Barreto*. São Paulo: Grijalbo Ltda, 1967, p. 162-163.

O Darwinismo e o sr. dr. Barreto[54]

Na *Província* de 24 de março último publicou o eminente filósofo e ilustrado médico sr. dr. Luiz Pereira Barreto um artigo dirigido ao sr. Morton, a propósito do *positivismo,* em o qual destacam-se alguns trechos, para nós tão pouco razoáveis, que pedimos permissão ao sr. dr. Barreto para analisá-los, sem todavia passar-nos pela mente a estulta pretensão de discutir com o primoroso escritor, cujo notável talento e não vulgar erudição somos os primeiros a reconhecer e admirar.

Tratando de provar que o sr. Morton encampa todas as proposições de Huxley, todas as verdades *com todas as aberrações*, diz o eminente filósofo:

"...Com esta diferença, entretanto, que Huxley tinha graves motivos patrióticos e de coração, científicos e extra-científicos, para fazer uma crítica (a A. Comte) apaixonada, veemente, implacável, e por isso mesmo infundada, injusta, etc."

Perdoe-nos o sr. dr. Barreto. Antes de tudo não é verossímil que um homem do porte científico e moral de Huxley se entregasse ao pequenino prazer de fazer uma crítica *apaixonada, veemente, implacável* contra um outro homem qualquer, *ùnicamente* por lançar este as bases de uma filosofia contrária ao seu modo de pensar. Um tal proceder é de todo o ponto incompatível com os princípios de uma materialista convencido e de tão esclarecida inteligência.

---

[54] *A Província de São Paulo*, de 7 de abril de 1880. O autor não se identificou.

Um homem de concepções tão elevadas, de um espírito tão cultivado como o famoso naturalista em questão, ou como o ilustrado sr. dr. Barreto, não se deixa cegar e muito menos guiar pelo amor próprio, ou por vingança pessoal e mesquinha ao ponto de fazer uma crítica *veemente, implacável* clamorosamente injusta contra quem quer que seja, e especialmente quando se trata de ciência ou de simples opiniões.

Assim, permita-nos o sr. dr. Barreto que lhe digamos que, como bom positivista que é, como sectário de uma doutrina que não admite a hipótese *em coisa alguma* e só quer as provas palpáveis e experimentais; como tal, dizemos, permita-nos o sr. dr. Barreto – que lhe lembremos que mais razoável e justo seria que expusesse as causas desses *graves motivos patrióticos e de coração, cientificos e extra-científicos*, etc. que teve Huxley para criticar *com tanta veemência* e *implacabilidade* a doutrina de A. Comte, a fim de poder S. Sa. avançar depois, o que avançou.

Porque, enfim, esta acusação ao caráter e ao esclarecido espírito de Huxley é que não deixa de ser de alguma gravidade, e até como que apaixonada. Reflita nisso o sr. dr. Barreto.

Outro trecho:

"Como fiz sentir anteriormente, é a atitude da filosofia positiva em frente do darwinismo que causa todo *o nó na garganta* a Huxley, etc."

Este dizeres parecem indicar que o darwinismo é tão pouco consistente, ou antes, que a supremacia assumida pelo positivismo ante o darwinismo foi tal que o mísero Huxley, na sua imponência, sentiu um nó atravessar-se-lhe na garganta e...ficou estatelado!...

É admirável o triste juízo que faz do darwinismo o sr. dr. Barreto e a pouca conta em que tem o potente espírito de observação do maior naturalista deste século, e ante o qual se descobrem respeitosos os homens mais proeminentes da ciência!

Diz mais o sr. dr. Barreto:

"Já está demonstrada a hipótese do darwinismo? Será positivamente certo que o homem descende do macaco?"

E, como certos laivos de triunfo, acrescenta:

"Os darwinistas não nos perdoam a nossa atitude neutra diante de uma doutrina *que ainda pode naufragar*" (!).

Ora, à vista disto, é evidente que o positivismo e o sr. dr. Barreto *acham possível* o naufrágio do darwinismo, o que importa admitirem a possibilidade de haver o Deus de Abrahão, de Jacob e de Moisés *descido ao mundo* para fazer o homem de barro, *e à sua imagem*; ou então que a natureza o haja produzido *de um só jato*, ÚNICAS HIPÓTESES, (a não ser o darwinismo) que podem explicar a existência do homem tal qual o vemos!

Daqui não há fugir. Escolha o sr. dr. Barreto qual destas hipóteses mais lhe agrada, e diga-nos depois que figura faz a célebre *atitude expectante* do positivismo ante o darwinismo.

– Mas, dir-nosá o sr. dr. Barreto, eu não escolho nada; como positivista conservo-me na minha atitude expectante, até ver a prova positiva, experimental, palpável.

Nesse caso, desculpe-nos o sr. dr. Barreto, não há discussão possível. Desde que a física, a biologia, a química *e a razão* nada valem, deixemo-nos todos ficar na expectativa, e abandonemos os princípios científicos, porque, afinal de contas, todos eles são baseados em hipóteses.

O preceito positivista *de se não admitir hipótese alguma* e só aceitarem-se os fatos verificados pela ciência experimental, é por demais limitada para a nossa justa ambição, para a natural aspiração da razão. E, a ser assim, para que nos servem, na verdade, a analogia, a dedução, a lógica *e a razão*, sr. dr. Barreto?

A ser assim, qual o motivo por que admitem os positivistas a imperecibilidade da matéria, a imutabilidade das leis físicas e tantos outros pontos científicos, hoje indiscutíveis, como os diversos ramos da física, da eletricidade, do magnetismo, das vibrações da luz, da atração universal?

Não foi, porventura, em todos estes fatos *não verificados pela ciência experimental* que se baseou o grande A. Comte, para lançar as bases da sua obra incontestavelmente grandiosa?

Diz mais o eminente sr. dr. Barreto:

"Materialista *enfesado* (Huxley) devia necessàriamente pensar mal de uma obra que nega competência às *tresloucadas pretensões materialistas*, que cheias de orgulho pelos conhecimentos físicos, químicos e biológicos se consideram aptas para especularem sem mais outra preparação sobre fatos da ciência social".

Desculpe-nos o sr. dr. Barreto, – mas, se o positivismo não é o próprio materialismo *apenas um pouco mais exigente em alguns casos, e menos em outros*, é então o deísmo; e, nesse caso, com que direito, com que razão, com que moral tem o sr. dr. Barreto combatido, e, folgamos de o dizer, pulverizado o deísmo ou espiritualismo, e a metafísica em geral? Parece mais do que evidente que só um homem *antideísta* é que se abalança a um tal tentamem, e é fora de dúvida que o homem em tais condições – é um verdadeiro materialista.

Porque, como muito bem sabe o sr. dr. Barreto, ou a natureza teve um autor e esse autor é Deus, ou não o teve, e nesse caso existe desde toda a eternidade, sendo causa e efeito de si mesma. Os que crêem na primeira hipótese são deístas, e os que a não admitem são pelo contrário *necessariamente* materialistas. Aqui não há meio termo e nem a tal *atitude expectante* é admissível, tanto que o próprio sr. dr. Barreto nô-lo tem provado nos seus magníficos escritos *com que há verberado as religiões.*

Entretanto é o mesmo sr. dr. Barreto que qualifica de *tresloucadas* as pretensões do materialismo!...

Para que o muito ilustrado sr. dr. Barreto pudesse qualificar de tresloucadas as pretensões do materialismo, seria preciso que antes de o fazer *provasse com demonstrações evidentes, inatacáveis e científicas* que a natureza teve um autor; que a matéria é perecível; que o homem, assim como todos os outros

animais, foram feitos *diretamente* por Deus e que as teorias da *evolução*, da *descendência* e da *seleção* são puros embustes ou sonhos fantásticos de Lamarck, de Darwin, de Hoeckel, de Huxley e de tantos outros.

A nós sempre se nos afigurou que o materialismo limitava-se apenas a não admitir a existência de um agente estranho como motor e regulador das leis do universo, e a considerar a matéria como causa efeito de si mesma, sem princípio nem fim, e contendo em si elementos e propriedades capazes de produzirem, *por sua própria energia*, todos os fenômenos que vemos.

Se é a isto que o sr. dr. Barreto chama *pretensões tresloucadas*, convirá, nesse caso, que nos convença com provas experimentais, ou pelo menos aceitáveis, de que estamos em erro. Afiançamos-lhe desde já que não somos pecadores impenitentes, e que o nosso maior desejo é que se faça a luz em torno de nós.

Prossegue o sr. dr. Barreto:

"E sem indiscrição, o ilustre Sr. Morton, que conhecia a opinião de Virchow, por que razão não revelou ao público a propósito de que questão o eminente patologista assim se exprimiu? Se o tivesse feito me pouparia hoje o trabalho de dizer que Virchow assim manifestou-se para combater uma *imprudente pretensão* de Hoeckel, exigindo no congresso dos naturalistas alemães o ensino oficial do darwinismo".

Como se vê, o sr. dr. Barreto, no seu propósito de combater o materialismo em geral e o darwinismo em particular, *doutrina que ainda pode naufragar*, traz em seu auxílio Virchow opondo-se ao ensino oficial, isto é, à *imprudente pretensão* de Hoeckel, quanto ao ensino oficial daquela doutrina.

Bem se vê que o sr. dr. Barreto não está muito ao corrente da transformação por que há passado o notabilíssimo patologista, e daí, o pouco ou nenhum valor da opinião deste acerca do darwinismo.

Virchow há muito que deixou de ser o fervoroso apóstolo da ciência para entregar-se à carreira política e administrativa. Daí, o seu estacionamento na ciência, *as suas ambições de uma outra ordem*, a sua vergonhosa apostasia, que a todos tem surpreendido, *menos ao partido clarical que com ela exulta.*

Eis aí, pois, porque o Virchow de hoje opõe-se ao ensino do darwinismo, que, como muito bem sabe o sr. dr. Barreto, *é uma das afirmações do materialismo*.

O procedimento de Virchow, portanto, não é baseado num sentimento de lealdade científica, mas sim, *porque tem hoje outras vistas*, está mudado, já não é o mesmo Virchow de há 20 anos atrás. Esta é que é a verdade.

A este propósito ouça o sr. dr. Barreto o que diz Ernesto Hoeckel, um dos mais ferventes admiradores de Virchow, e também um dos mais eminentes adeptos da ciência, do nosso tempo:

"Como explicar, diz ele, este estranho procedimento? Mas como pode um naturalista célebre combater *o mais importante progresso das ciências naturais da nossa época*, isto é, essa teoria *que abre uma nova era*, sem a estudar seriamente, sem a examinar, *nem refutar uma só de suas principais provas?* Uma única resposta é possível: Virchow não conhece suficientemente a teoria atual da evolução e nem possui esses conhecimentos de naturalista que são indispensáveis para formar a respeito uma opinião razoável e segura".

E mais adiante:

"Para justificar este procedimento e explicar a estranha atitude de Virchow na sua luta contra o transformismo, basta lembrarmo-nos das variadas circunstâncias por que tem passado há 30 anos, este homem tão ricamente dotado e de tão raro mérito. A época a mais importante e fecunda de sua vida é exatamente esses oito anos de sua estada em Vurzbourg. (1848-1856). Foi ali que em toda a força da mocidade, em toda a plenitude da vida e com um como que entusiasmo sagrado pela verdade científica, com uma potência de trabalho infatigável e a mais rara penetração, Virchow operou essa grande reforma da medicina que lhe assegura para todos os séculos uma representação imperecível na história dessa ciência.

"Foi em Vurzbourg que ele mostrou essa larga aplicação da teoria celular à patologia e que se resume no principio de que a célula é um organismo

elementar independente e animado, e que o homem, como todos os animais superiores, nada mais é do que uma república de celulas, princípio fecundo que Virchow *hoje renega* com insistência igual ao ardor com que então a sustentava. Foi em Vurzbourg que o escutei como um discípulo respeitoso, há 20 anos, e que dele recebi com entusiasmo essa clara e simples doutrina de mecânica dos fenômenos vitais, *verdadeira doutrina monista*, que Virchow *combate hoje com tanta veemência quanto empregava então para defendê-la e afirmá-la*".

Já vê portanto o ilustrado sr. dr. Barreto que Virchow opôs-se ao ensino do darwinismo, *imprudentemente proposto por Hoeckel*, porque Virchow *degringolou*; não é mais o antigo sábio Virchow, de vistas largas e arrojadas, capaz de dar a vida pela ciência, mas sim uma espécie de padre católico e dos mais ferrenhos na defesa do obscurantismo.

E isto é tanto mais admirável, quando é exatamente o inverso o que de ordinário se dá.

Que um homem, de fetichista passe a deísta, de deísta a materialista *ou positivista*, concebe-se e explica-se, pois que é esta a natural carreira evolutiva de espírito humano, sempre ávido de progredir; mas, que de materialista volte à superstição religiosa, é o que certamente ninguém concebe salvo caso de lesão cerebral, ou interesse mesquinho e inconfessável.

Ora, é evidente que o grande Virchow está num destes casos.

Voltando, porém, aos materialistas, contra os quais o sr. dr. Barreto cada vez se manifesta mais desdenhoso *e até acrimonioso* (coisa que nos leva ao cúmulo do pasmo!) – é conveniente lembrar que para os combater com vantagem será preciso contrapor-lhes alguma coisa de razoável, de sensato e de científico. Ora, o sr. dr. Barreto, colocando-se na tal *atitude expectante* recomendada pelo positivismo, e atirando remoques a Huxley e a outros de igual pulso, nada contrapõe, não adianta um passo nem de leve abala a *tresloucada* doutrina.

Perguntando se já estava demonstrada a hipótese do darwinismo, *e isto com certo ar de mofa*, esqueceu-se o sr. dr. Barreto de que colocava-se entre as duas aceradas pontas deste dilema:

"Ou os organismos se hão naturalmente desenvolvido, e nesse caso derivam-se todos de algumas formas antepassadas, comuns, e excessivamente simples, ou então as diversas espécies de seres organizados nasceram independentemente umas das outras, e não podem ter sido criadas *senão de um modo sobrenatural*, isto é, *por milagre*. Evolução natural, ou criação sobrenatural das espécies, é indispensável escolher entre as duas possibilidades, porque *não existe uma terceira*!".

Ora, quando sobre um assunto desta ordem só existem duas hipóteses, *das quais não podemos fugir*, uma natural e outra sobrenatural, e quando ainda assim fica um filósofo perplexo e na *atitude expectante*, sem saber qual das duas escolher, *porque ambas lhe parecem possíveis*, é caso de dizer-se ao filósofo, quem quer que ele seja:

– Tomai um rosário, fazei ato de contrição, e agarrai-vos à cruz, porque tudo mais são histórias!

Voltemos, porém, ao artigo do sr. dr. Barreto, tomemos-lhe mais um trecho e seja este o último:

"Em definitiva, diz o primoroso escritor, o que os materialistas querem é um puro *milagre*; e nada mais curioso do que ver-se esses homens que atacam o milagre teológico em todas as suas formas, o viram reproduzir *inconscientemente* no domínio da história".

De forma que Darwin, Carlos Vogt, Hoeckel, Gegenbaur, Huxley, o Virchow de Vurzbourg, Moleschott e tantos sumidades científicas desta ordem hão *inconscientemente* reproduzido, ou antes, *afirmado o milagre no domínio da história*!

Entretanto, ainda mesmo sob o ponto de vista do método histórico, o sr. dr. Barreto parece estar em engano. Discípulo fiel de Comte, S. Sa. não pode

admitir que a ciência seja tratada senão debaixo da mais estrita observância dos preceitos recomendados pelo grande fundador de *positivismo*.

Se esta falta (que nem por isso nulifica as aflições da ciência), é real com relação a um outro ramo de ciência cultivada pelos materialistas, não o é com relação a todos e muito menos com relação ao transformismo; e, se não, ouça o sr. dr. Barreto.

É Ernesto Hoeckel quem fala:

"João Muller foi o último biologista que abrangeu o campo todo das ciências naturais orgânicas, colhendo nela uma glória imorredoura. Depois da sua morte (1858) a fisiologia e a morfologia separaram-se. A fisiologia, como ciência especial das funções dos organismos vivos, seguiu cada vez mais, isto é, mais perto, o método experimental. A morfologia, pelo contrário, como ciência das formas dos animais e dos vegetais, não podia usar senão mui limitadamente de um tal método; ela teve, pois, de recorrer à história da evolução, *e tornou-se assim uma ciência histórica*. No meu discurso de Munique apliquei-me muito especialmente a fazer ressaltar o contraste deste *método histórico e genético seguido de morfologia* com o método exato e experimental dos fisiologistas".

Já vê o ilustre sr. dr. Barreto que o *imprudente* materialista Hoeckel, ao menos no estudo da morfologia, segue os preceitos de Augusto Comte, o que não impede de ser um dos mais lógicos e eruditos materialistas da Alemanha.

Ora, sendo a morfologia a base do darwinismo e além disso *tratada segundo o método histórico*, parece que, de todas as afirmações do materialismo, é esta *a que menos perigo tem de naufragar*. E o sábio professor alemão está disto tão convencido, que acrescenta:

"Todos os nossos livros de morfologia, em particular, acham-se já tão fortemente penetrados da teoria da descendência; os princípios filogenéticos passam já geralmente por instrumentos de pesquisas *tão seguros e tão indispensáveis*, que ninguém poderá, já agora, expeli-las das posições conquistados. Oscar Schmidt disse, com razão:

"Entre os zoologistas existentes, digamos melhor, entre os zoologistas que trabalham atualmente, *noventa e nove por cento estão convencidos, pela simples indução, de que a teoria da descendência é verdadeira*".

E no entanto, diz o primoroso escritor, sr. dr. Barreto, que ela *ainda pode naufragar*!

Confrange-se-nos o coração que um homem da estatura científica, e possuidor de um tão brilhante talento, como ilustre sr. dr. Barreto, avance num *excesso de positivismo*, proposições desta ordem! E muito mais se nos confrange ele ao vermos o modo desdenhoso e motejador com que trata a *tresloucada* doutrina materialista, à qual no entanto S. Sa. apenas pode opor a sua atitude expectante, *e nada mais*!

Releve-nos o sr. dr. Barreto este desabafo. O seu admirável talento, o seu grande cabedal científico, os seus créditos literários e incontestável prestígio como escritor distintíssimo, pesam por tal forma na opinião, que além de nos parecer que, das proporções emitidas por S. Sa. resulta um perigo para o natural progresso das *idéias livres*, entendemos dever protestar, em nome dos materialistas convencidos e leais, contra o manifesto menosprezo com que foram por S. Sa. tratados.

De resto, convencido de que o nosso humilde escrito não merece as honras de uma resposta, e sendo nossa intenção não sustentar polêmicas, declaramos não voltar à imprensa, rogando, no entanto, ao sr. dr. Barreto permissão para guardarmos o incógnito, e assegurando-lhe, sem a menor bajulação, que somos um dos seus mais sinceros e profundos admiradores.

O Darwinismo (Uma resposta) – I[55]

Luiz Pereira Barreto

Com grande constrangimento venho cumprir o dever, que me corre, de responder ao ilustrado darwinista, que, na *Província* de 7 do corrente, honrou com algumas objeções as poucas frases, que a situação forçada, em que me achei colocado, me impeliu a dirigir contra a grande doutrina biológica que ocupa a atenção do mundo cientifico dos nossos dias.

Nada pode haver de mais desagradável do que a necessidade de formular acres censuras contra uma doutrina, com a qual simpatizamos de coração e para a qual desejamos toda a sorte de triunfos. Somos dos primeiros a reconhecer a conveniência de, por enquanto, não desviar do estudo do darwinismo, mas antes acoroçoar todos aqueles que tentam esforços nesse sentido. Ainda não estamos tão ricos de materiais científicos que possamos dispensar o concurso de novos fatos e novas provas. O darwinismo inaugura uma grande e magnífica vereda, uma nova era para as ciências naturais; e tudo quanto tende a consolidar as ciências naturais encontra necessariamente apoio no positivismo. O darwinismo, como doutrina biológica, não pode conduzir à teologia nem à metafísica: é quanto basta para fazer-nos causa comum com ele. Do momento que a teologia perde, a filosofia positiva lucra. É portanto do nosso mútuo interesse mantermo-nos unidos e solidários.

[55] *A Província de São Paulo*, de 15 de abril de 1880.

Uma consideração, sobretudo, nos impõe o dever de sermos circunspectos e de nos abstermos de trazer as nossas rixas internas perante o público, quando não dispomos senão das colunas de uma folha política, como meio de propaganda: a falta de espaço nos obriga a nos resumir em excesso, e esta excessiva concentração comunicando inevitavelmente um caráter absoluto às nossas opiniões, produzimos muitas vezes, sem querer, no espírito público uma impressão que estávamos longe de prever. Se já não é fácil a tarefa de expor simplesmente uma teoria nova em estilo acessível à generalidade dos leitores, muito mais grave se torna a situação, quando se tem de tocar incidentemente nos pontos de divergência entre duas doutrinas quase igualmente desconhecidas para a grande massa dos leitores de folhas diárias. Nessas condições, toda a discussão é inconveniente. Por mais que façamos, não podemos habilitar o público para conhecer da razão das divergências, e todos os nossos esforços só redundam em benefício dos teólogos e metafísicos, que encontram nessas divergências – a maior parte das vezes mais aparentes do que reais – uma mina fácil de explorar.

Não serei eu, portanto, que procurarei atenuar as falhas de que me acusa o ilustrado darwinista, que, envolto na modéstia de anônimo, não quis oferecer-me a ocasião de tributar ao seu nome toda a devida homenagem.

Julgo-me suficientemente justificado, ao avançar por minha vez que o ilustre evolucionista incorreu precisamente na mesma falta, de que tão acremente censurou-me. Acusou-me por não ter feito uma exposição integral da doutrina do transformismo, quando eu, ocupado em outro assunto muito diverso e colocado em um ponto de vista inteiramente diferente, só incidentemente toquei nos principais motivos, que levaram especialmente Huxley a mover contra A. Comte uma guerra infundada e injusta: e, no entanto, nesse mesmo artigo em que sou acusado, e que ocupou nada menos de cinco grandes colunas, não aparece sequer a tentativa de exposição da doutrina defendida.

Fui acusado de irreverência para com Huxley, a quem apenas neguei competência filosófica e não científica; e, entretanto, o ilustre darwinista, que o defende, nos dá logo em seguida a prova de uma irreverência sem limites, não encontrando frases bastante iníquias para verberar a conduta filosófica de Virchow, tão somente por dar este o exemplo de uma imparcialidade científica, digna de todos os louvores. E, que se o note bem, Virchow não condenou a hipótese darwínica, apenas protestou contra a introdução dessa hipótese no ensino oficial.

Ao aconselhar aos fogosos evolucionistas mais calma, mais moderação, não fez mais do que recomendar a observância de um dos mais sóbrios e fundamentais preceitos da ciência, preceitos que constituem toda a sua garantia, todo seu prestígio, toda a sua imponente autoridade.

Será um grande crime indagar se uma hipótese já preencheu todas as condições da garantia científica? E um homem de ciência, como Virchow, que tanto tem contribuído para a marcha da emancipação mental, não poderá manter-se firme no seu posto, sem que se veja logo na sua prudente conduta " o seu estacionamento, *as suas ambições de uma outra ordem*, a sua vergonhosa apostasia, que a todos tem surpreendido, *menos ao partido clerical que com ela exulta*"? E, pelo fato de o partido clerical exultar, deveremos modificar a nossa linha de conduta? Mas, o partido clerical, quando não exulta, anatematiza. Ora, a sã filosofia tão pouco se deve importar com os aplausos como com os anátemas de procedência teológica. O critério científico deve assentar sobre outras bases.

Não é o medo da teologia que poderá nos servir de ponderador. Devemos ter sempre presente a fábula dos pardais, que, de medo de morrer nas unhas do gato, deixaram-se morrer de fome...

A posição em que colocam os nossos amigos darwinistas nos parece apresentar grande analogia com a dos pardais, com esta diferença apenas: que o medo da teologia os entrega mais depressa à voracidade teológica...

O darwinista brasileiro, a exemplo de Hoeckel, se indigna contra o procedimento de Virchow, por dar ele lugar a que o partido clerical *exulte*.

Huxley esgotou o vocabulário das injúrias contra Comte, qualificou o positivismo de *catecismo disfarçado*, taxou de *burlescas* as vistas filosóficas de Comte, só porque este, depois de severo exame, se pronunciou mais favoravelmente pela fixidez das espécies. Foi em vão que Comte, discutindo a grandiosa concepção de Lamarck, pôs em relevo o seu imenso valor intrínseco, rendendo-lhe a mais ampla justiça e elevando a questão a uma altura filosófica, que nunca mais atingiu posteriormente. Foi em vão ainda que Comte, aplicando à história a hipótese darwínica, a verificou por toda a parte, convertendo-a na lei dos três estados, e a revestiu de um caráter augusto, apresentando-a como a *lei do progresso*. Do mesmo modo ainda foi em vão que Comte, tomando a dianteira aos mais audazes darwinistas aconselhou que, na falta de elos para se recompor a cadeia animal, se criasse abstratamente tipos adequados para preencher as lacunas da escala, do mesmo modo que se eliminasse aqueles que não pudessem aí encontrar um lugar satisfatoriamente lógico. Foi em vão, enfim, que Comte foi o primeiro a instituir o uso sistemático das hipóteses científicas.

Parecia que tão grandes serviços prestados à causa darwínica devessem recomenda-lo à veneração e à simpatia de todos os sinceros darwinistas; parecia que a gigantesca operação executada por ele em história, com especialidade, operação que poupa aos darwinistas o mais improbo labor, devesse pô-lo ao abrigo de quaisquer ataques. Assim não aconteceu, entretanto.

O medo do *gato*, o medo do gato teológico, tudo envenenou, tudo comprometeu!

Herbert Spencer, ardendo de sede de combate, atacou a classificação das ciências de Comte – classificação que é a mais exata representação imaginável[56] da concepção darwínica... e isto em nome do darwinismo! – Daí a pouco, atacou o gêneses das ciências de Comte, gêneses que é a mais sólida confirmação da hipótese darwínica... e isto ainda em nome do darwinismo!

[56] No texto está maginável

Mais tarde, é verdade, Herbert Spencer resgatou estas duas faltas, adotando para seu uso a classificação de Comte, do mesmo modo que já antes havia invocado a autoridade de Comte, quando precisou lançar as bases de uma educação positiva, concordando assim que o *gêneses* proposto por Comte é o mais prático, o mais didático: de sorte que as suas duas tentativas foram verdadeiramente só para... inglês ver.

O que diremos, porém, de Huxley que se arvora oficiosamente em advogado de Stuart Mill (ainda vivo e robusto) e em nome de Mill vem desbragadamente atacar *a lei dos três estados*, lei que Stuart Mill sustentou toda a sua vida fazendo dela o objeto de todo o capítulo do 2º volume do seu *Sistema de Lógica*?

Que idéia poderemos fazer da capacidade filosófica desse energúmeno do darwinismo, que assim desconhece o alcance social da doutrina que sustenta em biologia, e, com a mais revoltante inépcia, descarrega contra ela o mais brutal e furibundo golpe?

– E por que toda esse fremente agitação?

– Só porque A. Comte considera a escala dos seres como uma *criação abstrata*, como um simples artifício lógico, destinado a facilitar e aliviar as operações do nosso espírito...

Os darwinistas entendem que isto não é bastante: querem que a série (pouco importa se linear ou se ramificada) seja a exata representação de um fato *concreto*.

Mas, Agassiz, o ilustre naturalista deísta, não queria também que as classificações naturais fossem consideradas puros artifícios lógicos: para ele a *classe*, a *família*, a *espécie*, eram as exatas *expressões* de um pensamento, de uma frase ou de uma idéia da inteligência de Deus. Daí concluía ele que a espécie é *necessariamente* fixa, invariável como o modo de pensar de Deus.

Não obstante as aparências, não obstante todos os seus sangrentos sarcasmos dirigidos contra a fixidez das espécies, os nossos amigos darwinistas conservam a modalidade de espírito ou o molde do raciocínio de Agassiz.

É sabido que entre o ateu, o deísta e o panteísta a diferença é só de forma e não de fundo: os três se valem filosoficamente. É preciso não nos deixarmos impor pelas aparências.

Os positivistas, pelo contrário, que aceitam os fatos e as objeções de Agassiz contra o darwinismo, rejeitam totalmente o molde do seu raciocínio. Desprezamos a forma, mas guardamos o fundo científico. Se Agassiz foi deísta ou teólogo, tanto pior para a metafísica e para a teologia: os fatos que ele aponta, só fortificam a ciência, e o que fortifica a ciência em um ponto é mortal para a teologia em todos os pontos.

Como doutrina biológica, tal qual a entende a filosofia de Comte, o darwinismo jamais deveria conduzir [o] rumo da teologia; entretanto, é o contrário que está prestes a se verificar. A mais superficial observação é suficiente para reconhecer que os nossos amigos darwinistas já adotaram todos os hábitos mentais, todos os vícios de raciocínio da teologia: desapareceu totalmente a tolerância filosófica, e, ante a menor resistência, os darwinistas, imitando o exemplo dos teólogos, procedem por anátemas contra aqueles que hesitam em abraçar a totalidade dos seus dogmas.

Pedir-lhes provas, lembrar-lhes a observância do mais fundamental preceito de toda hipótese científica – *a verificação* – é a seus olhos um crime abominável, é causar-lhes uma irritação de tal ordem que não nos dão mais senão injúrias por argumentos.

Não é desse mesmo modo que procedem os teólogos?

Os menos intolerantes dentre eles recorrem ao racionalismo para nos responder. Ora, é precisamente este racionalismo que devemos examinar de perto, se não queremos cair em pura metafísica. O racionalismo é uma grande brecha aberta nos flancos da ciência: se fecharmos hoje os olhos para esse atentado, com que autoridade recusaremos amanhã ao deísta o pleno direito e a plena legitimidade da sua hipótese querida?

O Darwinismo (Uma resposta) – II[57]

Luiz Pereira Barreto

Não é, por certo, por falta de racionalidade que peca o deísmo. Se jamais houve uma hipótese perfeitamente racional, é essa sem dúvida. E a melhor prova aí está nessa imensa maioria de espíritos, que todos os dias experimentam o mais profundo espanto ao saber que existe um grupo de pensadores que põe em dúvida essa crença ou a deixam mesmo completamente de lado.

Não foi pelo racionalismo que as diversas ciências conseguiram a sua plena constituição positiva: foi pela observação, pela experiência e pela comparação. Ainda mais, foi só depois que deixaram de ser racionalistas que se organizaram em corpo de doutrina e puderam operar as mais brilhantes conquistas em todas as direções.

O deísmo caiu perante a ciência do momento que esta opôs ao racionalismo o seu método experimental. E o golpe foi tão profundo que a metafísica nunca mais levantou-se.

É o método que constitui a garantia suprema da ciência. É só por ele que entramos na posse de todo o saber real.

Ora, se esta é a base da ciência, a sua condição de vida, a sua mais alta sanção, como poderemos abrir uma exceção a favor de uma hipótese racionalista,

---

[57] *A Província de São Paulo*, de 16 de abril de 1880.

só porque esta hipótese se apresenta sob o especioso pretexto de se achar ela ao serviço da própria ciência? Não será do nosso dever começar a justiça por casa?

Sinto dizê-lo, o ilustre autor do artigo *Darwinismo* ainda não desembaraçou completamente o seu espírito das aderências metafísicas, ainda afaga o racionalismo, ainda embala a sua imaginação nos doirados êxtases do espírito entregue a si mesmo.

O positivismo não é tão rude, tão inimigo da *razão*, como supõe: é simplesmente justo. Não fazemos mais do que exigir dos darwinistas o mesmo que exigimos dos deístas: queremos unicamente a verificação da hipótese, condição esta a que estão sujeitas todas as ciências e que todas aceitam sem o mais leve lampejo de queixa.

O darwinismo, por enquanto, não passa de uma simples hipótese científica: como hipótese, está apto para triunfar, como está sujeito a naufragar.

"Ora, à vista disto, diz o ilustrado darwinista, é evidente que o Positivismo e o Dr. Barreto *acham possível* o naufrágio do darwinismo, o que importa admitirem a possibilidade de haver o Deus de Abrahão, de Jacob e de Moisés *descido ao mundo* para fazer o homem de barro, *e a sua imagem*; ou então que a natureza o haja produzido *de um só jato*, UNICAS HIPÓTESES (a não ser o darwinismo) que podem explicar a existência do homem, tal qual o vemos!"

"Daqui não há fugir. Escolha o Dr. Barreto qual destas duas hipóteses mais lhe agrada, e diga-nos depois que figura faz a célebre *atitude expectante* do positivismo ante o darwinismo".

"Mas, dir-nos-á o Dr. Barreto, eu não escolho nada... – Nesse caso, desculpe-nos o Dr. Barreto, não há discussão possível. Desde que a física, a química e a biologia e a *razão* nada valem...abandonemos os princípios científicos, porque, afinal de contas, todos eles são baseados em hipóteses."

A minha resposta será simples. Mas, antes de tudo devo protestar contra o consórcio da *razão* com a física, a química e a biologia. Não foi com a *razão*, mas sim com a balança, que Lavoisier demonstrou que todo o corpo que se queima, *aumenta de peso*. Esta verdade elementar, que tanto ofendeu *a razão*

contemporânea, constitui a própria base da química. E assim em todas as outras ciências. *A razão* só se torna razão depois da experiência feita.

Não vejo absolutamente o motivo lógico que me abriga a escolher entre o Deus concreto de Abrahão e o Deus metafísico, a que a ilustre articulista dá o nome de uma mulher – *a Natureza*. Quanto ao Deus de Abrahão, os positivistas respondem: *ignoramos*; quanto à Natureza, perguntamos como De Maistre: *quem é essa mulher*?

Entre ignorar e escolher, a distância é grande. Bem sei que teólogos, metafísicos, materialistas, darwinistas, deístas, panteístas, etc., estão todos de perfeito acordo para lançar os altos gritos a cobrir de anátemas a modesta confissão do positivismo. Seja como for, mantemos a confissão e repetimos: ignoramos.

Mas, por que será que uma tão singela confissão ocasiona tão estrepitosa tempestade?

A razão é singular, mas é a seguinte: é que todos, cada um a seu modo, sentem o espinho nas carnes...e, ligados pela dor, juntam seus esforços para esmagarem em comum esse monstro maldito que se chama positivismo.

Entretanto, este *monstro* desapiedado é o único que tem a coragem de dizer toda a verdade. É por termos a coragem das verdades que hoje dizemos aos darwinistas: cautela! Na vereda que levais, já por demais se desenha a feição de ideal metafísico – a penetração da causa última.

Não nos custa conceder-vos a transformação das espécies como uma hipótese provisória; mas, essa transformação supõe um ponto de partida, e esse ponto partida, qual é ele? Um germe rudimentar, uma célula orgânica, um protoplasma, nos dizeis vós. Como sabeis?

Quem vos garante que, há bilhões ou trilhões de séculos o ambiente externo apresentou tais condições favoráveis que possível foi a transição entre a química bruta e a química orgânica, transição que fez surgir o vosso gérmen, vossa célula organizada? Será mais científico admitir a formação espontânea de uma célula do que a de um organismo superior?

Não nos ensina a ciência atual que o elefante e o homem procedem de uma célula? Qual a diferença essencial entre a semente de pinheiro e o próprio pinheiro? E a astronomia hodierna não nos informa que, todos os dias, estão a cair sobre o nosso planeta sementes de plantas de outros mundos? E, com esta informação, já a vossa doutrina não sofre um rude golpe, perdendo a metade de seu corpo, e quase a totalidade de sua razão de ser! A que fica reduzido o vosso ontológico protoplasma no tocante à evolução vegetal? E, afinal, para que recorreis a esses dilemas pueris para com os adversários, quando vós mesmos não podeis caminhar senão tropeçando de dilema em dilema?

Para todo o espírito desprevenido, o que está bem visível e palpável é que, debaixo de todo esse aparato científico jaz a eterna questão do ovo e da galinha.

A presunção a vosso favor se estabeleceria facilmente, se pudésseis nos apresentar um exemplo, *um único*, de transformação de uma espécie em outra. Há mais de 30 anos que Darwin trabalha por transformar seus pombos: e possui hoje mais de 200 variedades e...são sempre pombos.

Entre a *rosa canina* e o *leão dos combates*, entre a camélia vulgar e a *grande duquesa*, a série é hoje quase incompatível, entretanto, a rosa permanece rosa, e a camélia sempre camélia. O cruzamento entre duas espécies vizinhas dá um produto híbrido que não se perpetua: entre o asno e a égua aparece o intermediário *burro*, infecundo. Isto é o que sabemos positivamente: é o resultado da observação e da experiência dos nossos dias. Por outro lado, a história confirma todos os resultados da observação contemporânea. As espécies descritas por Aristóteles, há vinte séculos, são exatamente as mesmas que as atuais.

As sementes de trigo, depositadas há setenta séculos nos túmulos dos faraós, e plantadas hoje, dão um produto absolutamente igual ao trigo comum.

Bem sei que os nossos amigos darwinistas, em fato de disposição do tempo, são de uma liberalidade sem limites; nenhum cálculo os assusta; contam miríades de séculos como minutos, e, quando lhes falamos em setenta

séculos – o que é isso? dizem eles setenta séculos são apenas um momento na vida do mundo...

A mesma facilidade de explicação os acompanha em todas as veredas. Darwin descreve minuciosamente o motivo por que o cão, antes de deitar-se, gira muitas vezes sobre o mesmo lugar; nos dá a razão pela qual o perdigueiro tem as orelhas longas e a vista curta, e o veadeiro as orelhas curtas e o focinho longo, com a mesma imperturbável serenidade com que descreve a mímica ou a expressão das emoções, a seleção natural com a sua boa parte de romance, o combate pela existência, com a sua parte dramática, a adaptação aos ambientes, etc...etc.,

Neste andar caminhamos depressa; já estamos em plena teleologia; e daí à teologia não há senão um passo.

O Darwinismo (Uma resposta) – III[58]

Luiz Pereira Barreto

O ilustre darwinista brasileiro estabeleceu o dilema e não deixou-me a escolha senão entre o Deus de Abrahão e a deusa natureza. E, ainda não satisfeito, galhofou algum tanto com a *atitude expectante* do positivismo, querendo, talvez, assim mostrar que, quando se trata da origem simiana do homem, é preciso que a gravidade de assunto se amenize com alguns laivos dessa alegre facécia, que nos vem por herança do nosso longínquo progenitor. Nada de mais justo: o bom humor em filosofia é sempre bem recebido.

Por minha vez, vou esforçar-me por guardar o mesmo diapasão, pondo de lado, por algum tempo, a gravidade de Comte, que, segundo Stuart Mill, chegava ao ponto de gostar de Molière, não pelo seu espírito, mas pelas suas graves sugestões morais....

Como já fiz ver, o ilustrado patrício conserva ainda a forma de raciocínio que estamos habituados a encontrar nos mais irrepreensíveis deístas. E, para provar que não avanço uma proposição sem fundamento, vou pedir ao mais mimoso dos padres a sua opinião sobre o positivismo, e ao público que a compare com a do ilustre darwinista. Desta sorte se tornará bem palpável a secreta afinidade espiritual que reina entre o darwinismo e o puro deísmo.

O mimoso deísta, feito padre, a que me refiro, é o jovem e melífluo padre Didon, o novo Bourdaloue que está neste momento fazendo as delícias

[58] *A Província de São Paulo*, de 17 de abril de 1880.

do público católico mais adiantado do país. E, para não haver confusão, deve declarar que o padre Didon não é um padre como os outros: é um livre pensador perante o *Syllabus*, mas um livre pensador que põe o seu talento a serviço da Igreja.

No seu livro recente – *A ciência sem Deus* – à p. 7, "É preciso, meus senhores, atacar antes de todos esse sistema nascido ontem, que, em nome da ciência, ousa proibir ao espírito humano a investigação de Deus, e que, a ser exato, seria a condenação de toda a teodicéia. É bastante dizer que estou designando o positivismo.

"Considerando doutrinariamente, o positivismo é um sistema que professa não crer senão nas coisas acessíveis à experiência.

"Não admite outra realidade senão a matéria, suas propriedades e suas forças, seus fenômenos e suas leis. Não estuda, não aspira conhecer senão o que se vê, se mede e se pesa. O resto... considera como hipotético e colocado fora da esfera de inteligência; desde então, não se ocupa com isso. Notai bem, meus senhores, ele não nega e nem afirma; mais reservado e mais hábil, não se ocupa com isso; e, se se insiste para que explique essa atitude singular, esquiva-se dizendo: o invisível não é do meu domínio, nem da minha competência. A experiência é o seu único método. A razão para ele é toda experimental...

"...Eis aqui a substância dessa doutrina estreita, a mais exclusiva que o cérebro humano jamais concebeu. É *o golpe o mais pérfido que tenha sido descarregado, já não digo contra a fé, mas contra a razão*. Do momento que se professa não admitir senão a matéria, tudo quanto não for matéria é considerado como não existente. Ora, a alma, a pesareis vós? A medireis vós? E Deus, quem o pesou, quem o mediu? Quem pode descrever o seu rosto, desenhar seu perfil?

"Mas como a religião repousa sobre a alma e sobre Deus, para uma inteligência viril entrada no positivismo, não há mais alma, nem religião, nem Deus: são palavras absolutas, lendas ocas, de que um espírito científico está emancipado...A ciência, diz o mestre da jovem escola, obrigou o pai da nature-

za a aposentar-se e acaba de reconduzir Deus até às suas fronteiras, agradecendo-lhe os seus serviços provisórios!''

Como se vê, o jovem e sagaz pregador se apavora, tanto como o darwinista brasileiro, ante essa atitude de positivismo, que ambos qualificam de *singular*. Não escapou ao mimoso provincial este fato: que ''o positivismo é o mais pérfido golpe que jamais tenha sido descarregado, já não digo contra a fé, mas contra a razão''. De uma só coisa esqueceu-se, é que essa *perfídia* do golpe é toda em benefício da ciência.

Os darwinistas fazem pouco cabedal da fé, mas constituem-se paladinos da razão; encontrando a ciência deficiente, suprem-na com o racionalismo. Do mesmo modo, o padre Didon, encontrando a fé no *Syllabus* deficiente, supre-a com o racionalismo. De um e de outro lado, o interesse é o mesmo. E, como o positivismo não pode decidir a favor de um, sem decidir ao mesmo tempo, por dever de justiça, a favor de outro, e, como estes favores só poderiam ser feitos em detrimento de ciências, condena ambas as partes pelo mesmo delito.

É preciso que nos entendamos: a hostilidade do positivismo não se dirige contra a doutrina biológica, mas sim, contra a tendência racionalista que se lhe quer imprimir; toda a questão se passa entre o racionalismo e o experimentalismo. A impor a observância do sagrado princípio experimental, o positivismo não faz mais do que manter firme a bandeira que todos nós, positivistas e darwinistas, juramos sobre a pia batismal da ciência. Invocar o racionalismo, é uma deserção injustificável, é um desvio do método que desautora a ciência. É nesse sentido que Virchow teve imensamente razão; e, é neste mesmo sentido que não podemos encontrar frases bastante enérgicas para verberar o procedimento de Huxley, que se insurge contra um sistema filosófico, que sanciona todas as hipóteses *verificáveis*, e que constitui um seguro paládio para todas as verdades demonstradas da ciência.

Invocar o racionalismo é tentar repisar uma senda já por demais assinalada pelos desvarios do espírito humano, é prosseguir um ideal que só tem amontoado desastres e humilhações por toda a parte.

Toda a polêmica dos darwinistas contra o positivismo só tem por base uma confusão. Esta confusão provém de um vício da preparação científica da parte dos homens de ciência em geral, quero dizer: a falta de instrução enciclopédica, que Comte nunca se cansou de assinalar e censurar. As especialidades, eis o grande opróbrio, a insigne mania da instrução cientifica de nossos dias.

Sem dúvidas, essas especialidades têm contribuído poderosamente para o progresso das minudências de cada uma das ciências. Mas, se há um fato incontestável, é que esse mesmo progresso prejudica singularmente a concepção filosófica do papel da ciência. As faculdades mais eminentes do espírito se atrofiam sob a massa dos fatos de memória.

Temos levado tão longe a dispersão de vistas, a especialização, que hoje, mesmo em um ramo isolado de conhecimentos, já não podemos nos entender, tanto os pormenores desfiguram e ofuscam os pontos de vista gerais. A boa higiene do espírito requer a multiplicidade sistemática dos estudos, do mesmo modo que a saúde do corpo requer a variedade dos alimentos. O homem que passa 30 ou 40 anos de sua vida a estudar só insetos, ou só criptógamas, ou só equações de curvas, se embrutece afinal e torna-se um perfeito *urso*. Os ataques contra o sistema de Comte, por parte de homens de ciência, especialistas, bem o provam.

Na ausência de vista gerais, cada um procura engrandecer e fazer triunfar o seu ponto de vista exclusivo, dando exagerada importância ao que é secundário e deixando completamente na sombra o que é capital. Neste estreitamento do espírito desaparece a distinção entre a ciência e a filosofia, e daí essas disputas acrimoniosas suscitadas por vãos motivos de precedência.

A guerra, que movem os darwinistas contra a filosofia positiva, resume-se, em definitiva, em uma insubordinação do interesse particular contra o interesse geral. A filosofia positiva, na sua qualidade de *filosofia*, tem por missão impor a cada uma das ciências particulares a rigorosa observância dos preceitos fundamentais do método científico. No seu papel de mantenedora da ordem

e de preparadora do progresso, não lhe cabe descer a tomar partido, em questões de detalhe, contra esta ou aquela opinião, a favor deste ou daquele grupo. O seu primeiro dever é a perfeita neutralidade em todas as questões pendentes, em todas as hipóteses sujeitas à verificação. Contra esta atitude neutra se revoltam os darwinistas. Não têm absolutamente razão.

– Cientificamente, o que é o darwinismo?

– É uma questão de biologia.

– Constitui ele toda a biologia? Não, evidentemente. Nem mesmo um capítulo é; constitui apenas um parágrafo do capítulo *biotaxia*. Incumbe, portanto, exclusivamente à biologia o esvaziamento desta questão. Se o darwinismo conseguir autenticar-se, será uma verdade de mais, que o positivismo consagrará. Se, porém, não conseguir verificar-se, se...naufragar, será simplesmente um erro de menos, cuja eliminação não comprometerá de forma alguma a solidez do edifício positivo. Enquanto a questão se agita, a filosofia positiva mantém o seu posto. Surgida da filosofia particular de cada ciência, considera todas as ciências como suas filhas e trata a todos no mesmo pé de igualdade. Dentre estas filhas a biologia é talvez a mais simpática, a mais insinuante, a mais cheia de atrativos. Mas, com justiça, poderá a filosofia positiva abrir uma exceção a favor desta – permitindo-lhe a grande *travessura* do racionalismo quando mantém para com as outras o mais severo rigor?! O que diriam as outras, e, com especialidade, a química, que não é menos bela, nem menos atraente? Não será mais consentâneo com a própria dignidade que o darwinismo se submeta à lei comum e faça visar o seu passaporte na chancelaria das *verificações*?

O Darwinismo (Uma resposta) – IV[59]

Luiz Pereira Barreto

Segundo as explicações precedentes, é fácil compreender-se a razão por que os darwinistas olham com tão mau olho a atitude neutra do positivismo. Mas, há ainda um outro motivo, não precisamente científico, mas de grande interesse histórico, que concorre para fomentar a discórdia intestina. Os positivistas, francamente embirram com esta palavra *darwinismo*: vemos nela a mais clamorosa injustiça. Darwin não foi o inventor da doutrina, que traz o seu nome: o seu legítimo autor é Lamarck. E, se Darwin a renovou, cercando-a de um maior aparato de fatos de observação, nem por isso é menos certo que Lamarck foi quem a concebeu e a formulou com uma nitidez e elevação de vistas que colocam a sua superioridade filosófica fora de toda a contestação. Os naturalistas ingleses suportam dificilmente o anunciado desta questão de prioridade. É conhecido o orgulho nacional dos ingleses, orgulho que tanto os prejudica, inibindo-os de aceitar as idéias e melhoramentos de outros países; ainda não adotaram o sistema métrico, e, na indústria, são tão inflexíveis em sua rotina que não consentem na introdução do mais simples aperfeiçoamento, já não digo das máquinas complicadas, mas mesmo na fabricação de uma simples enxada ou de um machado, circunstância esta que explica a posição da inferioridade em que caíram em frente à concorrência norte-americana. O principal móvel, talvez, o apaixonado ataque de Huxley contra Comte não reconhe-

[59] *A Província de São Paulo*, de 22 de abril de 1880.

ce outra cousa. Justiça, entretanto, seja feita a Darwin, que nunca pretendeu as honras da originalidade e deu sempre a Lamarck a paternidade de doutrina.

Para mostrar toda a injustiça e o nenhum fundamento do ataque de Huxley contra Comte, ser-nos-ia preciso dar aqui por extenso a opinião imparcial do imortal autor da filosofia positiva sobre este grande debate. Infelizmente o acanhado espaço de que dispomos não permite senão a citação de alguns trechos truncados, que de forma alguma podem dar uma idéia exata de encadeamento dos argumentos. Seja como for, o que vamos transcrever servirá ao menos para demonstrar a sem-razão do azedume darwinista, que qualificou de *burlescas* as sóbrias e profundas vistas filosóficas de Comte. Os jovens darwinistas brasileiros, estou certo, experimentarão não pequena surpresa ao saber que a notável argumentação, que vão ler, traz a data de 1838.

"A este respeito é preciso, antes de tudo, reconhecer que, qualquer que deva ser a decisão final desta grande questão biológica, não pode, na realidade, de modo algum afetar a existência fundamental de hierarquia orgânica. Poder-se-ia, a princípio, pensar que, na hipótese de Lamarck, não existe mais verdadeira série zoológica, porquanto todo os organismos animais seriam desde então perfeitamente idênticos, suas diferenças características devendo assim ser essencialmente atribuídas à influência diversa e desigualmente prolongada do sistema de circunstâncias externas.

"Mas, examinando-se esta questão mais aprofundadamente, percebe-se facilmente, pelo contrário, que toda a sua influência, neste sentido, se reduziria a apresentar a série sob um novo aspecto, que tornaria sua existência ainda mais clara e mais irrecusável.

Porque o complexo da série zoológica se tornaria então, tanto em fato como em especulação, perfeitamente análogo ao complexo do desenvolvimento individual, restringindo ao menos só ao seu período ascendente: não se trataria mais senão de uma longa sucessão determinada de estados orgânicos, deduzidos gradualmente [uns dos outros] na série dos séculos por transformações cada vez mais complexas, cuja ordem, necessariamente linear, seria exatamen-

te comparável à das metamorfoses dos insetos hexapodes, tão somente muito mais extensa. Em uma palavra, a marcha progressiva do organismo animal, que não é para nós senão uma abstração cômoda, simplesmente destinada a abreviar o discurso e facilitar o pensamento, se converteria desse modo em uma verdadeira lei natural. É mesmo digno de nota que, dos dois célebres antagonistas entre os quais se debatia esta importante questão, Lamarck era incontestavelmente o que manifestava o sentimento mais nítido e mais profundo da verdadeira hierarquia orgânica, ao passo que Cuvier, sem nunca combatê-la em princípio, desconhecia freqüentemente os seus caracteres filosóficos mais essenciais. Não se pode, pois, pôr em dúvida que a concepção fundamental da série biológica seja realmente independente de qualquer opinião sobre a permanência ou a variação das espécies vivas.

"O único atributo desta série, que possa ser afetado por uma tal controvérsia, consiste simplesmente na continuidade ou descontinuidade necessária da progressão orgânica.

Porque, admitindo-se a hipótese de Lamarck, em que os diversos estados orgânicos se sucedem lentamente por transições imperceptíveis, será evidentemente preciso conceber a série ascendente como rigorosamente contínua.

Se, pelo contrário, reconhecer-se finalmente a fixidez fundamental das espécies vivas, será não menos indispensável estabelecer como princípio a descontinuidade da série.

Tal é, pois, afastando, de modo irrevogável, toda a vã contestação sobre a própria existência da hierarquia orgânica, o único verdadeiro ponto de vista sob o qual devemos aqui estudar esta alta questão de filosofia biológica.

"...Toda a célebre argumentação de Lamarck baseava finalmente sobre a combinação geral destes dois princípios incontestáveis, mas até aqui muito mal circunscritos:

1º A aptidão essencial de qualquer organismo, sobretudo de um organismo animal, a modificar-se conforme as circunstâncias externas em que acha

colocado, e que solicitam o exercício predominante de tal órgão especial, correspondente a tal faculdade tornada mais necessária;

2º A tendência não menos certa a fixar nas raças, pela transmissão hereditária unicamente, as modificações a princípio diretas e individuais, de modo a aumentá-las gradualmente em cada geração nova, se a ação de meio ambiente perseverar identicamente.

Concebe-se sem dificuldade, com efeito, que, se esta dupla propriedade pudesse ser admitida de um modo rigorosamente indefinido, todos os organismos poderiam ser considerados como tendo sido, afinal de contas, sucessivamente produzidos uns pelos outros, ao menos dispondo da natureza, da intensidade e da duração das influências externas com essa prodigalidade ilimitada, que nem um esforço custava à ingênua imaginação de Lamarck.

"...Não nos ocuparemos com as suposições tão gratuitas, que necessita uma tal concepção, quanto ao tempo incomensurável durante o qual cada sistema de circunstâncias externas deveria ter prolongado a sua ação para produzir a transformação orgânica correspondente.

Esse defeito secundário é de tal modo manifesto, que não exige exame algum especial, porquanto o tempo não é disponível senão entre certos limites.

Devo apenas assinalar, neste sentido, como diretamente contrário ao verdadeiro espírito fundamental da filosofia positiva, o expediente irracional empregado por alguns daqueles que apoiavam a tese de Lamarck, quando, para iludir insobrepujáveis objeções, imaginaram recorrer a uma antiga constituição inteiramente ideal dos meios ambientes orgânicos, então privados de toda a analogia essencial com os meios atuais.

Segundo a teoria geral das hipóteses verdadeiramente científicas, estabelecida no volume precedente, um tal modo de filosofar deve ser imediatamente reprovado, como escapando, por sua natureza, a qualquer espécie de verificação positiva, quer direta, quer indireta."[60]

[60] *Cours de Philosophie Positive*, t. III, p. 556.

É quando basta para fazer compreender ao leitor o motivo da indignação de Huxley e outros confrades: é que esta censura de Comte é realmente irrespondível. Os darwinistas *imaginam*, fazem *romances*, esquivam-se à verificação da hipótese, ao passo que a filosofia positiva está firmemente resolvida a manter-se com todo o rigor no terreno científico.

Não condenamos todas as *hipóteses*, como o supõe o ilustre darwinista brasileiro, apenas condenamos aquelas que são, de sua própria natureza, inverificáveis. É esta exigência que coloca o positivismo entre dois fogos, o dos teólogos e deístas, de um lado, e o dos materialistas, do outro. E é esta singular situação que constitui a sua melhor defesa. Pouco nos impressiona o fato de se acharem Pirro, o cético e Sócrates, o crente de acordo em um ponto: o que procuramos acima de tudo é saber se estamos ou não coerentes com os princípios os mais fundamentais do método das ciências.

Comte institui magistralmente o uso sistemático das hipóteses científicas, porque ninguém melhor do que ele sabia o quanto podia ser fecunda qualquer vereda para a investigação positiva, quando inaugurada sob o auspício de uma hipótese nessas condições. Toda a história das ciências aí está para nos garantir que todo o trabalho especulativo bem dirigido nunca é inteiramente perdido: a maior parte das vezes é possível que não se atinja o alvo; mas, em caminho, com certeza se fará sempre uma ampla colheita de verdades, que não se procurava, que não se suspeitava mesmo, e que, no entanto, tornaram-se freqüentemente mais importantes do que a verdade ideal que se ambicionava. Esta é a melhor sanção das hipóteses científicas. Neste sentido, o darwinismo, quando mesmo nenhum serviço preste mais à ciência, merecerá o eterno reconhecimento da humanidade pelos seus indefesos esforços em enriquecer o nosso cabedal de fatos de observação e, mais que tudo, pela poderosa influência para o aperfeiçoamento de nossas faculdades de observação, de experimentação e de comparação. Jamais sistema algum aguçou tanto essas faculdades elementares do nosso espírito. O seus influxo tem penetrado por toda a parte,

provocando e fecundando em todas as direções as mais eminentes e úteis elaborações. Podemos, em uma palavra, dizer que sob a sua inspiração todas as ciências naturais sofreram uma total renovação: foi a *boa nova* que despertou todas as energias adormecidas, comunicando em alguns espíritos, como em Hoeckel por exemplo, uma potência de trabalho verdadeiramente extraordinária.

É neste sentido determinado que o positivismo rende a mais simpática homenagem ao darwinismo, e lhe deseja toda sorte de brilhantes triunfos.

Jacareí, 14 de abril de 1880

O Darwinismo e o sr. dr. Barreto[61]

Era nossa intenção não voltar à discussão. Em primeiro lugar, a consciência de nossa *niilidade* ante o potente e deslumbrante talento do nosso ilustre contendor, e portanto a certeza do inevitável e tremendo fiasco; em segundo, porque o nosso fim, ao escrever o artigo publicado na *Província* de 7 do corrente foi *somente* analisar alguns trechos que nos pareceram dignos de reparo, no excelente artigo com que o muito ilustrado sr. dr. Barreto fechou a sua discussão com o Sr. Morton; e em terceiro, finalmente, porque, como bem disse o nosso eminente antagonista, – a discussão torna-se inconveniente, visto como não poderemos habilitar uma grande parte do público a conhecer da razão das divergências em que nos achamos.

O cavalheirismo, porém, com que o ilustre sr. dr. Barreto se dignou baixar até nós, anima-nos a, mais uma vez, apresentar algumas considerações sobre um ou outro dos argumentos contidos na brilhante série de artigos com que se dignou fulminar-nos.

Assim é que, logo no começo do seu artigo da *Província* de 15 do corrente, e tratando de defender Virchow, mostra-se o sr. dr. Barreto muito admirado por havermos dito que a vergonhosa apostasia do eminente positivista a todos surpreendeu, *menos ao partido clerical, que com ela exultou*, e acrescenta:

"E pelo fato do partido clerical exultar deveremos modificar a nossa linha de conduta? Mas o partido clerical quando não exulta, anatematiza".

[61] *A Província de São Paulo*, de 29 de abril de 1880. O autor não se identificou.

"Ora, a sã filosofia tão pouco se deve importar com os aplausos como com os anátemas de procedência teológica." O critério científico deve assentar sobre outras bases. "Não é o medo da teologia que nos deve servir de ponderador, etc."

Isto é uma grande verdade. Entretanto, algumas linhas antes, é o próprio sr. dr. Barreto quem dá testemunho de que o medo da teologia *pode servir de ponderador*, quando diz:

"Nestas condições toda a discussão é inconveniente". Por mais que façamos não poderemos habilitar o público para conhecer da razão das divergências, "e todos os nossos esforços só redundam em benefício dos teólogos e metafísicos que encontram nessas divergências" (a maior parte das vezes mais aparentes do que reais) "uma mina fácil de explorar".

Eis aqui o sr. dr. Barreto achando *inconveniente* a discussão, *porque ela redunda em proveito dos teólogos que aí acham uma mina fácil de explorar*.

Permita-nos portanto o ilustrado filósofo que, servindo-nos de suas próprias palavras, lhe perguntemos, a nosso turno:

– E, pelo fato de redundar a nossa discussão em proveito dos teólogos, *que nela acham uma mina fácil de explorar*, deveremos modificar a nossa linha de conduta? Ora, a sã filosofia tão pouco se deve importar com os aplausos, como com os anátemas de procedência teológica!

Além de que, se verberamos o procedimento de Virchow, *se contra ele esgotamos o vocabulário das injúrias*, como diz o sr. dr. Barreto, não foi por dar ele lugar, com a sua apostasia a que o partido clerical exultasse. O sr. dr. Barreto sabe que o partido clerical exulta sempre à menor descaída de todo o pensador livre e até com *a indecisão*, ou *atitude expectante*, dos positivistas, na qual querem os teólogos descobrir um resto de temor para com o seus fantástico ídolo. Não: se censuramos o procedimento de Virchow, é porque a apostasia é sempre um mau ato, um ato que revela má fé ou baixeza, que revela indignidade enfim.

Ora, Virchow, em que pese ao ilustre positivista, opondo-se ao ensino do darwinismo, não o fez *por desejar manter-se firme no seu posto*, mas sim e

unicamente porque renega hoje as doutrinas e as mais adiantadas hipóteses que em outro tempo ensinou e defendeu, e que constituem já um patrimônio da ciência atual. Um sábio, de boa fé, que deseja conservar-se em atitude expectante, não avança, em tom de sentença, como o fez Virchow ultimamente – "que o plano da organização é imutável, que a espécie não se destaca da espécie". Isto não é *positivismo*, é pura teologia, a teologia tanto mais condenável, porque parte de materialista *enragé* de há vinte anos atrás, do grande propagador da teoria nionista, de um dos chefes do materialismo do nosso tempo.

Com relação a esta extraordinária transformação diz Ernesto Hoeckel:

"Virchow tornou-se pois, a não restar a menor dúvida 'dualista e partidário da criação". Ele está tão compenetrado da verdade de seus princípios como eu o estou do contrário. Isto resulta 'com toda evidência" possível do conjunto de seu discurso de Munique, conquanto haja evitado patentear-nos descarnadamente os seus princípios."

O nosso eminente contendor parece disposto a queimar o último cartucho em defesa de Virchow, porque sem dúvida persuade-se de que o famoso patologista inclina-se hoje para o *Positivismo*. Por engano! Virchow inclina-se, mas é para a Bíblia, para o gêneses mosaico, e provavelmente para os atos dos apóstolos e mais parvoíces do catolicismo. E como explica o sr. dr. Barreto esta transformação? Parece-lhe possível que um tão emitente materialista possa voltar ao dualismo, às cousas finais – de boa fé, e baseado na ciência?

Além de quem, um positivista (supondo que Virchow tenha abraçado a doutrina) não avança em *tom dogmático* que o plano da organização *é imutável na espécies*, ou que a espécie *não se destaca da espécie.*

O verdadeiro positivista procede como o sr. dr. Barreto, aguarda a solução da questão; não nega, nem afirma, e nem mofa de hipóteses *que a massa tão complexa dos fenômenos concorre para afirmar.*

E no entanto diz o honrado sr. dr. Barreto:

"E, que se o note bem: Virchow "não condena a hipótese darwínica", apenas protesta contra a introdução dessa doutrina no ensino oficial".

Que maior condenação do que *afirmar* que o plano da organização *é imutável*?

Não é, porventura este o prejuízo que o sr. dr. Barreto nota em Agassiz, quando, tratando deste notável naturalista, diz: – "para ele a "classe", a "família", "a espécie" eram as exatas expressões de um pensamento, de uma frase, de uma idéia de inteligência de Deus; e daí concluía ele que a espécie é "necessariamente fixa, invariável como o modo de pensar em Deus?

A nós, pois, nos parece que não há frase mais robusta e que melhor exprima o veemente desejo de condenar a hipótese darwínica, cuja base é exatamente *a modificação ou o transformismo*.

Já vê, portanto, o ilustre positivista, que se verberamos a conduta de Virchow, não foi por *dar este uma prova de imparcialidade cientifica e digna de todos os louvores*, como quer S. Sa., mas porque a *afirmativa* de Virchow *não é científica* e revela a fé. Se ele se houvesse limitado a aconselhar a atitude expectante por certo que lhe não faríamos carga. Mas é exatamente por essa *afirmativa ortodoxa a que desceu*, que jamais poderemos absolvê-lo.

Entretanto, e como contrapeso às acusações de intolerância que nos faz (intolerância que deu S.Sa. exuberante prova no seu primeiro artigo contra o sr. Morton) foi com verdadeiro prazer que lemos este trecho do seu brilhantíssimo artigo:

"Foi em vão que Comte discutindo a grandiosa concepção de Lamarck pôs em relevo o seu imenso valor intrínseco, rendendo-lhe a mais completa justiça e elevando a questão a uma altura filosófica que nunca mais atingiu posteriormente.

"Foi em vão ainda que Comte, aplicando à história a hipótese darwínica "a verificou por toda a parte" convertendo-a na lei dos três estados e a revestiu de um caráter augusto, "apresentando-a como a lei de progresso".

"Do mesmo modo, ainda não foi em vão que Comte "tomando a dianteira aos mais audazes darwinistas", aconselhou que, na falta de elos para se

recompor a cadeia animal, se criasse abstratamente tipos adequados para preencher as lacunas da escala, etc., etc."

Ou falece-nos atilação para compreender este período, ou dele deduz-se que Comte era darwinista e darwinista dos mais adiantados e convencidos. Entretanto os seus discípulos, ainda os mais distintos, dão de mão à hipótese aceita pelo mestre, *e por este verificada por toda a parte*, e deixam-se ficar na atitude expectante, à espera das provas materiais e verificadas pela análise experimental.

Em todo caso modificamos desde já o nosso juízo sobre a doutrina de Comte, e pedimos permissão para perguntar aos seus discípulos:

– Com que direito vos dizeis comtistas, quando é certo que ides além de vosso mestre em matéria da restrições e de dúvidas? Se Comte *verificou* a teoria darwínica *por toda a parte*, como é que hoje duvidais dela, não obstante vos dizerdes comtistas?

Este fato lembra o proceder de *quase todos* os católicos, que, não obstante se dizerem tais, não admitem entretanto nem a confissão, nem o jejum, e nem muitas outras práticas que a igreja preceitua, – e todavia continuam a afirmar que são *católicos apostólicos romanos!*

Voltemos porém ao artigo do nosso ilustre contendor:

"Herbert Spencer, ardendo em sede de combate, atacou a classificação das ciências de Comte, "classificação que é a mais exata representação imaginável da concepção darwínica..." e isto em nome de darwinismo! Daí a pouco atacou o gêneses das ciências de Comte, "gêneses que é a mais sólida confirmação da hipótese darwínica..." e isto ainda em nome do darwinismo!

E não obstante todas estas asserções por parte de Comte, os seus discípulos põem ainda embargos à hipótese e acham que ela pode naufragar!

É pois evidente que Comte tem sido caluniado e que Spencer não o entendeu, como muitos outros, ao que parece.

Infelizmente porém e como que arrependido de nos haver dado mel pelos beiços, diz um pouco mais adiante o sr. dr. Barreto:

"E por que toda essa fremente agitação? Só porque Comte "considera a escala dos seres como uma criação abstrata, como um simples artifício lógico..."

Nesse caso é forçoso convir que ninguém poderá jamais entender Comte, visto como – ora, *verifica* a teoria darwínica *por toda a parte*, formula o gêneses das ciências, que *é a mais sólida confirmação* dessa teoria; – ora, considerava-a como uma *criação abstrata, como um simples artifício lógico!*

Está pois justificado Spencer, assim como todos aqueles que não têm podido compreender o grande fundador do *positivismo*.

Prossegue o sr dr. Barreto:

"Parece que tão grandes serviços prestados por Comte à causa darwínica devessem recomendá-lo à simpatia de todos os sinceros darwinistas; parecia que a gigantesca operação executada por ele em história, com especialidade, operação "que poupa aos darwinistas o mais improbo labor", devesse pô-lo ao abrigo de quaisquer ataques. Assim não aconteceu entretanto. "O medo do gato, o medo do gato teológico tudo envenenou, tudo comprometeu." (!)

Assim como Spencer não compreendeu Comte, nós por nossa vez não compreendemos o sr. dr. Barreto. Este *medo do gato teológico* não sabemos absolutamente o que quer dizer.

Desculpe-nos o sr. dr. Barreto, mas, ao que parece, é de boa prática entre os positivistas escrever, por vezes, de modo que os *não iniciados* fiquem...em jejum. É isto pelo menos o que nos acontece com relação a este seu período, que encerra, provavelmente, um pensamento cáustico.

Firme no propósito de confundir o materialismo com a metafísica, acrescenta o ilustre sr. dr. Barreto:

"É sabido que entre o *ateu*, o *deísta*, e o *panteísta* a diferença é só da forma e não *de fundo*. Os três se valem filosoficamente. É preciso não nos deixarmos impor pela aparências."

Perdoe-nos ainda uma vez o habilísssimo sr. dr. Barreto. A nós, pelo contrário, se nos afigura que a diferença entre o ateu e o deísta é enorme, profunda, completa, visto como a este último é *indispensável* um autor para o universo, a àquele é *absolutamente inadmissível a hipótese*. O deísta vê no universo a conseqüência de um plano meditado a priori, a ação de uma vontade inteligente, a execução de um projeto determinado, um modelo, enfim, *em ponto grande*, das operações, dos desejos, das concepções humanas; ao passo que o ateu crê que o universo existiu sempre, e não pode por forma alguma ser o produto de um *ser imaterial*, *inextenso, imponderável*, e que o mais superficial exame nos mostra como um verdadeiro *ente de razão*, ou como o mais colossal absurdo.

Se esta profunda antinomia entre as duas escolas é o que sr. dr. Barreto chama diferença *só de forma* e não *de fundo*, confessamos, nesse caso, que a nossa ignorância em matéria de forma e de fundo é completa, e não[62] mais do que entregar as mãos à palmatória.

Termina o ilustrado sr. dr. Barreto o seu artigo da *Província* de 15, com este período:

"Os menos intolerantes dentre eles (os darwinistas ou materialistas) recorrem ao *racionalismo* para nos responder. Ora, é precisamente este racionalismo que devemos examinar de perto, *se não queremos cair em pura metafísica.*

O racionalismo é uma grande brecha aberta nos flancos da ciência; se fecharmos hoje os olhos para esse *atentado*, com que autoridade recusaremos amanhã ao deísta o pleno direito e a plena legitimidade da hipótese querida?"

Evidentemente o sr. dr. Barreto encara, ou confunde a *razão*, isto é, a faculdade de *discernir*, de *comparar,* de *pesar a circunstância* – com a *fantasia*, com a *imaginação*, com a faculdade de elevar-se além dos objetos sensíveis.

[62] Parece truncado esse trecho. Talvez se devesse entender, "e não nos resta mais do que entregar as mãos à palmatória". (Gilda Naécia Maciel de Barros)

A nós, pelo contrário, parece-nos que o racionalismo não é um atentado contra a ciência, mas sim o seu maior auxiliar; porque a *razão*, ou o *bom senso*, são como que os instrumentos de que se serve o sábio para investigar os fenômenos cuja solução constitui mais tarde o patrimônio da ciência. A razão, sendo como é a faculdade de discernir, e de comparar, só abrange, ou só repousa sobre *objetos sensíveis*.

Quando, porém, ela tenta elevar-se além de tais limites, nada mais faz do que exercer-se sobre combinações fantásticas, *de idéias procedidas de objetos sensíveis*, e deixa de ser razão para tornar-se *fantasia*, que é exatamente o caso da teologia.

Resulta portanto daqui que o racionalismo e a metafísica são coisas inteiramente diversas e opostas. O primeiro tem por base os objetos *sensíveis*, e a segunda – a pura abstração, a fantasia, a imaginação.

Assim, é nossa opinião que o deísta, meditando sobre a sua *hipótese querida*, como muito bem diz o sr. dr. Barreto, *não raciocina*, mas fantasia, e por isso *podemos recusar-lhe amanhã o pleno direito e a plena legitimidade da sua hipótese.*

Ao passo que o racionalismo baseia-se nas noções que nos fornece o mundo exterior, isto é, nos objetos *sensíveis*, e conseguintemente, na *experiência* e na *própria ciência*, à qual ele, por sua vez, auxilia.

Será profundíssima ignorância nossa, será; mas, a nosso ver o *racionalismo* e a *metafísica* são coisas totalmente diversas e opostas.

Em todo caso, é por tal forma elevada a linguagem do nosso erudito contendor, e encara ele as questões de uma altura para nós tão completamente inacessível, que talvez o motivo de nossas divergências não passe de um *mal entendu* por parte do obscuríssimo escritor destas linhas, que no entanto felicita-se por haver proporcionado ao público inteligente a feliz ocasião de mais uma vez admirar o fecundíssimo talento do primoroso escritor sr. dr. Luiz Pereira Barreto, a quem cordialmente saúda.

O SR. DR. BARRETO E O DARWINISMO – II[63]

Em nosso artigo publicado na *Província* de 29 do passado analisamos, ainda que muito pela rama, alguns trechos do primeiro artigo da série com que o ilustre sr. dr. Barreto se dignou responder-nos. Temos hoje à vista o segundo, e como continuamos a não concordar com o fecundo e primoroso escritor sobre o assunto – *darwinismo*, que encaramos por modo totalmente diverso, pedimos-lhe permissão para contestar algumas das proposições deste seu segundo artigo, estampado nas colunas da *Província* de 18 de abril próximo passado.

A ousadia é por certo grande, mas a indulgência do sr. dr. Barreto é indubitavelmente maior.

Ocupando-se ainda com o *racionalismo*, diz o nosso ilustrado contendor:

"Não foi pelo racionalismo que as diversas ciências conseguiram a sua plena constituição positiva; foi pela *observação*, pela *experiência*, pela *comparação*."

Ora aqui está precisamente o caso em questão. O sr. dr. Barreto entende que a faculdade de *discernir* e de *comparar*, que todos os lexicógrafos são unânimes em denominar – *razão* – não tem relação alguma com o *racionalismo*, o qual no entender de S. Sa. é coisa muito diversa – tanto que tal faculdade, acrescenta o sr. dr. Barreto, *tem servido para a plena constituição positiva das ciências* (!). Assim, é mais de que evidente que, para o ilustre

[63] *A Província de São Paulo*, de 8 de maio de 1880. O autor não se identificou.

positivista – *racionalismo*, é sinônimo de *metafísica*. E a prova disto é que logo em seguida acrescenta:

"O deísmo caiu perante a ciência, do momento que esta opôs ao racionalismo o seu método experimental. E o golpe foi tão profundo que a metafísica nunca mais se levantou.

Fica pois evidenciado que, para o distinto positivista a faculdade de *discernir*, de *comparar*, são auxiliares da ciência, mas não constituem a razão, isto é, o *racionalismo*, o qual, no entanto, os lexicógrafos persistem em denominar: – faculdade de *discernir*, de *comparar, pois que abrange os objetos sensíveis!*

Talvez ao sr. dr. Barreto pareça que estes argumentos são verdadeiras puerilidades; mas para nós porém não o são, visto como o racionalismo, pelo modo por que o compreendemos, entende mui de perto com o darwinismo.

Depois de uma verdadeira avalanche de argumentos especiosos relativos à questão darwínica e evidentemente destinados a *entupir* o adversário (porque o sr. dr. Barreto quer *provas experimentais* e não admite absolutamente o uso da razão, isto é, o discernimento, a comparação, a observação, a analogia, a dedução, a lógica – elementos para S. Sa. inúteis, sem valor, sem significação); acrescenta:

"A presunção a vosso favor se estabeleceria facilmente se pudéssemos nos apresentar um exemplo, *um único* de transformação de uma espécie em outra. Há mais de 30 anos que Darwin trabalha para transformar seus pombos, e possui hoje mais de duzentas variedades e...são sempre pombos.

"Entre a *rosa canina* e o *leão dos combates*, entre a camélia vulgar e a *grande duqueza*, a série é hoje quase incompatível; entretanto a rosa permanece rosa e a camélia sempre camélia. O cruzamento entre duas espécies vizinhas dá um produto híbrido que não se perpetua; entre o asno e a égua aparece o intermédio *burro*, infecundo. Isto, é o que sabemos positivamente; é o resultado da observação e da experiência dos nossos dias. Por outro lado, a

história confirma todos os resultados da observação contemporânea. As espécies descritas por Aristóteles, há vinte séculos, são exatamente as mesmas que as atuais.''

A resposta a estes dois períodos deixamos a cargo de Hoeckel e do próprio sr. dr. Barreto. Eles é que se incumbem de a dar:

''O que é que a experiência pode provar em semelhante matéria? Diz o sábio professor de Iena. A mutualidade da espécie, a transformação da espécie, a passagem de uma para outra, ou para diversas espécies novas, respondemnos. Pois bem: desde que tais fatos podem ser provados pela experiências de há muito que o foram já, e na mais alta escala. O que são, com efeito, as experiências sem número da seleção artificial conseguida pelo homem, há milhares de séculos, na criação de animais domésticos e na cultura das plantas, senão experiências fisiológicas que atestam a transformação das espécies? Lembremos somente, e como exemplo, das diferentes raças de cavalos e de pombos.

''Os rápidos cavalos de corridas, os pesados cavalos da carga, os elegantes cavalos de equipagem, os grosseiros cavalos de roça e os pequenos poneys anões – eis aí, além de outras, raças tão diferentes, umas das outras, que, se as encontrássemos em estado selvagem, descrevê-las-íamos seguramente como espécies inteiramente diversas de um gênero, e até como representantes de gêneros diversos. Sem dúvida alguma todas estas pretensas *raças* ou *variedades* do cavalo diferem entre si muitíssimo mais do que a Zebra, o Couagga, o Dauw e as outras espécies do cavalo selvagem que os zoologistas distinguem como *bona species*. Entretanto, todas essas diferentes *espécies artificiais*, que o homem tem produzido pela seleção artificial, derivam de uma única forma antepassada comum, de uma *boa espécie* selvagem.

''Da mesma forma quanto às espécies tão numerosas e tão variadas do pombo doméstico, que são outros tantos descendentes, como provou-o Darwin, de uma única espécie selvagem – o pombo de rocha ou Biset (*columba livia)*. E que diferenças tão extraordinárias não se lhes nota, não somente na forma

geral do talhe e da cor, mas na forma particular do crânio, de bico e das patas, etc.! Eles diferem muito mais dos outros do que as numerosas espécies de pombos selvagens que os ornitologistas distinguem de ordinário como *boas espécies*, e mesmo como *bons gêneros*. O mesmo dá-se com relação às diversas espécies artificiais ou raças de batatas, de peras, de amores-perfeitos, de dálias, etc., em uma palavra, da maior parte das espécies de plantas e de animais domésticos.

"Insistimos entretanto sobre este ponto: – que estas espécies artificiais que o homem produziu ou *criou* de uma única espécie, por meio de processo de seleção, por experiências [de] transformação, *diferem em muito mais entre si*, sob o duplo ponto de vista fisiológico e morfológico, do que as espécies naturais em estado selvagem. Com relação a estas últimas, a demonstração experimental de uma origem comum é, como facilmente se compreende, de todo ponto impossível. Porque, desde que submetêssemos uma espécie animal ou vegetal a uma tal experiência, submetê-la-íamos de fato às condições da seleção artificial.

"Que a noção morfológica da espécie, longe de ser absoluta, não seja senão relativa, que ela não tenha mais valor absoluto do que as outras categorias de classificação análoga – variedades, raças, gêneros, famílias, classes, – eis o que concebe hoje todo o naturalista, que boa fé e sem segunda intenção julga as classificações sistemáticas em uso, que repousam na distinção das espécies. Aqui, o arbitrário, como é natural, não conhece limites, e não existem dois naturalistas que, em todos os casos, concordam em dizer quais as formas que devem ou não ser distinguidas, a título de *boas espécies*. A noção de espécie tem uma significação diferente em todos os domínios, pequenos ou grandes, da zoologia e da botânica sistemáticas.

"A noção da espécie não tem mais valor fisiológico. A este respeito devemos fazer notar mui particularmente, que a própria questão da geração dos bastardos, *último refúgio de todos os defensores da constância da espécie*,

tem perdido hoje toda a significação. Numerosas e seguras experiências nos têm feito conhecer, em primeiro lugar, que duas *boas espécies* diferentes, *ajuntam-se e podem produzir bastardos fecundos*, tal é caso das lebres e coelhos, leões e tigres, e grande número de espécies diversas dos gêneros das carpas, das trutas, dos salgueiros, dos espinheiros, etc. Em segundo, é um fato menos certo que os descendentes de uma só e mesma espécie que, segundo o dogma da antiga escola, gozarem constantemente de uniões fecundas, ou não se juntam entre si, *sob a influência de certas circunstâncias*, ou não procuram mais do que bastardos infecundos, tal é o caso dos coelhos da ilha de Porto-Santo, diversas raças de cavalos, cães, rosas, jacintos, etc.

"Quanto à *prova certa*, que pede Virchow, nenhuma classe de animais nô-la mostra melhor do que as esponjas , que a noção de espécie repousa sobre uma pura abstração e não tem senão um valor relativo como o do *gênero*, da *família*, da *ordem*, da *classe*. Aqui, a forma indecisa e flutuante apresenta uma tal variabilidade que toda a distinção de espécie é absolutamente ilusória. Isto, já Oscar Schimidt nos fizera ver nas esponjas citicosas e fibrosas. Eu mesmo, em minha monografia das *Esponjas calcáreas* (1872), fruto de cinco anos de assíduos estudos consagrados a esse pequeno grupo de animais, mostrei que pode-se distinguir à vontade 3, ou 21, ou 111, ou 289, ou 591 espécies. Creio, além disto, ter provado que todas essas formas de esponjas calcáreas podem ser derivadas naturalmente de uma única forma antepassada comum, – *forma de modo algum hipotética, mas ainda hoje representada*, – a do OLYNTHUS. Creio pois haver produzido com toda a evidência possível prova certa de transformação das espécies , – *a prova de que todas as espécies de um grupo de animais são descendentes de um antepassado único*."

Isto, quanto a Ernesto Hoeckel. Quanto porém ao sr. dr. Barreto, é bastante transcrever este seu período, pondo de parte o que aí há de irônico e sarcástico:

"Bem sei que os nossos amigos darwinistas em fato de disposição de tempo são de uma liberalidade sem limites; nenhum cálculo os assusta, contam miríades de séculos como minutos, e quando lhes falamos em 70 séculos, são apenas um momento na vida do mundo."

Se outra pessoa houvesse escrito este período, não nos admiraríamos tanto; mas o ilustrado sr. dr. Barreto... isto faz-nos cair a alma aos pés!

Dir-se-ia que tão eminente filósofo acha-se ainda sob o acanhadíssimo domínio da Bíblia, no tocante à idade do planeta em que vivemos! Sim, sr. dr. Barreto, para os materialistas, assim como para os geólogos *não prejudicados pelas idéias dualistas ou das causas finais*, os séculos contam-se por minutos na idade da terra. Isto, e simples bom senso nos faz admitir como única explicação para o estado atual do planeta e de suas produções.

Está hoje perfeitamente conhecido, como muito bem sabe o sr. dr. Barreto, que a natureza não caminha aos saltos, mas sim por gradações ou modificações de uma lentidão tal que as suas mudanças não são apreciáveis mesmo a milhares de gerações. Assim sendo, que muito é que semente de trigo, achada em uma das pirâmides, produzisse trigo igual ao atual? O que é a vida toda de Darwin para a transformação completa do pombo? O que verdadeiramente surpreende e nos deve encher de admiração, é que este grande gênio haja operado em *30 anos* uma tão profunda modificação na raça!

Querer achar um ponto, por menor que seja, de relação entre a vida do homem e a duração da terra, é idéia por demais antiga, e tão *restrita* que exclui todo o comentário.

O argumento da semente de trigo só é valioso para todo aquele que se não pode libertar da idéia ou da crença de que a terra foi criada por Deus *há 6 mil anos*.

Entretanto, se o trigo do tempo de Sesóstris é igual ao de nossos dias, o mesmo não se dá com os ninhos de andorinhas da mesma época, e achados igualmente em uma das pirâmides, – ninhos construídos de modo diverso dos atuais de todo o Egito, o que certamente é um grande subsídio para o darwinismo.

Admira-nos sinceramente de que o ilustre sr. dr. Barreto, que aceita as modificações operadas por Darwin, *em 30 anos*, repila a idéia de que em milhares de séculos uma espécie qualquer se possa transformar total, absoluta, radicalmente!

Se a natureza (*mulher* que o sr. dr. Barreto não conhece, mas da qual é indubitavelmente um produto) pode *em 30 anos* modificar um dos seus frutos, e por modo tão manifesto, como lhe havemos de negar a possibilidade, ou o poder de transformá-lo absolutamente? Admitir pois as modificações esperadas por Darwin, importa admitir o darwinismo *em toda a sua integridade*. Ora, as modificações por que hão passado todos os animais domésticos *são indiscutíveis e estão patentes.*

Vejamos, porém o último período deste artigo do sr. dr. Barreto; antes S. Sa. não o tivesse escrito!...

"A mesma facilidade de explicação os acompanha em todas as veredas. Darwin descreve minuciosamente os motivos por que o cão, antes de deitar-se gira "muitas vezes sobre o mesmo lugar; nos dá a razão pela qual o perdigueiro tem as orelhas longas e a vista curta, e o veadeiro a vista curta e o focinho longo *com a mesma imperturbável seriedade* com que descreve a mímica ou as impressões das emoções, a seleção natural *com a sua boa parte de romance,* e combate pela existência *com a sua parte dramática*, a adaptação aos ambientes, etc. etc.

"Neste andar caminhamos depressa; já estamos em plena teleologia, e daí à teologia não há senão um passo".

É talvez o sr. dr. Barreto o primeiro homem verdadeiramente erudito que fala com tanto desrespeito de admirável e profundíssimo espírito de observação de maior naturalista destes tempos! Tentar ridicularizar qualidades tão preciosas, observações tão profundas, e que só por si têm valido uma das mais sólidas e talvez a mais brilhante reputação científica deste século, é uma heresia; um pecado contra a ciência moderna, que só poderia encontrar justificação se partisse de um católico boçal!

Admira-se o ilustre sr. dr. Barreto que Darwin descreva minuciosamente o motivo por que o cão gira muitas vezes sobre o mesmo lugar, antes de deitar-se. Ora, para que os cães assim procedam deve haver uma causa; qual é ela? Acaso o *Positivismo* nos ensina alguma coisa a respeito? A questão é muito fútil para o *Positivismo* com ela se ocupar, – dirá o sr. dr. Barreto. É verdade; mas é também verdade que – é observando e estudando com tenacidade *as futilidades da natureza* que os sábios, como Darwin, se apropriam de fatos que entram para o domínio da ciência e dos quais se apodera mais tarde o *Positivismo*, depois de lhes haver combatido as hipóteses, sem ao menos lhes indicar soluções mais aceitáveis.

Ao terminarmos, por uma vez com esta discussão, tornamos a lamentar1, e com o mais profundo pesar, que da cintilante pena do muito ilustrado sr. dr. Barreto tenha saído um período tão cheio de motejos contra aquilo que constitui exatamente a grande supremacia de Darwin – *a investigação*, qualidade que o coloca acima dos mais potentes observadores conhecidos, e que é o seu maior título de glória para todos os tempos!

Ao eminente e primoroso escritor sr. dr. Barreto só nos resta entretanto pedir desculpa da nossa ousadia, filha certamente da impossibilidade em que nos achamos de o compreender melhor; daqui da nossa obscuridade enviamos-lhe um cordial aperto de mão, como sinal da profunda admiração que nos inspira o seu admirável talento.

O DARWINISMO — UMA RESPOSTA (I)[64]

Luiz Pereira Barreto

O ilustre darwinista paulista, em seu segundo artigo, persiste em defender o racionalismo e é tal a sua fascinação por este produto da revelação interna, que não hesita em considerá-la como o "maior auxiliar da ciência", como a primeira alavanca do método científico.

A seu ver, sou eu que "confunde a *razão* com a *fantasia* e com a imaginação"; sou eu que quero "por força confundir o materialismo com a metafísica"; sou eu que estou em erro por não perceber "que o racionalismo e a metafísica são coisas inteiramente diversas e opostas".

Ora, a menos que o ilustrado articulista esteja propositalmente cometendo um abuso de linguagem, invertendo a acepção das palavras, dando a certas expressões consagradas nas escolas filosóficas um sentido que nunca tiveram, forçoso me é dizer-lhe que, a ajuizar pelo tom do seu segundo artigo a questão está inteiramente deslocada: não é mais uma discussão entre o positivismo e o darwinismo, mas sim entre um darwinista e os próprios chefes da sua escola.

Podemos livremente dar ou recusar a nossa adesão aos princípios filosóficos de qualquer escola; mas, a nenhum de nós é permitido introduzir a menor alteração nos usos consagrados pelas diversas escolas, adulterando a significação de expressões seculares. A inovação neste terreno só traria o caos, a

[64] *A Província de São Paulo*, de 9 de maio de 1880.

completa impossibilidade de nos entendermos. Do momento que não se respeita a distinção de bandeiras, que se confunde todas as fronteiras, tomando-se armas, ora em um domínio filosófico, ora em outro, a discussão torna-se interminável.

A filosofia é obra do passado; é o produto do trabalho intelectual de toda a humanidade. O passado não se refaz, não se reforma, não se retifica. Esse passado nos legou[65] três formas características do pensar filosófico. Não podemos filosofar senão de três modos: o 1º e o mais antigo é a teologia; o 2º a metafísica; e o 3º é a filosofia científica ou experimental, que recebeu de Comte a designação de positiva. O método da teologia é a revelação externa; o da metafísica é a revelação interna; e o da filosofia positiva é a via experimental.

O ilustre darwinista brasileiro não tem o direito de confundir estas três formas fundamentais do espírito filosófico, assinando a uma delas atribuições que são propriedade exclusiva de uma das duas outras, e reciprocamente.

Atribuir, como o fez, a *fantasia* à teologia, e o *racionalismo* à ciência, é cometer de um jato duas grossas heresias, e uma injustiça bradante para com a metafísica, que fica assim despejada de todo o papel filosófico. E esta maneira de distribuir as funções a cada uma das três filosofias constitui uma novidade tão original que arrisca-se a passar por ininteligível.

A teologia *fantasia* tão pouco como a ciência *racionaliza*. Para a teologia a revelação, a existência do criador são um fato objetivo, absoluto, indiscutível: a *razão* é a sua pior inimiga; e o *Syllabus* é bem expresso neste sentido, proibindo terminantemente aos teólogos o recurso ao racionalismo.

A Igreja sabe por experiência o quanto lhe é prejudicial o apelo à *razão* para reforçar os seus dogmas. Isto não impede, entretanto, que todos os dias estejamos vendo os nossos padres, os mais ultramontanos mesmo, esquecidos dos princípios fundamentais da teologia, invocar a *razão* para afirmar a existência do criador. A sua desídia dos estudos teológicos sobe ao ponto que os

65 No texto constava *legos*.

irritamos e os escandalizamos, quando lhes afirmamos que, segundo a teologia, a existência do criador é um fato absoluto que se impõe à *razão*, que o Deus de Abrahão e de Moisés é um *Deus de carne e caso*; ficam estupefatos, quando os enviamos para as fontes puras, para Bergier, por exemplo, artigo *Teologia*, e que aí encontram as provas irrecusáveis da exatidão do nosso asserto e do ímpio erro em que laboram.

Sob o ponto de vista filosófico, podemos asseverar que de cada 100 padres 99 são *maçons*.

Um tempo houve em que a igreja, não percebendo o terreno falso que oficiosamente lhe oferecia a metafísica, favoreceu o movimento racionalista e comunicou-lhe mesmo esse vigoroso impulso, que tanto abrilhantou as célebres lutas filosóficas da escolástica da idade média, em que tomaram parte, ao lado dos *nominalistas*, Roscelin, Abelardo, São Tomás de Aquino e Colcam e, de lado dos *realistas*, J. Scott e Santo Anselmo.

Durante esses famosos debates, enquanto a igreja se extasiava diante das torrentes de eloqüência derramada de parte a parte, o terreno lhe tinha inteiramente escapado debaixo dos pés: a teologia se tinha convertido em teodicéia; todos os seus dogmas se haviam transformado em *essências universais, entelequias*, princípios da *razão*: a própria *Trindade* se achava reduzida a uma pura abstração *nominal*, e, enfim até o próprio Deus de Abrahão e de Moisés havia desaparecido, cedendo o seu lugar ao Deus subjetivo e impessoal da metafísica. A transformação era radical.

Dantes, a existência do Ente Absoluto era uma fato concreto que se impunha à razão: agora, o Ente Absoluto era uma criação da *razão* que se impunha à natureza.

Quando a igreja abriu os olhos, já era tarde, o mal era irreparável: o racionalismo, esse amigo oficioso, havia minado todas as suas bases, na melhor intenção de bem servi-la: no lugar da teologia estava solidamente estabelecida a metafísica deísta; e, não obstante, todas as ameaças, todas as tardias repressões

pela excomunhão e pelo queimadeiro, o deísmo continuou a invadir a igreja, teimando em prestar-lhe serviços, que ela não pode aceitar, sem suicidar-se.

Para a igreja católica o racionalismo é uma verdadeira praga, que a desnatura, a desautora e lhe prepara toda a sorte de desastres e humilhações.

É com toda a razão que Pio IX e Antonelli julgaram urgente e indispensável o *Syllabus*, para conter a impiedade inconsciente e chamar à ordem as ovelhas desgarradas.

Leão XIII inaugurou o seu reinado, apresentando-se em franca oposição às vistas ortodoxas de Pio IX.

Todos os bispos acabam de receber, de introduzir, no ensino da filosofia em suas dioceses, a obra de São Tomás.

A nosso ver, é uma tentativa arriscada que, na louvável intenção de estabelecer o acomodamento entre a igreja e a consciência moderna, compromete pela certa a futura existência do papado.

Vamos assistir à reprodução das cenas da escolástica; em vez do teologismo, é o racionalismo nominalista do padre Didon que vai ocupar a cena.

Devemos saudar esta volta do catolicismo para a idade média como um grande progresso social, precisamente porque aí vemos um grande erro de doutrina filosófica.

Mas, não são só os teólogos que se descuidam dos estudos filosóficos, e que, por essa razão, estão todos os dias cometendo erros de doutrina: entre os homens da ciência não é menor a desídia.

A cada passo, encontramos em nosso caminho físicos notáveis, biologistas eminentes, que nos surpreendem pela profunda ignorância em que vivem em matéria filosófica.

Absorvidos em suas especialidades, descurando completamente o movimento filosófico do passado e do presente, apresentam-se de ordinário na arena da discussão tão destituídos de noções elementares sobre as questões da filosofia

as mais comezinhas, que realmente nos afligimos com os maus exemplos de incúria, que dão ao público.

Esta incúria, provém do desprezo que votam à teologia e à metafísica; e este desprezo indica, sem dúvida, um progresso social. Mas, assim como em ciência nada se improvisa, assim também em filosofia nada se descobre, nada se induz ou deduz sem uma preparação especial. É de pouca importância desprezar a teologia e a metafísica; mas é de máxima importância conhecê-las bem, até em suas mais fugazes minudências, se queremos realmente contribuir para o progresso da ciência. Do contrário, nos arriscamos a cair a todo o momento nos domínios reprovados sem a mínima consciência do delito.

Ao assim enunciar-me, não me refiro por modo algum ao ilustre darwinista paulista, que nos tem revelado um espírito de emancipação tão elevado, e que desejaríamos ver aclamado por todos os amigos do progresso das idéias: falo apenas em tese geral.

Entretanto, não posso deixar sem reparo a sua pretensão relativamente ao papel do racionalismo em ciência. É aqui que está o nosso principal ponto de divergência.

Para a filosofia positiva, o racionalismo é, em todos os domínios, sem exceção, uma bagagem inútil, que desconhece e entrega de muito bom grado à sua legítima proprietária, a metafísica.

O racionalismo em nada nos serve absolutamente; e, por conseqüência, o tratamos como merece: o rejeitamos radicalmente. E o rejeitamos, porque cada uma das ciências o rejeita do seu seio como um pérfido comensal que só serve para embaraçar-lhe a estrada. Ora, a filosofia positiva nada mais é de que uma generalização dos testemunhos convergentes de todas as ciências. O ilustre darwinista, para bem apadrinhar a sua causa, deveria nos citar um único exemplo dos serviços prestados pelo racionalismo a uma qualquer das ciências constituídas. Desejaríamos muito saber qual essa ciência que se constitui pelo racionalismo, e, em particular, se a biologia tem por sanção a *razão* ou a expe-

rimentação. Como já disse, a *razão* para nós só se torna razão depois de experiência feita: antes nada vale; depois da experiência vale tudo.

Não sou eu que "confundo o racionalismo com a metafísica"; é o ilustre darwinista que quer *desconfundir* aquilo que é inseparável; não sou eu que quero alterar a natureza das coisas; é o articulista que quer, com uma penada, suprimir a metafísica, como se isto fôra uma tentativa realizável. Tomar o racionalismo à metafísica, para dá-lo de presente à ciência, é não só invadir a propriedade alheia, como colocar a ciência em uma posição embaraçosa: é obrigá-la a receber um presente de grego. Suprimido o racionalismo, o que resta à metafísica? E, se o racionalismo não é propriedade sua, qual então o traço característico que a distingue da teologia, e qual o que a distingue da ciência?

É uma questão de diagnóstico em psicologia.

O DARWINISMO — UMA RESPOSTA (II)[66]

É incalculável o serviço prestado pela filosofia de Comte não só à ciência, mas ainda à metafísica e à própria teologia. Antes de Comte, mesmo os mais eminentes pensadores, não descriminavam senão vagamente as três formas de mentalidade, que revestem na história a evolução filosófica. Depois de Comte, não é mais possível a hesitação. Foi tal a luz que lançou sob o complexo da filosofia que nenhum pensador pode mais hoje cometer uma confusão de idéias, sem ser imediatamente passível de uma acre censura pela sua desídia para com os estudos filosóficos. O próprio *Syllabus* não seria possível sem a filosofia de Comte. E isto, que pode parecer a muitos um paradoxo, não exprime entretanto senão uma relação filosófica das mais naturais.

A cada forma de mentalidade Comte indicou o seu legítimo domínio, legalizando a demarcação de fronteiras pelos documentos respectivos fornecidos pela história. Os sagazes chefes do partido ultramontano, os eminentes jesuítas, entre os quais figurava Antonelli, e o padre Sechi, não podiam deixar passar a obra capital do fundador do positivismo, sem tirar dela o mais longo proveito. Foi o que fizeram, elaborando o *Syllabus*, o melhor atestado da imparcialidade das vistas de Comte sobre a teologia católica. Nesse livro notável, tão pouco compreendido mesmo pelos padres católicos, a diferenciação entre a teologia, a metafísica e a ciência é soberbamente perfeita. Nem um só laivo de crenças adventícias e espúrias figura aí para marcar a pureza da teologia católica. E,

[66] *A Província de São Paulo*, de 12 de maio de 1880.

seja dito de passagem, eu quisera que o ilustre darwinista brasileiro nos indicasse onde encontrou nesse livro um só trecho que o autorize a avançar que "a fantasia é o domínio da teologia".

O *Syllabus* e o positivismo estão de acordo neste ponto: em condenar a inclusão da *razão* em seus domínios.

O *Syllabus* tem razão, porque o racionalismo na igreja é o esfacelamento de toda a sua organização, é a ruína do seu prestígio, é a anarquia na sua disciplina, nos seus dogmas, na sua hierarquia, é a sua apostasia, a sua abdicação, a sua morte.

A filosofia de Comte por sua vez tem razão, porque a introdução do racionalismo em ciência seria a degradação do método científico, método que até hoje nunca sofreu um desmentido, e que só tem acumulado conquistas sobre conquistas, alargando todos os horizontes e mudando completamente a face do mundo. A filosofia de Comte tem razão, porque o racionalismo nos faria retrogradar de 20 séculos, reengolfando-nos nos desvarios de Platão e nos dos filósofos da escola de Alexandria.

Sinto não saber a que especialidade científica se dedica o darwinismo anônimo, a que respondo, a fim de limitar as generalidades da discussão e concentrar sobre esse ponto todas as considerações. Não o sabendo, e atendendo unicamente à sua qualidade de darwinista, apenas lhe perguntarei se tudo quanto hoje sabemos em biologia, relativamente ao sistema nervoso, à fisiologia dos tecidos, à digestão, à nutrição, ao mecanismo da morte pelo diferentes venenos ou pela asfixia, à locomoção, à fecundação, à partogênese ou procriação pelas *virgens mães*, sem intervenção masculina, a respiração, etc., etc., é devido ao racionalismo ou ao experimentalismo. E, visto que estamos no terreno biológico, lhe recordarei mais que o papel do racionalismo em medicina só consistiu em uma ininterrompida séria de desastres teóricos e de medonhas hecatombes práticas. Hoje, nenhum um médico da escola de C. Bernard ou de Virchow aceitaria o epíteto de racionalista, a não ser como uma sangrenta injúria.

Onde, pois, foi o ilustre darwinista beber essa infeliz inspiração, que o leva a abraçar-se com um método exausto de crédito? E, para sustentar uma causa perdida, valia deveras a pena se arriscar a comprometer-se perante todas as escolas filosóficas, inventando uma classificação tão original quão insustentável em filosofia, qual a de tomar o racionalismo à metafísica para dá-lo à ciência, atribuir a *fantasia* à teologia e à metafísica, distinguir esta do racionalismo, e investir enfim o materialismo com o título de ciência?

Confesso que esta maneira de apresentar as três filosofias foi para mim uma grande surpresa. Mas, ouso asseverar que o ilustre darwinista não encontra um só pensador, quer antigo, quer moderno, para apoiar a sua classificação; e que, pelo contrário, está neste ponto completamente isolado mesmo de seus correligionários.

Em meu último artigo disse que entre o ateu, o deísta e o panteísta a diferença é só de forma e não de fundo; e que filosoficamente os três se valem. Assim me exprimi, porque é sabido que o ateísmo, o deísmo e o panteísmo não são senão variantes do fundo racionalista, e que a experiência nada tem que ver com esses sistemas.

Esta minha maneira de ver escandalizou vivamente o darwinismo brasileiro, que retorquiu com uma longa apologia do ateísmo, ao mesmo tempo que procurava demonstrar a irracionalidade do deísmo, e terminou asseverando que eu cometi um grave erro em assim pensar, etc.

Ora, não posso melhor justificar-me senão enviando o ilustre darwinista para a obra capital do mais eminente chefe do darwinismo, quero dizer Herbert Spencer, *Primeiros Princípios*, pág. 31 a 37. Verá aí o meu interlocutor que a confusão não é minha, mas só sua; que em matéria filosófica o estudo dos filósofos é de rigor; e que, enfim, no modo de encarar o racionalismo é perfeito o acordo entre os positivistas e o ilustre chefe do darwinismo. A argumentação de Herbert Spencer, para demonstrar a irrefragável identidade entre o ateísmo, e o deísmo e o panteísmo, é [?] jamais positivista algum levou tão longe a análise e a penetração filosóficas.

Eis como ele termina a sua esmagadora apóstrofe: "Assim, estas três suposições diferentes sobre a origem das coisas, se bem que inteligíveis verbalmente, e que cada uma delas pareça inteiramente racional aos seus aderentes, acabam, quando as submetemos à crítica, por tornar-se literalmente inconcebíveis. Não se trata de saber se são prováveis ou plausíveis, mas sim de saber se são concebíveis. A experiência prova que os elementos dessas três hipóteses não podem se reunir na consciência, e não podemos figurá-las senão à maneira dessas pseudo-idéias de um quadrado fluido ou de uma substância moral. Para voltar ao modo por que estabelecemos a questão, direi que cada uma delas contém concepções simbólicas ilegítimas e ilusórias.

Separadas como parecem por grandes diferenças, as hipóteses ateístas, panteísta e deísta encerram o mesmo elemento fundamental. Quer se admita explicitamente a hipótese de existência *por si*, quer se a dissimule sob mil disfarces, é sempre viciosa, *incogitável*".

Já vê, pois, o ilustre patrício que o seu querido ateísmo não passa, na opinião do seu chefe insuspeito, de uma pura hipótese, a hipótese *incogitável*. Se é, portanto, por essa vereda que pretende advogar a causa darwínica, muito longe de garanti-la, a lança irremissivelmente no rol dos culpados. Não é dando o racionalismo ao ateísmo e negando-o caprichosamente ao deísmo, que conseguirá romper os laços da revelação interna que o jungem à sorte dos incogitáveis e escapar da atmosfera metafísica, em que está envolvido. Não obstante os seus formais protestos em contrário, não me é possível deixar de diagnosticar em toda a sua argumentação os sintomas mais acusados da presença em seu espírito dessa importuna intrusa, que Comte qualificou de moléstia crônica, e que nas escolas se chama metafísica. Não posso tão pouco compreender como o ilustre patrício pode, de sangue frio, avançar que a metafísica *não raciocina*, mas fantasia, quando é sabido que os mais eminentes pensadores, tais como Descartes, Leibnitz, Spinoza, Hobbes, Locke, Kant e tantos outros que nos prepararam a senda, não conheceram outro modo de filosofar. É preci-

samente porque a metafísica sempre e perfeitamente raciocinou que a teologia perdeu o governo dos espíritos, e assim tornou-se possível o acesso à ciência, que prescinde de uma e de outra. Advogar o ateísmo e condenar o deísmo, é desconhecer o trabalho intelectual dos séculos, é colocar-se, na linha da evolução filosófica, muito aquém de S. Tomás d'Aquino, de S. Anselmo ou de S. Bernardo.

Ora, não é esta a posição que convém a um sectário convencido de uma doutrina biológica; e, não é sem pesar que o veja exclusivamente preocupado em nos reproduzir um debate já esgotado pela escolástica da idade média, obrigando-me também a desempenhar um papel que seria mais natural em um deísta, quando o meu único empenho era encontrar a questão no terreno científico, em que só têm a palavra a observação e a experiência.

Antes de terminar, devo ainda dizer ao ilustre darwinista que a contradição, que pretende ter descoberto entre Comte e seus discípulos, é puramente ilusória e provém simplesmente da interpretação gramatical forçada, que deu a uma de minhas frases. Eu disse: "Comte, aplicando à história a hipótese darwínica, a verificou por *toda a parte*". Este meu por *toda parte* serviu-lhe de tema para bordar. Foi uma longa logomaquia. Será preciso avisar o leitor que o por *toda a parte* refere-se à história?... Se o ilustre patrício, em vez de se ocupar com a defesa do darwinismo, se obstina a retrair-se para a regência da sintaxe, para aí descobrir contradições, serei obrigado igualmente a retrair-me, porque a discussão terá descido do nível em que se mantinham os *tomistas* e os *scotistas* da idade média. Não será mais um debate entre o positivismo e o darwinismo, mas apenas uma luta de *flatus vocis* entre um sectário de uma seita metafísica e outra seita da mesma fonte.

Não é possível dar-lhe as razões por que Comte considera a escola biológica como uma simples abstração, ou um puro artifício lógico. A exposição do papel da abstração em ciência é por demais longa para os limites desta folha; e toda a discussão se torna interminável, do momento que os contendores não

admitem os mesmos princípios gerais para ponto de partida. Se todas as leis naturais são reais, é porque são abstratas; e, se se não admite a realidade das leis abstratas, não há mais lugar para a ciência; está aberto o campo à metafísica; o racionalismo pode campear livre e indisputado.

São Paulo, 2 de maio de 1880

Dr. L. P. Barreto.

SECÇÃO INSTRUÇÃO PÚBLICA[67]

"No primeiro artigo, bem como na primeira parte do segundo, Pereira Barreto limitava-se a defender uma posição já por outros assumida: luta contra o projeto de criação de uma Universidade na corte, lembrando os males da centralização, bem como as dificuldades de laboratórios, museus, anfiteatros etc., com que já lutavam as Faculdades então existentes, como por exemplo a de medicina.

A seguir, pouco antes da metade do segundo artigo, passa a outros aspectos, estes de ordem teórica, condenando a criação da Universidade em função das doutrinas positivistas. A idéia essencial desse e dos artigos que seguem é a necessidade de distinguir, na sociedade, os elementos vivos dos mortos, devendo-se, por uma política inteligente, extirpar os elementos mortos e cuidar dos vivos.

O 3º., o 4º. e o 5º. artigos são uma exposição da lei dos três estados, em função da qual o A. procura distinguir, exatamente, os elementos mortos dos vivos, no domínio da vida social e no das idéias.

A partir do 5º. artigo, o A. começa a análise do problema do ensino, em função dos princípios antes expostos: "Ao tratar-se, pois, da questão da instru-

[67] Artigos de L. P. Barreto, publicados em *A Província de S. Paulo* sob o título "*A propósito da universidade*", nos dias: 9 de outubro, 1ª. pág. cols, 1, 2 e 3; 10 de outubro, 1ª. pág. cols. 3, 4 e 5; 13 de outubro, 1ª. pág. cols. 1, 2 e 3; 17 de outubro, 1ª. pág. cols. 3, 4 e 5; 21 de outubro, 1ª. pág. cols. 1, 2 e 3; 22 de outubro (conclusão), 1ª. pág. cols. 4 e 5.

ção e da educação, o problema, que temos a resolver, é o da distinção entre os elementos vivos e os elementos mortos do organismo social" (art. 5º. 21 de outubro, cols. 1 e 2). Passa, a seguir, à análise da fundação e desenvolvimento das Universidades, mostrando a correspondência destas com os espíritos teológico e metafísico, criticando, ao mesmo tempo, a coexistência dessas duas formas de pensamento em uma mesma instituição: "A universidade é uma instituição de caráter ambíguo e contraditório". Depois de ressaltar a função da Universidade nas suas primeiras épocas, quando teve por missão "ensinar todos os ramos dos conhecimentos humanos", assinala que, com o advento da metafísica, "na mesma cadeira e nos lábios do mesmo professor, a teologia degenerava em metafísica e vice-versa. Não foi senão com Santo Anselmo que a Igreja começou a perceber o terreno falso que pisava; e foi só daí em diante que procurou sempre trazer bem limpa a sua testada, afastando-se de mais a mais da sua protegida e aliada oficiosa" (idem, 2ª. col.).

O 6º. artigo (conclusão, dia 22 de outubro) é uma tentativa de demonstrar que, em toda a Europa, não existe uma só universidade que mereça tal epíteto. Para tanto, exemplifica o A. com as Universidade de Bruxelas (onde predomina o espírito metafísico) e a de Louvain (teológica). Entretanto, "a primeira (a de Louvain) não consegue formar livres pensadores, e a segunda, que parte do pensamento livre, não forma senão homens de ciência, tão pouco acessíveis à teologia como à metafísica" (6º. art., 4ª. col.) A seguir, o A. funda a crítica às universidades no seguinte fato: "A grande tendência, que observamos hoje em todos os países civilizados, é para a criação de estabelecimentos de instrução, onde o ensino seja puramente científico e os professores não tenham de fazer da política um simples apêndice da teologia ou da metafísica". (cit., col. 5). Assim, "sendo esta a situação psicológica das sociedades modernas e achando-se ao menos as camadas mais cultas da nossa compreendidas no mesmo movimento, que justificação poderá encontrar o projeto de uma universidade na Côrte? (cit., col. 5). "A universidade é a anarquia sistematizada, é a

desordem no espírito como no coração, é a concentração na trama orgânica da sociedade de todos os resíduos impuros do passado; é o sombrio refugio dos fantasmas da tradição e o vasto repositório, em que o fermento de todos os conflitos religiosos corrompe as fontes mais puras da vida moderna. Aí se ensina a idolatrar o passado e a abominar o presente e o contrário aí também se ensina ao mesmo tempo; aí se ensina que o alvo do homem é a vida de além túmulo, e ao mesmo tempo aí se ensina que não se deve assinar à vida senão um alvo puramente humano; aí se ensina que existe um Deus, que existem muitos, que não existe nenhum; todas as contradições, todos os disparates, aí encontram uma cadeira assalariada, um abrigo seguro e uma retórica certa. É impossível que o simples bom senso público não se revolte contra a só idéia de uma tão singular enormidade"(idem, col. 5).

O que se deve fazer, então, ao invés de criar universidades? Responde o A.: "o que nos falta é a difusão do ensino científico, sob a forma de ciências físicas e matemáticas, de ciências naturais em toda a extensão da palavra e com todas as suas conseqüencias. Que se as ensine com um caráter independente, ou como preparação para os cursos médicos, veterinários, zootécnicos, de engenharia etc., etc., pouco importa; o essencial é que, ao menos, algumas províncias de primeira ordem, como esta, possam dispor de um estabelecimento de instrução superior dessa natureza e do qual permaneça cuidadosamente arredado o espírito teológico e metafísico" (idem col. 5.).

Só o último artigo vem datado. A data é Jacareí, 8 de outubro de 1880.''

Comentário de Roque Spencer Maciel de Barros ao material que se segue. Arquivo do Organizador deste volume.

A PROPÓSITO DA UNIVERSIDADE (1)[68]

Em um momento em que todos os amigos do progresso intelectual do país se preocupam com a questão da criação de uma universidade na Côrte, corre especialmente àqueles, que só vêm na ciência uma solução geral para todos os problemas, o inelutável dever de contribuir para o esclarecimento e direção do espírito público. Já a ilustrada redação desta folha se pronunciou com brilho e vigor a êste respeito, encarando mais especialmente o lado político e o da oportunidade higiênica quanto à sede do centro universitário. Do mesmo modo, o *Correio Paulistano*, em bem elaborado editorial, manifestou-se francamente, reforçando as considerações da *Província*; e o dr. J. C. Alves de Lima, em seu artigo de 5 do corrente, veio completar a série de argumentos, que se pode dirigir contra a veleidade de concentração, que ameaça absorver todas as fôrças vivas da nação. Todos estão concordes em considerar a universidade da Côrte como uma injustiça social e um êrro de higiene, e é de presumir que esta seja igualmente a opinião de toda a província. Sob êstes dois pontos de vista, é uma questão julgada. Seria, portanto, ocioso debater o que já está definitivamente resolvido nas idéias e nos sentimentos públicos desta província, ao menos.

Em outras circunstâncias, em outro qualquer país, ou em outra qualquer fase da nossa história, este geral pronunciamento negativo contra o projeto universitário seria, entretanto, um fato altamente lamentável; porquanto,

[68] *A Província de São Paulo*, de 9 de outubro de 1880.

jamais é excessiva ou supérflua a criação de mais um núcleo de instrução superior; e se há um caso em que é completa a inocuidade da abundância, por certo é o da difusão da ciência. Achamo-nos, por consequência, diante de um fato único no seu gênero. Queremos todos para o país a maior soma possível de instrução; de todas as localidades parte o mesmo brado; por todos os órgãos da imprensa pedimos ensino, ciência, instrução, como o esfomeado pede refocilação. Entretanto, chega o momento, em que um grupo de homens, eminentes por sua posição oficial e por seu valor mental intrínseco, fazendo-se os fiéis intérpretes da aspiração suprema do chefe do Estado, nos acena com a realização do dourado sonho, nos concita a beber já e já da maravilhosa fonte, e eis que todos nós, de uma só voz, respondemos céticamente: não queremos! as vossas águas são impuras; a nossa mocidade só beberia nelas elementos de dissolução ou de morte!

Donde vem esta repugnância? Seremos todos inconsequentes?

A repugnância é fundada. A sua razão de ser está na natureza equívoca da instituição, que se nos oferece. A inconseqüência é apenas aparente, e o que a provoca é simplesmente a diferença do ponto de vista, sob o qual nós e os ilustres signatários do apêlo ao povo encaramos respectivamente a questão. Nós, os homens da província mantemos o nosso ponto de vista puramente utilitário e essencialmente humano; queremos a realidade nas palavras como a verdade nos fatos; não visamos senão à aquisição de um instrumento de progresso seguro e certo. Desconfiados do ouropel a das etiquetas da Côrte, e, por instinto, infensos a qualquer inovação que possa reforçar o espírito de centralização, vemos na capital do império um minotauro, que tudo absorve, que tudo devora. Além disto, sabemos por uma longa experiência que mais de meio século temos consumido na baldada esperança de ver aclimar-se entre nós a ciência sob o bafejo oficial.

Não é nosso intuito formular recriminações pelo simples prazer de contrariar a ordem estabelecida. Entretanto, no sistema, que nos rege, tudo se acha tão intimamente ligado, que ao agitar-se a questão da criação de uma universi-

dade, impossível nos é entrar no debate sem lavrar uma severa sentença contra todo o passado científico desse sistema. É só do conhecimento exato do passado que pode surgir uma noção clara do que vai seguir-se. Ora, a história do nosso passado justifica de todo ponto o espírito de suspeição, que se apoderou de todos nós, e que hoje manifestamos mais acentuadamente contra a dotação, que se nos oferece sob os auspícios do augusto imperante. Não temos dificuldade alguma em crer que sua majestade deseje sinceramente "elevar um templo à ciência" e recomendar seu nome à posteridade pela mais generosa das fundações. Mas além de que, em assuntos desta ordem pouco valem as boas intenções, (Dante nos assegura mesmo que de boas intenções está calçado o inferno), acresce que já todo o nosso passado científico se consumiu sob o influxo dessas mesmas boas intenções.

Ninguém ignora que a nossa escola de medicina, da Côrte, por exemplo, não obstante se achar colocada ao pé do trono do bondoso Mecenas, em pleno centro da atmosfera das boas intenções, não tem conseguido, entretanto, senão vegetar, continuamente condenada, sob o cruciante sentimento de sua impotência material, a traçar nos seus arquivos um lúgubre sulco de misérias de toda a sorte.

Só os que conhecem de perto a vida dessa instituição sabem as angústias e as torturas morais de tantos brasileiros ilustres que ali professaram. Os mais robustos talentos, as mais fortes organizações médicas, as mais intensas dedicações ali se quebraram, ali se esterilizaram totalmente, sem conseguir fecundar, como desejavam, uma grande série de gerações acadêmicas, ávidas de saber.

Entretanto, sua majestade honrou sempre com suas presentes visitas a escola de medicina; assistiu constantemente aos atos, à colação dos graus; raramente faltou aos concursos. Tudo se passou sempre sob suas vistas, sob a sua mais imediata inspeção.

Por outro lado, se nos afirma que sua majestade é um sábio e um protetor das letras pátrias. E, não obstante, a faculdade nunca possuiu uma coleção

de mineralogia, nem um gabinete de física, nem um laboratório de química, nem um museu de anatomia, nem um anfiteatro de fisiologia, do mesmo modo que nunca teve à sua disposição um edifício próprio, nem uma maternidade, nem uma cadeira prática de cirurgia uterina, de moléstias de olhos, de pele, da laringe, genito-urinárias, etc., etc. A mais completa nudez foi sempre a sua invariável partilha.

A propósito da Universidade (2)[69]

Quando refletimos que em todo o império não existem senão duas escolas de medicina e que estas duas únicas instituições de instrução superior têm constantemente vivido a vida de engeitadas, reduzidas à extrema penúria, por falta dos mais elementares meios materiais de ensino, não se levará por certo a mal que duvidemos da eficácia das boas intenções imperiais, pouco importa o nome do campo científico sôbre o qual se exerçam, que se o chame faculdade ou universidade. Nada impediu até aqui que sua majestade promovesse efetivamente a instrução em geral e justificasse por um nobre zêlo o honroso título de protetor das letras, que prodigamente the concedem seus sinceros afeiçoados. Entretanto, em fato de ensino primário, ensino secundário e ensino superior, tudo está por fazer, tudo por criar. É tal o estado de abandono e de descrédito, em que jazem as nossas escolas públicas de primeiras letras que o epíteto de professor público tem se tornado quase uma injúria. O nosso ensino secundário não passa de uma ficção; e, quanto ao superior, já o vimos bem exemplificado nas escolas de medicina.

Sendo esta a nossa verdadeira situação, sendo tal a pobreza que não podemos realizar na prática nem mesmo êsse escasso ensino, que o Estado inscreve oficialmente em seus programas atuais, é evidente que todo o nosso empenho deverá consistir, não em erguer pomposos edifícios, para termos a gloríola de povoá-los de ficções, mas tão somente em melhorarmos modesta a

[69] *A Província de São Paulo*, de 10 de outubro de 1880.

eficazmente o que já temos, ampliando e estendendo por todas as províncias os mesmos modestos benefícios.

Presumo que até aqui tenho a meu favor a completa adesão de todos os leitores: o ponto de vista, sob o qual tenho encarado a questão, não é senão uma variante do de todos os cavalheiros, que me precederam neste assunto.

Resta-me, entretanto, encarar a questão sob outro aspecto, na minha opinião o mais importante, e para o qual eu desejaria ainda mais a unanimidade das adesões.

Êste outro ponto de vista é de caráter puramente psicológico e envolve nada menos do que uma alta questão de filosofia orgânica.

Não tratarei mais agora de investigar se a criação de uma universidade, na Côrte, é ou não oportuna, ou justa ou razoável em relação aos interesses das outras províncias, mas, sim, de saber se essa fundação é simplesmente praticável perante o estado da razão moderna, ante o movimento das opiniões científicas e filosóficas, que arrastam todas as sociedades civilizadas dos nossos dias. Em outros termos, tratarei de examinar se a projetada criação corresponde realmente às necessidades sociais do nosso país.

Os ilustres signatários do apêlo ao povo não mediram por certo toda a extensão da difícil tarefa, que se impuseram, propondo-se realizar entre nós uma obra, que, segundo me parece, já o estado intelectual das camadas mais cultas da nossa sociedade tornou, desde há muito, inteiramente inexequível.

Em ciência, como em política, no domínio especulativo como no da atividade humana, o progresso não é possível senão com a condição de adaptar-se ao complexo das condições mentais ambientes.

Toda a reforma improvisada é uma reforma condenada. A cada fase social corresponde uma certa soma de necessidade, e a cada gênero de necessidades um gênero determinado de instituições e satisfações.

O movimento progressivo da civilização opera-se tanto por acréscimos graduais como por eliminações sucessivas. A evolução da economia coletiva

apresenta uma grande analogia com a do organismo individual, onde as ações e as reações, todos os processos de nutrição e crescimento se prendem uns aos outros por um laço invariável de antecedente a consequente, dependendo sempre o desenvolvimento de um tecido ou órgão do crescimento ou morte de tecidos ou órgãos anteriores. A vida, que é abstratamente encarada, tanto no homem, como no animal, como na planta, apresenta, sob um ponto de vista, uma série ininterrupta de acréscimos ou uma evolução contínua, dando em resultado o crescimento geral; apresenta, sob um outro, uma série inversa de movimentos, uma cadeia sem fim de eliminações, uma morte incessante. Não podemos conceber por um só momento a vida sem lhe supormos por base o trabalho íntimo da morte.

Todos os processos vitais conduzem a uma morte parcial, pela desintegração dos tecidos; mas é a morte que renova as fontes de vida, permitindo a novos elementos uma parte cooperativa no trabalho da assimilação.

A nossa vida não se mantém à custa de substâncias, que deixaram de viver. E isto não se refere só aos alimentos. Não podemos viver sem respirar; mas cada movimento respiratório implica a morte e a eliminação de milhares e milhões de glóbulos sanguíneos, de elementos constitutivos de nossos tecidos. O leite é a fonte da vida da criança; mas o leite nada mais é do que um vasto agregado de partículas mortas, eliminadas do organismo materno; retido no seio, pode tornar-se um veneno mortal para a mãe. O mesmo se passa em outros aparelhos, com os produtos de eliminação. Para que o organismo mantenha sua balança de sanidade, é preciso que a cada instante da vida se renove a economia; e a renovação é uma eterna permuta da matéria, em que a vida surge da morte e a morte da vida.

O equilíbrio da saúde é simplesmente uma transação. Por toda a parte, a morte é a grande obreira da vida; por toda a parte, vida e morte são dois termos correlatos e inseparáveis. Todos os fenômenos se prendem e se encadeiam pela lei natural da antecedência à consequência. A adolescência supõe a

infância; a maturidade conduz à velhice. Cada fase, cada idade do corpo, acarreta um determinado grupo de transformações e de novas condições, que imprimem no espírito do indivíduo uma feição característica. O menino não pensa como o rapaz; o pensar e o sentir dêste são marcados de um cunho, que o homem maduro já abandonou na carreira da vida; o espírito do homem viril não se contenta com as estreitas raias, dentro das quais se move o intelecto do velho. É inquestionável que a marcha dos progressos do pensamento é paralela e sincrônica com o desenrolamento sucessivo das fases do nosso corpo.

A PROPÓSITO DA UNIVERSIDADE (3)[70]

As considerações precedentes têm por fim deixar bem acentuado êste fato: que a marcha do espírito coletivo está sujeita à mesma lei dos acréscimos gradativos, à mesma contingência das eliminações sucessivas que o espírito individual, do mesmo modo que este tem sua marcha jungida aos movimentos ascendentes e retrógrados da economia material.

No mundo das idéias vemos reproduzir-se o mesmo incessante trabalho de decomposição e recomposição, a mesma permuta, a mesma renovação, a mesma sucessão natural conduzindo gradual e insensivelmente a civilização dos seus obscuros pontos de partida até a fase adulta, que hoje lhe conhecemos. Desde os primeiros lampejos do fetichismo inicial até à concepção científica do mundo moderno, tudo se liga, tudo se encadeia, segundo um verdadeiro processo de embriologia mental, em que cada descoberta supõe uma descoberta anterior, e cada progresso antecedente conduz a um progresso consecutivo.

Em todas as fases do desenvolvimento histórico é patente o mecanismo do crescimento social por meio de acréscimos sucessivos. O que não devemos, porém, perder de vista é que, ao lado desse processo de aumento contínuo, se opera um outro, correlato e simultâneo, que lhe serve de base e o torna possível. É o das supressões e eliminações, é um trabalho íntimo de desassimilação psíquica, é um processo de diminuição. Ao lado da corrente ascendente se efetua uma outra descendente, que arrasta os princípios envelhecidos e assim expurga

[70] *A Província de São Paulo*, de 13 de outubro de 1880.

o terreno para as idéias novas. O aparecimento na cena social de uma idéia nova implica necessariamente o ocaso de um grupo determinado de idéias. A regeneração social supõe o triunfo de umas e a extinção de outras. À medida que novas necessidades aparecem e se multiplicam, novas funções entram em atividade, novas transformações restabelecem o equilíbrio, toda a economia social se modifica, dando espontaneamente lugar a um trabalho mais intenso de integração, que repara as perdas inevitáveis e coloca as fôrças vivas da sociedade nas condições de seguir sua marcha para diante.

Desta sorte, assim como na esfera do organismo individual o crescimento não se opera senão mediante o sacrifício de certas partes ou elementos anatômicos, que preencheram seu papel, assim também na esfera do espírito coletivo o progresso ou a acumulação mental não é possível senão mediante a eliminação das concepções, que preencheram seu tempo, dos princípios envelhecidos, desintegrados, e por isso mesmo tornados nocivos à economia.

A eliminação dos resíduos, a separação entre o vivo e o morto, entre o morto e o que vai de novo viver, eis o ponto capital e a condição suprema da saúde, tanto na vida do espírito como na do organismo material. Toda a dificuldade na arte política consiste precisamente em saber determinar com clareza quais os elementos sociais, que já morreram – para os eliminar e quais os que estão vivos e prometem viver – para lhes garantir as condições de vitalidade a permanência. Todas as nossas agitações sociais, todas as lutas de partidos, tôdos os conflitos entre a religião e a ciência, não rolam senão em tôrno dêste difícil ponto de diagnóstico. Se fôra fácil, com efeito, fazer a distinção entre o morto e o vivo, se pudéssemos com a precisão da cirurgia indicar a linha divisória entre os elementos destinados a entrar na torrente viva da circulação social, para aí serem assimilados, e os condenados a cair no turbilhão retrógrado da necrobiose, cessariam como por encanto todas as nossas divergências; preveniríamos todos os abalos violentos; não haveria lugar para a revolução, essa grande eliminatriz das idéias e instituições tornadas incompatíveis com o espírito da

época; a ordem e o progresso, a estática e a dinâmica sociais se imporiam á nossa aceitação com uma fôrça de evidência e de determinismo até hoje desconhecidos, e toda a solução do problema do govêrno seria com grande vantagem confiada a um pequeno grupo de homens competentes. Ainda estamos, porém, muito longe desse ideal de perfeição; a ciência social ainda se acha na sua fase de instalação, lutando por conquistar o seu lugar e o seu direito de domicílio: mui reduzido ainda é o número de espíritos convencidos da subordinação dos fenômenos sociais ao império das leis naturais; e, mesmo entre os homens de letras, é tenaz e animada a guerra, que movem contra os princípios os mais sóbrios da ciência, que no futuro regulará todos os movimentos do mecanismo social.

Não obstante, porém, todas as oposições e prevenções, já é sensivelmente grande a soma de vantagens, que a sã sociologia positiva nos permite hoje auferir com a aplicação dos seus princípios. Dentre os imensos benefícios, que lhe devemos, sobressai o da aplicação da sua lei dos três estados a qualquer plano de reforma. Com êste facho na mão, podemos caminhar seguramente; temos aí uma bússola e um farol.

Segundo essa lei natural, o espírito humano entra na cena do mundo sob a guia e proteção das concepções teológicas, nas quais permanece durante todo o decurso da sua longa infância. Satisfeitas todas as exigências e condições desta fase, passa ao estado metafísico, verdadeiro estado de adolescência, em que as fôrças se enrobustecem e se preparam para a jornada final – a fase científica ou de plena positividade, em que a razão experimental ocupa o lugar da imaginação e da razão subjetiva. Do fetichismo inicial ao politeismo e ao monoteismo, deste ao deismo e às outras formas do pensar metafísico, do pensar metafísico ao pleno desabrochamento das concepções positivas, a evolução do espírito segue uma escala ascendente ininterrupta, em que o aumento e extensão das fôrças mentais se operam por acréscimos sucessivos a par de eliminações correspondentes. E, do mesmo modo que no organismo individual os

elementos, que já viveram, devem ser eliminados, sob pena de, quando retidos, comprometerem a existência do indivíduo por um verdadeiro processo de envenenamento, assim também, na economia do espírito humano as partes, idéias ou funções, que já preencheram seu papel social, devem ser resolutamente abandonadas, para não prejudicarem o ulterior desenvolvimento de todo o corpo social. Tal é a lei capital dos fenômenos humanos, lei simples e salutar, cuja noção clara e precisa devemos realmente considerar como a maior aquisição dos tempos modernos.

Seja qual for o grau de animadversão que inspira a muitos o positivismo, uma coisa, entretanto, está fora de contestação: é o perfeito acôrdo entre as suas doutrinas a as necessidades sociais, é a exata harmonia entre os males reconhecidos e os remédios que propõe.

Não temos e não podemos ter prevenções: a sucessão das três grandes fases históricas da evolução mental da nossa espécie é perfeitamente natural, e portanto, inevitável. Não lastimamos que as coisas se tenham passado deste modo: registramos apenas o fato, e partimos deste fato como de um seguro ponto de apoio para nossas construções quaisquer.

A propósito da Universidade (4)[71]

Guiados pela lei dos três estados, dominamos todo o encadeamento dos fatos passados, toda a série dos progressos futuros, todo o porvir da humanidade.

Da altura serena, em que nos coloca este novo ponto de vista, observamos que a primeira grande época da história se acha inteira e exclusivamente ocupada pela teologia; e, notamos, com interêsse, que esta forma espontânea da filosofia desempenhou satisfatoriamente a sua missão social, fornecendo o alimento adequado às primeiras necessidades do espírito, purificando o coração do homem noviço e fortificando mais ou menos a atividade em todas as direções.

Mas, vemos também em seguida ir de mais a mais se estreitando o círculo de suas operações; e, à medida que o seu papel social se resume, e que se apaga na história o sulco por ela traçado nos espíritos, notamos igualmente que uma outra potência moral se eleva pouco a pouco no seu lugar, destituindo-a progressivamente de todas as suas supremas funções no domínio social.

A metafísica lhe sucede, de fato, no govêrno dos espíritos, inaugurando o reinado da razão, ponte natural de passagem para o reino da ciência.

A filosofia positiva não imaginou, não inventou esta marcha: colheu-a no campo da história; e, iluminada pela esplêndida descoberta, procura iluminar o presente em vista do futuro, derramando o jorro de luz, que encontrou sob sua mão.

---

71 *A Província de São Paulo*, de 17 de outubro de 1880.

A história aí está ao alcance de todos, é fácil a qualquer a verificação.

A lei dos três estados é para a filosofia da história como para a política, para a organização do ensino público como para a educação doméstica, para a ordem como para o progresso sociais, o que é a lei da gravitação para a astronomia, a lei da equivalência para a química, a lei da continuidade e a da intermitência respectivamente para os fenômenos vegetativos e animais da biologia.

Quaisquer que sejam as nossas crenças individuais em matéria religiosa, a ninguém é permitido razoávelmente contestar as mutações profundas por que tem passado o espírito humano.

Na estréia da história, o vemos exclusivamente animado pelo desejo intenso de penetrar a essência de todas as coisas, de conhecer todas as causas primárias e finais, de reduzi-las todas a uma só causa última, suprema, incontingente, que explica todas as origens e todas as finalidades.

O conhecimento absoluto, eis o seu alvo exclusivo, a sua única preocupação.

Felizmente ante a perspectiva de um horizonte, que supõe sem limites; julgando tudo poder e tudo saber; deixando jogar livremente a sua imaginação, que o embala na persuasão de se achar o universo inteiro a seus pés; engolfado nas delícias do mundo subjetivo; não distinguindo as falazes aparências, que aí nascem, da realidade objetiva; não suspeitando as dificuldades, que supõe a conquista da verdade, lhe parecia secundário ou de nenhuma valia o conhecimento do finito, do accessível, do contingente, do relativo.

Não foi senão muito tarde, só após séculos e séculos de infrutíferas tentativas e da mais dura experiência que o homem reconheceu a sua radical impotência ante a conquista do absoluto, da verdade última, e renunciou ao emprêgo da imaginação, resignando-se modestamente à posse do terra à terra, das verdades relativas, no seio das quais está encerrado todo o futuro melhoramento das condições materiais e morais da sua vida.

Foi só graças à intervenção da ciência que se operou a mudança do ponto de vista, foi só graças a ela que às absorventes preocupações da região do inacessível sucedeu a paciente pesquisa dos problemas suscetíveis de fecunda solução.

A ciência nos ensina que a nossa razão, que todas as nossas fôrças mentais são insuficientes para atingir os limites do universo; que é vã e pueril toda a especulação, que só visa à conquista de noções insujeitas tão pouco à demonstração como à refutação; que toda a nossa ação efetiva, enfim, se circunscreve dentro dos limites do solúvel e do realizável.

O astrônomo não perscruta mais a razão de ser do espaço celeste, não procura penetrar a essência íntima dos astros; observa apenas aí a irregularidade com que todos os movimentos se sujeitam à lei da gravitação, lei, que reconhece como fato último da sua ciência, sem indagar o que é esta lei em si, se subsiste por si ou por delegação de alguma *coisa em si*.

O *em si* e o *por si* são para ele conceitos ininteligíveis. O mesmo acontece em todas as outras ciências positivas; todas elas imprimem no nosso espírito a mesma tendência para as noções fixas, claras e demonstráveis, a mesma exclusiva preocupação pelos problemas resolúveis, tendência e preocupação, que não se limitam hoje à só classe dos sábios, mas se estendem mais ou menos profundamente para todas as camadas sociais, aí provocando novos hábitos mentais, novas inclinações e novas direções morais.

A demonstração tornou-se a lei suprema das inteligências, a verificação uma necessidade; e, ao passo que a fé não aparece em nossos dias senão como um eco de mais a mais apagado do passado, a razão moderna se submete respeitosa ante a autoridade da evidência.

Do que precede resulta que a radical transformação sofrida pelo espírito humano, no decurso da história, é o efeito de uma lei natural; e que, por consequência, toda e qualquer tentativa, que tenha por fim inverter esta marcha natural, equivale à de fazer refluir um rio para as suas remotas nascentes.

Não se infringe impunemente as leis naturais e toda a insubordinação contra elas é um grave atentado, cujos perniciosos efeitos, mais tarde ou mais cedo, retumbarão profundamente no seio da sociedade. Protestar contra a mentalidade moderna, não é oferecer uma solução, é um crime de lesa-história e contra a civilização. Repetir e perpetuar na educação social as fases primitivas do espírito não é respeitar o passado, é desconhecê-lo, é condenar-se à infância indefinida, quando é potente a maturidade do século.

A PROPÓSITO DA UNIVERSIDADE (5)[72]

Uma imparcial e sã apreciação do passado moderno nos impõe, como primeira necessidade a satisfazer a total reforma de todos os nossos planos e programas de instrução. A condição capital a preencher-se é a presença permanente, nas escolas, do espírito moderno.

A mocidade não se prepara para viver no mundo de outrora; a vida de nossos dias não é a vida de Nazareth; a legislação que nos rege não é a dos Faraós; as nossas virtudes não são as dos Levitas; a indústria e a ciência suprimiram os profetas; a salvação não está mais nas águas do Jordão, mas no trabalho e no saber.

Se queremos caminhar, se queremos sinceramente caminhar depressa, é preciso que a mocidade abandone a metade da bagagem, que hoje se lhe faz inutilmente carregar; é preciso que não esgotemos suas fôrças sob o *farrago* de vinte ou trinta séculos de erros e desvarios. A aspiração dos nossos dias é a aquisição de noções fixas: ora, o caráter das idéias antigas é a sua inconsciência, é a sua contradição com as idéias de hoje.

O mundo antigo é um tecido de milagres, e o milagre é a negação das leis naturais; o mundo moderno é o filho da ciência, e a ciência nada mais é que a sistematização das leis naturais. A incompatibilidade é completa e irremediável entre a tradição e a noção científica. Toda a tentativa, por consequência, de aquartelar na mesma cabeça o mundo antigo e o mundo moderno, é uma

[72] *A Província de São Paulo*, de 21 de outubro de 1880.

tentativa desnaturada. Não nos resta se não reconhecer que a cisão é insanável; cumpre-nos compreender que o progresso na história significa não só aumento do cabedal social, como, também, sacrifício e eliminação dos princípios exaustos, das idéias e opiniões, que fizeram seu tempo.

Ao tratar-se, pois, da questão da instrução e da educação, o problema, que temos a resolver, é o da distinção entre os elementos vivos e os elementos mortos do organismo social. Trata-se na realidade de saber se os elementos psíquicos que já se desintegraram da economia mental, terão a preferência da conservação sôbre os elementos vivos, ou se estes deverão ter a exclusiva supremacia na direção teórica e prática do movimento social. Temos de um lado partes vivas e funções ativas; de outro, partes mortas, envolvidas no silêncio da inércia.

A questão é de saber se a higiene do corpo social consente que conservemos em confuso entrelaçamento elementos vivos e elementos mortos, e se a economia mental da sociedade corre ou não perigo de envenenamento com a persistência em suas malhas, dos elementos desassimilados, que a função dos séculos destinou a uma eliminação definitiva. É esta uma grave questão, que se prende pela mais íntima conexidade com a da fundação universitária.

A universidade é uma instituição de caráter ambíguo e contraditório.

Outrora, teve por missão, bem pretenciosa para a época, ensinar todos os ramos dos conhecimentos humanos. Toda a soma dos conhecimentos humanos, então, se limita a essa massa de noções elementares, a que, por convenção abusiva, damos ainda hoje o nome de humanidades.

Não existiam ainda as ciências positivas; é apenas de três séculos que data a astronomia; a química só começou no fim do século passado; a biologia e a ciência social pertencem ao nosso século.

A parte capital dos programas universitários era o ensino da teodicéia, um misto de teologia e de metafísica.

Não devemos perder de vista que as fundações universitárias começaram a surgir em um período da história em que já floresciam as concepções

metafísicas, sendo variadas e frequentes as suas incursões no território teológico, sem que, contudo, fossem bem claras as fronteiras divisórias entre o seu domínio natural e o da sua irmã mais velha, a teologia.

Isto explica a facilidade e a boa vontade, com que a Igreja se prestou, nos primeiros tempos, a favorecer o acesso e a multiplicação das universidades.

Na mesma cadeira e nos lábios do mesmo professor, a teologia degenerava em metafísica e vice-versa. Não foi senão com Santo Anselmo que a Igreja começou a perceber o terreno falso, que pisava; e foi só daí em diante que procurou sempre trazer bem limpa a sua testada, afastando-se de mais a mais da sua protegida e aliada oficiosa.

Com o correr do tempo, intensificando-se as divergências, necessário tornou-se a separação; a antiga cadeira única desdobrou-se em duas, ocupando cada uma respectivamente a sua, e, assim separadas, continuaram a coabitar no mesmo edifício. Aos govêrnos, pouco versados nas sutilezas filosóficas, e que pagavam ambas, não se apresentavam as animadas disputas da escolástica senão sob o caráter de rivalidade individuais ou partidárias; não suspeitaram jamais, portanto, que havia aí motivo para a supressão de uma ou outra das duas filosofias em presença. Mais tarde ainda complicou-se sobremodo a situação com a entrada da ciência para o mesmo edifício, o que importava a introdução de mais uma filosofia.

A princípio não se percebeu a sua presença; a sua entrada foi a mais modesta possível; as duas inquilinas mais antigas não tiveram grande incômodo em recebê-la e hospedaram-na mesmo com certa deferência .

Era impossível, entretanto, que a cordialidade fosse duradoura, sobretudo depois que a serpente da discórdia já morava no edifício, ateando a guerra entre as duas irmãs e fazendo repercutir nas góticas abóbadas os frementes ecos oratórios da peleja teólogo-metafísica. Se é verdadeiro o adágio que três mulheres não podem conviver sob o mesmo teto, é muito mais certo que três filosofias não podem humanamente coabitar dentro de um mesmo recinto.

Em breve, de fato, foi completa a desordem dentro dos muros da universidade. Esta palavra, que, segundo a sua etmologia, significa *consensus*, convergência, sinergia ou unidade de pensamento, e que colocava todo o ensino dado em seu nome sob a divisa de uma noção única, a idéia de Deus – *Uni versitas* – não exprimiu mais daí em diante se não o fato material e acidental de se acharem reunidos, sem nexo, em um mesmo edifício, os cursos mais incompatíveis e antipáticos.

Por economia, e um tanto por espírito de reverência para com a tradição, os diversos govêrnos conservaram o legado do passado, e, assim, continuaram as universidades até os nossos dias, arrastando uma existência puramente nominal.

A propósito da Universidade (6)[73]

Não existe, hoje, na Europa, uma só universidade que mereça este epíteto. Nenhuma o justifica na prática. E, para não tomar se não dois exemplos extremos, citarei a universidade católica, de Louvain, criação conservadora ou ultramontana, o que lá é sinônimo, e a universidade livre, de Bruxelas, fundação liberal e paládio da metafísica própria a este partido: a primeira não consegue formar livres-pensadores, e a segunda, que parte do pensamento livre, não forma senão homens de ciência, tão pouco acessíveis à teologia como à metafísica.

De meu tempo, durante o meu tirocínio acadêmico, era em vão que o reverendo abade de Rau arvorava, em Louvain, a bandeira ultramontana, e Thiberghien, em Bruxelas, a liberal: ambos perdiam totalmente seu tempo, e não conseguiam dos seus discípulos – com exceção apenas daqueles que faziam da teologia ou da metafísica um ganha-pão – senão o mais glacial abandono.

Entre as soluções positivas da ciência e as eternas interrogações sem resposta da teologia e da metafísica, a grande massa dos espíritos ativos não hesita: fecha os ouvidos a estas e só escuta a primeira. A grande tendencia, que observamos hoje em todos os países civilizados, é para a criação de estabelecimentos de instrução, onde o ensino seja puramente científico e os professores não tenham de fazer da política um simples apêndice da teologia ou da metafísica.

[73] *A Província de São Paulo*, de 22 de outubro de 1880.

As sociedades modernas compreenderam, afinal, que não podem por mais tempo estar condenadas ao papel de desditosa Penélope, obrigando a mocidade a aprender e a desaprender ao mesmo tempo, insistindo, hoje, como verdades sôbre noções, que a ciência, amanhã, demonstrará falsas, e ocasionando assim um imenso desperdício de fôrças, que poderiam ser tão vantajosamente aproveitadas, se fossem, desde o primeiro ponto de partida, subordinadas a uma direção única e invariável.

Em uma palavra, o espírito contemporâneo compreendeu que a conservação das idéias e crenças do passado de envolta com as noções científicas é um grave perigo, que fere de paralisia todo o corpo social e que forçoso é, enfim, sacudir o pó da tradição, para trilharmos de hoje em diante uma senda sem vaivéns e sem sobressaltos.

Sendo esta a situação psicológica das sociedades modernas e achando-se ao menos as camadas mais cultas da nossa *[sociedade*[74]*]* compreendidas no mesmo movimento, que justificação poderá encontrar o projeto de uma universidade na Côrte?

De tudo quanto precede, a conclusão não pode evidentemente senão ser negativa.

A universidade é a anarquia sistematizada, é a desordem no espírito como no coração, é a concentração na trama orgânica da sociedade de todos os resíduos impuros do passado; é o sombrio refúgio dos fantasmas da tradição e o vasto repositório, em que o fermento de todos os conflitos religiosos corrompe as fontes mais puras da vida moderna.

Aí se ensina a idolatrar o passado e a abominar o presente e o contrário também aí se ensina ao mesmo tempo; aí se ensina que o alvo do homem é a vida de além túmulo, e ao mesmo tempo aí se ensina que não devemos assinar à vida senão um alvo puramente humano; aí se ensina que existe um Deus, que

[74] O texto parece truncado. A lacuna foi suprida com a palavra *sociedade*, que não consta no original (*Gilda Naécia Maciel de Barros*).

existem muitos, que não existe nenhum; todas as contradições, todos os disparates, aí encontram uma cadeira assalariada, um abrigo seguro a uma retórica certa. É impossível que o simples bom-senso público não se revolte contra a só idéia de uma tão singular enormidade.

Eis porque julgamos do nosso dever contribuir com as nossas reflexões, a fim de conjurarmos uma fundação, que merece a todos os respeitos ser considerada como um verdadeiro flagelo social.

Abundando agora nas idéias dos escritores que me precederam no assunto, direi com eles que: o que nos falta é a difusão do ensino científico, sob a forma de ciências físicas e matemáticas, de ciências naturais em toda a extensão da palavra e com todas as suas conseqüências. Que se as ensine com um caráter independente, ou como preparação para os cursos médicos, veterinários, zootécnicos, de engenharia etc., etc., pouco importa; o essencial é que, ao menos, algumas províncias de primeira ordem, como esta, possam dispor de um estabelecimento de instrução superior dessa natureza, e do qual permaneça cuidadosamente arredado o espírito teológico e metafísico.

Jacareí, 8 de outubro de 1880

Dr. L. P. Barreto

PRINCIPAIS OBRAS DO ORGANIZADOR DESTE LIVRO

MACIEL DE BARROS, Roque Spencer. A ilustração Brasileira e a Idéia da Universidade, *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*. São Paulo, n. 241, 1959, 412 p. Reeditado em 1986, Convívio-Edusp, com Apresentação de Antônio Paim, XVII, 440 págs.

_____. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. (organização e um dos colaboradores). São Paulo: Pioneira, 1960.

_____. *A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto.* São Paulo: Grijalbo-Edusp, 1967. 272 p.

_____. *Ensaios sobre Educação.* São Paulo: Grijalbo-Edusp, 1970, 306 p. (esgotado).

_____. I*ntrodução à Filosofia Libera*l. São Paulo: Grijalbo-Edusp, 1971. 400 p. (esgotado).

_____. *A significação educativa do Romantismo brasileiro*: Gonçalves de Magalhães. São Paulo: Grijalbo-Edusp, 1973. 290 p.

_____. *Gorbachevismo - Hipóteses e conjeturas.* São Paulo: Convívio, 1988. 133 p.

_____. *O fenômeno totalitário.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1990. 746 p.

_____. *Estudos Liberais.* São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1992. 131 p.

_____. *Razão e Racionalidade*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1993. 316 p.

_____. *Estudos Brasileiros.* Londrina: UEL, 1997. 243 p.

_____. *Poemas.* São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1997. 101 p.

Livraria Humanitas-Discurso
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – Cid. Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Tel: 3091-3728 / Telefax: 3091-3796

Humanitas – Distribuição
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Telefax: 3091-4589
e-mail: pubfflch@edu.usp. br
http://www.fflch.usp.br/humanitas

Ficha técnica

Formato	14 x 21 cm
Papel	miolo: off-set 75 g/m^2
	capa: Supremo 250 g/m^2
Impressão e acabamento	Provo Gráfica
Número de páginas	404
Tiragem	500 exemplares